UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FFCLRP - DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA E EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

Wladimir Porreca

Filhos no recasamento: estudo de caso com famílias
em segunda união

RIBEIRÃO PRETO
2011

WLADIMIR PORRECA

Filhos no recasamento: estudo de caso com famílias
em segunda união

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, como parte das exigências para obtenção do título de Doutor em Ciências.

Área de Concentração: Psicologia.

Orientadora: Profa.: Dra. Regina Helena Lima Caldana.

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

FICHA CATALOGRÁFICA

Porreca, Wladimir

Filhos no recasamento: um estudo de caso com famílias em segunda união. Ribeirão Preto, 2011.

265 p. : il. ; 30cm

Tese de Doutorado apresentada à Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Ribeirão Preto/USP. Área de concentração: Psicologia.

Orientadora: Caldana, Regina Helena Lima.

1. Família. 2. Separação conjugal. 3. Segunda união conjugal. 4. Filhos e pais em família em segunda união. 5. Estudo de caso.

FOLHA DE APROVAÇÃO

Nome: PORRECA, Wladimir

Título: Filhos no recasamento: um estudo de caso com famílias em
segunda união

Tese apresentada à Faculdade de Filosofia, Ciências e
Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo,
como parte das exigências para a obtenção do título de
Doutor em Ciências, Área: Psicologia

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

**Dedico *in memoriam* do meu saudoso PAI,
Waldomiro Porreca, e à minha querida família.
E ainda a todos os que acreditam na Vida em
abundância, na Família e em Deus Pai, Filho e
Espírito Santo.**

Se educar é introduzir e só se introduz um outro na realidade, quando se lhe comunica o significado, só pode realizar essa tarefa de educar quem, por sua vez, foi introduzido na realidade, com o fim de descobrir o seu significado. Por isso quanto mais os pais vivem com verdade e plenitude a sua vocação, o seu relacionamento com a consciência de ser chamado pelo Ser, tanto mais são capazes de desenvolver a sua tarefa de genitores, que não é apenas colocar os filhos no mundo, mas dar-lhes o significado. Por isso é na educação dos filhos, na comunicação desse significado, que os pais realizam sua paternidade. É aí que se torna evidente que são pais, porque, juntamente com a vida, comunicam ao filho o seu significado. Mas esta comunicação não é uma transmissão abstrata de conteúdos, não é a entrega de instruções para o uso, mas o testemunho daquilo que pode ser a vida vivida na sua plenitude. Por isso a importância da vida dos genitores, do empenho para viver o seu relacionamento a fim de descobrir o significado, para a educação dos filhos. Eles, com a sua vida, gritam diante do filho a razão pela qual vale a pena nascer .

(Carrõn, 2009)

AGRADECIMENTOS

Minha eterna gratidão:

À minha querida família, mãe, irmãs e irmãos, sobrinhas e sobrinhos. Aos estimados amigos bispos, padres, religiosas e missionários que me acompanharam e apoiaram, aos paroquianos da Paróquia Santa Cruz, de Santa Cruz das Palmeiras - SP, em especial àqueles que mais de perto colaboraram com esta pesquisa: Dona Neta e Francisco Bueno.

Aos prestativos professores doutores do Programa de Pós-Graduação em Psicologia, que me proporcionaram acolhimento e estímulo, compartilhando comigo seus conhecimentos e experiências. Em especial: Marina Massini, Geraldo Romanelli, Carmem Lúcia Cardoso,

Aos bispos Dom Davi, Dom Petrini, Dom Dadeus e Dom James que colaboraram e me incentivaram neste estudo sobre Família.

Aos incansáveis amigos que caminharam comigo e colaboraram nesta minha jornada pessoal e acadêmica: Mons. Orlando, Pe. Paulo Valin e Ir. Ivonete; as professoras que participaram na banca de defesa Lúcia Vaz de Campos Moreira e Ana Maria Pimenta Carvalho.

Aos casais e filhos que participaram dessa pesquisa e aos casais da Pastoral Familiar do regional SUL1.

E, por fim, à estimada professora Dra. Regina Helena Lima Caldana, que acreditou em mim e orientou este estudo com disponibilidade, de forma exigente, crítica e criativa, aliando rigor, experiência e paciência nas orientações; conjugando fraternidade e anseio pela verdade. A ela o meu sincero e afetuoso reconhecimento e gratidão. "Tudo concorre para o bem daqueles que amam a Deus" (Rm 8, 28).

RESUMO

PORRECA, W. **Filhos no recasamento: estudo de caso com famílias em segunda união**. 2011. 265f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto - SP, 2011.

A instituição familiar passa por profundas e rápidas mudanças, que, internamente, afetam os membros quanto aos papéis, à sexualidade, à fecundidade, à procriação, entre outros aspectos, alterando, as diversas formas de sociabilidade das relações familiares. Essas alterações provocam a busca de alternativas para a vida familiar, entre elas as separações conjugais e segundas uniões, que interferem na relação pais e filhos. Considerando que na realidade familiar em segunda união os filhos são um elemento importante na reorganização da estrutura e relações familiares, este estudo pretendeu dar continuidade à pesquisa anterior, buscando investigar a compreensão que filhos dão à segunda união conjugal dos seus pais, considerando sua história e contexto de vida. O estudo foi desenvolvido através de “estudos de caso” realizados com três famílias em segunda união, procurando visualizar elementos que possibilitassem discutir a situação dos filhos no novo contexto familiar, a partir das versões dos envolvidos: pais e filhos. O *corpus* de análise consistiu de entrevistas semiestruturadas realizadas com pais e filhos, sendo utilizada a modalidade “história de vida temática” com os filhos. As entrevistas de cada caso foram analisadas uma a uma, e, na sequência, em seu conjunto, de tal forma a permitir uma descrição de cada caso; construiu-se ao final uma síntese com o apreendido no conjunto dos três casos. Este estudo indica que para os filhos a família continua sendo vista como um lugar favorável para o seu desenvolvimento e socialização primária, espaço adequado de recursos duráveis, que o modelo nuclear de família ainda é o desejado. Compreendeu-se que as situações “separação” e “segunda união” foram marcantes e sentidas como influenciadoras na vida dos filhos, como realidades estressoras quando foram associadas a conflitos conjugais e falta de comunicação clara dos seus pais sobre esses eventos. Sem a intenção de culpabilizar a família, no cenário traçado pelos filhos pode-se supor que precisaram de tempo, comunicação, entendimento e segurança do afeto parental, na elaboração, pelo menos inicial e parcial, das perdas e tristeza geradas com a separação e segunda união dos pais. E, por fim, apesar da situação vivida, na visão dos envolvidos a família continua sendo um lugar privilegiado de relações; a separação e segunda união, não sem tensões e conflitos, foram eventos aos quais foi possível uma adaptação a médio e longo prazo.

Palavras-chave: Família. Separação conjugal. Segunda união conjugal. Filhos e pais em família em segunda união. Estudo de Caso.

ABSTRACT

PORRECA, W. Children in remarriage: case study with second union families. 2011. 265f. Doctoral Thesis – Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto-SP, 2011.

The family institution undergoes profound and rapid changes, which affect the roles of its members in the areas of sexuality, fertility, procreation, among others, and alter the diverse social trends of family relations. These alterations elicit a search for alternative life styles, possibly adding to the conjugal separations and second , which interfere with parent-child relationships. Considering that in the reality of second union families the children are an important element in the structural reorganization and family relations, this study intends to extend previous research by investigating the meaning that children bring to their parents' second union in the light of their history and the context of life. The present study is based on the “case studies” of three families in their second union and incorporates anticipated elements that would facilitate the discussion of the children’s situation in the new family context, from the point of view of those involved: parents and children. Data were obtained through semi-structured interviews with the parents and the children, using the modality, ‘thematic history of life’, with the children. The data were analysed individually, sequentially, and in a way that permitted a holistic description of each case. Finally, centred on a crosschecked analysis, in a descriptive style, a final report of the three case studies was elaborated. The results of this study indicate that for the children, the family continues to be a favourable place for their development and primary socialization, and a privileged place of long lasting resources, where the nuclear model of the family continues to be desired. It was found that the events of the separation and second union of the parents had a significant impact on the lives of the children. Further, the relationship related conflicts and the lack of clear communication between the parents served as significant stressors for the children and resulted in the experience of loss and sadness.. Although the purpose of this study is not to fault the family, the findings support the children’s need for time, communication, understanding and the security of parental affection. The lack of these resources contribute, at least initially, toward the loss and sadness the children experienced by their parents’ separation and second union. Finally, despite the family structure and dynamics, in the view of the participants, the family continues to be a privileged hub for relationships; the separation and second union, although with tension and conflict, were events which required both short and long term adaptations.

Key-words: Family. Children. Parents. Second Union. Remarriage. Case Study

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Casamentos, por mês do registro, estado civil do homem e da mulher, grupos de idade do homem e da mulher e lugar do registro Brasil.....	65
Quadro 2 - Etapas desta investigação	114
Quadro 3 - Características das famílias	129
Quadro 4 - Características dos filhos da família 1.....	129
Quadro 5 - Características dos filhos da família 2.....	131
Quadro 6 - Características dos filhos da família 3.....	133

LISTA DE GRÁFICOS

- Gráfico 1** - Número de separações judiciais concedidas em 1ª instância a casais com Filhos menores de idade, com eixo no responsável pela guarda dos filhos menores de idade (Percentual Brasil)..... 88
- Gráfico 2** - Distribuição das mulheres ocupadas segundo os anos de estudo em janeiro de 2003 e de 2008 (%)..... 181

LISTA DE TABELAS

- Tabela 1** - Percentual de pessoas ocupadas na semana de referência, na população de 10 anos ou mais de idade, segundo o sexo – 1992/2004 - Brasil. Nível da ocupação na semana de referência das pessoas de 10 anos ou mais de idade.....38
- Tabela 2** - Percentual no número de divórcios concedidos em primeira instância a casais com filhos menores de idade por responsável pela guarda Brasil.....173

LISTA DE SIGLAS

IBGE	INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA
INEP	INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA
FGTS	FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO
PEA	POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA
PIB	PRODUTO INTERNO BRUTO
PME	PESQUISA MENSAL DE EMPREGO
PNAD	PESQUISA NACIONAL DE AMOSTRA POR DOMICÍLIO

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	27
PARTE 1 - OS FILHOS NA SEGUNDA UNIÃO DOS PAIS.....	31
1. Transformações na família brasileira a partir de 1960	31
1.1 Igreja católica e família	56
2. Filhos: separação conjugal/divórcio	61
2.1 A separação/divórcio na sociedade brasileira.....	61
2.2 Os filhos na separação/divórcio dos seus pais.....	76
3. Filhos: segunda união	83
3.1 A família em segunda união	83
3.2 Os filhos na segunda união dos pais.....	93
PARTE 2 - PERCURSO METODOLÓGICO.....	105
1 Pesquisa Qualitativa	105
2 A estratégia - “Estudo de Caso”	107
2.1 Escolha do Caso	112
2.2 Participantes da Pesquisa.....	114
3 <i>Corpus</i> de Análise	116
4 Execução do trabalho de campo	122
4.1 Procedimentos de coleta de dados	122
4.2 Procedimentos para análise de dados	125
5 Caracterização dos entrevistados.....	129
6 Retrato dos casos	134
Caso 1: A família de Camilo e Júlia.....	134
Caso 2: A família de Jefinho e Helenita.....	153

Caso 3: A família de Paulo e Eduarda	165
7 Lições apreendidas.....	176
7.1 Visões de família.....	176
7.2 A família antes da separação conjugal.....	189
7.3 Os filhos e a separação conjugal dos pais	193
7.4 Segunda união dos pais	212

REFERÊNCIAS.....	235
-------------------------	------------

APÊNDICES	263
------------------------	------------

APÊNDICE A	263
------------------	-----

APÊNDICE B	264
------------------	-----

APÊNDICE C	265
------------------	-----

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos a família brasileira vem ganhando destaque nos estudos antropológicos, psicológicos e sociais; este trabalho de investigação e análise quer contribuir com a literatura brasileira no que se refere à compreensão da família como lugar privilegiado das relações e socialização dos filhos. Trata de ampliar o diálogo com outros estudos centrados nas transformações que enfrentam os membros da família diante da situação de separação/divórcio e segunda união.

Considerando que na realidade familiar em segunda união os filhos são um elemento importante na reorganização da estrutura e relações familiares, este trabalho se delineou buscando visualizar elementos que possibilitassem discutir a situação dos filhos na segunda união conjugal de seus pais, a partir das diferentes versões dos envolvidos nesse contexto, com foco maior nas falas dos filhos, buscando sua visão dessa realidade.

Este importante e essencial tema foi escolhido pelas motivações e preocupações vividas durante minha trajetória pessoal e profissional, dando continuidade à minha pesquisa para a obtenção do título de mestre, que investigou os casais católicos em segunda união; nessa pesquisa houve um apelo quase unânime dos entrevistados para que eu fosse feito um estudo sobre a convivência dos filhos na realidade de uma família em segunda união.

A concentração e o interesse nesta pesquisa, bem como os determinados problemas e perspectivas em que relatei a situação dos filhos e, ainda, o percurso metodológico que segui para procurar o significado que os filhos dão à segunda união dos pais, não foram fortuitos, mas estavam unidos as questões que me despertaram a atenção e a necessidade de investigar, de forma profunda e contextual o fenômeno desafiador dos filhos nas famílias em segunda união.

Por acreditar que a família como comunidade implica convivência específica, em uma relação plena e original, *sui generis*, de reciprocidade e confiança, decidi investigar e procurar o significado das relações e sentimentos dos filhos diante dos eventos estressores provocados pela separação e segunda união dos seus pais.

A partir da preocupação apresentada pelos casais no que diz respeito à aceitação ou não dos filhos no processo da segunda união (PORRECA, 2004), e de como os filhos vêm se adaptando às mudanças nas estruturas e nos relacionamentos familiares da nova união de seus pais e, principalmente, por acreditar que a família continua a ser lugar privilegiado das relações, como a primeira, a mais importante e a mais duradoura âncora no processo de desenvolvimento da criança (MOREIRA, 2002), este estudo procurou investigar a relação dos

filhos com seus pais em segunda união a partir dos próprios filhos. Nesse sentido, considere, de início, a pesquisa como um processo de trocas (ROMANELLI, 1999), compreendendo o desempenho do pesquisador como um interpretador da realidade, muito mais preocupado com o processo do que, simplesmente, com o resultado e o produto.

Procurando aperfeiçoar a minha formação de padre, com dedicação ao trabalho pastoral com as famílias e de docente/pesquisador envolvido com a produção de conhecimento científico, tive como grande motivação articular ensino-pesquisa à extensão de serviços à Comunidade na construção de um saber que se volta para a realidade em que se insere o trabalho pastoral e profissional, buscando subsídios que capacitem a intervenção na realidade social.

E ainda tive a intenção de que esta pesquisa fosse capaz de representar uma contribuição significativa a todos àqueles que, de alguma forma, se ocupam da questão familiar brasileira, desde os pais, filhos, educadores, psicólogos, assistentes sociais, incluindo-se aqueles que o fazem como parte e expressão de seu ministério evangelizador.

Assim, tenho o desejo de que defendida, esta tese, subsidiada pelos recursos públicos, esteja a serviço da Comunidade, na construção de um saber que se volta para a realidade em que se insere, proporcionando recurso para a intervenção na realidade social.

No que se refere, especificamente, à escolha do caso desta investigação, optou-se por dar prosseguimento ao estudo com casais católicos em segunda união, elaborado na dissertação de mestrado (PORRECA, 2004) e, como os conteúdos das entrevistas demonstraram que os filhos são um elemento muito presente nas inquietações desses casais, e ainda, respondendo ao desafio feito pelos casais entrevistados de ajudá-los a compreenderem e administrarem melhor a situação dos filhos na dinâmica das famílias em segunda união, é que constituí, como caso deste estudo, o conjunto de três famílias em segunda união em que os filhos serão o foco principal da investigação.

Foi utilizado nesta investigação um percurso metodológico de caráter qualitativo, que se deu em função do interesse em compreender e interpretar o significado que os filhos elaboram acerca da organização e dinâmica familiar na separação e segunda união dos seus pais. A estratégia utilizada foi o “Estudo de Caso”, auxiliado para a obtenção dos dados das entrevistas semiestruturadas realizadas com pais e filhos, sendo também utilizada a modalidade “história de vida temática” com os filhos. Este estudo qualitativo com as três famílias, caso múltiplo, investigando os filhos na segunda união dos pais, procurou prover um modo sistemático de descrever e compreender, o mais amplamente possível, os relatos verbais

dos membros da família em segunda união, no seu contexto, como está descrito na segunda parte deste trabalho.

E, por fim, foram realizados os procedimentos da análise dos dados descrevendo detalhadamente as três famílias, procurando identificar dados e informações relevantes para a pesquisa, bem como as diversas evidências e percepções obtidas pelo investigador.

Para cada família foi elaborado um relato único, para, em seguida, fazer-se uma análise cruzada dos casos identificando convergência e divergência entre as fontes de evidências, sendo, posteriormente, elaborado uma análise final a partir dos tópicos emergentes das análises cruzadas, que apresentou um estilo descritivo as “lições apreendidas” do caso, sempre de forma a situá-las no contexto familiar, para poder contribuir com outras reflexões sobre a prática cotidiana da família.

PARTE 1 - OS FILHOS NA SEGUNDA UNIÃO DOS PAIS

1. Transformações na família brasileira a partir de 1960

A família brasileira, no período tradicional ou pré-industrial, é fruto de uma tradição colonial e patriarcal, caracterizada, entre outras coisas, pelo domínio masculino, pela submissão da mulher e, principalmente, pela miscigenação. Ela se apoiava, fundamentalmente, nas atividades agrícolas, na propriedade da terra e na estrutura familiar de produção. Nos primeiros anos da República (1889 a 1930), com o avanço industrial e o progresso das cidades (urbanização), o modelo patriarcal no Brasil sofre mudanças e apresenta sinais de enfraquecimento em sua estrutura e dinâmica; paulatinamente, o patriarca é obrigado a se relacionar com os outros elementos "de fora" do ambiente onde predominava o pátrio poder.

Com o crescente declínio da família patriarcal ocorrem profundas transformações na família brasileira, impõe-se a valorização do individualismo e da competição, suplantando paulatinamente o familismo¹, entendido como prática e representação da família como grupo em que o interesse coletivo predomina sobre os interesses individuais (ARIÈS, 1981). A tensão entre interesses individuais e coletivos é ampliada pela lealdade que os integrantes da unidade doméstica vivenciam no cotidiano entre os deveres para com a família de origem, constituída por pais e irmãos e onde foram socializados, e para com a família de procriação, instituída pelo casamento e composta por cônjuges e filhos.

Inicia-se um tempo de profundas e intensas transformações na sociedade e, por conseguinte, na vida doméstica. Diferentemente da sociedade tradicional, que tinha como base simbólica a identidade, a família, nesse período, se baseia no modelo orgânico, individualizando as estruturas, sem a ideia de evolução contínua, independente do todo da instituição. Cria-se um mundo novo, onde tudo é possível, em que a novidade sempre é o melhor e se convive com o paradoxo da cultura do diferente e o desejo igualitário.

Contudo, fica evidente, (PORRECA, 2004), que foi a partir de 1960 que as mudanças se tornaram mais concretas e profundas, pois a partir dessa época é que a sociedade brasileira vem passando por transformações econômicas e sociais, geradas pela industrialização e, conseqüentemente, urbanização, que acarretaram ainda mais, a concentração da renda, a pauperização de grande parte da população e o aumento da força de trabalho infanto-juvenil e

¹ Termo criado por BANFIELD, E. **The Moral Basis of a Backward Society**. Nova York, Free Press, 1958.

feminina. Paralelamente a esse processo, ocorreram mudanças nas formas de sociabilidade, caracterizadas pela emergência de novos modos de relacionamento familiar, interpessoal, afetivo e sexual e também pelo aparecimento de modelos culturais ordenados dessas relações (ROMANELLI, 1998).

Nesse período, o Brasil passava por tensões políticas provocadas pelas reformas de base, pela agitação dos movimentos populares de esquerda e mobilização da direita católica que enfatizaram e difundiram noções de cidadania, pela conspiração nos quartéis e as revoltas dos marinheiros e sargentos do Exército que acabaram por provocar mais uma intervenção militar que se deu com o golpe de 1964.

Paulatinamente se estrutura o endurecimento do regime militar, primeiro, pela deposição do presidente e de alguns governadores; em seguida, pela cassação de mandatos eletivos e a suspensão de direitos políticos; depois, pela extinção dos antigos partidos e suspensão das eleições diretas. Cumpria-se o mesmo programa autoritário de supressão de garantias, cerceamento do Congresso, centralização de decisões e concentração de recursos (COSTA, 2008).

O endurecimento político foi respaldado pelo chamado “milagre econômico” (1969 a 1973), que só foi possível acontecer porque a ditadura militar adotou uma estratégia de desenvolvimento de implantação de um modelo econômico de modernização, regido por “um movimento pendular”, cujo pêndulo econômico inclinava-se ora para o nacionalismo, ora para a internacionalização subordinada sob a égide dos Estados Unidos.

O modelo econômico implementado reorientou o processo de concentração da riqueza e da renda; no âmbito do mundo do trabalho, reduziu a taxa do salário real básico de acordo com a correção monetária determinada pelos índices de inflação; fomentou, em particular, uma política cambial que privilegiava a sobrevalorização do dólar mediante subsídios, a exportação de produtos industriais, objetivando aliviar os setores produtivos que enfrentavam insuficiência de demanda; pôs fim à estabilidade no emprego, por meio da adoção do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS); possibilitou a modernização e ampliação da infraestrutura ligada aos setores agrícola e industrial; implantou a política de juros subsidiados, com taxas abaixo dos índices inflacionários, para os vários ramos produtivos; promoveu o direcionamento da produção agrário-industrial para o mercado externo, em detrimento do mercado interno (NETTO, 1972; SIMONSEN, 1979; CAMPOS, 1979).

A presença de um quadro repressivo, autoritário e moralista, intensificado no regime instaurado pelo golpe de 1964, contra modalidades de conduta qualificadas como questionadoras de modelos hegemônicos, contribuiu para abafar a emergência de novas

formas de sociabilidade em diferentes domínios da vida social, mas não conseguiu impedir o questionamento de valores e de modelos de conduta que diziam respeito às relações interpessoais, em especial aquelas que se referem à dimensão afetivo-sexual e às modalidades de ordenação da vida doméstica (ROMANELLI, 1991).

A ditadura militar executou o seu modelo econômico de aceleração modernizadora e autoritária do capitalismo na sociedade brasileira, através de um movimento político de duplo sentido: ao mesmo tempo em que suprimiam as liberdades democráticas e instituíam instrumentos jurídicos de caráter autoritário e repressivo, levavam à prática os mecanismos de modernização do Estado nacional, no sentido de acelerar o processo de modernização do capitalismo brasileiro.

O sistema ditatorial moderno propugnava a criação de uma sociedade urbano-industrial na periferia do sistema capitalista mundial, pautada pela racionalidade técnica; no lugar dos políticos, os tecnocratas;² no prosclênio da política nacional, as eleições controladas e fraudadas; na lógica do crescimento econômico, a ausência de distribuição da renda nacional; na demanda oposicionista pela volta do Estado de direito democrático, a atuação sistemática dos órgãos de repressão mantidos pelas Forças Armadas e a educação como um instrumento a serviço da viabilizar o *slogan* “Brasil Grande Potência” (FERREIRA Jr; BITTAR, 2008).

A propaganda ufanista e ideológica, que tinha como lema “Brasil Grande Potência”, gerado pela “eficiência técnica” aplicada na forma de administrar o Estado e as suas empresas, contribuiu para que o setor industrial superasse a média dos demais setores da economia brasileira, e o crescimento acelera-se e diversifica-se no período de 1968 a 1974.

O PIB (Produto Interno Bruto) brasileiro crescia, com os investimentos internos e empréstimos do exterior; o país avançou e estruturou uma base de infraestrutura, que gerou milhões de empregos pelo país.

A disponibilidade externa de capital e a determinação dos governos militares de fazer do Brasil uma “potência emergente” viabilizam pesados investimentos em infraestrutura (rodovias, ferrovias, telecomunicações, portos, usinas hidrelétricas, usinas nucleares), nas indústrias de base (mineração e siderurgia), de transformação (papel, cimento, alumínio, produtos químicos, fertilizantes), equipamentos (geradores, sistemas de telefonia, máquinas, motores, turbinas), bens duráveis (veículos e eletrodomésticos) e na agroindústria de

² Os tecnocratas são os *experts* (técnicos) responsáveis pela aplicação das novas tecnologias na administração do poder de Estado, ou seja, das técnicas empregadas no âmbito das ações governamentais com o objetivo de se alcançar a eficiência na racionalização dos recursos financeiros aplicados nos vários setores das políticas estatais (COSTA, 2008)

alimentos, grãos, carnes, laticínios, através de uma brutal repressão policial-militar que se abateu sobre as forças democráticas (ALMANAQUE ABRIL, 1999).

O país assiste a um avanço econômico que promove a concentração e a centralização do capital. Ao lado de ofertas de novos produtos industrializados, dotados de alto valor simbólico, antes inacessíveis às camadas médias, amplia-se o uso de aparelhos de televisão, telefone e outros, e, ainda, a intensificação do processo de industrialização, principalmente da instalação das unidades fabris em locais onde houvesse infraestrutura, oferta de mão-de-obra e mercado consumidor. Passa-se a empregar mais investimentos e necessita-se de uma maior quantidade de mão-de-obra para trabalhar nas unidades fabris, na construção civil, no comércio ou nos serviços, o que atrai milhares de migrantes do campo para as cidades.

Com o acelerado desenvolvimento no setor industrial, em consequência da modernização técnica do trabalho rural, com a substituição do homem pela máquina e a estrutura fundiária concentradora, diminuem-se os investimentos no setor agrícola, especialmente no setor cafeeiro, deixando de ser rentáveis.

A migração rural-urbana teve múltiplos motivos, mas a carência de terras e as condições de vida e trabalho para a maioria dos trabalhadores rurais estimularam um grande êxodo rural, nesse período; a população rural, destituída dos meios de sobrevivência na zona rural, se vê obrigada a dirigir-se às cidades em busca de empregos, salários e, acima de tudo, melhores condições de vida.

O poder público passou a intervir decisivamente na organização do espaço brasileiro através de uma “política desenvolvimentista”, que tinha como objetivo, além da integração nacional, a modernização do território e o desenvolvimento da economia capitalista. Para tanto, era necessário expandir a indústria e construir uma sociedade de consumo predominantemente urbana.

A proposta de construir um Brasil urbano pode ser remetida à implantação de hidrelétricas, portos, aeroportos, dutos e canais e de grandes projetos industriais, apoiados em financiamento externo, a expansão da rede de energia, de estradas e de comunicações foi um meio de eliminar barreiras à circulação do capital, que teve, então, um expoente na indústria automobilística (DAVIDOVICH, 2000).

De um lado, criava-se uma cidade bem planejada, com bairros ricos, ruas arborizadas, avenidas largas, privilegiada por equipamentos e serviços. Do outro lado, como consequência, surgia uma cidade composta pela periferia pobre, pelos subúrbios, pelas favelas, com ruas estreitas, sem planejamento, pela ocupação desordenada e sem infraestrutura adequada, concentrando os chamados problemas urbanos do desemprego, da violência e da miséria.

Segundo Pochmann (2004), a modernização do sistema produtivo, à custa do agravamento da desigualdade social, gerou contradições econômicas de um país que ficava mais rico e a população, mais pobre. Ricos cada vez mais ricos à custa de pobres cada vez mais pobres.

A contradição econômica e social foi possível devido à ausência de democracia, que impossibilitou haver pressão por parte dos trabalhadores e da população mais carente. A política autoritária acabava consagrando os resultados econômicos, a supressão dos direitos constitucionais, perseguição policial e militar, prisão e tortura dos opositores e pela censura prévia aos meios de comunicação, tanto no plano da sociabilidade quanto no plano normativo.

Como os rendimentos, em geral, eram muito baixos, mesmo para os trabalhadores da economia formal, muitos não tinham condições de comprar sua moradia, nem de alugar uma casa ou apartamento para viver. Assim, proliferam, cada vez, mais as submoradias: favelas, cortiços, pessoas abrigadas debaixo de pontes e viadutos, quando não vivendo ao relento. Essa é a face mais visível do crescimento desordenado das cidades.

Com o êxodo rural, a sociedade brasileira vivenciou a urbanização acelerada, que tende a concentrar em algumas metrópoles uma proporção crescente da população nacional, devido à expansão do processo de desenvolvimento econômico (DURHAM e CARDOSO, 1977).

As grandes metrópoles não tinham capacidade de absorver tamanha quantidade de migrantes, e logo começou a aumentar o número de pessoas desempregadas, que, para poder sobreviver, acabaram se refugiando no subemprego, que é toda forma de trabalho remunerado ou prestação de serviços que funciona à margem da economia formal, estruturando, por isso, a economia informal.

Mais de 5,2 milhões de brasileiros migraram para cidades entre 1995 e 2000 (IBGE, 2000). A elevada densidade demográfica urbana condiciona a sociabilidade da família, a transformação das relações de parentesco e as representações destas relações no interior da família (DURHAM e CARDOSO, 1977).

Segundo o IBGE (2009), em 1940, apenas 31% dos brasileiros viviam em cidades, contra 69% no meio rural. Em 1980, a situação inverteu-se: 67,5% estavam vivendo em cidades, e apenas 32,5% na área rural. Esse aumento gradativo chega a 39,8%, em 2007, e a 40,1%, em 2008.

Houve um aumento da população urbana em relação à população rural de mais de 5,2 milhões de brasileiros que migraram para cidades entre 1995 e 2000, essa população continua

a aumentar: entre os anos de 2005 a 2006, foram cerca de 190 mil brasileiros migrantes, conforme o PNAD (2006).

A elevada densidade demográfica urbana aliada à modernização ocorrida no país, em sua dimensão econômica e política, intensificada nas décadas de 1960/70, no regime instaurado pelo golpe de 1964, marcado por autoritarismo, supressão dos direitos constitucionais, perseguição policial e militar, prisão e tortura dos opositores e pela censura prévia aos meios de comunicação (ROMANELLI, 1986), afeta e condiciona as formas de sociabilidade da família, a transformação das relações de parentesco e as representações destas relações no interior da família (DURHAM e CARDOSO, 1977), de maneira mais intensa nas famílias de determinados segmentos sociais dos grandes centros urbanos, onde a modernização ocorreu com mais vigor, e que alteraram o quadro onde se desenrolam as relações domésticas (ROMANELLI, 1995c).

A igreja matriz, que antes constituía local privilegiado de articulação da vida social com festas de padroeiros, missas, procissões e quermesses, passa a sofrer a concorrência progressiva de outros espaços, como *shoppings*, bares, parques e outros, que se abrem para a vida social (GRINGS, 1992).

A família, nesse período, tem uma marca de maior liberdade, pelo questionamento das tradições e pela flexibilidade em cumprir as regras e as normas. “A dinâmica moderna se caracteriza por uma negação constante e pela justaposição, pela crítica e pela idealização”. (HELLER, 1999, p.17). Essa dinâmica social permite a alternância das instituições sociais, opções de vida, novas formas de organização que possibilitam “a ventilação do edifício social moderno”.

Com o avanço da urbanização, da industrialização e da modernização na sociedade brasileira, ainda que persistam a pequena agricultura, indústrias caseiras e empresas domésticas urbanas, atividades econômicas ancoradas em relações familiares, perderam a relevância, já não se podendo caracterizar a família, em geral, como única unidade de produção. Importante salientar que esse tipo de estrutura familiar não deixou de existir, mas não corresponde mais integralmente à representação de organização familiar.

O declínio do poder patriarcal e de princípios e controles religiosos e comunitários mais tradicionais e a modernização societária e cultural traduziram-se em mudanças nas relações de gênero, na ampliação da autonomia dos diversos componentes da família e em um exercício bem mais aberto e livre da sexualidade, dissociada das responsabilidades da reprodução.

Com a urbanização e as demais mudanças estruturais, as transformações culturais e a crescente escolarização feminina e sua entrada no mercado de trabalho, a mulher tem, cada

vez mais, se tornado independente e buscado sua realização profissional em detrimento de antigos valores do passado.

É importante considerar que a inserção da mulher no campo de trabalho se deu também porque o processo de modernização intensificou a desigualdade social, com consequente empobrecimento de setores da população.

Diante dessas condições de empobrecimento, surge a necessidade da contribuição do salário da mulher como forma de acesso a novos bens de consumo (BILAC, 1991). Assim, a mulher e outros membros da família foram para o mercado de trabalho, como meio de ampliar a renda familiar e assegurar a manutenção do nível de consumo doméstico.

O ingresso da mulher no mercado de trabalho possibilitou independência financeira e colaborou para redefinir a posição social feminina na família e no espaço público. Alteram-se, assim, os padrões de relacionamento entre gêneros, acarretando questionamentos, por parte das mulheres, dos modelos hegemônicos ordenadores da família e da sexualidade. Ao mesmo tempo, aumenta o número de mulheres em todos os níveis de ensino, o que confere a elas qualificação para ocuparem postos de trabalho mais bem remunerados no sistema produtivo (ROMANELLI, 1986).

Para Castells (1999), a inserção das mulheres no mercado de trabalho é um dos principais fatores que mudou a condição feminina e, por consequência, determinou as mudanças na sociabilidade doméstica; na medida em que a mulher passa a ter independência financeira, é redefinida a sua posição social na família e no espaço público.

A partir da década de 1980, concomitantemente com a globalização, foi generalizada a ampliação de mulheres em postos de trabalhos. A análise dos níveis de ocupação por sexo mostra que o ingresso feminino no mercado de trabalho, acentuado na década de 1980 e mantido em crescimento até 1995, retomou seu impulso (PNAD, 2002).

Segundo a pesquisa Mensal de Emprego (PME), em Janeiro de 2008 havia aproximadamente 9,4 milhões de mulheres trabalhando nas seis regiões metropolitanas de Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre. Este número significava 43,1% das mulheres com 10 anos ou mais de idade. Em 2003 esta proporção era de 40,1% (PME, 2008)

O quadro a seguir mostra que o nível da ocupação da população masculina manteve-se em queda, com nítida retração em 1996. Em 2002, chegou aos 67,8%, acima do ano anterior, mas bem abaixo de 1992. Já o nível de ocupação feminina também se retraiu em 1996, mas recuperou-se em 1999 e atingiu 44,5% em 2002, praticamente o mesmo nível de 1995. No período de 2004 e

2005, estava acima dos anteriores. Esses resultados indicam a continuidade do forte ingresso feminino no mercado de trabalho, que vem ocorrendo desde a década de 1980 (PNAD, 2004).

Tabela 1 - Percentual de pessoas ocupadas na semana de referência, na população de 10 anos ou mais de idade, segundo o sexo – 1992/2004 – Brasil. Nível da ocupação na semana de referência das pessoas de 10 anos ou mais de idade

Sexo	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004
Homens	72,4	71,9	71,3	69,0	69,2	68,3	67,9	67,4	67,8	67,2	67,9
Mulheres	43,4	43,5	44,6	41,9	42,5	42,0	43,0	43,1	44,4	44,4	45,5
Total	57,5	57,3	57,6	55,1	55,4	54,8	55,1	54,8	55,7	55,4	6,3

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, PNAD, 2004.

Em 2005, a população economicamente ativa somava 96 milhões de pessoas, das quais 56,4% eram homens e 43,6%, mulheres. Observou-se que nos últimos 10 anos a distribuição da PEA, por sexo, sofreu uma acentuada mudança, com a redução da participação masculina e aumento da feminina em 3,2 pontos percentuais (IBGE, 2006).

Segundo dados do IBGE(2008), Pesquisa Mensal de Emprego (PME), em janeiro de 2008, havia aproximadamente 9,4 milhões de mulheres trabalhando nas seis regiões metropolitanas onde foi realizada a pesquisa: São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Salvador, Belo Horizonte e Porto Alegre. Este número significa 43,1% das mulheres. Em 2003 a proporção era de 40,1%. Esses dados comprovam o aumento da representatividade feminina no mercado de trabalho, um crescimento de três pontos percentuais.

A análise da proporção de mulheres ocupadas entre 1998 e 2008, segundo a PNAD, revela um aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho, passando de 42,0% para 47,2% no conjunto do País. Este aumento é, sem dúvida, fruto não só da necessidade de complementação da renda familiar como também resultado de uma maior independência cultural conquistada pelas mulheres nas últimas décadas.

Aproximadamente 35,5% das mulheres, em 2009, estavam inseridas no mercado de trabalho como empregadas com carteira de trabalho assinada, percentual inferior ao observado na distribuição masculina (43,9%). As mulheres empregadas sem carteira e trabalhando por conta própria correspondiam a 30,9%. Entre os homens, este percentual era de 40%. Já o percentual de mulheres empregadoras era de 3,6%, pouco mais da metade do percentual verificado na população masculina (7,0%) (PME, 2009).

Bilac (1991) destaca o aumento acentuado na participação das mulheres casadas e com filhos, seguidas pelas separadas e pelas unidas consensualmente, no trabalho remunerado. Esse aumento, que começou com as mulheres de famílias de melhor nível socioeconômico, vem se difundindo para níveis mais baixos (HOFFMANN; LEONE, 2004).

Nessas circunstâncias, a própria divisão sexual do trabalho é questionada. Embora os maridos tenham uma prática inovadora e um discurso igualitário, “as esposas expressaram a insatisfação com a divisão sexual do trabalho e pressionam os maridos para assumirem parte das tarefas domésticas” (ROMANELLI, 1991, p. 34).

O IBGE aponta que na área urbana do País a média de escolaridade das mulheres ocupadas foi de 9,2 anos de estudo, enquanto para os homens foi de 8,2 anos. Na área rural, a média de anos de estudo, “apesar de estar em patamares mais baixos”, também é favorável às mulheres (de 5,2 anos de estudo, ante 4,4 anos para os homens) (IBGE, 2008)

Com a urbanização que impulsiona a mulher para o mercado de trabalho e altera os papéis domésticos, surge outra face das mudanças sociais: a modernidade cultural, com os movimentos de contracultura, em reação aos modelos tradicionais de orientação social, questionando o sistema simbólico vigente e defendendo a liberdade individual e sexual de cada um (ROMANELLI, 1986).

A relação trabalho e emancipação feminina parecem convergir mais nas camadas médias do que nas camadas populares, nesta o elemento motivador e primordial do ingresso ao trabalho é, na maioria das vezes, a luta pela sobrevivência.

As mulheres das camadas mais pobres, além de possuírem um baixo nível educacional e qualificação, estão inseridas em grande parte no mercado informal, em péssimas condições de trabalho e salários. Já as mulheres provenientes das camadas médias e altas são geralmente melhor instruídas e qualificadas para enfrentar as novas exigências do mercado. Elas colocam-se em bons postos de trabalhos, recebem melhores salários, e o ingresso se dá muito mais por uma questão de independência, autonomia ou poder de consumo, do que por questões de pobreza e sobrevivência (MENDES, 2002).

O mercado de trabalho brasileiro, fruto de uma história masculina e de geração de postos de trabalho insuficientes para absorver o contingente de trabalhadores, a inserção da mulher no mercado de trabalho, mesmo com as desigualdades em relação ao trabalho masculino, tem sido crescente e visível, assim como o percentual de mulheres em cargos de comando de grandes empresas.

Segundo Sanches e Gerbim (2003), as dificuldades da mulher no mercado de trabalho são refletidas por três indicadores e reveladas pelo IBGE/PME, 2008, nas seis regiões metropolitanas (São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Salvador, Belo Horizonte e Porto Alegre):

a) inserção no trabalho: as dificuldades para obtenção de emprego, são maiores para as mulheres do que para os homens, as taxas de desemprego feminino são superiores às masculinas, as mulheres costumam ficar longos períodos sem conseguir uma colocação. As mulheres eram ainda a minoria no mercado de trabalho, elas lideravam o ranking da desocupação (1,0 milhão). Entre os desocupados, no total das seis regiões, elas representavam 57,7%, enquanto que entre os homens esse contingente é de 779 mil, 42,3% (IBGE, 2008).

b) vulnerabilidade na inserção feminina - a mulher se encontra em condições menos adequadas que a dos homens na qualidade dos empregos por elas obtidos. O trabalho feminino encontra-se, em maior proporção, em postos de trabalho vulneráveis, representados pelo assalariamento sem carteira assinada, trabalho doméstico, autônomos que trabalham para o público e trabalhadores familiares. No que se refere às formas de inserção, das mulheres ocupadas, 37,8% tinham trabalho com Carteira Assinada no Setor Privado, enquanto que entre os homens esse percentual foi de 48,6%. Já na forma de Trabalhador Doméstico, a participação foi de 16,5% e de 0,7%, respectivamente, para mulheres e homens. Parece que, culturalmente, a mulher foi treinada em sua infância e adolescência para o desempenho de tarefas domésticas. Nas demais formas de inserção, as mulheres ocupadas estavam distribuídas da seguinte forma: Empregados sem Carteira Assinada, 12,1%; Conta Própria, 16,9% e Empregador, 3,0% (IBGE, 2008).

c) A desigualdade na remuneração entre os sexos. Os rendimentos da mulher no mercado de trabalho são sempre inferiores aos dos homens, mesmo quando exercem a mesma função e têm a mesma forma de inserção. Nem mesmo a maior escolaridade média feminina elimina essa diferenciação, indicando clara discriminação em relação ao seu trabalho. O rendimento médio habitual das mulheres em janeiro de 2008 foi de R\$ 956,80, enquanto que o dos homens foi de R\$ 1.342,70. A partir desses valores, verifica-se que as mulheres receberam 71,3% do rendimento dos homens (IBGE, 2008).

Outro fator que influencia diretamente a inserção da mulher no mercado de trabalho é a maternidade. A gravidez e a presença de crianças pequenas podem ser um limitador real da atividade feminina e motivador de discriminação e despedimento.

O direito à proteção da maternidade, em especial a licença de maternidade, possibilita a mulher ocupar uma posição bem mais estável, quando por lei constitucional se ausenta por períodos mais longos do seu trabalho remunerado para se restabelecer e cuidar do recém-

nascido. Entretanto, mesmo amparada legalmente, o medo de ser substituída após o retorno ainda é um grande vilão que preocupa as mulheres.

A intensificação da participação da mulher no mercado de trabalho não garante a ela igualdade de inserção e qualidade de trabalho, a intensificação da luta pela conquista de direitos que apontem para a reversão desse quadro pode traduzir-se no aumento da negociação de garantias relativas à equidade de gênero, na introdução, pela negociação direta, de benefícios não regulamentados por lei e, até, pela introdução de temas dessa importância nas mesas de negociação (SANCHES e GERBIM, 2003, *on line*).

O trabalho das mulheres depende da demanda do mercado e das suas qualificações para atendê-la, mas decorre também de uma articulação complexa de características pessoais e familiares. A presença de filhos, associada ao ciclo de vida das trabalhadoras, à sua posição no grupo familiar como cônjuge, chefe de família e outras, são fatores que estão sempre presentes nas decisões das mulheres de ingressar ou permanecer no mercado de trabalho.

A mulher no mercado de trabalho veio quebrar a hierarquia doméstica e iniciar indagações referentes à autoridade paterna. O trabalho remunerado feminino constituiu um momento de virada nessa dinâmica do poder conjugal, uma vez que, através da independência econômica da mulher, novos arranjos se tornaram possíveis no âmbito familiar. No entanto, os autores alertam que a mudança de hábitos não acompanha o ritmo da transformação dos valores (GOMES; RESENDE, 2004).

A sociedade contemporânea está inevitavelmente marcada por uma ascensão da mulher no mercado de trabalho e na vida intelectual. A mulher tem tido êxito no aumento de sua participação na atividade econômica, embora muitas vezes isto signifique uma dupla jornada de trabalho na medida em que continuam responsáveis pelos afazeres domésticos, ocupando-se do privado mundo do lar e de atividades remuneradas fora dele para, muitas vezes, garantir o sustento familiar

A família, tanto no plano da sociabilidade quanto no plano normativo deparou-se com alterações significativas, influenciadas por processos de mudanças sociais, tanto geradas na sociedade quanto no interior da vida doméstica. A família iniciou um processo, de incorporação de elementos inovadores da modernidade cultural, de forma não homogênea e variando de acordo com as condições vividas por cada um de seus segmentos. (ROMANELLI, 1986, 1995a; JABLONSKI, 1986).

Ocorre, assim, a difusão de novas representações que valorizam a igualdade entre sexos, a autonomia do sujeito diante do controle familiar, maior liberdade na expressão afetiva e sexual. Os princípios sustentadores do modelo familiar deixam de ser o único

referencial para se pensar a vida doméstica, embora nem sempre sejam endossados e aceitos por todos os integrantes das camadas médias.

As mudanças das representações sobre as identidades de gênero, bem como as consequentes transformações na forma como alguns casais lidam com a questão da subjetividade e vivenciam a intimidade, passam a exigir uma reorganização da dinâmica do relacionamento conjugal, em que estão presentes as representações modernizantes que envolvem a realização de aspirações associadas à vida conjugal, à reprodução biológica e ao futuro dos filhos.

Com impacto na esfera do trabalho e na eliminação de qualquer forma de opressão ou desigualdade de poder, o movimento feminista se difunde a partir de 1970, questionando o lugar da mulher, propondo igualdade de direitos para as mulheres, principalmente no que diz respeito ao trabalho e à família e colabora, também, para rever o papel feminino, a dominância masculina, as tarefas domésticas e o cuidado com os filhos, difundindo a ideia de cultura globalizada, na qual está inserida a noção de uma nova identidade feminina, decorrente da emancipação feminina.

A abordagem feminista introduz a ótica do gênero para examinar a realidade familiar/social sobre como vem se relacionando os membros da família, essa ótica é entendida como uma construção social e histórica do ser masculino e do ser feminino, isto é, às características e atitudes atribuídas a cada um deles em cada sociedade; em outras palavras, a delimitação e classificação do que é próprio do sexo masculino e do feminino. Assim, agir e sentir-se como homem e como mulher depende de cada contexto sociocultural, uma categoria culturalmente definida e envolve relações de poder entre homens e mulheres (LOURO, 1996; ROSALDO, 1995; SCOTT, 1990).

Essa abordagem feminista conduz a uma contradição, de um lado, ao exigir uma forma de igualdade entre homem e mulher, deixando esvair a identidade específica de cada um deles, e, de outro lado, afirmar uma diferença de gênero que leva a legitimar uma nova desigualdade, não só entre homem e mulher, mas também no interno do mesmo mundo feminino. Nota-se que para essa abordagem falta uma teoria adequada de relação homem-mulher, uma identidade relacional, talvez por adotar um paradigma individualista e coletivizante. (DONATI, 2005).

“Atualmente, alguns aspectos e âmbitos da vida social atenuam a diferença entre masculino e feminino, como efeito de luta contra as assimetrias prefixadas entre os sexos. Parecem ampliadas as margens de indeterminações, de tal modo que a definição de gênero resulta ter limites culturais imprecisos, sendo passível de interpretações subjetivas, que admitem um amplo espectro de variações”(PETRINI, 2005, p. 44 e 45)

As transformações sociais que vêm ocorrendo no espaço público e privado, sobretudo a partir da década de 1960, afetaram a forma de viver e de construir a identidade de gênero. No mundo do trabalho, as conquistas do movimento feminista são facilmente observáveis com a inserção das mulheres em atividades antes reconhecidas como exclusivamente masculinas, bem como no espaço privado em que homens compartilham com mulheres os cuidados com a casa e com os filhos (FREITAS e outros, 2009).

Com base em práticas e conceitos originários das ciências sociais e com o apoio de técnicas e saberes oriundos do terreno da Psicologia, os padrões tradicionais de conduta também são submetidos a reavaliações de caráter distinto, com a expansão dos princípios e conceitos da psicologia e psicanálise, o que implicava tomar os indivíduos em sua particularidade psicológica para colocá-los em sintonia com a modernização do país e com os desígnios ditados pelo progresso do mundo ocidental (CUNHA, 1996).

Ao entender que o psiquismo era o local onde se firmavam os alicerces da sociedade, deixou-se permear pelos conceitos de uma Psicologia normalizadora da personalidade, invasora da intimidade doméstica e, mais ainda, do terreno da subjetividade, muitas vezes vulgarizados e distorcidos através do psicologismo, dando um caráter pseudocientífico ao questionamento desses padrões. O sujeito passa a buscar cada vez mais dentro de si mesmo soluções individuais para as mudanças nas relações afetivas e na vida doméstica (RUSSO, 2000).

Com um discurso considerado inovador, procura-se concentrar os saberes no terreno da instituição escolar e nas mãos de seus profissionais vitimando as famílias, que se tornaram desprovidas de qualidades para educar. Existe uma tendência moderna da terceirização das funções familiares. (CUNHA, 1995).

Os comportamentos familiares vão-se modificando, ocorre diminuição considerável das funções institucionais e o aumento das pessoais. A função educativa na família, além dos pais, passa a contar com diversos grupos sociais, principalmente pelos meios de comunicação, onde a televisão e o computador com suas redes interligadas influenciam a condução do processo educativo.

A modernização ocorrida na sociedade brasileira, em sua dimensão econômica, política, cultural, com suas tendências culturais individualistas, desencadearam novas situações para a vida familiar, compelindo-a a redefinir suas relações internas e seus padrões de relacionamento, dando origem a formas alternativas de sociabilidade na família, principalmente no universo do relacionamento entre pais e filhos, em especial no que se diz respeito à paternidade.

Em confronto com os padrões hegemônicos na família, os modelos alternativos vão ordenando a vida social e, conseqüentemente, familiar, introduzindo alterações no núcleo das relações domésticas.

Tradicionalmente, a força do laço conjugal tinha uma dimensão institucional: o casamento, fundado na dependência entre os componentes do casal, pela divisão e complementaridade entre eles. Hoje em dia, o laço conjugal segue uma tendência de procurar relações amorosas satisfatórias, e não mais no compromisso de manter uma união estável, quando ela é insatisfatória.

A busca da igualdade de direitos e deveres vai-se instalando de forma complexa e desencadeia inúmeras mudanças, que passam a exigir uma reorganização da dinâmica do relacionamento conjugal e familiar. Os casais são estimulados e aprendem a dividir as tarefas e responsabilidades de casa, a buscar alternativas para a educação dos filhos e para a vida familiar.

Os membros da família passam a exigir muito mais da família. O companheirismo e a amizade são importantes, mas não são mais considerados suficientes. A importância do afeto e da sexualidade compensadora atualmente é indispensável à manutenção do casamento.

A estabilidade familiar passa a depender do mútuo consentimento dos esposos, com tudo o que ela comporta: compatibilidade de gênio, adaptação sexual, harmonia conjugal, amor, educação dos filhos.

O valor da igualdade foi progressivamente assimilado ao cotidiano da convivência familiar, dando origem a formas mais democráticas e igualitárias de partilhar tarefas e responsabilidades entre marido e mulher. São abandonados os modelos tradicionais que atribuíam o primado ao marido, reservando para as mulheres tarefas domésticas, mas não emergem novos modelos familiares que tenham uma validade universalmente reconhecida e aceita (PETRINI, 2005, p. 43).

Ocorre uma transformação da intimidade doméstica, na qual as mulheres exercem o papel mais importante assegurando a possibilidade de uma democratização radical da esfera pessoal, mudando a maneira de entender a sexualidade, o amor e o erotismo nas sociedades modernas, devido às várias transformações, principalmente quando se desvincula sexualidade da reprodução e permite à mulher a reivindicação do prazer sexual. Constrói-se, desse modo, a representação positiva da liberdade e da autonomia do indivíduo, em contraposição a uma representação negativa da família enquanto instituição repressora (ROMANELLI, 1986).

Desde 1960, as brasileiras vinham processando a ruptura com o papel social que lhes era atribuído, introduzindo-se no mercado de trabalho e ampliando suas aspirações de cidadania. Controlar a fecundidade e praticar a anticoncepção passa a ser aspiração das

mulheres. A sexualidade plena e os novos padrões de comportamento sexual desvinculam a maternidade do desejo e da vida sexual. Essa conjuntura implicou a necessidade de políticas de acesso aos métodos contraceptivos (COSTA, 2009, p.01).

O sociólogo Giddens (1993) descreve que as novas formas de relacionamento que resultaram dessas mudanças têm como base a igualdade e os princípios democráticos, evidenciando três categorias básicas do relacionamento amoroso: o amor confluyente, a sexualidade plástica e o relacionamento puro.

O “amor confluyente” se pauta pelas identificações projetivas e fantasias de completude, presume igualdade na relação nas trocas afetivas e no envolvimento emocional. O amor confluyente introduz o relacionamento sexual no cerne do relacionamento conjugal e transforma a realização do prazer sexual recíproco em um elemento-chave na manutenção ou dissolução do relacionamento.

A “sexualidade plástica” é uma sexualidade descentralizada, liberta da regra do falo, das necessidades de reprodução, do envolvimento emocional dentro de um projeto reflexivo do eu no cotidiano, da importância jactanciosa da experiência sexual masculina e das necessidades de reprodução.

Desvinculada da reprodução, permite à mulher a reivindicação do prazer sexual. A livre escolha da maternidade e, portanto, o direito de recusá-la, foi uma reivindicação central e unânime do movimento de mulheres nos anos de 1970. Essa nova forma de vivência da sexualidade é fundamental para a emancipação implícita no “relacionamento puro”, assim como para a reivindicação da mulher ao prazer sexual.

“O relacionamento puro”, é parte de uma reestruturação genérica de uma verdadeira intimidade, um relacionamento centrado no compromisso, na confiança; a sua continuidade depende do nível de satisfação que cada uma das partes pode extrair da mesma, numa negociação transacional de vínculos pessoais, estabelecida por iguais. “Uma situação em que se entra em uma relação social apenas pela própria relação (...) e que só continua enquanto ambas as partes considerarem que extraem dela satisfações suficientes, para cada uma individualmente, para nela permanecerem” (GIDDENS, 1993, p. 68-69).

Ocorre, assim, a difusão de novas representações que valorizam a igualdade entre sexos, a autonomia do sujeito diante do controle familiar, maior liberdade na expressão afetiva e sexual. Essas novas representações nem sempre foram endossadas e aceitas por todos os integrantes da família, os princípios tradicionais do modelo familiar, ainda continuam como referencial para se pensar a vida doméstica.

Atualmente, a família se organiza não só pela relação de gênero, que gera uma rede de sociabilidade muito rica, quando a mulher começa se inserir no mercado de trabalho de modo intenso, conciliando atividades domésticas com atividades profissionais, mas também, pelo princípio do individualismo e do igualitarismo que marcam e mudam as relações (BARBOSA, 2001).

O princípio do igualitarismo faz com que as mulheres passem a exercer de modo muito intenso uma carreira, constituindo não apenas um trabalho realizado fora de casa, mas um trabalho em que elas se desenvolvem tanto quanto como os homens; um trabalho como carreira e projetado para o futuro. Exige-se, portanto, uma reciclagem do conhecimento feminino, para se manter no mercado de trabalho e para ter uma relativa ascensão trabalhista.

A família, nos dias atuais, tende a organizar-se de maneira democrática, na igualdade dos membros, genitores e filhos. Com isso, a função social das mulheres vai sendo alterada, ocorrendo transformação na organização doméstica e um redimensionamento da divisão rígida de tarefas, modificando e gerando outras situações sociais e familiares, como a divisão sexual do trabalho, mudanças nos modelos de masculinidade e feminilidade, aumento de escolarização feminina, desgaste da moral dualista e outros. Nesse contexto, o trabalho e a carreira passam a ter uma importância tão grande quanto o relacionamento afetivo (GOLDENBERG, 2005).

As relações afetivas tendem a ser pensadas de modo diferente. O universo dos relacionamentos afetivos não é regido pelo princípio da produtividade e, nem, pelo princípio formal que rege a relação de trabalho, mas é fundado na reciprocidade, na doação em relação ao outro, na troca recíproca, em que o comportamento dos parceiros doa-se, mantendo os limites, evitando a fusão.

O que ocorre é que as pessoas têm uma doação no casamento que passa a ser regida por uma relação menos contratual e mais da partilha. O marido e a mulher dividem as tarefas, partilham o que vai sendo negociado.

Ocorre, assim, a difusão de novas representações que valorizam a igualdade entre sexos, a autonomia do sujeito diante do controle familiar, maior liberdade na expressão afetiva e sexual. Os princípios sustentadores do modelo familiar deixam de ser o único referencial para se pensar a vida doméstica, embora nem sempre sejam endossados e aceitos por todos os integrantes das camadas médias (ROMANELLI, 1986).

Surge o que Salem (1989) chama de casal igualitário, que pode apresentar, como principal dilema, o tatear a áurea medida dos movimentos de “discriminação” dos parceiros, de modo que eles não redundem na fragmentação da unidade. Isto é, o indivíduo deve ver

saciado seu anseio de singularização e de não englobamento pelo outro e, ao mesmo tempo, deve continuar a se reconhecer na exigência de uma vida compartilhada e de uma existência comum. Em uma palavra, o desafio é o de, enquanto casal, ser dois e simultaneamente um só.

O casal igualitário dramatiza princípios que regem a ordem social individualista e exprime dilemas que lhe são inerentes... acompanhando premissas de base da ordenação individualista, os cônjuges percebem-se como sócios livre-contratantes e a cada um deles é outorgado — tal como aos “cidadãos” — antecedência lógica e moral sobre o contrato que os vincula. Nesse arranjo, o sujeito singular é concebido como inteligível em si mesmo e, cioso da preservação de sua liberdade individual, ele se antagoniza a qualquer instância que, encapsulando-o, possa comprometer a atualização desse valor (SALEM, 1989, p. 35).

Desse modo, o casal igualitário está comprometido com a ideia de sujeito singular, acompanhada nas premissas de base da ordenação individualista de que se estrutura em função de um encontro psicológico singular, ordenado internamente por um princípio da igualdade, rejeitando a diferença entre os gêneros.

A conjugalidade moderna adota como ideal a preservação da autonomia individual e da singularidade. O par igualitário enfatiza a importância do companheirismo e da amizade na relação sem esquecer a dimensão sexual, ponto fundamental para avaliar a “saúde” do vínculo conjugal (HEILBORN, 2004).

O casal contemporâneo busca uma relação mais de intimidade e democrática, fundada numa regra sociológica da mutualidade em que equipara o valor atribuído a identidades e, por conseguinte, a um apagamento das fronteiras entre o feminino e o masculino. Libera-se das constrições sociais e dos preconceitos culturais, e se compromete com a ideia de avanço, autoaperfeiçoamento e com a não-reprodução de modelos

O peso do coletivo diminui sobre o sujeito, concentrando grande número de trocas afetivo/sexuais entre si, e as pessoas conquistam algum espaço de um modo mais negociável do que na família, em que o familiarismo tem um peso muito rígido.

As famílias deparavam-se com alterações significativas influenciadas por processos de mudanças sociais, tanto geradas na sociedade quanto no interior da vida doméstica. Os valores da igualdade, liberdade, mudança e singularidade individuais, com tensão entre a tendência à simbiose e a busca de preservação da identidade individual no casal igualitário, passam a ser determinantes nos arranjos conjugais contemporâneos (HEILBORN, 2004).

Na busca de igualdade, liberdade e intimidade o casal igualitário enfrenta uma tensão em manter a unidade na diversidade, o desafio é construir uma unidade com dois e permanecer um só, numa ordem individualista.

Por adotar o cultivo da subjetividade na busca de autonomia individual e singularidade, o casal contemporâneo necessita uma atenção especial para o fechamento sobre si, talvez um dos maiores dilemas, pois para manter o espaço da individualidade na relação conjugal o cônjuge pode converter-se na única medida de si mesmo, considerar-se o único critério de avaliação tanto da realidade como das próprias opções, orientando-se e julgando-se absolutamente dono de suas decisões, perdendo de vista outros objetivos que não estejam centrados no próprio eu; e com essa postura a relação díade não acontece.

As mudanças das representações sobre as identidades de gênero, bem como as consequentes transformações na forma como alguns casais lidam com a questão da subjetividade e vivenciam a intimidade, passam a exigir uma reorganização da dinâmica do relacionamento conjugal em que estão presentes as representações modernizantes que envolvem a realização de aspirações associadas à vida conjugal, à reprodução biológica e ao futuro dos filhos.

A estabilidade familiar passa a depender do mútuo consentimento dos esposos, com tudo o que ela comporta: compatibilidade de gênio, adaptação sexual, harmonia conjugal, amor. Por outro lado, a opção pela reprodução biológica torna-se objeto de escolha a dois, e não simples consequência de relações sexuais. O comportamento reprodutivo dos casais é condicionado, entre outros fatores, pela condição financeira, tendo em vista o projeto de escolarização e os cuidados que os pais, sobretudo a mãe, podem dispensar aos filhos a fim de assegurar-lhes uma socialização condizente com o projeto de ascensão social das famílias de camadas médias (ROMANELLI, 1991).

Nesse processo de transformação, além da difusão de ideias feministas e da influência da psicologia e psicanálise, que alimentam a ideia do casal igualitário, questionando o lugar social da mulher e seus direitos, a grande novidade foi as transformações tecnológicas, proporcionando controles sobre a reprodução humana. Em especial da pílula anticoncepcional, que permitiu que a mulher passasse a controlar sua fertilidade, conquistasse liberdade sexual com segurança e praticidade e, mais recentemente, aliasse a contracepção a outros benefícios propiciados pela pílula; separou-se, assim, radicalmente a sexualidade da reprodução, deslocando o controle da reprodução biológica do homem para a mulher.

Paralelo ao surgimento da pílula, a taxa de fecundidade brasileira decresce da média nacional de 6,3 filhos em 1960 para 5,8 filhos em 1970, chegando ao patamar de 2,3 filhos em 2000. A região Sudeste foi a que registrou o menor índice de fecundidade, 2,1 filhos por mulher, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2000).

Segundo Berquó (1998, 2004), de 6,2 filhos por mulher entre 1940 e 1960, a taxa de fecundidade passou a 5,6 em 1970, caiu para 4,2 em 1980 e chegou a 2,5 em 1991. Entre 1991 e 2000, a queda da fecundidade foi de 12%³. A acelerada queda da fecundidade ocorrida no país nas últimas duas décadas explica a redução do tamanho das famílias.

O número médio de componentes caiu de 3,9 pessoas, em 1991, para 3,5 em 2000 e 1,6 filhos em 2005. As Famílias com um a quatro componentes estão mais presentes nas áreas urbanas, enquanto as Famílias com cinco a 11 pessoas são mais frequentes na área rural. As Famílias com até quatro componentes representam 60% do total no país. Nos últimos 45 anos, a taxa de fecundidade brasileira caiu quase 70%. Enquanto em 1960 cada mulher tinha, em média, seis filhos, em 2005 esse número caiu para dois (IBGE, 2009).

Entretanto, é preciso considerar que estamos em constante mudanças na família, e os dados do PNDA revelam que em relação ao decréscimo sofrido nas últimas décadas o índice de fecundidade subiu de 1,89 filho por família para 1,94, de 2008 para 2009. Em série histórica fornecida pelo instituto, é possível perceber que a média de filhos por família foi de 2,33 em 2001, tendo recuado sucessivamente nos anos seguintes: de 2,26 filhos em 2002; de 2,14 filhos em 2003; de 2,13 filhos em 2004; de 2,06 filhos em 2005; de 1,99 filho em 2006, e de 1,95 filho em 2007 (PNDA, 2009).

A relação conjugal e o trabalho doméstico começam a ser redefinidos, pois como marido e esposa estão no mercado de trabalho, as regras não são claras para o casal e para estabelecer a relação entre pais e filhos. Além do mais, a experiência dos pais para cuidar dos filhos vai ficando desatualizada.

O homem perde sua condição de autoridade e provedor principal, pois os ganhos femininos tornam-se necessários para compor o orçamento doméstico. Desse modo, os homens têm dificuldade em se adaptar aos novos papéis que deles são esperados, tais como o de pai mais acessível aos filhos e marido mais solidário nos afazeres domésticos. Já as mulheres, apesar das mudanças no seu papel, não conseguem se distanciar da condição de esposa e mãe, sentindo-se culpadas quando inseridas em carreiras promissoras, por não se dedicarem integralmente à casa e aos filhos (ROMANELLI, 1986).

³ A taxa de fecundidade cai tanto, por vários motivos. Antigamente, as famílias tinham muitos filhos porque sabiam que, com a alta taxa de mortalidade infantil, pelo menos a metade iria morrer. E precisavam que uma parte sobrevivesse para sustentar a família na velhice. Com a Previdência Social, o governo assume esse papel. Outro fator é a questão do crédito direto ao consumidor, que também é da década de 1970. Isso significa que as pessoas passaram a ter aspirações de consumo e a pensar um pouco mais se vão ter três filhos e comprar alguma coisa ou se vão ter dois. Além disso, as mulheres passaram a ficar muito mais expostas ao setor da saúde e começaram a receber informações sobre pílulas, laqueaduras e outros métodos anticoncepcionais. O quarto fator fundamental foi a verdadeira revolução da telecomunicação no Brasil, que com a televisão alcançou os rincões mais afastados do país (BERQUÓ, 2004)

Na tensão de introduzir alterações no núcleo das relações domésticas, que modificam o modelo hegemônico da instituição, os membros da família se encontram com inúmeras ambiguidades e questionamentos no que de fato deve ser feito e vivido, oscilam entre a adoção de condutas inovadoras e daquelas vinculadas aos valores convencionais; um movimento pendular que caracteriza a situação de transição em que vivem (ROMANELLI, 1991).

Nesse contexto de alterações na vida familiar, é mister considerar a influência da socialização primária e secundária⁴, bem como, o desmapeamento nos integrantes da família, para uma maior compreensão das dificuldades e indefinições nos modelos sexuais e na construção de papéis de gêneros.

Podem ocorrer conflitos que Nicolaci-da-Costa (1985) denominou descontinuidade socializatória, em que os diferentes sistemas simbólicos não conseguem se integrar, havendo forte resistência do indivíduo, tanto em relação à erradicação dos valores da socialização primária, quanto à incorporação dos valores da secundária.

Os sistemas simbólicos internalizados em diferentes momentos passam a coexistir no mesmo sujeito, caracterizando o chamado desmapeamento, e podem ocasionar conflitos e crises quando o sujeito se vê obrigado a ter de optar por apenas um único referencial.

O sujeito perde sua orientação social, convivendo com dois modelos simbólicos diferentes: o tradicional, que ainda não deixou de existir completamente, e o alternativo, que ainda não foi internalizado de maneira completa, o que pode ocasionar, muitas vezes, conflitos e crises, quando o sujeito vê-se obrigado a ter que optar por apenas um único referencial (NICOLACI-DA-COSTA, 1985).

As famílias estão se deparando com sérios desafios advindos tanto das suas necessidades internas como do seu meio social que, em algumas situações, favorece famílias cada vez mais ricas à custa de famílias cada vez mais pobres.

Nas famílias menos favorecidas, a situação é bem mais delicada e gritante, pois são excluídas da sociedade, sem os mínimos direitos respeitados. Sem condição de viver, enfrentam um meio social hostil e selvagem, a pobreza de bens e a carência de educação e de afeto tornaram-se epidêmicas para a família.

⁴ Socialização primária refere-se à internalização, durante a primeira infância, de determinado sistema simbólico que engloba os aspectos básicos da identidade dos sujeitos. Esse sistema serve de orientação para a inserção da criança no mundo social em geral e, normalmente, é apreendido em relações de forte carga afetiva, envolvendo a criança e outros agentes socializadores. A socialização secundária está relacionada às fases seguintes da vida, envolvendo, principalmente, os ambientes de escola, trabalho e lazer, tendo como socializadores vários agentes, além dos meios de comunicação, introduzindo o indivíduo em um determinado mundo social mais específico (BERGER; BERGER, 1980).

Nesse processo de negociação e de procura de diretrizes a família é motivada a ordenar a vida doméstica entre o tradicional e o moderno. Essa instabilidade doméstica favorece com que a dimensão da complementaridade, do individualismo e, consequentemente, do relativismo, perpassem de forma mais intensa a organização doméstica na sociedade contemporânea, em especial na relação pais e filhos.

O predomínio e valorização do interesse individual sobre o coletivo pelas tendências culturais contemporâneas favorecem nas relações familiares o individualismo, uma tensão entre interesses individuais e coletivos

Cria-se um espaço para uma convivência complicada, pois evidencia o interesse de cada um e diminui o interesse coletivo. Alguém que é individualista pensa, sente e atua segundo seus próprios interesses, importando em menor medida o contexto social em que se encontra e, às vezes, se torna ruim, com consequência nefasta, pois o que passa a valer é a competitividade, o êxodo em si (GOUVEIA, 2003).

Se o peso da família é muito intenso sobre a individualidade, o individual pode chegar ao extremo oposto, criando situações em que a solidariedade corre o risco de ficar obscurecida pela realização da predominância do desejo de uma pessoa da família.

Dessa forma, o individualismo abre um espaço de cisão em que comungar com o interesse coletivo se torna muito difícil. Há uma difusão muito grande do princípio do individualismo, que é realimentado muito intensamente pela própria lógica da sociedade capitalista, que coloca que é preciso vencer a qualquer custo, principalmente quando ocorrem situações de crise econômica.

O sujeito passa a buscar cada vez mais dentro de si mesmo soluções individuais para as mudanças nas relações afetivas e na vida doméstica; instala-se a cultura do “cada um por si” e do “vale-tudo”. Perdem-se as referências, vale tudo que possibilitar o sucesso, o bem-estar pessoal, o acesso a tudo aquilo que a vida pode oferecer. Não existem mais regras rígidas, “a verdade” e “o bem” perdem o seu primado. O que importa é o que é prazeroso para mim, o “nós” se reduz ao “eu” e o “nosso” ao “meu”; se implanta a absolutização do individualismo e do relativismo que gera a fragmentação do ser humano e, consequentemente, da família.

A fragmentação reduz a dimensão unitária e totalizante em si e intimamente ligadas entre si do ser humano e, consequentemente da família. Fratura essa que se manifesta em diversos níveis sociais e culturais, principalmente no estilo de vida dos membros da família e nas políticas públicas, que na concepção cotidiana, faz surgir a mentalidade das oposições, tais como: objetivo/subjetivo; público/privado; família/sociedade; fé/vida; ciência/religião e outros.

Algumas concepções da Psicologia também servem para realimentar o individualismo na família, pois no plano de algumas tendências o que se coloca é que o importante é que você se conheça e seja feliz, não sendo tão importante a relação com o outro. Essa realidade está presente nos vários segmentos da sociedade, que estimula a procurar a realização de suas aspirações.

No senso comum, a Psicologia ou o psicologismo passa a fazer parte da vida e das relações das pessoas; os termos “traumas”, “neurose”, “frustração” e outros, vão sendo incorporados no cotidiano das pessoas conforme o senso comum lhes possibilita, muitas vezes sem conhecimento, de fato, do que sejam essas realidades. As pessoas aplicavam essas nomenclaturas psicológicas conforme consideravam adequadas, quase sempre a partir do seu universo pessoal. Parece que tudo deve ter uma explicação psicológica, como se pode notar na célebre frase: “Freud, explica”.

Na perspectiva da influência da psicologia, surge, a partir dos anos 70, a psicologia social nos estudos de gênero, e, posteriormente, as terapias feministas, com abordagens terapêuticas feministas, na diversidade de pressupostos teóricos que fundamentaram diferentes práticas que emergiram, sobretudo, dos estudos e trabalhos com grupos de mulheres (NOGUEIRA, 2001).

As representações individualistas próprias da sociedade contemporânea passam a permear também a socialização infantil pela visão psicologizada e politizada dos genitores, com a intenção de não causar “traumas” e “problemas” posteriores aos filhos (BERGER; KELLNER, 1970)

Não se pode mais partir do pressuposto da existência de uma família tradicional nuclear conjugal para dar suporte ao desenvolvimento infantil. Modelo em que o pai era o único provedor e a ele era atribuída uma posição hierárquica de maior autoridade em relação aos demais elementos da família, e a mãe, delegada pelo marido, no âmbito da esfera privada, controlando as atividades dos filhos. Esses, os filhos, tinham identidades claras de acordo com os princípios que regiam a construção das identidades de gênero e com os princípios da divisão sexual do trabalho (FIGUEIRA, 1987; ROMANELLI, 1995b).

O aumento da participação feminina no espaço público não teve contrapartida no aumento da atividade do homem no espaço privado nem no necessário reforço das infraestruturas de apoio à família. Continua, por consequência, a recair sobre a mulher o essencial das tarefas de reprodução e renovação da força de trabalho. A maternidade será sempre um fator complicador quando a paternidade não for responsável.

Com a família contemporânea em processo de reformulação, presencia-se um crescente intercâmbio entre as funções materna e paterna, já que nos dias de hoje tanto os homens quanto as mulheres dividem seu tempo entre o trabalho fora de casa e os cuidados destinados aos filhos (DANTAS; JABLONSKI; FÉRES-CARNEIRO, 2004).

Este novo e importante papel provedor forçou uma modificação substancial nas relações familiares, o homem perde sua condição de autoridade e provedor principal, pois os ganhos femininos tornam-se necessários para compor o orçamento doméstico.

Assim, as pessoas alteram seu modelo orientador, entrando em uma situação nova e ambígua, para a qual não se tem referência sólida a seguir. Os homens modificam seu papel de autoridade e provedor, procurando se adaptar aos novos papéis que deles são esperados, tais como de pai mais acessível com os filhos e marido mais solidário nos afazeres domésticos. Já as mulheres não conseguem se distanciar de seu papel de esposa e mãe, sentindo-se culpadas, quando inseridas em carreiras promissoras, por não se dedicarem integralmente à casa e aos filhos (BRIOSCHI; TRIGO, 1987; JABLONSKI, 1986).

No período anterior à década de 1960, ressaltava-se apenas o papel do pai no processo de separação do vínculo simbiótico tido como normal entre mãe e filho e no estabelecimento de limites na educação, como também das consequências negativas de sua ausência parcial ou total no desenvolvimento saudável dos filhos.

Na década de 1960, período em que se consolidava o movimento feminista, as publicações começaram a valorizar o envolvimento direto do pai no cuidado com os filhos. A participação do pai passou a ser considerada necessária e reivindicada pelas mães à medida que essas se diferenciavam das gerações anteriores pelo engajamento progressivo em atividades laborais externas ao lar. Frequentemente tal participação passou a ser desejada pelo pai ao descobrir o prazer de compartilhar da intimidade de seus filhos (FALCETO e outros, 2008).

A inclusão do pai na órbita do privado tende a aproximá-lo dos filhos e estabelecer novas formas de sociabilidade na família, embora a inserção masculina em um universo associado à dimensão da vida interior e da subjetividade desloque o genitor para um espaço de indeterminação cultural, no qual ele não encontra modelos para orientar sua conduta (ROMANELLI, 1986).

Com isso, introduz-se uma importante mudança nas relações familiares, permitindo, ainda que de modo incipiente, um novo modo de vivenciar a paternidade. O modelo tradicional de pai distante, provedor e autoritário vai dando lugar a alguém participativo, envolvido nas questões de sua prole.

O exercício das atividades de paternidade, como os cuidados corporais e afetivos para com os filhos, pode ser um caminho para a construção de um novo modelo de homem mais afetuoso e terno (BRASILEIRO; JABLONSKI; FÉRES-CARNEIRO, 2002; COWAN; COWAN, 2000; LEWIS; DESSEN, 1999; WALZER, 1998; BOECHAT, 1997; SANCHEZ; THOMPSON, 1997).

Segundo Goldenberg (2000), assiste-se a uma proximidade do contato entre o genitor e os filhos, incentivando a demonstração de afeto e a participação ativa, durante o crescimento das crianças. Ainda, conforme a autora, estar-se-ia presenciando maior flexibilidade nos papéis paterno e materno, que podem sair dos estereótipos rígidos e experimentar novas situações.

No entanto, a paternidade na contemporaneidade ainda convive com três perspectivas diferentes: a tradicional, a moderna e a emergente. Na tradicional, o pai é representado como provedor, modelo de autoridade e poder, que sustenta economicamente a família, dá suporte afetivo à mãe, mas não se envolve diretamente com os filhos. Já a moderna evidencia o seu papel no desenvolvimento moral, escolar e emocional com os membros da família. E a emergente baseia-se na ideia de que os homens são, psicologicamente, capazes de participar ativamente dos cuidados e criação das crianças (FEIN, 1978).

As perspectivas referentes à paternidade, conforme Corneau (1995), a partir de uma visão da Psicologia Analítica, podem estar intimamente ligadas aos três papéis que os pais devem desempenhar com os filhos.

O primeiro é o de “separar” a criança de sua mãe e vice-versa; ele rompendo a simbiose estabelecida e colocando um limite na vida da criança ao reivindicar a mãe para si próprio também, estabelecendo uma relação triangular pai-mãe-filho que implica conflitos, mas que são fundamentais e construtivos, se vivenciados de modo saudável e respeitoso. Quando o pai recusa esse papel “conflitogênico” que lhe foi conferido, cria uma enorme dificuldade na organização dessa tríade familiar.

O segundo papel apresentado por esse mesmo autor é o de ajudar a confirmar a identidade de seu filho ou filha. O investimento paterno ao menino e à menina lhes dá segurança e autoestima.

E o terceiro papel do pai seria o de transmitir a capacidade de receber e de interiorizar os afetos que carrega consigo. Esse contato pode gerar cumplicidade aproximando pais e filhos, ajudando-os a estabelecer uma relação genuína e salutar de vínculo.

Conforme Dantas (2003), esse processo de aproximação do pai na órbita do privado é um desafio árduo e lento, pois é através da relação com os filhos, de sua participação na casa, que o

homem revive experiências circunscritas ao seu ambiente familiar de origem, que remexem sentimentos e relacionamentos e fazem com que, ao se tornar pai, o homem procure resgatar a experiência que teve com o seu próprio pai, o que pode gerar sofrimento e desconforto.

O genitor, muitas vezes, tem dificuldade de se relacionar afetivamente com o filho por estar condicionado ao medo da intimidade, à falta de contato com os próprios sentimentos e à agressividade reprimida, por sua própria identidade, que se formou também na sua relação com seu pai. Pois, a criança precisa reconhecer-se nos pais e ser reconhecida por eles, construindo-se, a partir daí sua própria identidade. E quando isto não acontece, o sujeito irá buscar uma segurança exterior, para compensar a insegurança interior relativa à sua identidade (CORNEAU, 1995).

E, ainda, precisa-se observar que o relacionamento entre genitor e filhos está também influenciado por fatores externos ao convívio familiar como: o desemprego, trabalho da esposa, divisão de responsabilidades, atuação de terceiros e outros.

Outra alteração na vida doméstica crescente no Brasil, que exemplifica as alterações na relação pais e filhos, é o tipo de relacionamento e cuidado que os avós passam a ter com os seus netos. Aqueles que antes desempenhavam os papéis indiretos nos cuidados e formação dos netos passam a assumir atribuições e obrigações de pais, devendo agora impor limites e regras, expandindo seus papéis na família e, muitas vezes, até substituindo os pais dos seus netos.

O censo demográfico de 2000 descreveu que 20% dos domicílios brasileiros tinham idosos como chefes de família, o que expressa um número de mais de 8 milhões de lares. Deste total, 36% são compostos por casal com filhos e/ou outros parentes (IBGE, 2002).

Os motivos mais comuns da expansão dos papéis dos avós na família relacionam-se a alterações nos valores da sociedade e, por consequência, no modo de vida moderno. Como exemplo: a inserção das mulheres no mercado de trabalho, dificultando-lhes o cuidado integral dos filhos; as dificuldades econômicas, como desemprego dos pais e necessidade de ajuda financeira por parte dos avós; necessidade de ambos os pais trabalharem para proverem o sustento doméstico; divórcio do casal, com retorno para casa dos pais, juntamente com os netos; novo casamento de pais separados e não aceitação das crianças por parte do cônjuge; gravidez precoce e despreparo para cuidar dos filhos; morte precoce dos pais; incapacidade dos pais decorrente de desordens emocionais ou neurológicas; uso de drogas ou envolvimento em programas de recuperação para usuários de drogas; envolvimento em situações ilícitas e problemas judiciais (SANTOS, 2003; GOODMAN; SILVERSTEIN, 2002; GLASS JR.; HUNEYCUTT, 2002; MINKLER; FULLER-THOMSON, 1999).

1.1 Igreja católica e família

Um outro fator que merece destaque para este estudo e continua a influenciar a estrutura e dinâmica da família brasileira é a matriz religiosa cristã europeia. Mesmo com o declínio do modelo patriarcal e dos controles religiosos tradicionais, os membros das famílias consideram-se atrelados ao religioso e de alguma forma lidam com a religiosidade.

As religiões cristãs com suas diversas e multifacetadas crenças e valores religiosos influenciam os comportamentos dos brasileiros em diferentes áreas da vida cotidiana (RIBEIRO, 1997)

Villa; Del Prette; Del Prette (2007) estudando a influência da religião sobre questões de família e casamento, considerando alguns pesquisadores em Psicologia (WEAVER; KOENIG; LARSON, 1997; THORNTON; AXINN; HILL, 1992) descrevem que pelo fato da religião cristã ter seus princípios favoráveis ao casamento e a família, os seus adeptos seguem, parcialmente ou na sua totalidade, às suas regras, portanto, maior o nível religioso, mais casamentos registrados acontecem.

Mesmo que o número de casamento na Igreja na sociedade brasileira esteja cada vez mais reduzido em relação ao aumento das uniões consensuais⁵, o evento religioso ainda está associado ao imaginário coletivo e às aspirações afetivas das pessoas, muitas vezes, relacionado aos contos de telenovelas, contos de fadas, aos sonhos de infância, tradição, os casais anseiam pelo ato religioso.

Segundo Barbosa (1999) há uma associação entre envolvimento religioso e redução de comportamento de risco para o casamento. Os casais com dimensão religiosa têm expectativas positivas com relação à família, ajustamento e satisfação conjugais, minimização de conflitos e aumento da tolerância. A relação entre religião e família recupera uma possibilidade de o homem contemporâneo reencontrar os significados que viabilizam a construção de sua identidade, em meio à dicotomização entre as esferas pública e privada provocada pela modernidade. A autora anteriormente citada ainda esclarece essa sua descrição com o dizer de Machado (1996, p. 32):

⁵ Comparando os resultados dos censos (IBGE) de 1980, 1991 e 2000, percebe-se que a categoria do casamento civil/religioso sofreu sucessivas quedas, passando de 63,9% em 1980, para 58,3% em 1991, decaindo para seu menor percentual, 49,4% no ano 2000. Este fator, se deve, sem dúvida, ao aumento, também sucessivo, da categoria da união consensual, a qual em 1980 correspondia a 11,7%, passando para 18,5% em 1991, até alcançar 28,6% em 2000, percentual superior a soma das demais categorias no mesmo período. Fonte: <http://www.webartigos.com/articles/10194/1/Civil-Religioso-Consensual-Projecoes-e-Variantes-do-Casamento-no-Brasil/pagina1.html#ixzz1FkKn7Biv>

(...) a religião e a família (grupo onde os valores religiosos são ratificados) funcionariam como uma espécie de mecanismo de equilíbrio, oferecendo ao indivíduo uma ordem integradora e cheia de significados para a sua vida em sociedade.

A religião tem sido ao longo dos tempos uma poderosa força norteadora dos valores da família e da sociedade. A religião influencia expectativas, modela comportamentos, altera desejos e frustrações, como também ensina como se relacionar com o mundo. (PRANDI, 1997). Dentro desse espaço religioso a Igreja Católica tem uma atuação marcante na realidade social brasileira que realiza grandes esforços, utilizando-se de seus recursos próprios, para conscientizar e difundir o valor da família, como instituição sagrada.

Põe-se assim a toda a Igreja o dever de uma reflexão e de um empenho bastante profundo, para que a nova cultura emergente seja intimamente evangelizada, sejam reconhecidos os verdadeiros valores, sejam defendidos os direitos do homem e da mulher e seja promovida a justiça também nas estruturas da sociedade. Em tal modo o «novo humanismo» não afastará os homens da sua relação com Deus, mas conduzi-los-á para Ele mais plenamente (*Familiaris Consortio*, 1980, no. 08).

Como a Igreja exerce grande influência na sociedade brasileira, sua interpretação acerca das questões sobre relacionamentos familiares são profundamente relevantes, sobretudo para os católicos. Por isso, casamento, separação, segunda união não podem ser analisados sem se levar em conta a postura da Igreja diante de mudanças profundas e intensas que afetam a família.

A Igreja Católica exerceu – como ainda exerce – muita influência sobre o casamento e a separação. A partir do reinado de Luís, o Piedoso (814-840), a Igreja pôde oficializar na realidade social a prática geral da monogamia e da indissolubilidade dos matrimônios, proibindo totalmente o divórcio dos cônjuges (ARIÉS; DUBBY, 1995).

Pela primeira vez, no ano de 1274, no segundo concílio de Lyon, a Igreja Católica fala em sete sacramentos, mencionando explicitamente o matrimônio, embora acreditasse que desde o início do cristianismo essa verdade era implícita. Assim, o sacramento do matrimônio eleva ao plano sobrenatural⁶ a instituição natural⁷ do casamento (BETTENCOURT, 2002).

⁶ O termo “sobrenatural”, em Teologia, não significa algo maravilhoso e surpreendente, mas é o que ultrapassa os postulados de qualquer criatura (assim, se Deus deu olhos a uma criatura, esta pode postular luz; se lhe deu ouvidos, pode postular som). Numa palavra, sobrenatural vem a ser a elevação da criatura humana à dignidade de ver Deus face a face com todos os dons que esta vocação sublime implica (BETTENCOURT, 2002).

⁷ A lei natural é a lei que o Criador promulga mediante a natureza de cada criatura. Pode ser física ou moral. A existência da lei natural moral é afirmada pelo testemunho de todos os povos assim como pela experiência individual ou coletiva dos homens contemporâneos. Quem nega a Lei natural, nega a Metafísica, que tem índole imutável e universal (BETTENCOURT, 2002).

Inserida na realidade, a Igreja Católica tem se ocupado e preocupado com o matrimônio dos cristãos católicos, impondo-lhes exigências decorrentes da opção que fizeram ao se casarem, pois considera o matrimônio uma realidade sagrada, estabelecida por Deus.

Em sintonia com as orientações da Igreja Universal, sediada na Santa Sé⁸, Vaticano, a Igreja Católica presente no Brasil estabelece a sua atuação pastoral através de renovações em suas posturas, transformando a vida religiosa em experiência profundamente significativa para as pessoas e, nesse sentido, atende a situações e problemas sociais concretos, como a organização familiar. Procurando por todos os meios insistir sempre na importância da família, a Igreja Católica toma-a como “base da sociedade”, pois considera que a família está intimamente ligada à salvação individual e coletiva.

Os cônjuges cristãos, pela virtude do sacramento do matrimônio, pelo qual significam e participam do mistério de unidade e fecundo amor entre Cristo e a Igreja, ajudam-se a santificar-se um ao outro na vida conjugal bem como na aceitação e educação dos filhos; têm para isso, no seu estado e função, um dom especial dentro do povo de Deus (1Cor 7,7). Desse consórcio procede a família, onde nascem os novos cidadãos da sociedade humana, que, pela graça do Espírito Santo, se tornam filhos de Deus no Batismo, para que o povo de Deus se perpetue no decurso dos tempos. É necessário que nesta época de igreja doméstica os pais sejam para os filhos, pela palavra e pelo exemplo, os primeiros mestres da fé. (*Lumen Gentium*, 1967, no. 11)

Diante da realidade da família que se encontra num quadro de inquietações, questionamentos e de crescentes mudanças e renovações, segundo Scola (2003) houve por parte do sujeito eclesial uma incapacidade de transmitir as razões da fé ao homem contemporâneo; faltou uma comunicação real, prenhe de razões, da vida cristã na sua capacidade global e totalizante de responder às perguntas que constituem o coração do ser humano.

Contudo, é inegável o esforço da Igreja, principalmente do episcopado brasileiro em procurar estar atento a nova realidade familiar. Pelas Diretrizes Gerais da Ação Pastoral da Igreja no Brasil (1991-1994), reafirmando que o matrimônio está ordenado para o bem dos cônjuges e a geração e educação da prole, com as propriedades essenciais da unidade e da indissolubilidade, destaca os desafios e responde a eles orientando os fiéis católicos a entenderem e perceberem as mudanças ocorridas no campo da família, indicando três aspectos particularmente importantes.

⁸ A denominação Santa Sé Apostólica, ou Santa Sé, no Código de Direito Canônico (CDC), inclui não só o Romano Pontífice, mas também - a não ser que pela natureza da coisa ou pelo contexto das palavras se depreenda o contrário - a Secretaria de Estado, o Conselho para os negócios públicos da Igreja e os demais organismos da Cúria Romana (CDC, 1983, cânone 361).

O primeiro refere-se ao individualismo e à emergência da subjetividade (mais frequente entre as camadas média e alta, que dispõem de mais recursos para fazerem o que desejam), e que atingem a todos pela difusão de valores e padrões culturais de consumo, tidos como “modernos” ou “avançados”. O segundo reporta-se ao pluralismo cultural e religioso que contrapõe a sociedade tradicional, que tendia a reduzir ou a submeter todos a uma única cultura, religião e visão do mundo, e que dá lugar a um universo diferenciado e pluriforme, que se manifesta num amplo leque de posições no plano religioso e ético. Por último, inclui os efeitos negativos da indústria cultural.

Assim, as famílias que tinham como eixo e referência a religião agora devem adaptar-se à sociedade moderna, voltada de forma obsessiva para a produção e o consumo de bens. Segundo o episcopado brasileiro, essa realidade conduz à desorientação das famílias, ao mesmo tempo em que torna mais difícil e necessária a tarefa educativa para ajudar a criança e o jovem a adquirirem uma personalidade madura, capaz de opções firmes e discernimento crítico dos valores.

No tocante a segunda união dos casais, a Igreja Católica recorda os batizados, que a segunda união de casais unidos pelos laços do matrimônio, sacramentalmente válido e consumado, se encontra numa realidade que a Igreja considera como situação irregular.

Essa situação irregular impossibilita a Igreja de reconhecer como válido a essa segunda união pela não comunhão com as propriedades essenciais do matrimônio: a unidade e a indissolubilidade. Qualquer nova união contraída por um dos cônjuges enquanto o outro ainda vive é tida como violação ilícita do vínculo sacramental anterior, violação que gera um estado de vida contrária ao Plano do Criador.

Contudo, a Igreja Católica, com um longo percurso histórico de preocupação e solicitude para com as uniões que se encontram em situação irregular⁹ e como Mãe que é, se mantém atenta e acolhedora com os seus filhos batizados que contraíram uma união, contrária ao Plano do Criador, através do princípio da misericórdia e verdade. Procura acolher e orientar os casais em Segunda União, em particular na América Latina e mais especificamente no Brasil, conscientizando os casais sobre os princípios fundamentais e iluminadores: o salvífico – Deus não nega a salvação a ninguém, em qualquer situação; o batismal – quem

⁹ Situação Irregular: a Igreja não dispõe de uma nomenclatura para os casais em segunda união, por isso em alguns documentos se utiliza o termo "irregular", para dar uma conotação geral de uma situação irregular, por terem sido infiéis ao seu matrimônio, a Deus e à Igreja, quando se uniram conjugalmente a uma outra pessoa, com o seu matrimônio precedente válido, contradizendo a lei divina (natural) da unidade e indissolubilidade matrimonial.

vive a segunda união não renunciou ao batismo e à fé; e o eclesial – os casais em segunda união são membros da Igreja e fazem parte da sua vida e da sua missão.

Sobre a tarefa educativa dos filhos, a Igreja Católica na Carta Encíclica *Familiaris Consortio* número 36, exorta os pais ao dever de educar como primordial vocação dos cônjuges à participação na obra criadora de Deus: gerando no amor e por amor uma nova pessoa, que traz em si a vocação ao crescimento e ao desenvolvimento, os pais assumem por isso mesmo o dever de ajudar eficazmente a viver uma vida plenamente humana. Assim, a Igreja Católica considera dever dos pais criar um ambiente de tal modo animado pelo amor e pela piedade para com Deus e para com os homens que favoreça a completa educação pessoal e social dos filhos. A família é, portanto, a primeira escola das virtudes sociais de que as sociedades têm necessidade.

A família é a primeira e fundamental escola de sociabilidade: enquanto comunidade de amor, ela encontra no dom de si a lei que a guia e a faz crescer. O dom de si, que inspira o amor mútuo dos cônjuges, deve pôr-se como modelo e norma daquele que deve ser atuado nas relações entre irmãos e irmãs e entre as diversas gerações que convivem na família. E a comunhão e a participação quotidianamente vividas na casa, nos momentos de alegria e de dificuldade, representam a mais concreta e eficaz pedagogia para a inserção ativa, responsável e fecunda dos filhos no mais amplo horizonte da sociedade. (*Familiaris Consortio*, 1980, no. 37)

A realidade dos pais católicos em segunda união como batizados seguidores dos ensinamentos da Igreja e pais solícitos, recebem, também, da Igreja a exortação de que devem educar os filhos na fé cristã (*Familiaris Consortio*, 1980) fazendo-os partícipes de todo o conteúdo da sabedoria evangélica, segundo ensina a Mãe Igreja. Relembra ainda os pais que essa educação na fé dentro da comunidade eclesial é uma obra que prepara os corações dos pais para receberem a força e a clareza necessárias para superar as dificuldades reais que encontram em seus caminhos e plena transparência do mistério de Cristo que o matrimônio cristão significa e realiza (JOÃO PAULO II, Alocução de 1997 - Discurso 4).

Contudo, a educação religiosa na família é frágil, principalmente pelas dificuldades criadas pela realidade social como: o consumismo, o materialismo, hedonismo, e ainda, com a ausência de um dos pais, motivada pelas dificuldades econômicas, excessiva dedicação ao trabalho, ou mesmo pelo divórcio. É comum aos pais delegarem a terceiros a educação dos filhos, bem como a educação religiosa, transferem essa responsabilidade para as Paróquias com sua estrutura catequética, muitas vezes fundada num estilo escolar (DIRETÓRIO DA PASTORAL FAMILIAR, 2004).

Diante das transformações sociais e culturais, da ditadura do individualismo que influenciaram diretamente a estrutura e dinâmica familiar também no que se diz respeito à

socialização das crianças, em especial a paternidade, outro aspecto que deve ser considerado é o lugar que os filhos ocupam na dinâmica familiar.

Na visão contemporânea, os filhos assumem para os pais a preocupação principal da convivência familiar e o sentido de sua função cuidadora (CALDANA, 1998). Os filhos passam a orientar e delimitar a dinâmica familiar, eles assumem a razão da vida familiar, ocupam o centro de gravidade das famílias contemporâneas.

São os filhos que passam a definir a extensão e os limites da família, através de aprovação ou desaprovação clara ou sutil da relação familiar. Os pais, influenciados pelo individualismo e relativismo na educação e socialização dos filhos, se colocam numa situação de fragilidade na conduta a ser exercida no cotidiano da família.

Talvez essa permissão dos pais esteja na falta de critérios e orientação na educação e socialização dos filhos, diante das novas técnicas de educação e ensino que se desenvolvem na sociedade contemporânea. Parece diminuir a competência dos pais na educação e socialização de seus filhos e decrescer sua influência.

No entanto, nesse contexto de mudanças na relação pais e filhos, numa sociedade que valoriza o individualismo, é nítida e clara a importância da família (pais e irmãos) no desenvolvimento da criança, principalmente porque ela é responsável pela socialização primária da criança, condicionando o sistema simbólico que engloba os aspectos básicos da identidade dos sujeitos.

As situações de mudanças podem contribuir para a busca de alternativas para a vida familiar acarretando um número cada vez maior de separações matrimoniais, acompanhadas de sofrimento em virtude da frustração pelo primeiro casamento não ter atingido o que se esperava. A pessoa que se separa torna-se mais vulnerável a uma representação social de fracasso. Isso sem contar os sofrimentos provocados pelas inúmeras perdas, em particular no que se refere ao relacionamento com os filhos, embora para muitos a separação traga certo alívio pelo sofrimento outrora vivido com o ex-cônjuge.

2. Filhos: separação conjugal/divórcio

2.1 A separação/divórcio na sociedade brasileira

A palavra “divórcio”, etimologicamente, vem do latim *divortium*, “separação”, derivada da palavra *divertere*, que significa “tomar caminhos opostos, afastar-se”, talvez esta possa ser a razão pela qual este vocábulo latino é utilizado, na língua portuguesa, para

designar separação de cônjuges, rompimento do casamento civil por meio de dissolução judicial do matrimônio.

No Brasil, a legislação do divórcio de 1977 alterou a lei do desquite e possibilitou a dissolução total do casamento, concedendo aos ex-cônjuges a possibilidade de casarem-se novamente, o que, até então, era juridicamente impossível.

O divórcio, tal como a morte de um dos cônjuges, a nulidade ou anulação do casamento e a separação judicial (desquite), eram os motivos mais comuns para o término da sociedade conjugal. Todavia, o vínculo do casamento válido somente era dissolvido pela morte de um dos cônjuges ou pelo divórcio. Já a separação judicial mantinha o vínculo matrimonial, embora dissolvesse a sociedade conjugal.

Assim é que, apesar de pôr fim aos deveres de coabitação, fidelidade recíproca e ao regime de bens, a separação judicial não permitia novo casamento dos cônjuges, que, aliás, poderiam restabelecer, a todo tempo, a sociedade conjugal. O divórcio, ao contrário, permitiu que os ex-cônjuges contraíssem novo casamento entre si ou com terceiros.

É importante registrar que a nulidade do casamento, seja a nível civil ou religioso, torna o casamento inválido. Portanto, casamento nulo é casamento que nunca existiu. Pela lei civil brasileira, é nulo o casamento contraído pelo enfermo mental sem o necessário discernimento para os atos de vida civil ou, ainda, por infringência de impedimento. Pela legislação canônica, o matrimônio pode resultar nulo por impedimento, por falta de consentimento e por falta de forma. Nesses casos, os cônjuges podem contrair “novo” matrimônio¹⁰.

A promulgação de leis reconhecendo e legitimando as separações que já ocorriam antes mesmo da regulamentação legal colaborou para que o divórcio perdesse o estigma e o tornasse socialmente mais aceitável, diminuindo o preconceito da época e, obviamente, abrindo espaço para que o tema fosse discutido com novas perspectivas. Esses fatores legais contribuíram para que as pessoas ficassem menos agregadas ao casamento como instituição levando-as, conseqüentemente, a ter o divórcio como solução.

O aumento no número de divórcios no Brasil e em outros países ocidentais na segunda parte do século XX se deve há múltiplos fatores interligados, tais como culturais, demográficos, sociais e, principalmente, pessoais. Esses mesmos fatores têm contribuído para a manutenção de taxas relativamente elevadas de divórcio no século XXI, bem como ao aumento das taxas de coabitação (AMBERT, 2005).

¹⁰ Pela lei civil, casamento “nulo” é uma coisa, casamento “anulável” é outra. A legislação canônica trata de casamento “nulo”, não “anulável”. Por isso, somente me referi a casamento “nulo” (can. 1156).

A decisão dos cônjuges pelo divórcio pode estar ligada a fatores como resultado das tendências de secularização, à facilitação dos processos legais, bem como à tendência para o individualismo.

Quando o individualismo é acoplado com uma ideologia de gratificação, particularmente sexual e psicológica, onde as pessoas são encorajadas a ser “feliz” e “realizadas”, afeta diretamente a mentalidade dos cônjuges sobre seu casamento (GLENN, 1996).

O Brasil atingiu nos últimos tempos a maior taxa de divórcio desde 1977, ano em que a separação foi instituída. De acordo com a pesquisa “Estatísticas do Registro Civil 2007”, divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), para cada quatro casamentos civis foi computada uma separação, atingindo o percentual de 1,49 para cada mil habitantes. A taxa de divórcios cresceu, assim, 11,5%, passando de 160.848 para 179.342, no Brasil (IBGE, 2007).

Segundo os técnicos do órgão, a desburocratização dos procedimentos através da Lei 11.441, de 4 de janeiro de 2007, que possibilita a realização do divórcio nos cartórios, com menos burocracia e maior rapidez, pois os processos são facilitados e agilizados, tornando mais simples os procedimentos de separações e de divórcios consensuais, permitindo aos cônjuges realizarem a dissolução do casamento, através de escritura pública, em qualquer tabelionato do país, e, ainda, a mudança no comportamento da sociedade, que passou a aceitar o divórcio de forma mais comum, são fatores responsáveis pela elevação da taxa do aumento do número de divórcio no país.

Anteriormente à nova lei de 2007, o divórcio e a separação eram necessariamente judiciais, obrigando-se, inclusive, o juiz, antes de decretar a separação ou o divórcio, a concentrar esforços no sentido de reconciliar o casal. Isso porque, do ponto de vista constitucional, a família é a célula *mater* da sociedade e, como tal, deve ser preservada pelo Estado (BRASIL, CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA, art. 226).

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística demonstram a constante elevação do número de separações e divórcios ocorridos no Brasil. Entre os anos de 1998 e 2003 a elevação foi de 44% e 17,8%, respectivamente. Já no período entre 2004 e 2005, as separações judiciais aumentaram 7,4%, mantendo um crescimento gradativo. O número de divórcios no país acompanhou a tendência do aumento gradativo dos últimos anos: de 1993 a 2008, o volume de separações subiu de 87.885 para 90.421, e o de divórcios, de 94.896 para 153.811, registrando no ano 2008, 4,6% de acréscimo em relação ao ano anterior (IBGE, 2008).

O casamento entre jovens é outro fator que merece ser considerado diante do aumento do divórcio. Os jovens podem estar em uma situação menos preparada para o casamento, principalmente por não estarem tão maduros para lidar com conflitos, por ainda se encontrarem numa instabilidade econômica, própria daqueles que se iniciam no mercado de trabalho e nem emocionalmente estáveis para uma convivência com pessoas diferentes nas diversas situações próprias do cotidiano familiar.

Pessoas muito jovens que estão iniciando sua carreira profissional normalmente têm baixos rendimentos; a instabilidade financeira é um fator que modifica a convivência familiar, principalmente quando se está inserido numa sociedade capitalista, onde o dinheiro significa estabilidade e segurança. A busca de estabilidade financeira e material, faz com que se invista grande parte do tempo nas atividades voltadas ao mercado de trabalho, reduzindo, assim, o tempo e as condições para os relacionamentos pessoais e o cultivo de valores familiares (AMATO; PREVITI, 2003).

O aumento gradativo da expectativa de vida dos brasileiros também pode ser um elemento importante para entender a elevação gradativa no número de divórcios na sociedade brasileira. A previsão é de que a esperança de vida da população brasileira de ambos os sexos deve alcançar 80 anos por volta de 2040 e 81,3 anos em 2050, segundo a pesquisa do IBGE, divulgadas na Tábua Completa de Mortalidade da População do Brasil (IBGE, 2008)

De acordo com dados do IBGE, a esperança de vida da população brasileira era de 45,5 anos em 1940 e 47,5 anos na década de 50. Ou seja, em cem anos (2050), a esperança de vida deve subir até 35 anos. Em 2008, a esperança de vida ainda era de 72,8 anos. O levantamento mostra que a esperança de vida para os homens subiu de 18,49 anos para 19,46 anos e para as mulheres, de 21,26 anos para 22,70 anos.

Com a legalização do divórcio, a família assume novas configurações que, por sua vez, geram também outras formas de sociabilidade. O número de divórcios cresceu e os casamentos também, embora houvesse expressivo aumento no número de uniões consensuais, isto é, quando um casal passa a viver junto, prescindindo de casamento civil, enquanto a nupcialidade legal e religiosa foi perdendo seu valor.

É importante considerar que as uniões consensuais, que eram comuns entre a população de baixa renda, aumentam em todas as camadas sociais. A forma de união muda, mas as pessoas não deixam de viver juntas, o que mostra a importância da vida a dois e da constituição da família e tendem a reproduzir os aspectos principais do modelo tradicional de conjugalidade, como a fidelidade, o amor, o respeito e a coabitação (QUINTEIRO, 1990).

Segundo o IBGE (2008), o brasileiro está casando mais, pois o número de casamentos tem sido crescente nos últimos dez anos, com destaque para o período compreendido entre 2003 a 2007.

Na comparação dos resultados para os anos de 1998 e 2007, as estatísticas mostram que o percentual de crescimento dos registros de casamentos nos cartórios do País foi de 31,1%.

Quadro 1 - Casamentos, por mês do registro, estado civil do homem e da mulher, grupos de idade do homem e da mulher e lugar do registro - Brasil

Variável = Número de casamentos (Unidades)					
Ano					
2003	2004	2005	2006	2007	2008
748.981	806.968	835.846	889.828	916.006	959.901

Fonte: IBGE (2008) - Estatísticas do Registro Civil

Segundo o IBGE, a melhoria nos serviços de registro civil de casamento, a maior procura dos casais para formalizarem suas uniões consensuais, incentivados pelo código civil renovado em 2002, e as ofertas de casamentos coletivos promovidos contribuíram para este crescimento estatístico.

A tendência observada nos indicadores estatísticos interrompeu a sequência de redução de casamentos que vinha ocorrendo de 1999 e 2002 e que expressava o comportamento da relação casamentos/população também observado no início da década de 1990.

O aumento do número de casamentos e divórcio no Brasil pode ter sido motivado, também, pelas mudanças de comportamento na sociedade brasileira que influenciaram diretamente a estrutura e dinâmica da família.

Nos integrantes das famílias ainda permanece uma versão idealista de não divorciarem, pois buscam o casamento com o desejo de preservar o relacionamento, procurando, com isso, evitar o seu fim, apesar da impossibilidade de controlá-lo. Mesmo que exija renúncias ou mesmo implique rotinas, investem na vontade de cuidar e de preservar o sujeito cuidado, muitas vezes pelo exercício da tolerância e paciência para lidar com a diferença do outro. Diferença que deve ser suportada, sob pena de resultar no fim do relacionamento.

O projeto da relação amorosa estaria ligado à aceitação, à acomodação e à adequação da obrigação moral frente ao relacionamento amoroso, aceitar o outro e a situação assim como é. Uma forma de proteger o amor romântico das inseguranças inerentes à relação, mesmo podendo representar sofrimento, aprisionamento e escravidão, e, ainda, resultar no fim do relacionamento conjugal (COSTA, 1998).

Trata-se, segundo Bauman (1997), do,

[...] esforço para emancipar o relacionamento de sentimentos erráticos e vacilantes, para assegurar que – aconteça o que acontecer com suas emoções – os parceiros continuem a beneficiar-se dos dons do amor: o interesse, o cuidado, a responsabilidade do outro parceiro. Um esforço para alcançar o estado em que se possa continuar recebendo sem dar mais, ou dando não mais do que o padrão estabelecido exige. (p. 115)

Atualmente, apesar do modelo de união eterna e dos ideais do amor romântico continuarem a ser o ideal das pessoas, estas já não acreditam na indissolubilidade da união entre os cônjuges e, tampouco, na obrigatoriedade da manutenção de um casamento insatisfatório ou sem amor. Ocorre uma mudança na moral conjugal que indica ser preferível uma solidão, articulada à possibilidade de outra relação, a manter uma união baseando-se na comodidade ou hábito.

Para haver o casamento, é necessário o amor e o companheirismo, como características principais, e não mais a eternidade. Instala-se a ideia de que a relação entre os envolvidos tenha por eixo, cada vez mais, o desejo recíproco e menos a obrigação. Prioriza-se a igualdade e o respeito à mútua individualidade. (COSTA, 2007; GARCIA; TESSARA, 2001; HADDAD, 2006; TURKENICZ, 1995).

A promessa feita pelos nubentes diante do altar, de permanecerem juntos até que a morte os separe, esbarra nestes senões: as pessoas hoje vivem muito mais do que na antiguidade e são pressionadas a mudarem de hábitos, roupas, eletrodomésticos, carros e tudo mais o que for, no menor espaço de tempo. Assim, em primeiro lugar, algo que pode ser tolerado ou aceito por dez anos, talvez não o seja por cinquenta [...] Em segundo lugar, o forte apelo em prol de constantes mudanças pode estar precipitando uma indesejável generalização, até para áreas ligadas aos relacionamentos (JABLONSKI, 1998, p. 93).

As pessoas não estão dispostas a fazer muitas concessões, seguem o princípio custo-benefício, tal como nas relações de mercado, conforme os lucros obtidos, o relacionamento continuará recebendo investimentos ou será suspenso (BAUMAN, 2004; COSTA, 1998).

O casamento não é mais visto como uma instituição centrada na responsabilidade mútua, mas agora é baseada na busca da felicidade, realização e companheirismo. Como

afirma Simons e outros (1996, p.219), “se a razão de estar num casamento é o amor e apoio mútuos, é difícil para as pessoas se justificarem permanecer em um relacionamento onde isso não é mais presente”

O relacionamento passa a depender mais do indivíduo, através do vínculo emocional íntimo, balizado pela satisfação mutuamente extraída da relação, podendo ser finalizado, unilateralmente, em qualquer momento da convivência à dois.

Os aspectos emocionais e psicológicos da vida conjugal como sexo satisfatório, afinidade, lealdade, respeito e confiança adquirem maior importância. A duração do casamento parece estar diretamente relacionada aos acordos e acertos do casal. Quando esses acordos são de alguma forma rompidos, surgem tensões e conflitos que acarretam desgaste do casamento e podem levar ao divórcio (MALDONADO, 1995).

A liberdade para se abandonar a relação a qualquer momento é latente, o amor não está alicerçado em compromissos a longo prazo. Privilegia-se o momento em detrimento do futuro, a trajetória do relacionamento não tem importância. As relações tornam-se superficiais. Não há qualquer tipo de garantia.

A tolerância é reduzida quando o casamento não cumpre com as expectativas de realização pessoal (AMATO, 2000), os casais passam a ser menos tolerantes com os seus desafios e menos dispostos a assumir os sacrifícios necessários da vida a dois.

Passam a não aceitar que o casamento não corresponda às suas expectativas de felicidade, prazer, compreensão mútua e companheirismo (STRAUBE; GONÇALVES; CENTA, 2003; FÉRES-CARNEIRO, 1998; OLIVEIRA, 1996).

O relacionamento é mantido pela aceitação por parte de cada um dos parceiros, “até segunda ordem”, e de que cada um obtenha da relação benefício suficiente que justifique a continuidade. Uma relação que favoreça a individuação e a intimidade, no exercício da arte do erotismo, até o ponto em que os parceiros a considerarem desejável ou essencial (GIDDENS, 1993).

A continuidade do relacionamento amoroso contemporâneo está atrelada à lógica de produção capitalista, que dá tudo (ou quase tudo) ao outro enquanto se encontram gratificações e compensações. No momento em que isso não ocorre, desinveste-se na relação. Esse tipo de relação implica que o amor seja unilateral. No entanto, as trocas recíprocas parecem sair da configuração do amor exclusivo pelo sustento e segurança, para adentrar na lógica do exercício igualitário de ações para manutenção física e psicológica do casal, desde as atividades de rotina diária até manifestação sexual multifacetada e compartilhada (GUEDES; ASSUNÇÃO, 2006).

Jablonski (2001) considera que a sociedade contemporânea cria nos indivíduos uma expectativa muito difícil de ser alcançada ao tornar sinônimos amor-paixão e casamento, gerando desejos que não se poderão cumprir.

O desejo conflitante de intensificar mais os vínculos e, ao mesmo, tempo mantê-los mais livres e soltos, colaborou com a fragilidade dos vínculos humanos na contemporaneidade. Essa ambivalência, caracterizada nos relacionamentos atuais, resulta em ansiedade, superficialidade e brevidade dos relacionamentos. Instala-se, principalmente, um sentimento de insegurança e instabilidade em que os cônjuges têm a intenção de estar juntos e, ao mesmo tempo, não estabelecer relações duradouras. Aquilo que Bauman (2004), ao descrever as relações virtuais, chama de amor líquido, resultante, principalmente, da instabilidade e insegurança que impera na modernidade líquida e que passa a caracterizar as relações de amor, provenientes do risco que poderá trazer um novo relacionamento diante do qual previsões e mecanismos de controle não se aplicam.

Os casamentos podem tornar-se mais fugazes quando a relação oscila “entre sonho e o pesadelo e não há como determinar quando um se transforma no outro”, por isso é mais comum a dissolução do vínculo do que a perseverança na busca de alternativas para a resolução (BAUMAN, 2004, p. 8).

O aspecto religioso na instituição do casamento não é mais determinante, pois houve a dessacralização do casamento. Para muitos, o casamento tornou-se uma escolha individual em vez de um pacto diante de Deus e essa mudança contribuiu para a aceitação da sua natureza temporal (CHERLIN, 2004).

Contudo, mesmo com o divórcio fazendo parte do universo cultural e social das pessoas, é importante considerar que, normalmente, as pessoas não contraem um casamento com a intenção de divórcio, talvez por ser considerado um grande rompimento no processo ideal do ciclo de vida familiar, uma ação imprevisível que impõe novos desafios e novas reorganizações tanto para a família quanto para o indivíduo, afetando os membros da família em todos os níveis geracionais, tanto a família nuclear como a ampliada e provocando uma crise para a família como um todo e também para cada indivíduo que a compõe (CARTER; MC GOLDRICK, 1995).

Por ciclo vital se entende um processo integrador das fases ou etapas pelas quais as famílias passam definidas sob alguns critérios, desde o início da sua constituição em uma geração até a morte do ou dos indivíduos que o iniciaram. O ciclo vital familiar evidencia a trama relacional dos membros da família através do tempo, conectando as distintas gerações que a compõem (MORÉ; QUEIROZ, 2007; CERVENY; BERTHOUD, 1997).

A família, normalmente, apresenta um ciclo vital, também chamado “carreira da família” (KLEIN, 1996), que se move continuamente ao longo do tempo, vivenciado em forma diferente e variável, de acordo com vários condicionamentos inerentes a ela como a idade dos membros da família, tempo de união do casal, a cultura familiar entre outros. Segundo Cervený; Berthoud (1997, p.17), “cada família constrói sua história e este processo de construção da realidade se dá no dia-a-dia, ao longo do ciclo vital”.

A família passa por diferentes momentos significativos e padronizados na sociedade em que se insere. Funciona como um sistema de relações complexas que se move através do tempo, com valores próprios estabelecidos entre os membros, que ora são incorporados ao grupo e ora o deixam (BOEHS; MANFRINI, 2005; CERVENY; BERTHOUD, 1997).

O ciclo vital familiar não define por si só a trajetória pela qual todas as famílias deveriam passar ao longo de seu desenvolvimento, nem mesmo estabelecem rigidamente o começo e o fim de um determinado período; a proposta deve ser entendida como um meio de orientação para se entender a dinâmica da família.

A dinâmica familiar dependerá do tempo e do contexto em que se insere, os estágios ou ciclos se encontram nos vários estados de transição inferidos a partir de eventos que indicam mudança nos membros que compõem a família ou na forma como estão organizados espacial e interacionalmente (HOFFMANN e outros, 2005).

O estabelecimento de novas relações na família dependerá da idade, maturidade, experiências anteriores dos cônjuges, das redes de apoio social e familiar, e principalmente, das seleções, das negociações e redefinições de papéis e funções, que modelarão o núcleo que está se formando. Cada nova família que se formar irá vivenciar de maneiras diferentes cada fase.

Mesmo sendo um processo único, o retrato dos diferentes momentos que a família passa traz alguns traços que parecem comuns na maioria das relações domésticas ocidentais. De forma não determinante e flexível, Cervený; Berthoud (1997) propõem uma caracterização da família em quatro fases ao longo do seu ciclo vital.

A primeira é chamada Fase de Aquisição, que engloba a escolha do (a) parceiro (a), o nascimento da família pela união formal ou informal do casal; a preocupação em adquirir bens; a chegada dos filhos e a vida com filhos pequenos. É uma fase que se caracteriza pela aquisição em todos os sentidos: material, emocional, psicológico (BERTHOUD; BERGAMI, 1997). Um tempo da formação do casal em si, do distanciamento da família de origem, da primeira casa, e, principalmente, da escolha de um modelo de família próprio.

Segundo Carter; McGoldrick (1995), essa fase tem sua ênfase na maneira com que o indivíduo negocia a sua independência com a família de origem, assim como o seu afastamento, para nesse momento estabelecer objetivos pessoais e assumir responsabilidades na construção do seu próprio modelo familiar, iniciando um novo sistema e, assim, o estabelecimento de novas relações.

Mesmo com a diminuição da fecundidade e com um número considerável de casais que não desejam ter filhos, um grande marco é a chegada do primeiro filho, tempo em que ocorre uma mudança impar na família, abre-se um novo espaço na família e são exigidas novas estratégias para lidar com as tarefas de desenvolvimento e educação, capacidade de adaptação para receber o novo membro e habilidades para administrar as necessidades emergentes e outras situações. Ocorrem verdadeiras transformações nas relações doméstica e sociais do casal.

No contexto da chegada dos filhos, quando estes experimentam a adolescência, a família vivencia uma fase de adaptação entre as duas gerações. Os valores pré-estabelecidos pelos pais passam a ser contestados pelos filhos, e, por outro lado, também os próprios pais se questionam sobre suas profissões e posições.

A fase dos filhos adolescentes (segunda fase) afeta, sobremaneira, a família, que se torna também um pouco adolescente no sentido de mudanças que estão ocorrendo se os adolescentes questionam os valores, as regras familiares, a preocupação com o futuro... Os seus pais estão na fase do questionamento profissional, revendo posições, fazendo reformulações e também pensando no futuro (CERVENY 1997).

A fase madura é a terceira fase, caracterizada pela necessidade de assistir os pais com idade avançada e o de ajudar os filhos que necessitam de auxílio dos pais para o cuidado com os próprios filhos.

Nessa fase estão inseridos os filhos adultos jovens e pais em plena maturidade, cuja idade estende-se dos cinquenta a meados dos sessenta. As características dessa família envolvem mudanças, como: saída de casa e/ou casamento dos filhos; inclusão da terceira geração e parentes por afinidades; cuidados com a geração mais velha, entre outras. É considerada uma fase difícil, porque o casal se depara com duas gerações precisando de amparo: a dos filhos que estão se preparando para ter sua própria família, e os pais em processo de envelhecimento (CARBONE; COELHO, 1997).

E, por fim, Cerveny; Berthoud (1997) definem a fase última, quando o casal volta novamente a estar só, pois seus filhos já constituíram suas famílias. Com a saída física de

alguns membros do núcleo familiar e a inserção de novos membros (noras, genros e netos) ocorre uma reestruturação de papéis.

É uma fase que tem se estendido bastante em face do aumento da expectativa de vida da população. Geralmente, coincide com a aposentadoria e o retorno a uma vida a dois pelo casal.

A fase última do ciclo vital é marcada pela perda de amigos e parentes e poderá trazer forçosamente a reflexão e, muitas das vezes, a constatação da velhice como a fase que se aproxima da finitude pessoal e da ideia inevitável da viuvez. Nessa fase, há um fechamento de ciclo (SILVA; ALVES; COELHO, 1997).

Considerando as contribuições da psicologia do desenvolvimento e de teóricos da família (BOEHS; MANFRINI, 2005; CERVENY; BERTHOUD, 2002; CARTER; MC GOLDRICK, 1995) no que se refere ao ciclo vital familiar, deve-se levar em conta que cada um dos membros que compõe a família apresenta um ciclo vital de desenvolvimento próprio, com estágios diferenciados, no que diz respeito às aquisições de tarefas específicas dos mesmos e se desenvolvem segundo uma sequência de eventos – na qual alguns episódios são considerados esperados, e outros, imprevisíveis a partir de padrões culturais e sociais onde está inserida a família.

Uma ação imprevisível se refere à separação/divórcio conjugal no ciclo vital familiar, mesmo sendo considerado um evento comum e mais aceitável na sociedade ocidental pela alta incidência, é considerado um evento estressor que gera tensão e controversas entre o casal, que leva a uma liberação do clima de disputa e cria novas estruturas domésticas de convivência entre pais e filhos. Trata-se de um marco legal que provoca em todos os familiares, principalmente em pais e filhos, angústias e incertezas que ameaçam a estabilidade pessoal e causam inúmeras mudanças na dinâmica do cotidiano familiar (SCHABEL, 2005).

Os membros da família, em geral, mesmo tendo consciência e liberdade na prática do divórcio, não estão preparados para o impacto emocional, social e econômico que o divórcio acarreta, pois a transição da separação conjugal afeta a família em várias gerações, aumentando a complexidade das tarefas desenvolvimentais vivenciadas (PECK; MANOCHERIAN, 1980/2001).

É preciso, no entanto, considerar que o divórcio, por ser complexo e pluridimensional, não pode ser encarado como um acontecimento ou episódio único, limitado a um determinado período temporal, ou a uma fase no ciclo vital familiar, ou mesmo, um momento de perda de uma instituição muito bem adaptada e saudável. Mas antes, como uma ruptura com padrões psicossociais que trazem consigo normas sociais e familiares disfuncionais, a serviço de uma ideologia dominante. Uma sequência de acontecimentos e experiências que levam todo o

sistema familiar a um processo que se inicia, muitas das vezes, antes de se abordar a separação em si, e se prolonga para além do divórcio legal (BUCHANAN; HEIGES, 2001; CARTER; MC GOLDRICK, 1995; COSTA, 1994).

O divórcio primeiramente está relacionado às profundas alterações na identidade de gênero feminino, associada à luta pela igualdade de direitos entre homens e mulheres. Depois uma segunda grande alteração, que contribuiu para aumentar as separações, está no plano das representações sociais¹¹ e reporta-se ao próprio significado do casamento, da separação e da vida doméstica como espaço de realização pessoal.

Embora uma proporção considerável de divórcios tenha como motivação dificuldades económicas, uma situação que surge com ele é o empobrecimento das mulheres (SMOCK; MANNING, 1997). Essa situação de baixa no nível de vida é uma das grandes preocupações das mulheres separadas, como nos aponta o estudo de Wagner; Grzybowski (2003).

A situação da mulher divorciada com filhos é mais grave, e pior para a idosa e para aquela com pouca experiência de trabalho, sendo que esta última tende a tornar-se ainda mais pobre devido à desigualdade entre homens e mulheres no mercado de trabalho, que, embora tenha diminuído ligeiramente, faz com que as mulheres ganhem 28,4% menos que os homens, segundo dados divulgados pelo IBGE (2008).

A renda média dos homens em 2008 foi de R\$ 1.172, enquanto a das mulheres ficou em apenas R\$ 839, considerando as pessoas com emprego, formal ou não. A média nacional foi de R\$ 1.036 (IBGE, 2008).

Estudos realizados por Galarneau; Sturroch (1997), Finnie (1993) e Bianchi e outros. (2000) indicam que, no primeiro ano após o divórcio e ajustamento familiar, a renda familiar despenca para as mulheres em cerca de 20 a 40%, enquanto declina muito menos para os homens. Mesmo três anos após o divórcio, a renda das mulheres continua a ser muito abaixo do que eles tinham durante o casamento e muito abaixo das rendas atuais dos seus ex-maridos.

Além da pobreza para uma proporção de mulheres, muitas vezes há uma perda de apoio social, principalmente dos ex-sogros, familiares e amigos que o casal compartilhava. O

¹¹ As representações sociais, segundo definição clássica apresentada por Jodelet (1985), são modalidades de conhecimento prático orientadas para a comunicação e para a compreensão do contexto social, material e ideativo em que vivemos. São, consequentemente, formas de conhecimento que se manifestam como elementos cognitivos — imagens, conceitos, categorias, teorias —, mas que não se reduzem jamais aos componentes cognitivos. Sendo socialmente elaboradas e compartilhadas, contribuem para a construção de uma realidade comum, que possibilita a comunicação. Deste modo, as representações são, essencialmente, fenômenos sociais que, mesmo acessados a partir do seu conteúdo cognitivo, têm de ser entendidos a partir do seu contexto de produção. Ou seja, a partir das funções simbólicas e ideológicas a que servem e das formas de comunicação onde circulam (SPINK, 1993).

cônjuge que é deixado, geralmente, sofre mais, pelo menos nos três primeiros anos (SWEENEY, 2002).

Há que se considerar, também, que, em camadas populares, a separação imprime configurações familiares diferentes daquelas de camadas médias e altas. Em populações de baixa renda, muitas vezes devido a questões financeiras, que impedem o casal de manter duas casas separadas, o divórcio inaugura um modelo familiar baseado em redes de ajuda mútua, em que mais de uma família residem juntas. Existem também situações em que se observam famílias monoparentais, chefiadas por mulheres com filhos de diferentes relacionamentos (CANO e outros, 2009).

Contudo, em geral, a mulher se adapta mais rapidamente à condição pós-divórcio do que os homens, essa adaptação à nova realidade, pode estar relacionada ao fato das mães permanecerem, em sua maioria, com a guarda dos filhos após a separação/divórcio¹² (DINIZ NETO; FÉRES-CARNEIRO, 2005).

Conforme as Estatísticas do Registro Civil do IBGE (2007), dos 89,1% dos divórcios concedidos no Brasil, a responsabilidade pelos filhos foi concedida às mulheres. O patamar mínimo observado foi de 80,6%, no Acre, e a maior proporção ocorreu no Rio de Janeiro 94,8%).

O elevado percentual de responsabilidade para com a guarda dos filhos menores para as mulheres, embora em declínio, é um dos fatores que explica o maior número de homens divorciados que recasam com mulheres solteiras.

Tabela 2 - Percentual no número de divórcios concedidos em primeira instância a casais com filhos menores de idade por responsável pela guarda Brasil

Anos	1986	1996,	2006	2007	2008
Mulheres	83%	88,8%	90,1%;	90,6%	89,8%
Homens	10,8%	6,7%	5,2%	5,2%	5,0%
Ambos os cônjuges	3,0%	6,6%	3,3%	3,5%	4,4%
Outros	2,5%	1,3%	0,47%	0.49%	0,52%
Sem declaração	0,73%	0,55%	0,14%	0.16%	0,21%

Fonte: IBGE (2008)- Estatísticas do Registro Civil Fonte.

¹² Do total de divórcios concedidos que envolviam a guarda de filhos, em 88,7% dos casos a responsabilidade pelas crianças ficou com a mulher (IBGE, 2008).

Apesar de pesquisa do IBGE mostrar que aproximadamente 90% dos filhos ainda ficam com as mães depois do divórcio e de permanecer a cultura de que a mãe é sempre a melhor pessoa para dar atenção e cuidar das crianças, entre 1997 e 2007 (IBGE 2008) o índice de pais que entraram na Justiça com pedido de guarda aumentou de 5% para 25% em cinco anos.

Em dez anos, o número de homens que assumiram a guarda de filhos menores de 16 anos aumentou 25% no Brasil. O dado integra o IBGE (2008) na Síntese de Indicadores Sociais. Em 1997, do total de famílias monoparentais (famílias com a presença de um dos cônjuges), 7,8% delas eram constituídas dessa maneira. O percentual subiu para 9,8% em 2007.

O crescimento parece ainda maior quando se observam os números absolutos: o total de pais nessas condições subiu de 278 mil para quase 445 mil (154 mil apenas na região Sudeste).

O IBGE (2008), contudo, descreve que também cresceu o volume de famílias brasileiras em 2007, eram 60,1 milhões. As famílias monoparentais (família chefiada apenas por um dos pais) também cresceram: eram 19,2% em 1997 e subiram para 21,8% no ano passado.

Entre outros, os fatores que motivam o aumento da guarda dos filhos pelos pais, podem estar relacionados a redefinição do papel de pai na sociedade contemporânea, que os impulsiona a manter maior contato cotidiano com os filhos, ao interesse em reduzir os gastos com a pensão alimentícia, a situação de indenização por abandono afetivo e ao novo Código Civil, que entrou em vigor em janeiro 2002, que estabelece que a mãe não terá prioridade para ficar com os filhos.

A atual legislação estabelece que decretada a separação judicial ou o divórcio, sem que haja entre as partes acordo quanto à guarda dos filhos, será ela atribuída a quem revelar melhores condições para exercê-la. O juiz deferirá a guarda dos filhos menores à pessoa que revele compatibilidade com a natureza da medida, de preferência levando em conta o grau de parentesco e relação de afinidade e afetividade que possibilite o bem estar das crianças e suas afinidades com os genitores (art. 1.584¹³)

Outra novidade no campo jurídico que modifica a guarda dos filhos foi a lei da guarda compartilhada¹⁴, que passou a vigorar no Brasil, a qual já era, excepcionalmente, concedida pelo Judiciário, seguindo a construção jurisprudencial no país.

¹³ Código Civil Brasileiro, lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.

¹⁴ Agora com a nova redação do Código Civil, dada pela Lei 11.696/2008, a guarda compartilhada passa a ser a primeira opção, quando não existe acordo entre os pais. O enfoque então mudou. A guarda compartilhada deixou de ser um “precedente” jurisprudencial para ser efetivamente uma opção legal que deverá ser aplicada pelo juiz, segundo o artigo 1584, § 2º do Código Civil.

Na sociedade brasileira cresce a cada ano a utilização da guarda compartilhada, modalidade esta em que o casal divide as responsabilidades, decide junto todas as questões que envolvem os filhos, responde igualmente pela criança e participa da vida e do desenvolvimento dos filhos.

A guarda material ou física do filho pode ficar a cargo de um dos pais, mas os direitos e deveres do poder familiar são sempre de ambos. Quem não tem a guarda física também participa da educação e formação dos filhos. Mãe e pai têm os mesmos direitos e deveres na criação dos filhos. Com a guarda compartilhada, os pais terão a oportunidade de decidirem juntos tudo sobre a vida e atividades da criança. Esse tipo de guarda permite que, mesmo com a separação do casal, a criança continue a conviver com os pais.

Uma vantagem da guarda compartilhada é a diminuição das divergências sobre a regulamentação de visitas e da ausência daquele cônjuge que não tem a guarda. Impede ainda que a criança permaneça por um tempo em cada casa e que a autoridade parental dependa de estar ou com o pai ou com a mãe.

Para que a prática da guarda compartilhada não fique apenas na teoria, alguns requisitos, entre outros, são indispensáveis e não podem deixar de ser considerados para que o estabelecimento dessa forma de guarda possa trazer benefícios, principalmente para os filhos. Preliminarmente, devem-se considerar tudo o que diz respeito às condições idôneas e à capacidade dos genitores ao seu comportamento no que tange ao bem-estar da criança sem considerá-la como sua posse, outro requisito é a disposição dos pais em fazer concessões, à sua capacidade de falar com o ex-cônjuge, pelo menos no que diz respeito à criança e também com relação à capacidade de reconhecer e aceitar as diferenças entre os genitores.

Para definir as atividades dos pais na guarda compartilhada o juiz poderá pedir auxílio a um profissional especializado. Qualquer alteração não autorizada ou descumprimento de cláusulas do contrato de guarda pode implicar em perda de direito, inclusive com a redução do número de horas a que o pai ou a mãe tem com o filho.

Como a parentalidade, isto é o laço que une pais a seus filhos, relacionada à conjugalidade é importante considerar que depois da crise inicial da ruptura do relacionamento conjugal, os ex-cônjuges tendem a valorizar a sua liberdade, os sentimentos de autovalorização e autonomia. Percebe-se o amadurecimento emocional dos pais, uma melhora na qualidade de vida, tanto dos ex-cônjuges como dos filhos (WAGNER; FÉRES-CARNEIRO, 2000).

Segundo Peck; Manocherian (2001), a separação ou divórcio pode significar para muitas mulheres a primeira oportunidade na vida para se sentirem independentes e

autônomas, conferindo um senso de bem-estar e competência. Descoberta de novas forças, a construção de relacionamentos novos e saudáveis, o alívio do medo, da paz e sossego.

Entretanto, também é mister considerar a pesquisa de Grzybowski (2002) que investigou mulheres separadas/divorciadas, de idades variadas, que possuíam a guarda do(s) filho(s) e não possuíam parceiro que coabitasse. A investigação realizada pela autora demonstrou que as mulheres separadas/divorciadas não se encontram completamente satisfeitas com a sua condição e tendem fortemente a se fechar na relação mãe-filho. O estudo concluiu que, de modo geral, essas mulheres apresentam insatisfação com a condição de separadas/divorciadas no que tange os setores profissional, afetivo, familiar ou de amizades. Somente no setor parental elas demonstram estar mais satisfeitas do que antes da separação. Elas abdicaram de investir no setor afetivo-sexual, dedicando-se primordialmente ao papel maternal.

E ainda, considerar o que se constata pela pesquisa de Waite e outros. (2002)¹⁵ é que o divórcio geralmente envolve um período de tensão, instabilidade, solidão, sentimentos feridos, e, muitas vezes, de hostilidade. Esse período dura alguns meses a dois anos, mas pode persistir após cinco anos e, que, após cinco anos as pessoas divorciadas não se consideravam necessariamente mais felizes do que aqueles que tinham permanecido casado.

Contudo, numa dimensão de menos mal, porque traz sofrimento e perdas, o divórcio poderia ser uma resolução boa e saudável quando há situações extremas como abuso, violência, conflitos graves e outras situações que ameacem diretamente a vida pessoal e familiar

2.2 Os filhos na separação/divórcio dos seus pais

No contexto de alterações, o divórcio é um processo que exige um complexo de adaptações dos membros da família ao longo do tempo, podendo ter um impacto bastante diverso sobre os filhos.

As experiências das crianças, construídas na família, bem como na escola, no bairro e em todos os seus círculos sociais, contribuirão diretamente na sua formação adulta, tornando-as capazes de tomar decisões, relacionar-se, trabalhar, escolher um cônjuge. (ABERASTURY; KNOBEL, 1992; BLOS, 1994; OSÓRIO, 1991).

¹⁵ Pesquisadora da Universidade de Chicago, entrevistou um grupo de 5.232 adultos casados, questionados na década de 1980 e outra vez cinco anos mais tarde.

Considerando a importância básica no processo socializador que se dá na relação familiar, em especial dos filhos com os seus pais, é fundamental levar em conta o próprio relacionamento conjugal dos pais, os seus aspectos emocionais e comportamentais que podem exercer influências nas atitudes, nas representações, na vida, enfim, no repertório cultural e emocional dos filhos.

Segundo Biasoli-Alves (2002), a família é o agente principal da socialização primária que segue dois caminhos interligados: da dependência estrita à autonomia e do controle essencialmente externo ao autocontrole; ou seja, ela determina como vão se dimensionar as práticas de educação da prole, compõe o ambiente em que a criança vai viver, estabelece maneiras e limites para as interações entre pais, filhos e parentes. Também é ela quem propicia condições para o desenvolvimento nos primeiros anos de vida do bebê, responsável pelas condições que permitem a formação da identidade e por manter a convivência de pessoas de idades diversas, com trocas afetivas intensas, fazendo parte de sua habilidade e competência em produzir, organizar, dar forma e significado às relações entre seus membros; por fim, cabe a ela incluir, na natureza do relacionamento, “o cuidado” quando focaliza pais e filhos, e a lealdade intergeracional, quando pensa na linha de transmissão de valores e nos modos de estar com as famílias de origem.

A partir da realidade da família como fundamental para o desenvolvimento das crianças e com a crescente situação de mudanças nas estruturas e nos relacionamentos familiares, principalmente no que se refere a situação de divórcio e recasamento dos pais, surge a grande preocupação de saber como os filhos vêm se adaptando a essa nova realidade.

Atualmente, não se pode mais partir do pressuposto da existência de uma família nuclear conjugal (marido, esposa e filhos) para dar suporte ao desenvolvimento infantil. Entretanto, o pai e a mãe ainda são a base segura para os filhos explorarem o mundo, a partir da qual a criança explora o meio em que vive e para o qual regressa. Esse movimento de ir e vir é fundamental para dar condições saudáveis para a criança se desenvolver e se relacionar com ela mesma, com os outros e com o mundo.

Nos estudos sobre o ajustamento dos filhos (AMATO, 1994, 1995; HETHERINGTON; KELLY, 2003; HETHERINGTON; STANLEY-HAGAN, 1999; LAMB; STERNBERG; THOMPSON, 1997; MC CONNEL; SIM 1999) existe um consenso de que a saúde das crianças está associada ao bem-estar dos pais e à qualidade do relacionamento de ambos. Assim, estão sob risco de problemas de ajustamento quando crescem em uma família onde o casal esteja em conflito, quer vivam juntos ou não (SOUZA; RAMIRES, 2006).

Embora o tema do divórcio esteja usualmente explorado pela perspectiva das consequências negativas sobre os filhos, a literatura acumulada (AMATO, 1994, 1995; HETHERINGTON; KELLY, 2003; HETHERINGTON; STANLEY-HAGAN, 1999; KELLY 1998; LAMB, STERNBERG; THOMPSON, 1997; MC CONNEL; SIM 1999) até agora permite compreender que a situação é complexa e desafiadora, e que o percurso adaptativo dos filhos depende da quantidade e qualidade de contato com a figura que não detém a guarda, do ajustamento psicológico da figura parental que detém a guarda e de sua capacidade de cuidado, do nível de conflito entre os pais após a separação conjugal, do nível de dificuldades socioeconômicas e do número de eventos estressores adicionais que incidiram sobre a vida familiar.

Alguns pesquisadores (HETHERINGTON; STANLEY-HAGAN, 1999; WEINRAUB; GRINGLAS, 1995), mesmo descrevendo que famílias separadas teriam uma maior facilidade em ter problemas do que as famílias casadas, pelo próprio contexto sociocultural e econômico, afirmam que o problema não surge na separação em si.

Ambert (2005) sugere algumas situações potencializadoras que podem ser consideradas impulsionadoras para os resultados agravantes e negativos na realidade dos filhos após o divórcio dos pais.

A primeira é a pobreza da família, ou mesmo uma redução significativa dos recursos financeiros, que muitas vezes se segue ao divórcio, fazendo com que os filhos se adaptem a outro padrão de vida.

Os resultados negativos “típicos” de filhos do divórcio muito se assemelham aos de crianças em situação de pobreza. Isso ocorre porque após o divórcio sucedem uma série de transições, a começar com quem os filhos vão morar, e como normalmente permanecem com a mãe, sem o poder parental, esta, geralmente, tem dificuldade em manter o equilíbrio financeiro e pode trabalhar longas horas com menos tempo para se dedicar aos filhos, que, sem supervisão, poderão, com maior probabilidade do que em outras situações, se envolver em atos delinquentes e sexo precoce. Assim, se tivéssemos de eliminar ou mesmo reduzir significativamente a pobreza infantil, as consequências do divórcio nas crianças seriam menos negativas.

A autora sugere que a ausência ou distanciamento da orientação, presença, apoio emocional e autoridade parental cria uma série de fatores de sofrimento e angústia para os filhos, especialmente para aqueles mais velhos e que tinham mais afinidade com a figura distanciada. Muitos pais, após o divórcio, experimentam uma queda dramática em sua

capacidade de cuidar dos filhos, para lhes fornecer uma rotina regular, para protegê-los dos fatores de ricos e perigos.

Confrontados com os seus próprios problemas, muitos pais divorciados privam, muitas vezes, os filhos de sua companhia, ou se tornam amigos de seus filhos e abdicam de suas responsabilidades parentais.

Ainda considerando a presença parental junto à vida do filho, muitos pais, em virtude dos inúmeros desafios na situação pós-divórcio, se tornam emocionalmente frágeis, pelo menos temporariamente, deprimidos, ou iniciam uma busca desesperada por um novo companheiro que o torna menos disponível para responder às necessidades dos filhos, criando-lhes um relacionamento de instabilidade e insegurança.

Uma situação que causa imenso sofrimento na prole se dá quando os pais, após o divórcio, continuam com os embates e brigas e acusam-se verbalmente, ou até mesmo fisicamente, na frente de seus filhos. Pior ainda quando nos conflitos parentais os filhos são usados como instrumento de ataque e defesa. As crianças tendem a aprender que as divergências podem ser resolvidas apenas pelos combates.

Entretanto, o divórcio, quando põe fim aos conflitos parentais, pode favorecer um efeito de alívio e estabilidade emocional.

Essas situações matrizes foram ampliadas e esquematizadas por Souza (2000), em fatores secundários também chamados fatores de risco e proteção, como: a busca de reconciliar os pais e mantê-los juntos, quando os filhos têm o sentimento de terem sido os responsáveis pelo divórcio, a pouca ritualização no processo de separação e questões econômicas na renda familiar e o direito de pensão, distanciamento de um dos pais, ou excessiva aproximação, o recasamento, ou quando, desencadeadas pela separação conjugal, os pais transferem a responsabilidade e/ou suas brigas para os filhos, sendo de se ressaltar que, se não houver um controle pelo ex-casal, essas desavenças poderão acarretar sérios problemas para o próprio casal, seus filhos e para toda a rede familiar.

Além desses fatores estruturais, o estudo de Souza (2000) com adolescentes que haviam vivido a separação conjugal entre os cinco e os 12 anos identificou como fontes de sofrimento tanto as perdas associadas ao distanciamento dos pais, quanto o número de mudanças no cotidiano e nas redes de apoio (casa, bairro, cidade, escola, amigos e outros). A quantidade e a vivência de arbitrariedade das mudanças produziam uma sensação de imprevisibilidade ambiental que, segundo a pesquisadora, minava as possibilidades de enfrentamento positivo dos entrevistados, muitos dos quais se referiam a fechamento em si mesmos, sentimentos de solidão e desamparo, ou a processos de regressão e somatização.

Alguns autores (FURSTENBERG; KIERNAN, 2001; LE BLANC e outros, 1995; SUN; LI, 2002; AMBERT, 2005) apontam algumas reações prováveis na criança que vivencia a situação do divórcio dos pais, como: sofrimento psíquico de depressão, ansiedade e outros distúrbios emocionais; problemas comportamentais, incluindo hiperatividade, agressividade e hostilidade; dificuldade na vida escolar com problemas de aprendizagem e de relacionamento. Quando mais velhos em idade, os filhos tendem a ter reações mais agudas e demoram mais para se adaptar a nova realidade, e ainda os que ficam sob a guarda da mãe são mais susceptíveis no distanciamento ou perda do contato com seu pai (AMATO, 2003)

No que se refere a estudos comparativos entre filhos de famílias divorciadas e famílias originais, a pesquisa de Walsh (1993) revela que existem mais problemas de ajuste psicológico e social nos filhos de famílias divorciadas do que nos de famílias originais. Contudo, quando se compara a família intacta com as de segunda união, é necessário levar em consideração que na intacta o sistema já está estruturado e a recomposta vive um momento de reorganização. Não é melhor ou pior, mas diferente. Por isso é fundamental estudar as famílias intactas ou divorciadas no seu contexto sociocultural, na sua evolução histórica, singularidade, para compreender a estrutura da segunda união a partir da estrutura anterior do casamento, os aspectos disfuncionais da família anterior e considerar as mudanças a partir de um momento de crise.

O divórcio é certamente uma fonte de estresse, uma transição emocionalmente dolorosa (CHERLIN, 1999; EMERY, 1999) e pode “criar sentimentos persistentes de tristeza, saudade, preocupação e pesar que coexistem com o funcionamento psicológico e social” (KELLY; EMERY, 2003, p.359), pois as relações são mudadas após o divórcio e têm que ser renegociadas várias vezes ao longo dos anos, e os efeitos são sentidos em várias gerações vivendo dentro de uma família (CONNIDIS, 2003).

No entanto, diante dessas constatações, é preciso considerar que entre o número de crianças pesquisadas algumas já tinham situações iguais ou semelhantes antes da separação dos pais, talvez por causa de suas personalidades, da pressão dos pares, problemas com os pais, ou de conflito interparental e da falta de investimentos parentais (AMBERT, 2005). Todavia, pode-se considerar que com a separação conjugal dos pais os filhos tendem a se sentir abandonados, e o que mais os preocupa é a estabilidade e a continuidade dos relacionamentos interpessoais íntimos entre eles e seus pais (TEYBER, 1995).

Assim, a separação e o divórcio podem se destacar como estressores comuns, e uns dos mais dolorosos na vida de um número cada vez maior de crianças e adolescentes,

principalmente quando permanecem reeditado nos embates sobre a guarda, pensão e visitas que tornam todos os membros do sistema familiar reféns crônicos.

A intensa agitação e desordem familiar com a separação conjugal dos pais vão cedendo à adaptação a nova situação, quando os filhos readquirem a confiança nos pais divorciados e a autoestima. Alguns estudos longitudinais (HETHERINGTON; COX; COX, 1982; HETHERINGTON; KELLY, 2003) identificam que são necessários ao menos dois anos para que esses relacionamentos atinjam um novo funcionamento: o sistema familiar e cada um de seus membros atravessarão um período de desorganização logo após o divórcio, seguido de uma recuperação, reorganização e, eventualmente, atingindo um novo padrão de equilíbrio.

As consequências iniciais da separação e do divórcio são mais evidentes durante o primeiro ano, período marcado por um grau maior de angústia e sofrimento; nas crianças em geral, o sentimento de tristeza que se desmembra em um largo espectro de sentimentos dolorosos: mágoa, abandono, medo do abandono, solidão, saudades, e as incertezas relativas à manutenção do vínculo com ambos os progenitores.

No período inicial da separação conjugal, o sentimento de abandono é o conflito primordial que gera nos filhos mais novos o medo de perder os genitores. Esse medo resulta da limitada noção de tempo das crianças e do pouco desenvolvimento de sua capacidade de raciocínio, bem como decorre dos vínculos com os pais, de quem têm total dependência psicológica e emocional. E para muitos adolescentes e até adultos em crise, a confiança na constância dos relacionamentos continua passível de desmoronar sob o estresse de um intenso conflito emocional. Assim, qualquer filho que vivencia o processo de separação conjugal de seus pais pode apresentar reações adversas nos planos emocional, social e acadêmico, como sintomas transicionais de enfrentamento da crise.

No que se refere à compreensão de como a criança percebe e responde ao divórcio dos seus pais, as conclusões de Schwartz (1992) indicam que se precisa levar em consideração idade, sexo, nível de conflito parental, arranjo de cuidados alternativos, padrão de apego e competência individual, rede de apoio disponível e seu nível de desenvolvimento psíquico.

Com o divórcio, determinadas crianças amadurecem mais cedo, pois recebem responsabilidades adicionais na falta da convivência de um dos progenitores, têm maior independência e, conseqüentemente, aumenta o seu poder de decisão (MAZUR, 1993)

No entender de Teyber (1995) os adolescentes adaptam-se melhor à ruptura familiar do que as crianças mais jovens; geralmente reagem diminuindo o relacionamento com os pais

e envolvendo-se mais com seus próprios planos futuros; contudo, muitos adolescentes sentem-se, a princípio, traídos pelo divórcio.

Outros autores (DUCIBELLA, 1995; SOUZA, 1998; WADSBY; SVEDIN, 1994) corroboram essas considerações, demonstrando que ocorre intersecção entre o nível de desenvolvimento da criança e sua experiência na separação conjugal dos pais.

Portanto, quando se estuda as crianças após o divórcio é importante saber como elas eram antes do divórcio. Mesmo assim, os pesquisadores que utilizam uma metodologia longitudinal constataram que, mesmo quando estas características passadas são tidas em conta, ainda havia efeitos especificamente imputáveis ao divórcio (CHERLIN e outros, 1998).

O segundo ponto importante é que essas reações negativas dos “filhos do divórcio”, não se aplicam à maioria dessas crianças. O que essas estatísticas revelam é que os filhos de pais divorciados têm um risco maior de desenvolver problemas do que crianças cujos pais permanecem juntos (CHERLIN, 1999). A maioria das crianças que tiveram a experiência de divórcio dos pais tem um nível de sofrimento, que, muitas vezes, dura mais de uma década, mas a maioria se articula de maneira adequada e saudável, dentro dos padrões sociais onde ela pertence (LAUMANN-BILLINGS; EMORY, 2000).

Brown (2001) divide em três fases o processo de divórcio: a inicial, que compreende o primeiro ano após a separação, marcado como um período de conflito, confusão e crise, é a fase da ruptura; a outra, que se caracteriza por ser uma fase de transição em que as questões econômicas, sociais e extrafamiliares vão sendo reorganizadas entre o segundo e terceiro ano, e até mesmo perdurando por mais anos após a separação, é a fase da adaptação; e, por fim, a fase da estabilização, onde pode haver uma reorganização do sistema familiar.

Contudo, é importante evidenciar que os efeitos negativos do divórcio são reais e onerosos para as crianças, para os pais e para a sociedade, bem como para o bem-estar e saúde delas (AMBERT, 2005).

O grande problema para os filhos e, talvez, para os pais, é a falta de comunicação clara, verdadeira e afetuosa sobre a separação e o recasamento. As crianças não perguntam e os pais concluem que está tudo bem. Os filhos ficam confusos e, tentando proteger os pais e/ou a si mesmos, acabam comunicando o sofrimento e a tristeza através de sintomas.

Por isso, as informações que os pais fornecem aos filhos sobre a separação conjugal e o recasamento são fundamentais para o processo de reorganização da vida familiar, bem como para fazê-los conhecer quais os focos possíveis de estresses, antecipando as possíveis mudanças na rotina de vida familiar e as defasagens entre expectativas e consequências

previsíveis e procurando prever e explicar as mudanças imaginadas e reais no cotidiano como inevitáveis, para não gerar uma situação grave de imprevisibilidade ambiental. Dessa forma, os filhos podem enfrentar com muito mais facilidade todo o processo de divórcio, pois são informados de antemão sobre o que devem esperar (HETHERINGTON; KELLY, 2003; SOUZA, 2000).

Nota-se, também, que a visão do divórcio para os filhos está se tornando, a cada dia, mais comum e aceitável. Essa realidade está presente nos estudos de Mazur (1993), que constatou, através de dados com crianças acima de oito anos, que não existem diferenças entre as opiniões de crianças, com pais divorciados ou não, sobre casamento, divórcio e recasamento.

Embora a separação/divórcio dos cônjuges possa estar associada a consequências negativas para os membros envolvidos, muitas famílias são beneficiadas com esta transição, sobretudo aquelas em que a violência física e/ou verbal era condição preponderante. Em determinados casos a separação/divórcio pode caracterizar-se como uma possibilidade para resgatar ou promover a saúde do sistema familiar.

E também é perfeitamente compreensível que os filhos podem sentir-se muito melhor com os pais separados, ou em novas uniões, do que num casamento infeliz que ocasiona tensões e desconfortos dentro da família (MALDONADO, 1987). Nesse sentido, os filhos nem sempre se sentem aliviados com a decisão do divórcio e a nova união dos pais no momento em que acontecem, pois, para eles, isto significa o fim da estrutura que proporciona apoio e proteção; mas pode acontecer de, com a maturidade na relação, considerarem a separação dos pais como algo necessário (URRIBARRI; URRIBARRI, 1986; WALLESTEIN, 1985).

3. Filhos: segunda união

3.1 A família em segunda união

A família desde a sua origem sofre alterações na sua estrutura e dinamismo pelas mudanças socioculturais, econômicas e religiosas, e do contexto em que se encontra inserida.

Diante das transformações sociais e culturais, em especial no período pós-Segunda Guerra Mundial, mais concretamente após 1950, a família foi influenciada pelas grandes tendências desse período: industrialização e urbanização, transformações estruturais do mercado de trabalho, a presença da mulher no mercado de trabalho, a divisão das

responsabilidades nas funções dos papéis sexuais e do casamento, a desvinculação da sexualidade e procriação, os movimentos feministas, políticos e ideológicos e a propagação de valores individualistas e relativistas.

A modernização social introduz os choques que engendram novas formas de sociabilidade fundadas não mais na experiência herdada do passado, mas nas vivências desencadeadas pela modernização econômica e política; assim, as famílias foram incitadas a alterar seus padrões de consumo e a construir um novo estilo de vida (ROMANELLI, 1986).

Segundo dados da PNAD (PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS) 2008, na sociedade brasileira se convive com grandes mudanças na vida familiar e com diversas formas de configurações familiares. Aspectos como a postergação da nupcialidade, o aumento das famílias monoparentais, a diminuição da disponibilidade de tempo e o excesso de individualismo geram mudanças nas relações internas das famílias, resultando em laços cada vez mais frágeis e menos solidários.

Os resultados apurados na análise dos indicadores sobre família, a partir dos dados da PNAD 2008, qualificam a consanguinidade como eixo principal de união das pessoas que vivem juntas, 88,1% dos arranjos são de pessoas com parentesco. Destes, 48,2% são do tipo casal com filhos, cujo peso vem se reduzindo devido, principalmente, à queda da fecundidade. Em 1998, este tipo atingia 55,8%, enquanto a proporção do tipo constituído por casal sem filhos cresceu, passando de 13,3% para 16,7%, em 2008.

A família brasileira do século XXI delineia um quadro complexo e multifacetado que merece atenção e análise cuidadosa a fim de que se possa compreender esta realidade: a união conjugal vai deixando de significar dependência econômica da mulher frente ao marido, permitindo que comece a existir maior equilíbrio entre ambos (ROMANELLI, 1986); os membros da família não consideram suficientes o companheirismo e a amizade, mas passam a exigir muito mais do casamento, concedendo a sexualidade compensadora indispensável à manutenção do casamento; a busca da igualdade de direitos e deveres vai se instalando de forma complexa e desencadeia inúmeras mudanças, que passam a exigir uma reorganização da dinâmica do relacionamento conjugal e parental e, por fim, os membros da família aprendem a dividir as tarefas e responsabilidades de casa e da vida familiar de uma nova maneira, a dimensão de complementaridade perpassa a organização familiar.

As pessoas perdem seu modelo orientador, entrando em uma situação nova e ambígua, para a qual não há referências sólidas a seguir; elas deparam-se, desde segmentos que adotam posturas inovadoras até outros com posturas convencionais e resistentes à mudança.

O homem modifica seu papel de autoridade e provedor, não conseguindo se adaptar aos novos papéis que dele são esperados, tais como de pai mais acessível aos filhos e marido mais solidário nos afazeres domésticos. Já a mulher não consegue se distanciar de seu papel de esposa e mãe, sentindo-se culpada, quando inserida em carreiras promissoras, por não se dedicar integralmente à casa e aos filhos (BRIOSCHI; TRIGO, 1987).

O contexto generalizado de instabilidade que marca as relações familiares contemporâneas reflete a crescente influência do ideário individualista nas sociedades ocidentais (MARCONDES, 2008; PINELLI, 2002; SILVA; SMART, 2000; MORGAN, 2000; VELHO, 1986).

O contexto social, gerador de mudanças e, portanto, de provisoriedade e incerteza, produz reações diversas aumentando a possibilidade de diferentes configurações familiares. Dentre as quais se inclui o aumento de separações e divórcios e as novas modalidades de famílias.

As novas modalidades de família subsistem, perduram e manifestam sua grande capacidade de sobrevivência e adaptação e não há sinais convincentes da extinção da família, ela assume novas configurações, que, por sua vez, geram também outras formas de sociabilidade (THERBORN, 2006; DONATI, 2005; SILVA; SMART 2000).

A família existe e sempre mais emerge como a realidade fundamental para o delineamento da identidade humana e social; tanto é verdade que o símbolo da família é dos mais fortes, estáveis e relevantes no tempo da vida social, desde o início da história humana até hoje.

Um exemplo atual e concreto da realidade da permanência e vitalidade da família está na situação da separação/divórcio que é considerada transitória e não é significativa para que as pessoas não se casem novamente. As decepções vividas são consideradas referentes a relacionamentos e a parceiros específicos e não ao casamento em geral, a ponto de se casarem de novo e apoiarem outros a se casarem.

Segundo Donati (2005), a pluralização dos modelos familiares pode ser entendida como um processo de morfogênese social, por gerar uma nova forma familiar. Um processo de relação, isto é, como relacionalidade circular, fim em si mesma, indefinida, sem vínculo interno e externo, entre elementos que mudam interagindo continuamente entre eles; esse processo é visto como uma forma generalizada estética da mudança: as formas se geram por circularidade potencialmente indefinida das relações que se decompõem e se recompõem sem nenhuma direcionalidade ou lógica pré-fixada. Na visão da filosofia oriental, é interpretada como a dança de “*Shiva*”, em que tudo muda continuamente, mesmo que a cabeça permaneça fixa (DONATI, 2007).

Outra grande teoria, e mais ocidental, concebe a morfogênese como um processo que tem uma dinâmica, descritiva e observável, no tempo, como condicionamento recíproco (interdependência) entre fatores identificáveis, e não casuais, que se movem em uma lógica de vínculos e recursos, e em certo sentido devem corresponder à exigência de manutenção. O processo remete em jogo certa possibilidade, inclusive aquela de elaborar novas formas estáveis no tempo, que se corrigem sob os processos de morfostase por longos períodos.

Seja na primeira teoria ou na segunda, a morfogênese não só é compatível, mas requer um padrão, um modelo (*pattern*) estrutural, sob o qual, e por referimento a este, assume um sentido a que se pode chamar estrutura latente. No caso da família, coincide com a tríade mãe, pai e filhos.

Uma estrutura familiar é sobreposta às inter-relações dos indivíduos e se esta interação não reproduz a estrutura inicial, emerge uma nova estrutura que, no curso do tempo, se modificará assumindo formas diferentes.

É previsível que grande parte das consideradas novas formas de família serão o produto da fragmentação e simplificação das formas de família precedentes: a) as famílias extensas reduziram o seu número; b) as Famílias nucleares romperam em relações mais reduzidas, àquelas de genitor sozinho, casais sem filhos...; c) mais em geral, a família se partirá em subsistemas que pedirão uma legitimação cultural para si. (DONATI, 2007, p. 52)

As formas familiares que nascerão da fragmentação de estruturas precedentes deverão mostrar ser capazes de reproduzir-se culturalmente, ou seja, de dar modelos valorativos e normativos condizentes aos outros em linha de princípio generalizado e precisarão ser uniformes e se conseguir produzir formas vitais. As interações com o mundo externo deverão ser tais que sustentem o impacto com as exigências do mundo circunstante que, de um lado, pedirá estrutura legal, e, do outro, exigirá também o contrário, ou seja, relações familiares capazes de carregar o fardo da responsabilidade, tarefas, atividades, que requerem uma estrutura de provisão e continência.

É certo que, numa sociedade modernizada, os indivíduos desejam mais liberdade de escolha e interagem segundo a modalidade virtual que modificam sempre mais profundamente as estruturas familiares deixadas pelas gerações precedentes.

É importante observar que as “novas” formas ou chamadas “novas” configurações não devem reduzir a sua origem no individualismo, ou mesmo, no relativismo, mas compreendê-las no contexto amplo de transformação societária e cultural que passa e continuar a sociedade.

Segundo Donati (2007), as novas formas deverão ser valorizadas à luz de três critérios empíricos: a sua vitalidade interna (certas relações serão mais capazes de regenerar-se, outras menos ou mesmo nada); a capacidade de responder às expectativas da sociedade (sobretudo no que concerne à capacidade de socialização, controle e responsabilidade com relação aos filhos, mas também em resguardar a capacidade de sustentar relações de mútua ajuda entre os modelos e entre as gerações próximas); a capacidade de reger os confrontos com as outras formas familiares, por exemplo aquelas trazidas pelos grupos étnicos não ocidentais.

Dentre as “novas”¹⁶ configurações familiares, evidencia-se a segunda união, que é composta por casais em que um ou ambos os parceiros se separaram dos primeiros cônjuges e casaram-se novamente, no civil ou não. Constroem assim, as famílias em segunda união em que ambos, ou um dos parceiros têm filhos da união anterior, e que, muitas vezes, acabam tendo filhos dessa nova união.

As estatísticas do Registro Civil sobre casamentos formais de divorciados no Brasil mostram que desde o início dos anos de 1980 há um aumento constante nas proporções relativas de casamentos. Estas uniões correspondiam a 5% do total de registros de casamentos realizados no ano de 1984, representando 15% do total registrado em 2006 (IBGE, 2007).

Analizando-se os dados e tendo como base que eles fazem referência à situação dos brasileiros há mais de dez anos, e, ainda, que muitas segundas uniões acabam ocorrendo de modo consensual, ou seja, sem qualquer registro ou procedimento legal, pode-se constatar que o número de divorciados que se casam novamente é muito elevado. Acrescido a isso, tem-se o aumento do índice de divórcios, de modo que se pode inferir que, atualmente, as segundas uniões devam ocorrer em números mais elevados do que demonstram os dados estatísticos disponíveis (CANO e outros, 2009).

Na sociedade brasileira, segundo o PNAD, os percentuais mais elevados são observados entre homens divorciados que casaram com mulheres solteiras, quando a comparação é feita com mulheres divorciadas que se uniram formalmente com homens solteiros. Esses percentuais passaram de 4,1% para 6,3% e de 1,7% para 3,1%, respectivamente, em 1995 e 2005, e em 2007 para 3,7% (IBGE, 2008).

Os dados estatísticos apontam que os homens divorciados tendem a se casar novamente mais do que as mulheres divorciadas. Segundo Oliveira (1992), três aspectos contribuem negativamente para a ocorrência do recasamento feminino: a idade e a

¹⁶ Aspas porque, Segundo Osório (2003), as famílias em segunda união não são uma situação inédita na história da instituição familiar, passa a sê-lo quando considera-se as peculiaridades próprias de cada estrutura familiar e a abrangência do fenômeno em sua inserção sociocultural.

escolaridade das mulheres, a maior exigência feminina por relações mais igualitárias e o fato do elevado percentual de responsabilidade para com a guarda dos filhos menores.

Na sociedade brasileira, segundo as estatísticas do Registro Civil, há a hegemonia das mulheres na guarda dos filhos menores. Em 2008, 88,7% dos divórcios concedidos no Brasil tiveram a responsabilidade pelos filhos concedida às mulheres (IBGE, 2008).

Fonte: IBGE (2008) - Estatísticas do Registro Civil

Gráfico 1 - Número de separações judiciais concedidas em 1ª instância a casais com filhos menores de idade, com eixo no responsável pela guarda dos filhos menores de idade (Percentual Brasil).

A responsabilidade pela guarda, na maioria dos casos, sendo da mulher, pode estar relacionada à forte repercussão do mito do amor materno.

[...] construído nas relações estabelecidas como qualquer outro amor, e a sua intensidade vai depender de cada relação e de cada pessoa. Assim, o amor materno não é superior ao amor paterno, nem melhor nem pior, e nem todas as mulheres e nem todos os homens os sentem, e quando os sentem é de forma singular – marcados pelas suas histórias e relações. (BADINTER, 1985, p.17)

Mesmo com o aumento da segunda união conjugal, as novas configurações continuam uma novidade a ser acolhida e estudada. Um aspecto indicativo da novidade das relações e papéis que se estabelecem na segunda união são os termos de parentesco, frequentemente utilizados para indicar as relações criadas pelas famílias em segunda união, que, na maioria das vezes, estão relacionados a termos usuais da família em primeira união, ou a neologismos, ou, ainda, a palavras adaptadas.

A falta de terminologia adequada para designar essa realidade e a escassa bibliografia sobre essa modalidade de família indicam a dificuldade de pensar as relações familiares fora

das categorias de parentesco e aliança criadas a partir da família nuclear. Como todo fenômeno novo, as famílias em segunda união carecem de nomes adequados para identificar a si mesmas e aos seus personagens e evidenciar seus vínculos (UZIEL, 2000).

Dias (1999) refere-se a esse novo arranjo doméstico denominando-o de “famílias recompostas” e mostra o estranhamento com que se vê esse novo tipo de família, a começar pela variedade de nomes para designá-la: “família substituída”, “família de recasamento/recasada”, “família reconstituída”, “família multi-parental”, “família agregada”, “família mista”, “família remendada”, “reacomodamento familiar”, “família ajuntada”, “família amigada”, “família adotada”, “família postiça”, “família dos meus, dos seus e dos nossos”, “família reciclada”, “família de segunda união”, “nossa família”.

Há um excesso de termos e uma ausência de precisão conceitual para designar essa modalidade de família, bem como os novos personagens e as posições que ocupam em seu interior. Os termos de parentesco frequentemente utilizados para indicar as relações criadas pelas famílias em segunda união estão relacionados a termos usuais da família em primeira união, ou a neologismos, ou ainda a palavras adaptadas, e apelam preponderantemente para a palavra com o prefixo “re”, oriundo do latim, inserindo a ideia de “de novo”, repetição, recomeço, reciprocidade e mudança de status, como por exemplo: famílias refeitas, recasadas, reconstituídas, recompostas, reorganizadas.

Este trabalho optou pelo termo segunda união conjugal¹⁷ por ser considerado um termo amplo para designar a realidade das novas configurações familiares. Para evitar a nomenclatura padrasto, madrasta e enteado, esse estudo identificou o termo atual cônjuge, cônjuge do atual marido (pai), ou ainda, da atual mulher (mãe) um dos cônjuges que está numa relação de segunda união conjugal e para os filhos serão utilizadas as expressões filho (a) do primeiro casamento e filhos do segunda união para aqueles que foram gerados(as) na segunda união¹⁸.

¹⁷ Essa expressão parece coerente com a forma de conceber as famílias desse estudo, que tem ou tiveram uma participação na Igreja Católica. A utilização dessa nomenclatura no ambiente eclesial parece estar em sintonia e harmonia com o dogma da indissolubilidade matrimonial professado pela Igreja, que não admite um segundo matrimônio; mas que procura mostrar-se aberta e acolher uma segunda união

¹⁸ Pessoas que se unem pela segunda vez, mas que estão proibidas ou impedidas legalmente de se casarem, estão numa situação de “concubinato” ou “mancebia”; a situação de pessoas que se unem pela segunda vez sem que haja impedimentos legais permanentes para se casarem, é qualificada pela legislação brasileira de “união estável”. O termo utilizado para o descendente em primeiro grau do cônjuge que o gerou na primeira ou segunda união em qualquer das situações acima mencionadas é “filho(a)”; o termo utilizado para o filho de casamento anterior em relação ao cônjuge atual de alguém é “enteado(a)”, enquanto que o termo utilizado, nessa situação, para o cônjuge que não é pai ou mãe é “padrasto” ou “madrasta”. Na definição fornecida pelo dicionário FERREIRA (Aurélio) (2008) dos verbetes “madrasta”, “padrasto” e “enteado”, pode-se encontrar explicações que refletem os estereótipos contidos nessas denominações. O verbete “madrasta” aparece acompanhado de uma significação pejorativa, trazendo três definições: “**madrasta**[Do lat. **matrasta* < lat. *mater*, ‘mãe’.] 1.Mulher casada, em relação aos filhos que o marido teve de matrimônio anterior. 2.Fig. Mãe ou mulher descaroável. [Nessas acepção. é fem. de *padrasto*.] Adjetivo (feminino). 3.Pouco carinhosa; ingrata, má.”

Nessa fase de reorganização familiar e diante da novidade das relações e papéis que se estabelecem na segunda união as descrições dos papéis domésticos vão se estabelecendo conforme a relação e os vínculos construídos.

Os termos "mulher do pai", "marido da mãe", "mãe do irmão", "pai da irmã", "tio (a)", "namorada do pai" ou "namorado da mãe", ou mesmo, "madrasta" e "padrasto" e outros, são termos intermediários, ou não, que têm o significado e neologismos, ou ainda palavras adaptadas, que no futuro venham a traduzir a relação, que, na maioria das vezes, podem expressar, de fato, o tipo e a intensidade da convivência dos membros na família.

No Brasil, resiste-se, embora com menos intensidade, a utilização das nomenclaturas "madrasta", "padrasto", "enteado(a)" para designar os novos papéis da família em segunda união, expressões estas que, comumente, eram empregadas nas situações de morte de um dos cônjuges.

É importante lembrar que as expressões "padrasto" e "madrasta" são termos com significados originais pejorativos que carregam uma questão simbólica de forte conotação negativa presente no imaginário dos contos de fada; que na figura clássica identificam personagens associados a ideias de crueldade, ódio, rejeição; estes assombram com maldade, são intrusos no ambiente doméstico e, normalmente, desempenham a função de dividir e separar o(a) genitor(a) dos filhos(as) e, ainda, são aqueles que semeiam discórdia e brigas entre os membros da família. Basta ler as histórias infantis de Cinderela, Branca de Neve e outras.

A resistência da permanência dos termos "padrasto", "madrasta" e "enteado" por parte dos filhos de pais divorciados e, muitas vezes, dos próprios cônjuges, quando se referem a si mesmos ou à relação que se estabelece na família em segunda união, talvez esteja sinalizando a aspiração de como eles mantêm e compreendem essa dinâmica doméstica.

Segundo Uziel (2000), deve-se considerar que nem sempre os termos e significados estejam associados à realidade onde são utilizados, por isso, a tendência é que os termos "madrasta" e "padrasto" desapareçam do cotidiano familiar, por não traduzirem as relações entre os filhos e os novos cônjuges dos pais.

O álbum de família moderno requer legendas cada vez mais explicativas. Aquele que parece ser o pai é o "padrasto", mas o pai ainda não morreu; a moça com uma criança no colo não é a mãe; a criança é uma meio-irmã vinda de outro casamento; os três jovens que dividem o mesmo teto são um casal e uma amiga; e aquela que parecia ser a mãe pode ser, na verdade, a namorada dela.

Mesmo com a falta de termos adequados, Coleman, Ganong e Fine (2000) avaliam que houve vários avanços teóricos e metodológicos na literatura publicada ao longo da década de 1990, principalmente no campo da psicologia e direito no que se refere aos processos, relações e concepções sociais das novas configurações familiares, e à realidade dos filhos que vivem com um padrasto ou madrasta e questões jurídicas.

As famílias em segunda união, como todas as outras formas de família, experimentam alegrias e tristezas, problemas e esperanças, tensões e realizações, entretanto elas são formadas por estrutura e dinâmica diferentes e mais complexas, por constituírem após um divórcio de um casamento anterior e por darem origem a grupos domésticos, cujos membros têm diferentes expectativas, concepções de vida e padrões de comportamento dos de primeira união (PORRECA, 2004).

Para os casais em segunda união é um desafio árduo acolher e vivenciar a situação da segunda união como segunda união e não como primeira, integrando a história e se adaptando às novas realidades. Isso não significa categorizar ou julgar a moralidade de cada Família, mas assumir e experienciar a realidade em que está inserida a vida familiar.

A família em segunda união será sempre uma família de segunda união e não de primeira, pois traz a formação e vivência de dois núcleos distintos e integrados. A experiência e constituição da primeira família não se apagam na formação e vivência de uma segunda união.

Como a história não se apaga, ou não se esquece, mas se resignifica, mesmo que os casais desejem, a segunda união não será um recomeço a partir de um nada vivido, mas terá sempre a experiência e os membros familiares da primeira união.

As famílias em segunda união têm por característica fundamental a permeabilidade das fronteiras do lar reconstituído, o que abala mais a tentativa dos casais e filhos na vivência de uma família com os moldes e estrutura de uma em primeira união. De fato, as famílias recompostas impõem um desafio: não se trata de ocupar lugares, mas de inventá-los (UZIEL, 2000).

Compreende-se que não deve haver uma sobreposição de papéis, isto é, nenhum membro da família ocupando a posição do outro, mas construir lugares próprios para os novos membros da família. Como descreve Théry (2001): “Não se trata de criar um modelo de boa e composição familiar, mas de definir indicadores diante da nova situação decorrente da precariedade conjugal na sociedade onde vivemos” (p.101).

Na pesquisa (PORRECA, 2004) os casais entrevistados expressaram que, apesar das dificuldades e sofrimentos que passaram no primeiro casamento e com a separação, perdura-

se o desejo de dar início a uma nova união, o desejo de recomeçar, de formar uma nova família, de ter alguém para manter um relacionamento estável. De fato, preferiam viver juntos a viver sozinhos. Por outro lado, também expressaram receio de se envolverem em uma relação mais séria e comprometedora, que poderia tornar-se problemática, devido à experiência negativa que vivenciaram.

O buscar novas uniões pode ser entendido como um desejo dos casais de suprir uma falta real que pede reparação ou compensação, que elimine o sofrimento do que é considerado como fracasso do primeiro casamento e que possibilite a conquista da felicidade. É a chance de começar de novo. O importante não é tanto o que se foi e se viveu de mágoas, tristezas, discussões, mas como os casais dão novo sentido àquilo que vivenciaram no aqui e agora da história.

No desafio de recomeçar, os casais, normalmente, consideram que as novas uniões, concomitantemente com os sofrimentos e tristezas, tiveram amadurecimento e maior tolerância nos relacionamentos, bem como desenvolveram mais e melhor a paternidade, a educação dos filhos e a manutenção da vida conjugal, exercendo-as com maior flexibilidade diante das dificuldades cotidianas (PORRECA, 2004; THÉRY, 2001).

Na segunda união, o casar novamente conduz os membros da família à reorganização da sua vida afetiva, social, profissional e sexual. Não é uma repetição da relação anterior, mas uma construção de uma forma relacional nova que agora se dá em dois núcleos parentais, com a tentativa de reconstruir as relações rompidas, devido a fatores relativos às experiências prévias de vida matrimonial dos cônjuges, e principalmente a necessidade de harmonizar visões educacionais de filhos já existentes e à interferência dos ex-cônjuges sobre os respectivos filhos (HACKNER, I.; WAGNER, A.; GRZYBOWSKI, L., 2006; PORRECA, 2004; WAGNER; FALCKE; MEZA, 1997; MALDONADO, 1995; COSTA; PENSO; FÉRES-CARNEIRO, 1992).

Na nova configuração, a complexidade do relacionamento é maior, o sujeito perde sua orientação social convivendo com dois modelos simbólicos diferentes: o tradicional, que ainda não deixou de existir completamente, e o alternativo, que ainda não foi internalizado de maneira completa (NICOLACI-DA-COSTA, 1985).

Diferente das novas configurações, em particular a segunda união, envolvem, teoricamente, o estabelecimento de uma rede complexa de relações de parentesco e aliança, podendo ocorrer aproximação e/ou afastamento da família materna e paterna, afastamento de amigos do pai e/ou da mãe, e perda de amigos, inúmeras perdas, o que gera alterações na rotina diária, tanto das crianças, quanto dos adultos.

3.2 Os filhos na segunda união dos pais

Sociólogos e demógrafos reconhecem que os filhos são o centro de gravidade das relações das famílias em segunda união (VAZ, 2008, MARCONDES, 2008; POITTEVIN, 2006). Os relatos dos casais em segunda união participantes na pesquisa elaborada por PORRECA (2004) também tiveram como uma das maiores preocupações, ao se casarem novamente, ao lado do sucesso ou não da nova união, a aceitação dos filhos da nova realidade familiar.

Nas famílias em segunda união, os filhos são um elemento muito presente nas inquietações dos casais, pois são eles que definem a extensão e os limites da família em segunda união (PORRECA, 2004; UZIEL, 2000), através da aprovação ou desaprovação clara ou sutil do novo casamento. Podemos entender esta situação como consequência da visão contemporânea em que os filhos assumem para os pais a preocupação principal e o sentido de sua função cuidadora (CALDANA, 1998).

As segundas uniões geram o que se denomina “pluriparentalidade”, na qual outros adultos que não os pais biológicos convivem com uma criança, frequentemente ficando responsáveis por parte de seus cuidados, desafiando, assim, a primazia do parentesco biológico que, como vínculo natural entre pais e filhos, tem sido considerado o mais importante para estabelecer a parentalidade (UZIEL, 2000).

Com os namoros dos pais e, posteriormente, uma segunda união, os filhos se deparam com novos relacionamentos familiares, que podem gerar experiências de rompimento e perda, com um sentimento inicial de medo e tristeza.

Os filhos têm medo de perder o pai ou mãe para o novo cônjuge; eles já sofreram perdas e ficam mais sensíveis à perspectiva de novas perdas, por isso tentam manter seus pais só para si e são relutantes em abrir mão de qualquer parcela do afeto e da atenção dos pais, demonstrando sentimentos de ciúmes, competitividade e rejeição para com o novo cônjuge. A situação se agrava quando a criança fica dividida, à medida que gosta do parceiro de um dos pais, podendo suscitar sensações de estar traindo o outro (BARBER; LYONS, 1994; CARTER ; MC GOLDRICK, 1995; MALDONADO, 1987; TEYBER, 1995).

É de esperar também a tristeza dos filhos, em especial com mais idade, com a nova união dos pais: normalmente, os filhos apresentam-se muito frios e distantes com o “substituto” de seu genitor, pois, do ponto de vista da criança, o novo casamento de um dos pais impediria a reconciliação dos pais biológicos e a volta do sistema familiar anterior, uma declaração de que não se terá volta à vida familiar.

A chegada de um novo cônjuge na família é sentida como um impacto, mesmo por aqueles que consideraram o divórcio necessário para os pais. Essa realidade pode ser entendida como um ponto final para as desejadas esperanças de uma possível e diferente reconciliação dos pais e recomeço da dinâmica familiar anterior (WALLERSTEIN; LEWIS; BLAKESLEE, 2002).

Estudos com crianças e adolescentes de pais em segunda união apontam que permanece neles, por longo tempo após a segunda união dos pais, a expectativa de que estes se reconciliassem e retomassem o casamento anterior (BRITO, 2006; PORRECA, 2004; RAMIRES, 2004; WALLERSTEIN; LEWIS; BLAKESLEE, 2002).

Pode até mesmo acontecer que os filhos, consciente ou inconscientemente, diante da impossibilidade do retorno ao sistema familiar anterior pela presença de um novo cônjuge de seus pais, tenham tendência em interferir de forma sutil ou não no novo relacionamento de seus pais, expressando hostilidade e rejeição à chegada e convivência do novo parceiro (a) dos seus pais.

A entrada de novos membros na família torna as relações mais complexas e provoca mudanças nas relações interpessoais e faz com que os núcleos passem a ter dinâmicas de funcionamento diferentes daqueles que tinham antes. A forte delimitação das fronteiras da intimidade conjugal, junto com o surgimento de uma figura parental “adicional”, frequentemente, traz diversos problemas de limite entre pais e filhos, bem como de filhos com outros filhos, porque não há normas para a divisão das tarefas de paternagem entre estes e os pais biológicos (WAGNER; FÉRES-CARNEIRO, 2000; BROWN; GREEN; DRUCKMAN, 1990, *apud* in WAGNER e outros, 1999, p.103) ¹⁹.

A integração dos novos membros na família em segunda união (o atual cônjuge do pai ou da mãe, com seus respectivos filhos ou mesmo filhos gerados na nova união) é complexa e a incorporação se dá aos poucos na nova estrutura e dinâmica familiar, não sem conflitos e tensões.

Os membros da família em segunda união trazem consigo os padrões de comportamento que cultivaram na primeira união o que pode gerar expectativas da atuação dos papéis conjugais e parentais na nova família e, ainda, uma tendência que estruture as relações a partir do modelo de relação conjugal e parental que vivenciaram anteriormente.

¹⁹ BROWN, A.C., GREEN, R., DRUCKMAN, J.A., A comparison of Stepfamilies with and without child-focused problems. **American Orthopsychiatric Association**, v. 60, n.4, p. 556-566, 1990.

As famílias em segunda união têm por característica fundamental a permeabilidade das fronteiras domésticas reconstituídas; o que abala mais os membros da família é a tentativa dos casais e filhos de viverem com os moldes e estrutura de uma família em primeira união.

Quando o ideário do modelo nuclear prevalece totalmente na dinâmica familiar em segunda união, a realidade da família é ainda mais conflituosa. Um grande número de adultos tenta reproduzir, no segundo casamento, o estilo tradicional nuclear de família, do qual pode-se até chegar perto quando os filhos são pequenos; mas quando eles são mais velhos, as tentativas iniciais de dividir o papel parental com o novo parceiro geram conflitos e rejeição.

Procurar moldar a nova família a partir do modelo de uma primeira união favorece, também, a eliminação de vinculação com o ex-cônjuge e sua rede de parentesco, substituindo-a pela rede do novo parceiro, podendo privar ou colocar obstáculos para que os filhos residentes convivam com o genitor não residente.

Segundo SOARES (2009), existe uma resistência dos filhos em receber o novo cônjuge de um dos pais que também pode ser compreendida pelos acontecimentos vividos no período entre o divórcio e o recasamento. Neste intervalo de tempo, por vezes, os filhos tiveram relações mais próximas com os pais e obtiveram exclusividade da atenção, cuidado e zelo de cada um deles, quando os laços puderam ser estreitados. Os filhos temem que, com a entrada de uma nova pessoa no círculo familiar, ocorra o afastamento de um dos pais, e o que de fato pode acontecer.

Palermo (2007) afirma que quanto menor a idade do(a) filho(a) do atual cônjuge maior probabilidade terá o novo cônjuge para aproximar-se da criança, já que a relação se constrói vinculada às lembranças de infância. E outro facilitador está no fato de a criança ter pouca ou nenhuma memória dos pais juntos.

No caso dos filhos adolescentes as dificuldades de relacionamento serão maiores, como decorrência das características inerentes à própria etapa do desenvolvimento, na qual costumam desafiar os pais e, conseqüentemente, seus companheiros também.

Segundo Aberastury; Knobel (1989), a adolescência por ser caracterizada como um período de transição entre a puberdade e o estado adulto desenvolvido (variando de sociedade para sociedade). Nesse processo de transição, o adolescente, normalmente, reformula os conceitos que tem a respeito de si mesmo e dos outros, o que o leva a abandonar sua autoimagem infantil e projetar-se no futuro de sua vida adulta.

No universo de perdas e ganhos relacionados às separações (lutos, corpo infantil, pais da infância, insegurança) próprias do período de adolescência, o adolescente passa por uma fase de crise de instabilidade e desequilíbrio psicossocial marcado por lutas e

rebeliões externas, que nada mais são do que reflexo dos conflitos de dependência infantil que ainda persistem, obrigando a defensiva, de caráter psicopático, fóbico ou contrafóbico, maníaco ou esquizoparanóide, conforme o indivíduo e o meio (ABERASTURY; KNOBEL, 1989).

Com essa visão do período de adolescência, onde se exteriorizam os conflitos dos adolescentes de acordo com a sua estrutura e suas experiências, entende-se por que esse período ainda é mais difícil para filhos e pais se integrarem, ainda mais quando os pais destes estão em contínuo conflito e tensões, geradas pelo divórcio e segunda união.

Na medida em que as famílias em segunda união tenham claro a Síndrome Normal da Adolescência²⁰ (ABERASTURY; KNOBEL, 1989) e podem comunicar com os filhos de forma madura e afetiva, garantindo um relacionamento menos conflitivo com os ex-cônjuges e mais integrados com o atual cônjuge, o filho adolescente elaborará, com mais segurança, os seus lutos, e conviverá com seu mundo interno mais fortificado e, então, esta “normal anormalidade” será menos conflitiva e menos perturbadora.

Contudo, não se deve esperar, principalmente dos filhos maiores, que eles fiquem felizes com a nova união: normalmente são muito frios com o “substituto” de seu genitor, pois, do ponto de vista da criança, o novo casamento de um dos pais impede a reconciliação dos pais biológicos. Esta situação gera conflitos entre os adultos, que passam a competir por seu espaço junto aos filhos, podendo também despertar crises de lealdade nas crianças com relação ao pai não convivente.

O conflito de lealdade pode estar sempre presente na nova relação familiar, impossibilitando, em muitas ocasiões, bons relacionamentos familiares. Eles serão particularmente intensos quando os pais biológicos não se dão bem, pois os filhos precisam resguardar e proteger aspectos de seu relacionamento com o seu genitor (WAGNER; SARRIERA, 1999).

Quando os pais se separam/divorçam, normalmente é a mãe que detém a guarda dos filhos; os pais tendem a desvincular rapidamente da família anterior e reduzir cada vez mais o seu contato com os filhos, estando mais presente nos dois primeiros anos após a separação, mas, com o passar dos anos, geralmente o contato vai se espaçando, principalmente quando eles se casam de novo e têm outros filhos.

²⁰ A Síndrome da Adolescência Normal (SNA) é um conjunto de “sintomas” característicos da fase da adolescência, que embora se apresente como universal há características bastante peculiares, conforme o ambiente sócio-cultural do indivíduo, não sendo possível estabelecer seu início e término precisos, acreditando-se, todavia, que culmina com o estabelecimento da identidade pessoal (KNOBEL, 1989).

Quanto menor for a idade da criança no momento da ruptura, maior as chances desse contato se extinguir por completo, tendendo a se eximir mais facilmente de qualquer responsabilidade com os filhos, gerando uma instabilidade e fragilidade financeira.

Essa situação é ainda mais agravada quando o pai deixa de cumprir suas obrigações, em especial a financeira, negligenciando a educação dos filhos. As mães, por sua vez, são oprimidas pelas asssobstantes exigências do cuidado com os filhos, acumulando papéis e sobrecarregando-se de questões pessoais e financeiras.

Embora a criança ainda permaneça boa parte de seu desenvolvimento em companhia apenas da mãe, observa-se, na sociedade brasileira, que a realidade de pais divorciados e seus filhos biológicos está se modificando.

Os papéis masculinos tradicionais, que não preparam o homem para cuidar dos filhos, talvez ligado ao ideal da divisão sexual do trabalho pautado na complementaridade entre o provedor e a dona de casa no cuidado da prole, estão se modificando pela visão contemporânea de paternidade, que integra mais o pai na intimidade da família, tornando-o mais afetivo e presente, a ponto de sentir-se culpado por ter “abandonado” os filhos, visto que a guarda deles ainda tende a permanecer com a mãe (MARCONDES, 2008).

A paternidade contemporânea valida os sentimentos, e confronta-se com as antigas exigências machistas. Os pais buscam exercer sua paternidade com mais ternura, amabilidade e conversa (GOMES; RESENDE, 2004).

A criação dos filhos do atual cônjuge é, muitas vezes, distante e ambígua, o novo cônjuge integrante na família participa nas tarefas de paternagem de modo conflitivo e está mais voltada para manutenção de uma relação cordial e mais superficial com a finalidade de agradar o cônjuge. Um dos pontos principais para justificar esta falta de envolvimento reside no fato destes não serem filhos biológicos, já que os pais tenderiam a cuidar e a se sentir mais responsáveis pelos seus próprios filhos e por não terem autoridade sobre eles, o que mostra a importância do parentesco consanguíneo nas famílias em segunda união (RIBEIRO, 2005; PORRECA, 2003; DIAS, 1999).

No que se refere ao cônjuge-homem, este tende, desde o início da relação, a investir mais na relação de proximidade com os filhos do cônjuge-mulher, adotando estratégias que, ao longo da convivência da família em segunda união, reafirme os laços domésticos, tornando-os mais duradouros. Contudo, em alguns casos o investimento só é feito no início da vida familiar em comum e vai se deteriorando com o passar do tempo (MARCONDES, 2008; RIBEIRO, 2005; TRAVIS, 2003; COLEMAN, GANONG E FINE, 2000; WAGNER; FALCKE, 2000; BRUN, 1999; FURSTEMBERG; CHERLIN, 1991).

As mulheres, segundo Wagner; Falcke (2000), tenderiam a investir menos no relacionamento com os filhos do atual cônjuge, cabendo quase sempre à mãe biológica intermediar a relação do companheiro com os filhos de sua união anterior, e, de acordo com Romanelli (1995a), a mãe retoma a função tradicional feminina de manter o equilíbrio na família.

Nas relações dos atuais cônjuges dos pais com os filhos destes, existe um consenso nas pesquisas de que a presença dos filhos da primeira união provoca um maior desgaste no relacionamento familiar, pela complexidade e maior possibilidade de gerar situações de tensão e conflito, ora por não saber definir com precisão o papel desempenhado, ora por ocorrer disputas e ciúmes (RIBEIRO, 2005; TRAVIS, 2003; PORRECA, 2003; MARCONDES, 2002; WAGNER e outros. 1999; FURSTEMBERG; CHERLIN, 1991).

No entanto, as crianças e os adolescentes atualmente podem, em função das modificações familiares com a segunda união dos pais, conviver de maneira muito inusitada os novos relacionamentos. Souza e Ramires (2006) argumentam que, em função da nova união, os filhos passam a conceber a família de outras formas, algumas vezes incluindo meios-irmãos, outras vezes considerando apenas a família nuclear, segundo uma vasta possibilidade de rearranjos.

Na pesquisa com representação gráfica da família em segunda união (reconstituídas), realizada por Wagner; Féres-Carneiro (2000), foram observados que 45,7% dos participantes desenharam os membros que coabitavam no momento atual, considerando os novos membros da família. As autoras concluíram que coabitação, consanguinidade e tempo de recasamento podem influenciar diretamente a definição dos núcleos recasados.

Os filhos de pais em segunda união podem enfrentar trocas de papéis na dinâmica familiar, tornando-se, por exemplo, responsáveis pelos pais devido à fragilidade destes. No momento em que os pais permitem que os filhos decidam algo que seria de sua responsabilidade ou solicitam deles uma atitude que não é própria de filhos, devido aos condicionamentos que estes enfrentam como: idade, posição familiar, imaturidade e outros, estaria acontecendo uma inversão de papéis, conduzindo ao questionamento sobre o cuidado fornecido aos filhos no pós-divórcio e recasamento (BRITO, 2007; WALLERSTEIN; KELLY, 1998)

Na pesquisa realizada por Wallerstein; Kelly (1998), os filhos que enfrentaram trocas de papéis percebiam sua infância ou adolescência encurtada pela situação estabelecida por seus pais no pós-divórcio. Consideram, no entanto, que amadureceram e se prepararam melhor para enfrentar as situações difíceis da vida.

Nas configurações familiares de segunda união, uma particularidade interfere no relacionamento dos membros da nova família: a obrigação de gerenciarem as necessidades conjugais com a demanda familiar; pois assumem uma responsabilidade parental antes mesmo que se crie um vínculo emocional. Diferentemente daqueles que se unem sem filhos, este novo casal, quase sempre, não dispõe de tempo para um investimento na relação a dois para o planejamento de filhos, nem para debates sobre normas de educação. Todos estes ajustes, que em casais sem filhos ocorrem de forma gradual, serão realizados com a situação já instaurada (GRISARD FILHO, 2003; MC GOLDRICK e CARTER, 1995).

Quando ambos os cônjuges têm filhos de relacionamentos anteriores, podem se formar, no contexto doméstico, subgrupos com regras distintas e conflitos fraternais, tornando mais difícil a construção de uma unidade familiar, pois a utilização de regras para os filhos do cônjuge e os seus vão além da implantação de normas (SOARES, 2009).

Diferentemente das famílias em primeira união, onde os filhos, geralmente, mantêm uma relação de competição e rivalidade pelos pais, nos filhos em famílias em segunda união, o coleguismo, a cooperação e a “boa vizinhança”, não sem tensões, estão mais presentes na convivência doméstica como forma de manutenção do relacionamento cordial e convivência menos conflituosa, talvez pelo comportamento diferenciado, idades semelhantes e pela solidariedade situacional. Mas com os filhos gerados na nova união dos seus pais já se estabelece uma convivência mais fraternal e cuidadosa, talvez pelo fato de serem mais novos em idade e terem vínculo direto com um dos pais.

Pode acontecer que da nova relação conjugal sejam gerados filhos, pois o casal pode revelar o desejo de ter ao menos um filho na nova união, com o objetivo, talvez, de complementar e fortalecer a união. Ter filhos com a(o) companheira(o) parece significar a possibilidade de construção de uma nova família, de manter uma continuidade que foi rompida com a separação. A gravidez tende a acontecer logo após o início do relacionamento conjugal, muitas vezes devido à idade do casal e, geralmente, ao desejo da parte do cônjuge que não teve filhos na primeira união. A chegada de um novo irmão no núcleo familiar pode provocar sentimentos de ciúmes e de abandono nos filhos, independentemente do formato familiar. No entanto, esta situação envolve relações mais diversificadas (SOARES, 2009; LEONE; HINDE, 2007; PORRECA, 2004; STEWART, 2002; TOLEMON, 2001; BRAY e BERGER, 1993).

A criança nascida no recasamento é muito especial. Ela tem um grande potencial de promover a união tão esperada [...] Ela desenha o perfil desta família pela primeira vez, este traçado vai mobilizando os sentimentos de todos [...] Mas, ocupando a posição de 'unificadora do lar', ela quase sempre carrega uma pesada carga de responsabilidades [...] vai tornar aquele núcleo familiar legítimo (BRUN, 1999,p.60).

Uma situação que merece ser considerada é que após uma nova relação conjugal ser estabelecida e os filhos conseguirem vincular-se afetivamente ao novo integrante, estes podem sofrer com a ocorrência de uma nova ruptura decorrente da separação de seu pai/mãe do segundo cônjuge, revivendo todo o processo anteriormente experimentado.

[...] embora as crianças se sentissem tranquilizadas pelo recasamento da mãe e pela presença confortadora de dois adultos na casa, elas também tinham medo que ambos brigassem. O novo casamento as fazia lembrar da experiência anterior, e elas contavam como se fechavam ansiosas em seus quartos ou choravam à noite quando o novo casal brigava. (WALLERSTEIN; KELLY, 1998, p.321)

Segundo constataam alguns pesquisadores (BRAY e BERGER, 1993; TOULEMON, 1995), a taxa de divórcio para os segundos casamentos é tão elevada quanto a dos primeiros casamentos. Em média, as segundas uniões durariam cerca de cinco anos (BRAY; BERGER, 1993). Isto significa que há grandes chances de os filhos que vivenciaram a segunda união dos pais enfrentarem outras separações e a formação de outras famílias.

Embora haja um consenso encontrado na produção científica no que diz respeito ao caráter extremamente conflituoso e ambíguo das relações entre os novos cônjuges, filhos, filhos do cônjuge e ex-parceiros (MARCONDES, 2008), que interferem e estimulam prejuízos no desenvolvimento e comportamento escolar, social e familiar de uma criança, é preciso levar em conta que a visão dos filhos sobre a segunda união dos pais, como no divórcio, diferencia de pessoa para pessoa e de realidade familiar para realidade familiar, e está muito relacionada à idade, ao sexo, ao nível de desenvolvimento psíquico, à maturidade emocional, ao padrão de apego dos membros da família, bem como ao tempo de união do casal, à cultura familiar, às experiências anteriores dos cônjuges, ao nível de conflito parental, às redes de apoio e cuidados alternativos e familiares, das seleções, negociações e redefinições de papéis e funções domésticas (MARCONDES, 2008; PORRECA, 2004; AMATO, 2003; SOUZA, 2002; STEWART, 2002; THOMPSON e LI, 2002; WAGNER; FÉRES-CARNEIRO, 2000; TOULEMON, 1995; BRAY; BERGER, 1993; MIRANDA-RIBEIRO, 1993; SCHWARTZ,1992).

Sobre a temática dos filhos na família em segunda união, algumas pesquisas (MARCONDES, 2008; COLEMAN, GANONG; FINE, 2000) avaliam que a literatura tem

dois modelos para compreender os significados desse assunto: o primeiro trata da relação entre parceiros e enteados como uma tarefa conflituosa e estressante para crianças e adultos, gerando dificuldades e problemas emocionais e sociais para os membros das famílias desse novo arranjo. Outra linha de compreensão – e que acarreta baixo envolvimento com os filhos – se refere às perdas e/ou mudanças econômicas e de estilo de vida que geralmente acontecem para as famílias após a ruptura da primeira união.

Ambas as compreensões se referem a falta de normas familiares e sociais definidas para os papéis e relacionamentos entre os membros da família em segunda união, que podem aumentar o nível de conflito, tensão, estresses e sofrimentos. Os adultos e as crianças se sentem inseguros sobre as expectativas e o tipo de comportamento que devem adotar para resolver problemas da nova convivência familiar (RIBEIRO, 2005; TRAVIS, 2003; FURSTEMBERG; CHERLIN, 1991).

No entanto, quando as normas e valores são claramente expostos e sistematicamente aplicados, possibilitam a adaptação dos filhos à desafiante situação. O passar do tempo e a garantia de qualidade de relacionamento e cuidado dispensado pela figura parental com quem mora, junto com a assiduidade e a qualidade de relacionamento com a figura parental com quem não mora, permitem à criança diferenciar o conflito conjugal do relacionamento consigo, controlando o medo da rejeição e de abandono (SOUZA, 2000).

Na separação e segunda união dos pais, o grande problema para os filhos e, talvez, para os pais, é a falta de comunicação clara, verdadeira e afetuosa sobre a separação e o recasamento. As crianças não perguntam e os pais concluem que está tudo bem. Os filhos ficam confusos e, tentando proteger os pais e/ou a si mesmos, acabam comunicando o sofrimento e a tristeza através de sintomas.

Por isso, as informações que os pais fornecem aos filhos sobre a separação conjugal e o recasamento são fundamentais para o processo de reorganização da vida familiar, sendo também importante fazê-los conhecer quais os focos possíveis de estresses, antecipando as possíveis mudanças na rotina de vida familiar e as defasagens entre expectativas e consequências previsíveis, procurando, ademais, prever e explicar as mudanças imaginadas e reais no cotidiano como inevitáveis, para não gerar uma situação grave de imprevisibilidade ambiental. Dessa forma, os filhos podem enfrentar com muito mais facilidade todo o processo de divórcio, pois são informados de antemão sobre o que devem esperar (SOUZA, 2006, 2000; HETHERINGTON; KELLY, 2003).

Soares (2009) considera nos seus estudos que o casal conjugal se desfaz, com o divórcio, mas a parentalidade permanece. Um grande desafio para os novos cônjuges, bem

como para os filhos desses, está em buscar construir vínculos afetivos, estabelecendo o parentesco por afinidade, com a consciência de que não existe um único modo saudável de família. Cada formato familiar apresenta suas próprias dificuldades e desafios, que serão solucionados, diferentemente, em cada forma de família. A autora chega a considerar que a família em segunda união não é melhor nem pior do que a denominada nuclear ou intacta, mas apenas diferente, e que estas particularidades não devem ser negligenciadas pelos profissionais que lidam com estas famílias.

De fato, as famílias em segunda união impõem um desafio: não se trata de ocupar lugares, mas de inventá-los (UZIEL, 2000).

São muitas as contradições encontradas na literatura específica, no que se refere a realidade das novas configurações familiares. Wallerstein; Kelly (1998), por exemplo, afirmam que uma boa integração dos filhos no recasamento de um dos pais dependerá da forma como o ex-casal vai conseguir lidar inicialmente com o divórcio, com as necessidades dos filhos e com as batalhas pós-divórcio. De fato, a maneira como os pais conduzem esta passagem refletirá numa maior ou menor aceitação, pelos filhos, desta nova configuração familiar.

Segundo Wagner (2000), o ajustamento à nova realidade é gradual e evolutiva, dependendo de vários fatores como: idade dos membros, nível de acolhimento, rito de passagem, ritmo dos membros da família, tolerância e adequação ao novo.

Alguns estudos têm demonstrado que a adaptação e reorganização dos filhos à nova configuração familiar pode variar entre dois a seis anos (DAHL e outros, 1987; WAGNER, 2000; SOUZA, 2000; SOARES, 2009), podendo ter uma redução dos conflitos e o estabelecimento de uma relação positiva entre os pais, a compreensão das consequências da separação em suas vidas, e as novas relações conjugais dos pais.

Mas, por outro lado, podem, segundo pesquisa de Souza (2000), perpetuar os conflitos, por um prolongado tempo, por causa do sistema de guarda, pensão e visitas, a superproteção materna ou da família extensa, e, do mesmo modo, as novas relações conjugais dos pais. A autora reflete que os novos parceiros parentais podem tanto ser considerados sob o aspecto positivo, como negativo.

Contudo, a adaptação dependerá das inúmeras situações envolvidas como: a idade dos filhos do primeiro casamento, o tempo decorrido entre o divórcio e o casamento, o grau de conflito existente entre os pais, a existência ou não de filhos de casamento anterior do novo cônjuge e outros. A adaptação e reorganização dos pais às mudanças na estrutura e dinâmica na nova configuração familiar dependerão muito mais dos pais do que dos filhos.

Os membros da família em segunda união requerem um período para estabelecer e se adaptarem às fronteiras dos papéis dos membros dos novos núcleos, tanto daquele que se formou como do anterior. Principalmente para os filhos, que sofrem com mudanças de moradia, de cidade, de escola, de transporte escolar, enfim, mudanças na rotina diária, e, ainda, mudanças nos relacionamentos – com os pais e com os irmãos.

A qualidade da relação entre os cônjuges na segunda união, bem como toda a estrutura social e cultural, indicará a felicidade familiar (BERNSTEIN, 2002). Daí a necessidade de estabelecer vínculos de intimidade através da comunicação e afetividade entre os membros da nova família.

Nesse cenário de família em segunda união, é preciso se precaver, para não reduzir nessa realidade complexa uma ideia limitada e condicionada do que é melhor ou pior para os filhos, quando estes enfrentam a separação e/ou segunda união de seus pais, pois essa atitude indicaria ignorar a complexidade da interação familiar; os fatores que estão em jogo são tantos e tão diversos que simplificá-los, por meio da utilização de uma lógica dicotômica, impede a reflexão dos desdobramentos e modos de condução da família (MARCONDES, 2008).

Considerando que na realidade familiar em segunda união os filhos são um elemento importante na reorganização da estrutura e relações familiares, dando continuidade a pesquisa anterior (PORRECA 2004), este estudo buscou, através de “estudos de caso”, visualizar elementos que possibilitem discutir a situação dos filhos no novo contexto familiar, a partir das versões dos envolvidos: pais e filhos; estabeleceu-se ainda com o objetivo de investigar e descrever o significado que os filhos dão à segunda união conjugal dos seus pais, a partir da de sua história e contexto de vida..

Justifica-se a relevância do presente estudo pela necessidade de ampliar os estudos e reflexões na realidade das famílias em segunda união, de modo a auxiliar discussões e iniciativas que sustentem ações de apoio especialmente quanto aos relacionamentos parentais nesse contexto.

PARTE 2 - PERCURSO METODOLÓGICO

1 Pesquisa Qualitativa

Para a realização de uma investigação que pudesse atingir os objetivos propostos escolheu-se por uma pesquisa descritiva, de caráter qualitativo, desenvolvida por meio da estratégia de “estudo de caso”.

Atualmente, encontramos um entusiasmo e, ao mesmo tempo, muita confusão sobre o termo “qualitativa”; vale dizer que o importante não é ter uma abordagem quantitativa ou qualitativa, mas, sim, que o pesquisador saiba explicar em sua pesquisa a opção metodológica adotada e ser coerente com ela e com sua comunidade epistemológica, relatando o quadro de referência em que ele se apoia (SILVA, 1999).

A preocupação da abordagem qualitativa, segundo Bogdan; Biklen (1997), está na compreensão do significado acerca das respostas dos pesquisados e na retratação de aspectos emocionais e contextuais, de índole interpretativa, que geralmente não são selecionadas sobre a base da probabilidade. Não se tem, também, a intenção de chegar a conclusões nem de generalizar os resultados, mas de buscar as raízes, as motivações, as relações, a existência do sujeito como ser social e histórico, tratando de compreender o desenvolvimento da vida humana e de seus diferentes significados.

Denzin; Lincoln (2006) definem a pesquisa qualitativa como um campo de investigação que envolve o estudo do uso e a coleta de uma variedade de materiais empíricos e, como um conjunto de atividades interpretativas, não privilegia nenhuma única prática metodológica em relação à outra. Diante dessa definição, as autoras, genericamente e de maneira inicial, descreveram que “a pesquisa qualitativa é uma atividade situada que localiza o observador no mundo” (p. 17).

A pesquisa qualitativa privilegia dar ênfase nas qualidades das entidades e sobre processos e os significados, com o compromisso de procurar ver o mundo social do ponto de vista do ator (DENZIN; LINCOLN, 2006; BRYMAN, 1998), podendo sustentar um entendimento mais profundo do fenômeno social que os métodos quantitativos (SILVERMAN, 2000).

A espinha dorsal do estudo qualitativo, é o sujeito contextualizado e delimitado pela abordagem conceitual do pesquisador, compreendido através dos significados das “falas” ou de outros comportamentos observados; traz à tona, na redação, uma narrativa que não possui formatos fixos, mas uma sistematização baseada na qualidade, sem a pretensão de atingir o

limiar de representatividade, procurando combinar elegância teórica com uma descrição credível do objeto (MILES; HUBERMAN, 1994).

A pesquisa qualitativa procura elaborar uma abordagem interpretativa, cuja validade é utilizada para sugerir e estabelecer se as descobertas estão em conformidade com o ponto de vista do pesquisador, do participante ou dos leitores, permitindo, assim, que o pesquisador conduza a interpretação dos dados, recaindo sobre ele a competência, habilidade e o rigor do pesquisador (CRESWELL, 2003; PATTON, 2002).

Dessa forma, o pesquisador procura descrever o processo, tendendo a analisar e compreender os significados de seus dados, procurando detectar os significados que as pessoas dão aos fenômenos; na busca do que estava, muitas vezes, invisível.

O pesquisador que desenvolve uma abordagem qualitativa não considera que a pesquisa seja neutra, entende que na medida em que tenta dar um sentido ao mundo social e significado ao que se faz, levantará continuamente, enquanto pesquisador, suspeita de suas próprias crenças, pois não existe um pesquisador livre de seus valores.

Nas investigações qualitativas, o pesquisador, parte primeiramente de estratégias precisas, planejadas, observações agendadas, de revisão e análise de documentos, mas a informação é exposta de maneira a permitir ao pesquisador improvisar, descobrir mais sobre o evento ou momentos críticos nas vidas dos participantes.

O investigador se empenha em escutar muito e ser criativo nas indagações, com a intenção de obter o significado que os entrevistados dão da experiência vivida e das suas perspectivas (DEBUS, 1997).

No relato de pesquisa o pesquisador explica a sua opção metodológica e todo o procedimento desenvolvido na construção da investigação e dos quadros de referência que o informam, tendo consciência de que, dentro dos quadros de referências, existem os paradigmas, que são conjuntos de ideias ou, como diz Gialdino (1993), marcos teóricos – metodologias de interpretação dos fenômenos criados e adotados por pesquisadores de acordo com sua visão filosófica de mundo; as estratégias utilizadas para o acesso à realidade; a teoria escolhida para fundamentar o entendimento dos fenômenos; o contexto social do pesquisador; a sua forma de compromisso existencial e a eleição dos fenômenos que vai analisar (SILVA, 1999).

Procurando apresentar cada fase da pesquisa, o pesquisador leva o leitor ao entendimento do sentido da experiência estudada, pois a pesquisa qualitativa depende de uma apresentação sólida e descritiva dos dados. Por isso, se empenha em manter-se,

adequadamente, coerente dentro das diferentes lógicas de ação em pesquisa (MILES; HUBERMAN, 1994).

Além do mais, o pesquisador deve descrever seu papel de forma que os leitores entendam a relação entre o pesquisador e os sujeitos participantes. Estes permitem ao pesquisador confrontar as asserções no estudo com credibilidade enquanto faz um levantamento completo de evidências, porque o trabalho qualitativo reconhece desde cedo a perspectiva do pesquisador durante o desenrolar do estudo; a descrição do papel do pesquisador é um componente crítico de relatório escrito.

Assim, descreve e explica qual a sua posição social e filosófica pondo à prova seus vieses no início do estudo, no seu desenvolvimento e também no seu término, através da descrição clara e precisa do seu papel durante a pesquisa.

O caráter científico da descrição de uma pesquisa qualitativa implica argumentação e persuasão de qualidades, isto é, a afirmação de um escritor científico deve ser baseada em argumentos aceitáveis ou adequados, tais como observações, hipóteses aceitáveis intersubjetivamente, interpretações, princípios, regras, regularidades, teorias e outros (SMAILING, 2002).

Triviños (1992) distingue duas características associadas às pesquisas qualitativas que enriquecem esta pesquisa: “Por um lado, sua tendência definida de natureza “desreificadora” dos fenômenos, do conhecimento e do ser humano; e por outro, relacionada com aquela, a rejeição da neutralidade do saber científico ”(p. 125).

A opção em utilizar uma pesquisa exploratória de caráter qualitativo, neste estudo, se deu em função do interesse em buscar compreender os significados, de modo mais abrangente, nas “falas” dos filhos acerca da organização e dinâmica familiar na separação e segunda união dos seus pais. Dessa forma, a abordagem qualitativa possibilitou para esta investigação uma compreensão das respostas dos filhos, tanto nos aspectos emocionais, como contextuais das respostas, com índole interpretativa, sem a intenção de se chegar a conclusões e nem de generalizar os resultados apreendidos.

2 A estratégia - “Estudo de Caso”

Para desenvolver este estudo qualitativo com os filhos em família em segunda união, dentre as estratégias possíveis na pesquisa qualitativa, optou-se pelo “estudo de caso”.

O “estudo de caso” tem sido utilizado nas últimas três décadas por várias áreas do conhecimento, que, de acordo com a ênfase e objetivo dos estudos a serem realizados, contribuíram com diferentes definições sobre o que seja este método científico.

Segundo Cohen e outros (2000), o “estudo de caso” é uma investigação que enfatiza a análise contextual detalhada de um número limitado de eventos ou situações, procurando entender, descrever e interpretar o mundo de acordo com o universo dos seus atores, com o objetivo de levar a um entendimento de forma aprofundada de um objeto ou de uma questão complexa.

Para Gil (1999, p.72), o “estudo de caso” é recomendável para as ciências humanas e sociais por “proporcionar um maior nível de profundidade de um ou poucos objetos, de maneira que permita o seu amplo e detalhado conhecimento”.

O “estudo de caso” segue os princípios centrais da pesquisa qualitativa a partir de dentro do próprio caso e no conjunto do sistema no contexto deste. “O estudo de caso é uma investigação científica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real” (YIN, 2001, p. 34).

Segundo Yin (2001), o “estudo de caso” é aquela estratégia de pesquisa que leva o pesquisador a ter acesso a uma situação ou fenômeno até então inacessível à investigação científica; de um fenômeno pouco investigado, que exige estudo aprofundado de poucos casos, que leve à identificação de categorias de observação para estudos posteriores.

O “estudo de caso” é uma investigação empírica, que procura, através de dados detalhados e aprofundados, compreender um referido caso, um sistema limitado ou mesmo uma unidade específica, situada em seu contexto real de vida, a partir dela mesma e no conjunto do sistema onde ele está inserido, isto é, contextualizado em tempo e lugar para que se possa realizar uma busca circunstanciada de informações.

Sem dúvida, uma investigação científica que se preocupa, fundamentalmente, com o processo da pesquisa na compreensão dos significados atribuídos pelas próprias pessoas e de suas perspectivas no contexto específico

Quanto às críticas que recebe, o “estudo de caso” é acusado de ser considerado uma estratégia que possui problemas de ordem estrutural, sendo as críticas mais comuns as que dizem respeito à sua validade e fidedignidade (ANDRÉ, 1995; YIN, 2001; BROWN; RODGERS, 2002).

Para Yin, isto é particularmente relevante, pois podem ser utilizados julgamentos subjetivos para a coleta de dados ou para os instrumentos de análise dos dados, e, assim, podem não ser adequados aos resultados que se deseja obter.

Atento às críticas, Yin (2001), as rebate com a argumentação de que esse fato é, na verdade, uma vantagem do “estudo de caso”: a de derivar interpretações múltiplas que contribuiriam mais para a compreensão dos fenômenos em estudo, que, através da triangulação em prol de sua qualidade, garantir-lhe-ia maior confiabilidade (YIN, 2001).

A triangulação está pautada na constatação de que, por si sós, as estratégias não possibilitariam elementos que respondessem às questões investigadas. Ela objetiva assegurar uma compreensão em profundidade do fenômeno em questão, clarificando significados, identificando diferentes aspectos através dos quais o fenômeno está sendo visto e caracterizando-se como uma alternativa à validação dos dados e não uma estratégia de validação do estudo, o que somaria rigor, amplitude ou extensão e profundidade à investigação. (MINAYO e outros, 2005; PEGORARO, 2007; DENZIN; LINCOLN, 1994; STAKE, 2000)

Alguns problemas de ordem prática que podem interferir num “estudo de caso”: pode se tornar tão essencialmente descritivo que pode padecer da falta de uma base teórica que o oriente, acrescentando pouco ao conhecimento da área, o potencial de iluminar os vários aspectos de uma instância e sugerir mudanças no tratamento de seus problemas pode levar a problemas se aplicado incorretamente em instâncias que não correspondem estruturalmente à investigada e, por último, o autor aponta a questão ética no que se refere aos dados importantes que podem ser omitidos de acordo com a conveniência do pesquisador.

Outras críticas são apontadas para o “estudo de caso”, considerando-o uma estratégia que não possui objetividade e rigor suficientes para configurar um método de investigação científica, baseiam-se em argumentos como: a) os dados podem ser facilmente distorcidos pelo pesquisador; b) a afirmação de que os estudos de caso demoram muito e acabam gerando inclusão de documentos e relatórios que não permitem objetividade para análise dos dados; e c) não fornecem base para generalizações científicas.

Segundo Yin (2001), todas essas questões não são exclusivas do “estudo de caso”, podendo estar presentes em quaisquer outras estratégias de investigação científica se o pesquisador não possuir a competência formal necessária para realizar o estudo.

Contudo, considerando as críticas, primeiramente, o pesquisador, no “estudo de caso”, apresentará uma descrição, através da compreensão da forma como a linguagem do material empírico é transformada noutra linguagem, ou seja, a construção teórica do material empírico deve ser diretamente compreendida dentro de uma análise.

No que se refere à crítica sobre a demora, nem sempre é necessário recorrer a técnicas de coleta de dados que consomem tanto tempo. Além disso, a apresentação do documento não precisa ser uma enfadonha narrativa detalhada.

E, em relação à crítica sobre o “estudo de caso” ter pouca base para a generalização, Yin (2001) já descrevia isso quando discorreu sobre a tática da validade externa. A utilização do “estudo de caso” estabelece similaridades entre situações como base para generalização, o que pode justificar, eventualmente, a generalização de um caso para outro, porém não para uma população de casos. O autor argumenta que, se não se pode generalizar a partir de um único caso, também não se pode generalizar com base em um único experimento.

Fundamentalmente, uma abordagem preocupada com a compreensão dos significados das pessoas envolvidas no caso estudado, bem como de suas perspectivas (MC DONOUGH E MC DONOUGH, 1997).

Conforme Yin (2001), a possibilidade de generalização a partir do “estudo de caso” é sempre possível porque gera hipóteses que possam ser testadas em outros contextos (replicação) e, caso sejam reiteradamente confirmadas, podem ser generalizadas para contextos similares (“generalização analítica”), isto é, as lições apreendidas dos relatos dos filhos sobre a sua compreensão da segunda união dos pais.

Já Stake (2000) afirma que a generalização não deveria ser uma exigência feita a todo e qualquer estudo, pois essa preocupação, caso seja excessiva, pode desviar a atenção do pesquisador de características importantes para a compreensão do caso em si. Admite, porém, que mesmo um estudo de caso intrínseco pode ser visto como um pequeno passo em direção a uma grande generalização (ALVES-MAZZOTTI, 2006).

Na verdade, segundo Alvez-Mazzotti (2006), o que tanto Yin quanto Stake negam é que, com base nos “estudos de caso”, seja possível fazer generalizações de tipo estatístico. Mas nenhum dos dois desconhece a importância de se ir além do caso, tanto que cada um deles propõe uma forma alternativa de generalização, ambas defensáveis, ambas adequadas aos “estudos de caso”, ambas permitindo a acumulação do conhecimento.

Para se obter um resultado adequado no “estudo de caso”, o investigador, com os objetivos traçados, deve estar atento à seleção do caso, que requer um cuidado muito grande, pois não se trata de uma mera escolha visual ou preceptiva, por isso deve estar apoiada na seleção daquilo que se quer focalizar. Num “estudo de caso”, a escolha do campo a ser investigado adquire um sentido muito particular e é sempre intencional (BRAVO, 1998).

A generalização só seria justificável se transferir as conclusões de uma investigação de caso para caso. Silverman (2000), Yin (2001), Seale (1999), Firestone (1993), Bryman

(1988); Mitchell (1983), discutem a transferência de caso para caso, mas não discutem medidas e critérios para generalização do caso, o que obviamente eles fazem, é um tipo de raciocínio analógico.

O raciocínio analógico não é um raciocínio nem dedutivo, nem estatístico, mas um tipo especial de argumentação (COPI, 1982), que está mais preocupado com as aparentes semelhanças entre um caso que tem sido pesquisado e outro caso que não tem (SMALING, 2002). O conhecimento sobre as semelhanças relevantes podem ser baseadas na experiência presente, sobre a literatura existente, ou no julgamento de um grupo de peritos experienciais com base no diálogo argumentativo.

Alguns autores (SMALING, 2002; WALTON, 1989; COPI, 1982; KENNEDY, 1979; RESCHER, 1964) se referem ao raciocínio analógico por ser um grande instrumento aceitável de validade para a generalização das considerações no estudo de caso e um precioso recurso de apoio para a compreensão de outros casos com características semelhantes; por se basear em semelhanças nas quais de um ou de alguns casos analisados, uma consideração particular, em virtude da comparação das características de semelhança - do semelhante considera-se para o semelhante.

O “estudo de caso” foi escolhido para este trabalho com o propósito de investigar a situação dos filhos dos casais em segunda união dentro de seu contexto de real-vida, com um caráter exploratório (BOGDAN; BIKLEN, 1997; TRIVIÑOS, 1992), objetivando alcançar um conhecimento mais amplo sobre a situação dos membros dessas famílias.

Justifica-se a escolha do método pelo fato de que a realidade de famílias em segunda união é relativamente recente e existem lacunas e contradições no campo do conhecimento a serem preenchidas e entendidas, especialmente quando essa realidade procura ser investigada através da fala dos filhos.

A vantagem do “estudo de caso” para esta pesquisa está em permitir ao pesquisador explorar, compreender a fala dos entrevistados, concentrar-se em uma situação específica das famílias, um sistema limitado, a dos filhos na situação de segunda união dos pais, para compreender o processo em que estão envolvidos em seu contexto familiar e social.

Foi ainda empregado o “estudo de caso” por ser uma estratégia apta a “organizar os dados sociais, preservando o caráter unitário do caso a ser estudado” (GOODE; HATT, 1979, p. 422), provendo um modo sistemático de descrever e compreender, através de um raciocínio analógico, o mais amplamente possível, os relatos verbais dos membros da família em segunda união, no seu contexto, servindo de um estilo mais informal e narrativo de relato. (FLYVBJERG, 2006; LAZZARINI, 1997; LÜDKE; ANDRÉ, 1986; CESAR, 2004).

2.1 Escolha do Caso

A seleção de casos múltiplos desta pesquisa procurou estar atenta ao alerta de Stake (2000) de que “nem tudo pode ser considerado um caso” (p.436), e acatar algumas pistas oferecidas por este autor para a identificação do que pode constituir um caso.

Para Stake (2000), um caso é uma unidade específica, um sistema delimitado cujas partes são integradas, possuindo algumas características que podem estar dentro do sistema, nos limites do caso, e outras, fora, e nem sempre será fácil para o pesquisador dizer onde termina o indivíduo e começa o contexto.

Ao escolher o “caso” para a pesquisa, o investigador estabelece um fio condutor lógico e racional que guiará todo o processo de recolhimento de dados, pois não se estuda um caso para compreender outros casos, mas para compreender o “caso” (CRESWELL, 2003).

Os autores como, Miles e Huberman (1994) consideram que o número de casos selecionados se relaciona também às replicações teóricas necessárias ao estudo, não a critérios estatísticos relacionados a níveis de significância.

E, por fim, solicitam cuidado para evitar um estreitamento do universo para escolha quando não se analisam casos que estejam na fronteira do fenômeno que se pretende analisar; esses casos de fronteira podem trazer à tona facetas que não foram inicialmente pensadas e oferecer dados para comparação como uma unidade de análise, o papel desempenhado por um indivíduo ou instituição, um pequeno grupo, uma comunidade, enfim, um fenômeno, ou unidades sociais, de certa natureza, ocorrendo num dado contexto.

Depois de ter determinado o caso, será preciso considerar o que seu caso não é, isto é, o que não faz parte do seu objetivo de trabalho. Uma das armadilhas comuns associadas com o “estudo de caso” é que há uma tendência nos investigadores de tentar responder a uma pergunta ampla ou um tema que tem demasiados objetivos.

Para evitar esse problema, vários autores, como Yin (2003) e Stake (1995), sugerem que se deve colocar limites ao caso escolhido, como vincular um caso ao tempo, à atividade, à definição e ao contexto (CRESWELL, 2003; MILES; HUBERMAN, 1994). Segundo alguns autores (FACHIN, 2003; YIN, 2001; BOGDAN; BILKEN, 1997; PUNCH²¹, 1998, *apud* COUTINHO, 2001, p. 226, MILES; HUBERMAN, 1994; LESSARD-HÉBERT; GOYETTE; BOUTIN, 1994), é necessário distinguir o “caso” a ser estudado; a divisão básica proposta por estes autores para o caso a ser estudado é que este pode envolver tanto situações

²¹ PUNCH, Keith. **Introduction to Social Research: Quantitative & Qualitative Approaches**. London: SAGE Publications, 1998.

de estudo de um único caso quanto o estudo de casos múltiplos ou comparativos, embora os mais comuns sejam os que focalizam apenas uma unidade: um indivíduo, um pequeno grupo de uma instituição, um programa, ou um evento

O estudo do caso único é mais indicado quando se pretende reunir inúmeros aspectos de um objeto pesquisado para investigar se as proposições de uma teoria são corretas ou se algum conjunto alternativo de explicações é mais adequado, ou, quando o caso é raro ou extremo, ou, ainda, quando o caso oferece uma oportunidade de observar ou analisar um fenômeno antes inacessível à comunidade científica, permitindo o acesso a informações não facilmente disponíveis (YIN, 2001).

Yin (2001) descreve situações nas quais o “estudo de caso único” é indicado para determinar se as proposições de uma teoria são bem formuladas, testando-a para confirmá-la, ou para contestá-la, ou, ainda, para estender a teoria (crítico).

A justificativa apresentada pelo mesmo autor para um estudo de caso único é quando o fato representa uma situação rara ou extrema, isto é, quando não existem muitas situações semelhantes para que sejam feitos estudos comparativos; ou mesmo, quando o acesso a informações não está facilmente disponível. Ou ainda, quando "o estudo de caso único é utilizado como introdução a um estudo mais apurado ou, ainda, como caso-piloto para a investigação.

Em quaisquer dessas situações, o estudo deve focalizar fenômenos sociais complexos, retendo as características holísticas dos eventos da vida real.

O importante em todos os tipos de “estudo de caso” é que estes procurem esclarecer o motivo pelo qual uma decisão ou um conjunto de decisões foram tomados, como foram implementadas e como os resultados foram alcançados (YIN, 2001).

Já quanto à investigação de casos múltiplos (vários indivíduos, várias instituições do mesmo segmento, várias famílias), forma adotada para este estudo, Yin (2001) estabelece que o pesquisador deverá ter resultados análogos de seus casos, ou, ainda, produzir resultados contrastantes dos objetos estudados, podendo ser consideradas as avaliações resultantes mais persuasivas e o estudo global.

O estudo de caso múltiplo para esta pesquisa, se justifica porque se acredita que ele permitirá melhor compreensão a partir do conjunto das famílias, servindo para visualizar e fornecer *insights* sobre famílias em segunda união, mesmo que seja no sentido de contestar alguma generalização amplamente aceita no que se refere à realidade das famílias em segunda união (STAKE, 2000).

As três famílias incorporadas, como caso múltiplo, foram estudadas como um sistema delimitado, procurando compreender o significado dos filhos na segunda união dos pais, avaliando e analisando com critérios distintos, os diferentes aspectos que se ligam a esse sistema, como o contexto físico, sociocultural, histórico e econômico em que está inserida a família, não deva ser ignorada.,

O estudo de casos múltiplos desta pesquisa com três famílias pode ainda ser categorizado pelo seu conteúdo e objetivo final em exploratório, por ter como meta a descoberta de novos significados de pesquisa em família, ou mesmo o delineamento de novas abordagens para a realidade da segunda união, que é pouca conhecida nos trabalhos científicos. Exploratório, porque essa investigação procurará aprofundar a compreensão desse fenômeno pouco investigado, levando à identificação, visualização e lições apreendidas para estudos posteriores.

Esta investigação seguiu os mesmos procedimentos descritos por Yin (2001), no que se refere as etapas de uma pesquisa que utiliza o recurso do “estudo de caso”.

Quadro 2 - Etapas desta investigação

ETAPAS	DESCRIÇÃO		
Definição e Planejamento	Abordagem Qualitativa do tipo estudo de caso	Caso: 3 famílias em segunda união	Protocolo de coleta de dados
Desenvolvimento do estudo	Coleta e análise: obter, identificar e transcrever os dados: mar/2008 a set/2009	Entrevistas com cada membro das famílias	Visão teórica e prática do projeto focalizando o relacionamento dos filhos com os pais recasados, a partir da história de vida e entrevista com os filhos e observação do ambiente familiar.
Análise e relatório final	Relatórios e análise dos dados por caso (individuais) a partir das proposições teóricas do estudo de caso	Cruzamento, Interpretação, Análise e Relatório final dos dados, buscando comparar, compreender, explorar e criticar a partir de proposições teóricas.	

2.2 Participantes da Pesquisa

No processo com a seleção dos casos, procurou-se aproximar daquilo que, para Yin (2001), é considerado um caso exemplar, isto é, aquele no qual o pesquisador esforça-se

exaustivamente para a obtenção dos dados, distinguindo o fenômeno que estava sendo estudado e seu contexto, definindo fronteiras para planejar de tal maneira o estudo que sua finalização não fosse determinada por limites de tempo ou de recurso.

A escolha dos casos, seguiu o que Miles e Huberman (1994), nos seus escritos, consideraram questões importantes para selecionar os casos: A amostra escolhida é relevante para o quadro referencial e para as questões de pesquisa? O fenômeno no qual você está interessado pode ser identificado nos entrevistados? As descrições e explanações que podem ser obtidas a partir dos casos estudados guardam consonância com a vida real? Os casos selecionados são considerados viáveis no sentido de acesso aos dados, custo envolvido, tempo para coleta de dados? O caso escolhido se enquadra nos princípios éticos de pesquisa?

A definição de famílias estudadas foi feita a partir da proposição desse estudo como extensão de pesquisa anteriormente elaborada (PORRECA, 2004), que focalizou dez casais católicos em segunda união, residentes em uma diocese do interior do Estado de São Paulo, participantes da Pastoral Familiar, considerados pertencentes às camadas médias, com faixa etária entre 30 e 50 anos. Deste conjunto inicial de famílias, foram escolhidas aquelas em que os filhos do primeiro casamento que residiram com os pais no período da segunda união conjugal destes estivessem, no período da coleta dos dados, com a idade acima de 16 anos .

Nessas famílias, os homens eram trabalhadores da produção de bens e serviços industriais²² e elas eram assim compostas:

Família 01- Camilo (50 anos, projetista mecânico), e Júlia (49 anos, dona de casa), ambos com ensino médio completo, casados no civil há 13 anos, tendo ele, da primeira união, um filho, de 28 anos, e uma filha, de 27 anos, e ela, uma filha, de 19 anos, e da segunda união, uma filha, com sete anos.

Família 02 - Jefinho (42 anos, técnico em mecânica, ensino médio completo), e Helenita (45 anos, ensino superior, professora do ensino fundamental completo), casados no civil há 17 anos, tendo ele, da primeira união, um filho, de 21 anos, e duas filhas, de 23 e 19 anos, e ela, dois filhos, de 24 e 21 anos, não têm filhos na segunda união.

²² GG7 - Este grande grupo compreende: Trabalhadores da indústria extrativa e da construção civil; Trabalhadores da transformação de metais e compósitos; Trabalhadores da fabricação e instalação eletroeletrônica; Montadores de aparelhos e instrumentos de precisão e musicais; Joalheiros, vidreiros, ceramistas e afins; Trabalhadores das indústrias têxtil, do curtimento, do vestuário e das artes gráficas; Trabalhadores das indústrias de madeira e do mobiliário; Trabalhadores de funções transversais (Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), Ministério do Trabalho, 2002).

Família 03 - Paulo (52 anos, assessor administrativo) e Eduarda (46 anos, funcionária pública), ambos com o ensino médio completo, casados no civil há 20 anos, tendo ele, da primeira união, dois filhos com 29 e 22 anos, e ela, um filho com 22 anos, e da segunda união, um filho com sete anos.

Todos os membros das três famílias (pais e filhos), escolhidas da pesquisa anterior (PORRECA, 2004), foram considerados informantes-chave nesse estudo e entrevistados, à exceção dos ex-cônjuges dos casais entrevistados e das duas crianças com idade em torno de sete anos, cuja entrevista exigiria procedimentos específicos.

Para a obtenção de dados do caso selecionado foram utilizadas como técnicas a história de vida temática, somente com os filhos, e entrevistas semiestruturadas, orientada por um roteiro de tópicos formulado de acordo com os objetivos desta pesquisa (Apêndice B), com pais - atualização dos dados da pesquisa anterior - e filhos.

3 Corpus de Análise

As entrevistas, nesta investigação, foram constituídas como a estratégia dominante para o recolhimento de dados (BOGDAN; BIKLEN, 1997).

Segundo Minayo (2004), mediante a entrevista podem ser obtidos dados de duas naturezas: os que se referem a fatos que o pesquisador poderia conseguir através de outras fontes, e os que se referem diretamente ao indivíduo entrevistado, isto é, suas atitudes, valores e opiniões. Informações que só podem ser obtidas pela contribuição dos atores sociais envolvidos; desta forma, a entrevista fornece dados secundários e primários.

Valles (1997) situa a entrevista não num campo neutro, mas numa área de grande conflito e tensões e considera a arte da conversação, em que a palavra é o material privilegiado do cotidiano, a melhor base para o aprendizado das técnicas de qualquer forma de entrevista profissional. Um ponto de referência constante aprendido de modo natural no curso da socialização, um encontro regido por regras que marcam a relação interpessoal em cada circunstância.

Esta conversa intencional aborda a linguagem como a mediação, não como “espelho da realidade”, mas como relação constitutiva, ação que modifica, que transforma. A “fala” não pode vir separada da sociedade que a produz, estão presentes na sua constituição os processos sociais históricos. A entrevista possibilitou que a fala fosse considerada como efeito

de sentidos entre interlocutores e não como mera transmissão de informações (PÊCHEAUX, 1990).

A entrevista, além de ser um meio de obter informações acerca do sujeito, segundo Sutil (1995), pode estabelecer uma troca entre entrevistador e entrevistado pelo *rapport* positivo que facilita o recolhimento de informações e a colaboração com as intervenções posteriores e até mesmo a devolutiva ao entrevistado.

Romanelli (1999), com sua experiência com famílias de camadas médias, aponta através de seus contatos com os entrevistados uma descrição de entrevista:

A entrevista é uma relação diádica, que se cria uma forma de sociabilidade específica, limitada no tempo, sem continuidade, em que, inicialmente, os parceiros da díade se defrontam como estranhos, pautados por uma lateralidade que aparentemente não admite o encontro e que deve ser superada para que a matéria-prima do conhecimento possa ser produzida durante esse encontro que transforma estranhos em parceiros de uma troca. (pág.125)

Dentre as modalidades de entrevista, destaca a história de vida temática" que possibilita compreender o movimento da reconstrução da história de vida e focalizar as pessoas considerando seu contexto sócio-histórico-cultural; o autorrelato, a ideia de trajetória, e a própria noção de biografia aparecem aqui como expressões privilegiadas desse encontro paradigmático. Ela permite ao investigador, que exerce uma interferência mínima no processo, aprender as experiências mais significativas da vida do sujeito entrevistado e como as define (MARRE, 1991; FERRAROTTI, 1983).

Além do mais, segundo Queiroz (1991), o uso da história de vida possibilita o acesso ao pesquisador do que é particular ou individual do entrevistado, pois o fato do sujeito estar contando uma história pessoal, transmitindo a experiência que adquiriu e que permitiu ser evidenciada, diante do olhar atento do pesquisador, possibilita procurar reconstituir acontecimentos que tenha vivenciado, dotado de um caráter que ultrapassa o individual, que é transmitido e que se insere nas coletividades a que o narrador pertence.

Assim sendo, no primeiro momento da entrevista, a história de vida pode trazer diretamente informações que se tem interesse, como pode auxiliar na compreensão das informações (valores e concepções a respeito de infância) obtidas no segundo momento da entrevista (FRAGA, 2008).

Outra modalidade que é entendida como produtiva é a entrevista com enfoque semiestruturado, por se tratar de obter respostas de forma espontânea, não induzidas, respeitando a peculiaridades das mesmas, indagando a ampla gama de possibilidades, além de

contextualizar as influências emocionais, os valores e ideias do entrevistado (VALLES, 1997).

A entrevista é uma ferramenta metodológica de coleta imprescindível para se trabalhar o “estudo de caso”, pois busca contextualizar o comportamento dos sujeitos, fazendo a sua vinculação com sentimentos, crenças, valores, permitindo, sobretudo, que se obtenham dados sobre o passado recente e longínquo (THOMPSON, 1992).

Nas entrevistas de abordagens qualitativas o investigador é considerado a espinha dorsal do trabalho, provocando entre os investigadores qualitativos algumas discussões centradas na dúvida relativa ao fato de a entrevista poder constituir uma forma de persuasão ou de sedução. Pois, o entrevistador invade a vida do entrevistado e é invadido; nessa troca, o outro começa a avaliar o entrevistador como alguém interessado em sua existência e tende, muitas vezes, a investi-lo na condição de confidente, até mesmo quando inverte as posições e questiona o pesquisador.

O pesquisador relaciona-se com o interlocutor de modo específico, não propriamente através do diálogo, mas por intermédio de perguntas, e como procura não emitir julgamento sobre o relato, embora, às vezes, seja solicitado a fazê-lo, o entrevistado sente-se à vontade para expor suas opiniões; uma troca que ultrapassa a divisão ou a alteridade e cria uma situação nova para o pesquisador e para seu interlocutor (ROMANELLI, 1999).

Por isso, o entrevistador deve procurar ser flexível, criativo, ter capacidade de empatia, não estar preocupado tanto com os resultados, mas com o processo e fazer uso da intuição; ser cuidadoso nos juízos e, acima de tudo, ter muito respeito pelo entrevistado, mostrando também uma autocompreensão de suas próprias emoções e limitações.

Na situação de entrevista profunda o entrevistador poderá utilizar uma lista das principais estratégias como: “as táticas: do silêncio, da animação e elaboração, do reafirmar e repetir, da recapitulação, da clarificação, da troca do tema e a tática pós- entrevista”. Valles (1997, p. 220)

Dentre os problemas que pode enfrentar os pesquisadores está a busca de informantes que respondam ao perfil solicitado pela pesquisa, principalmente quando a pesquisa se refere a questões mais pessoais, que abordem relatos mais particulares. Essa dificuldade é ampliada quando os sujeitos residem em várias localidades, o que demanda constantes deslocamentos para localizá-los e entrevistá-los.

Durante a realização das entrevistas os dados podem obtidos também pelas observações registradas em um diário de campo. O pesquisador deve sempre retomar o papel de observador para, nas anotações de campo, utilizar esse vasto material (BIASOLI-ALVES,

1999; MINAYO, 2004; ROMANELLI, 1999; SILVA, 1999; BOGDAN; BIKLEN, 1997; VALLES, 1997 ; SUTIL, 1995).

Depois da obtenção dos dados o investigador inicia o processo de “identificação” que consiste no registro feito durante ou imediatamente após a recolha dos dados, da data, hora, local e sujeito (s) a que se reportavam os dados. A “transcrição” transpõe para o texto as gravações dos dados. Esta fase preliminar é complementada pela “organização” dos dados, que tem como objetivo construir uma cadeia de elementos para configurar o “estudo de caso” de tal modo que se consiga levar o leitor a perceber a apresentação das evidências que legitimam o estudo desde as questões de pesquisa até as conclusões finais.

Selecionados os dados relevantes que comporão o material sobre o caso inicia-se a análise de documentos obtidos. A análise desses dados é o mais difícil aspecto da condução de um “estudo de caso”. A análise dependerá muito da experiência, perseverança e do raciocínio crítico do investigador que irá construir descrições, interpretações que possibilitem a extração cuidadosa das considerações finais.

A análise final nas pesquisas qualitativas é entendida como um processo de busca e organização sistemática de transcrições de entrevistas, notas de campo, que foram acumuladas com o objetivo de interpretar e tornar compreensíveis os dados e divulgar os mesmos (BOGDAN; BIKLEN, 1997).

O desafio da análise qualitativa, que, conforme descreve Spink e Frezza (1999), está em integrar objetividade com a subjetividade, mas resignificando-a como visibilidade através da explicitação do processo de interpretação, constituindo no pressuposto básico da intersubjetividade.

Para este estudo adotou-se a entrevista na modalidade história de vida temática, que combina a estratégia metodológica de história de vida realizada com os filhos, com a entrevista semiestruturada utilizada com pais e filhos.

Por entender que as histórias de vida dos filhos poderiam colaborar com a clareza dos dados na medida em que pudessem trazer maior esclarecimento sobre suas concepções a respeito da família, casamento, separação e segunda união em função de seu desenvolvimento e formação pessoal e no contexto em que elas aconteceram, esta investigação procurou utilizar esse valioso instrumento com os filhos, e na entrevista com os pais, o pesquisador utilizou a entrevista semiestruturada norteada por tópicos orientadores – previamente definidos – de interesse específico do trabalho, visando a apreender o posicionamento do entrevistado em relação ao tema de estudo (CALDANA, 1998)

Na entrevista com os filhos foram enfocados sua infância, juventude, seu relacionamento passado e atual com a família de origem, o tipo de educação recebida e suas percepções e significados a respeito do relacionamento conjugal e parental de seus pais.

Depois de permitir que o sujeito pesquisado, inicialmente, dê o rumo que quiser à reconstituição de sua história pessoal, pela modalidade de história de vida temática, no segundo momento, a entrevista prosseguiu de acordo com a modalidade semiestruturada, orientada por dois roteiros de tópicos um roteiro para a atualização das entrevistas com os pais (APÊNDICE C), e outro para os filhos (APÊNDICE B). Ambos formulados de acordo com os objetivos desta pesquisa atendo-se aos que não tinham sido abordados previamente pelos entrevistados.

Os roteiros que orientaram as entrevistas foram elaborados a partir de pesquisa bibliográfica, os temas das entrevistas foram divididos em tópicos para facilitar a coleta de dados. Os roteiros iniciaram com questões que visam à identificação do entrevistado, através do registro de dados pessoais, como idade, ocupação, escolaridade, entre outros.

Os tópicos foram elaborados de forma pertinente a um “estudo de caso” múltiplos incorporados do tipo exploratório a partir do referencial teórico e organizados em torno de um pequeno número de questões temáticas situadas e problematizadas sobre a concepção de família, o divórcio e a segunda união dos pais (STAKE, 2000; YIN, 2001), bem como, a assuntos relacionados ao cotidiano familiar, principalmente enfocando o relacionamento pais e filhos, antes, durante e depois da separação dos pais e durante a segunda união.

Outras questões trataram da descrição do processo de separação e segunda união, abordando as mudanças e concepções que modificaram, ou não, acerca da dinâmica familiar antes, durante e após a separação e na reestruturação da vida após a segunda união conjugal.

Os tópicos foram, ainda, elaborados com a intenção de procurar a compreensão e descrição da situação concreta vivenciada pelos filhos com a separação e segunda união dos seus pais.

Fizeram parte dessa pesquisa alguns dados obtidos nas entrevistas anteriores com os pais, no estudo Porreca (2004), como: os dados de caracterização e o relato livre sobre família, casamento, primeira e segunda união.

Para atualizar as entrevistas com os pais, da pesquisa anterior, considerados neste estudo como informantes-chave, foi elaborado um roteiro de tópicos (APÊNDICE C) sobre as concepções atuais acerca da dinâmica familiar e uma descrição da separação e segunda união com enfoque nos filhos.

Partindo da concepção da entrevista como processo de troca, o entrevistador preocupou-se em apresentar aos entrevistados como pesquisador e como padre, esclarecendo que, na situação de entrevista, seu papel era de pesquisador e não de padre. Com isso, procurava situar sua posição de modo claro, para que os sujeitos entendessem que as questões colocadas para eles eram feitas pelo pesquisador no papel de investigador e não no de padre.

O investigador procurou promover relações confiantes, simpáticas e amistosas com o entrevistado, assumindo o trabalho de motivar a conversa, bem como o encerramento do assunto a ser pesquisado, auxiliando o interlocutor a formular o ponto final da entrevista, principalmente quando encontrou sujeitos com entusiasmo e atentos, preservando, contudo, a espontaneidade do relato.

Nesse enfoque, o entrevistador foi um mediador para o sujeito aprender sua própria situação de outro lugar. Através das várias questões, o entrevistador conduziu o outro a voltar-se para si mesmo em um processo no qual este procura lembrar-se de acontecimentos, de modo a compor um relato coerente e organizado para si mesmo e para aquele que ouve.

Nesse curso de relação, o entrevistador se empenhou na alteridade e distanciamento para manter o rigor científico, criando uma situação nova entre o pesquisador e o sujeito. E, se empenhou em estar preparado nos conhecimentos e nas técnicas que foram empregadas dentro dos critérios de um “estudo de caso”.

Entretanto, nesta pesquisa, o pesquisador não teve dificuldades em contactar os entrevistados, visto que já tinha realizado entrevistas com os casais que formavam essas famílias, sendo os mesmos que o motivaram a fazer esta investigação com os seus filhos.

O investigador teve facilidade na obtenção dos informantes, porque os filhos foram indicados e contactados pelos próprios pais. Esse contato com os filhos através dos pais foi também uma preocupação para o pesquisador no que se refere a qualidade das informações. No entanto, os filhos não demonstraram impacto ao serem contactados pelos seus pais; relataram que consideraram um meio adequado e prático, visto que os pais permaneciam por maior tempo na residência e poderiam ser mais facilmente encontrados pelo pesquisador. Contudo, considerando os desafios próprios da pesquisa qualitativa, o pesquisador procurou estar apto para trabalhar com entrevistados, dentro do perfil da pesquisa.

A utilização da história de vida e da entrevista permitiu estabelecer uma relação mais próxima entre pesquisador e os sujeitos da pesquisa, criando um *rapport* positivo que facilitou a obtenção de informações.

Com a obtenção dos dados, o investigador deparou-se com a necessidade de identificar e transcrever, integral e cuidadosamente, as gravações das entrevistas realizadas para, depois,

organizar a base de dados a partir da qual são trabalhadas as fases seguintes de análise dos dados.

O investigador nessa fase buscou explicação durante todo o processo de condução do estudo, o mais imparcial possível diante dos dados, extraindo o significado que os filhos davam à realidade que vivenciaram na separação/divórcio dos seus pais.

Na organização dos dados, procurou-se, ainda, utilizar o recurso das proposições teóricas descritas neste estudo, que direcionará a análise do estudo em focalizar a atenção sobre certos dados e a ignorar outros, além de auxiliar na organização do estudo como um todo e na definição de explicações alternativas a serem examinadas.

Ao longo da investigação de “estudo de caso”, utilizando o protocolo elaborado, previamente, o investigador elaborou relatórios do tipo descritivo ou reflexivo, como ferramenta de captação de dados. Os relatórios auxiliaram na fase final, de forma a redigir algumas considerações sobre os dados recolhidos.

Embora haja várias estratégias para esta etapa, Yin (2001) propõe a estratégia de desenvolver uma estrutura descritiva que permita a identificação de padrões de relacionamento entre os dados, incluído na análise somente o que for essencial e que tiver estreita ligação com os objetivos da pesquisa. Seguindo essa proposta, posteriormente, produziu uma espécie de narrativa geral do caso com o propósito de buscar nas descrições dos entrevistados as lições apreendidas, segundo as propostas iniciais do estudo.

As lições apreendidas foram estreitamente relacionadas à teoria, tomando-se o cuidado para não ajustar a teoria aos resultados e evidências, mas o inverso, ou seja, os resultados e as evidências é que devem ser associados à teoria

4 Execução do trabalho de campo

4.1 Procedimentos de coleta de dados

A obtenção dos dados foi realizada no período de março a novembro de 2008, em duas cidades do interior do Estado de São Paulo, com uma população de aproximadamente 150 e 70 mil habitantes respectivamente.

A seleção dos sujeitos da investigação foi realizada através da pesquisa anterior (PORRECA, 2004), pela mediação dos próprios pais dos sujeitos. Pais e filhos, em momentos diferentes, foram contatados pelo próprio pesquisador, via telefone.

Pelo fato de a maioria dos filhos não morarem com os pais entrevistados com exceção de Laura filha de Júlia; Tadeu e Alan filhos de Helenita; Sandra filha de Jefinho, houve necessidade de vários telefonemas para encontrá-los e manter o contato pessoalmente, com menos interferência possível dos pais, embora a maioria dos filhos tenha sido contatada através dos próprios pais.

Nesse primeiro contato, os propósitos e procedimentos da pesquisa foram expostos aos entrevistados (filhos e pais separadamente), que, prontamente, aceitaram colaborar com a pesquisa.

Partindo da concepção da entrevista como processo de troca, o entrevistador preocupou-se em apresentar aos entrevistados como pesquisador e como padre, esclarecendo que, na situação de entrevista, seu papel era de pesquisador e não de padre. Com isso, procurava situar sua posição de modo claro, para que os sujeitos entendessem que as questões colocadas para eles eram feitas pelo pesquisador no papel de investigador e não no de padre.

O investigador procurou promover relações confiantes, simpáticas e amistosas com o entrevistado, assumindo o trabalho de motivar a conversa, bem como o encerramento do assunto a ser pesquisado, auxiliando o interlocutor a formular o ponto final da entrevista, principalmente quando encontrou sujeitos com entusiasmo e atentos, preservando, contudo, a espontaneidade do relato.

Nesse enfoque, o entrevistador foi um mediador para o sujeito aprender sua própria situação de outro lugar. Através das várias questões, o entrevistador conduziu o outro a voltar-se para si mesmo em um processo no qual este procura lembrar-se de acontecimentos, de modo a compor um relato coerente e organizado para si mesmo e para aquele que ouve.

Destacamos que nesta pesquisa, o pesquisador não teve dificuldades em contactar os entrevistados, visto que já tinha realizado entrevistas com os casais que formavam essas famílias, sendo os mesmos que o motivaram a fazer esta investigação com os seus filhos.

A facilidade que o investigador teve na obtenção dos filhos informantes, através dos pais, foi também uma preocupação para o pesquisador no que se refere a qualidade das informações. No entanto, os filhos não demonstraram impacto ao serem contactados pelos seus pais; relataram que consideraram um meio adequado e prático, visto que os pais permaneciam por maior tempo na residência e poderiam ser mais facilmente encontrados pelo pesquisador. Contudo, considerando os desafios próprios da pesquisa qualitativa, o pesquisador procurou estar apto para trabalhar com entrevistados, dentro do perfil da pesquisa.

A utilização da história de vida e da entrevista permitiu estabelecer uma relação mais próxima entre pesquisador e os sujeitos da pesquisa, criando um *rapport* positivo que facilitou a obtenção de informações.

As entrevistas foram marcadas, geralmente aos finais de semana, em diversos períodos escolhidos pelos entrevistados, em conformidade com os compromissos de estudo e trabalho dos mesmos.

Na hora e dia marcados, nas dependências da casa dos sujeitos, em qualquer lugar que pudesse haver privacidade, depois de um *rapport*, foi esclarecido que os dados eram confidenciais, que os entrevistados não seriam identificados, que a entrevista aconteceria com cada membro da família separadamente e que os resultados finais das análises, de forma geral, se tornariam públicos. Essas informações constavam do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (APÊNDICE A), aprovado pelo Comitê de Ética, que foi assinado em duas vias, uma, que ficou em poder do entrevistado, e a outra, com o pesquisador.

Os entrevistados foram muito receptivos e demonstraram entusiasmo por serem selecionados para a realização das entrevistas.

Depois foi feito o “aquecimento”, quebrando a timidez inicial de ambos (entrevistado e entrevistador), propiciando um clima de descontração e de conversa, envolvendo o sujeito e motivando-o à entrevista.

Em sequência, antes de iniciar a entrevista foi esclarecido, a cada entrevistado separadamente, primeiramente aos pais e em seguida aos filhos, como iria acontecer a entrevista, o número de questões e o tempo provável para a realização da mesma, de uma hora e trinta minutos à duas horas, e a necessidade e permissão de se utilizar o gravador.

Bogdan; Biklen (1997) apresentam a utilização do gravador como um meio de reconstituir uma entrevista, mas alerta para as anotações que o pesquisador deverá fazer como fruto da sua observação, quando, por exemplo, os sujeitos gesticulam ou fazem sinais com as mãos. Para essa prática a autorização do sujeito é imprescindível, em relação a essa terceira presença (o gravador).

Foram gravadas 17 entrevistas, com 11 filhos e seis pais, que haviam participado na pesquisa anterior (PORRECA, 2004) - Na obtenção de dados, procurou-se, através da observação atenta, colher as diversas manifestações do entrevistado, como o tom da conversa, a presença de constrangimento e de emoções, registrando-as no diário de campo, o que possibilitou maior aprofundamento da própria entrevista.

Primeiramente, realizou-se a pesquisa com os pais, que demonstraram tranquilidade em tratar dos assuntos pessoais e familiares. Também a condição de padre do pesquisador contribuiu para criar um ambiente de confiança.

Posteriormente com os filhos, percebeu-se que a grande maioria deles, expressava sofrimento e tristeza com a mudança que tiveram que enfrentar na vida doméstica, em particular quando falavam da separação dos pais e da adaptação que tiveram que ter com a segunda união de um dos genitores.

Alguns entrevistados tiveram manifestações de choro, raiva, indignação durante a entrevista, o que foi registrado no diário de campo. Em alguns momentos da entrevista, foi observado que os entrevistados estavam mobilizados e utilizaram desse momento para expressar certo desabafo e busca de entendimento da realidade vivida, acompanhados, muitas vezes, de choro e solicitação de compreensão por parte do entrevistador pelos fatos acontecidos, que se misturavam com decepção, confusão e raiva.

No que se refere as entrevistas com os pais dessas três famílias, o que se acrescentou foi a explanação do pesquisador que as entrevistas teriam o cunho de atualizar os dados da pesquisa anterior. Foi retomado com estes os objetivos e propósitos da anterior investigação e lembrados da ocasião da devolutiva, decorrente de sua participação na pesquisa anteriormente desenvolvida, quando estes solicitaram ao investigador um estudo sobre os filhos, que foi a maior preocupação destes pais antes, durante e após a separação conjugal e a segunda união.

E, assim, terminada as entrevistas, e com os devidos agradecimentos, o investigador se propôs em fazer a devolutiva do estudo aos entrevistados através de uma forma que lhes possibilitasse ter acesso ao conteúdo investigado.

4.2 Procedimentos para análise de dados

Com a obtenção dos dados, o investigador deparou-se com a necessidade de identificar e transcrever, integral e cuidadosamente, as gravações das entrevistas realizadas para, depois, organizar a base de dados a partir da qual são trabalhadas as fases seguintes de análise dos dados.

Na organização dos dados, procurou-se, ainda, utilizar o recurso das proposições teóricas descritas neste estudo, que direcionará a análise do estudo em focalizar a atenção sobre certos dados e a ignorar outros, além de auxiliar na organização do estudo como um todo e na definição de explicações alternativas a serem examinadas.

Ao longo da investigação de “estudo de caso”, o investigador elaborou relatórios do tipo descritivo ou reflexivo, como ferramenta de captação de dados. Os relatórios auxiliaram na fase final, de forma a redigir algumas considerações sobre os dados recolhidos.

Embora haja várias estratégias para esta etapa, esse estudo se propôs a desenvolver uma estrutura descritiva que permitiu a identificação de padrões de relacionamento entre os dados, incluído na análise somente o que foi essencial e que teve estreita ligação com os objetivos da pesquisa, o que produziu posteriormente, uma espécie de narrativa geral do caso com o propósito de buscar nas descrições dos entrevistados as lições apreendidas, segundo as propostas iniciais do estudo (YIN, 2001).

A base da análise dos dados foi a descrição detalhada das três famílias identificando dados e informações relevantes para a pesquisa, bem como as diversas evidências e percepções obtidas pelo investigador em cada caso.

Para cada família foi construído um relato único, para, em seguida, fazer uma análise cruzada dos casos procurando visualizar e compreender os significados expressos nas falas dos entrevistados. Julgou-se esse procedimento necessário porque a estrutura e dinâmica de cada família estão ligadas ao contexto em que estão inseridas e apresentam diferentes necessidades e experiências.

As entrevistas dos membros de cada família foram analisadas uma a uma, e, na sequência, analisadas no seu conjunto, de tal forma a permitir uma descrição de cada caso. É importante destacar que neste tipo de análise sempre se consideram as informações recolhidas levando-se em conta o contexto de sua produção na entrevista, consideradas então como produto de um diálogo acontecido no processo de entrevista.

Neste estudo, a análise foi sendo realizada concomitantemente à coleta, mais especificamente após a obtenção dos dados, prosseguindo durante as transcrições e só terminando no momento final da redação, haja vista as reformulações que ocorreram no percurso do estudo.

Primeiramente, foram analisadas as “falas” dos pais que forma como “pano de fundo” a análise dos dados dos filhos, transcritos como “caso”, permitindo que os sentidos dos mesmos pudessem ser obtidos sem a necessidade prévia de categorizar, codificar ou tematizá-los, para, depois, com as anotações do diário de campo e outros dados obtidos pela pesquisa anterior, realizar o procedimento do confronto entre os sentidos construídos no processo de pesquisa e interpretação e aqueles decorrentes da familiarização prévia com nosso campo de estudo, por meio da revisão bibliográfica. (SPINK; FREZZA, 1999)

Fundamentalmente, o pesquisador se preocupou com a compreensão e a ampliação da experiência e dos significados das pessoas envolvidas no caso a ser estudado, bem como com suas perspectivas na intencionalidade e no conhecimento tácito.

A partir da perspectiva metodológica desse estudo, os dados foram organizados seguindo os passos propostos por Biasoli-Alves; Dias da Silva (1992) e por Fraga (2008), quais sejam: uma realização de leituras sucessivas do material, possibilitando-me uma aproximação com os diferentes temas que foram surgindo; a realização de anotações, decorrentes dessa leitura para apreensão das possíveis interpretações, dos pontos críticos identificados e de seus significados no tópico em questão e no corpo da pesquisa; compartilhamento dos dados com outros pesquisadores para que pudessem verificar as formas de compreensão e interpretação, assim como enriquecer o trabalho, e por fim, foram feitas constantes revisões na literatura para o aperfeiçoamento e atualização do assunto tratado; procurando buscar as regularidades e diferenças nas respostas apontando suas diferentes nuances e construindo uma espécie de painel demonstrativo para cada uma das três famílias de todo o conjunto dos dados.

O “painel” caracterizou cada família estudada, descrevendo seus aspectos gerais e específicos. Depois, foi analisado, na visão dos filhos, as descrições familiares sobre o divórcio e a segunda união a partir das diversas concepções apresentadas, considerando, na análise, os dados dos pais.

Com os dados anteriormente descritos, fez-se uma análise cruzada dos casos, para compreender o significado que os filhos davam à separação/divórcio e segunda união dos pais.

Os casos foram comparados a fim de que fosse possível dar cumprimento ao objetivo dessa pesquisa. A comparação tornou-se importante para que pudesse concluir a respeito da possibilidade da identificação de elementos comuns para uma possível síntese do processo de divórcio e segunda união na visão dos filhos. Cada um dos casos seguiu o mesmo formato para facilitar referências cruzadas e sua consistência.

Assim, num primeiro momento, uma explanação mais geral foi elaborada e, posteriormente, após a descrição e análise dos casos individuais, foi realizada uma análise comparativa entre os casos, objetivando alcançar uma síntese de como os filhos compreendem e expressam significados acerca do divórcio e segunda união dos pais.

Após análise no sentido de compreender através dos filhos a relação familiar na segunda união conjugal, procurou-se através de uma análise final, o aprofundamento dos

dados, afinilando-se o tema em torno de questões centrais, com verificação de sua existência, ou não, na literatura.

A fonte dos dados, com a qual o pesquisador procurou familiarizar-se, foi a situação dos filhos que tiveram a experiência prática da segunda união conjugal, assumindo o contato direto e prolongado, na busca de compreender a realidade em que eles se encontram a partir da perspectiva dos mesmos, o que esclarece o dinamismo interno das situações, dificilmente compreendido pelos observadores externos.

Estreitamente relacionada à teoria elaborada neste estudo, a leitura do material de análise teve dois momentos: voltou-se o olhar para os dados da entrevista, descrevendo, assim, o caso, e, depois, elaborou-se, através do cruzamento delas, um conjunto das entrevistas realizadas com os pais e os filhos, que, sistematizadas e analisadas de forma semelhante, compuseram o relato final.

O cruzamento das informações obtidas resulta no destaque de algumas características em comum, e na síntese de um sistema de informação. Assim, serão destacadas algumas considerações finais.

O texto final vinculando com a realidade apresentou indicativos da pesquisa por um estilo descritivo expondo as “lições apreendidas” do caso (LINCOLN; GUBA²³, 1985 *apud* CHIZZOTTI, 2006, p. 93) as “descobertas” feitas (STAKE, 2000), sempre de forma a situá-lo no seu contexto familiar, para poder contribuir com outras reflexões sobre a prática cotidiana da família.

Enfim, a proposição última para a análise foi a de que, a partir da interpretação compreensiva dos casos, ela permitisse chegar à formulação de asseverações analíticas que serão suporte da articulação ensino – pesquisa - serviços à Comunidade, como condição de formulação de um saber que se constrói e se volta para a realidade em que se insere o nosso trabalho, buscando aclarar questões que recentemente se tornaram socialmente mais visíveis e preocupantes, frente às dinâmicas transformadoras na Família.

²³ GUBA, E. ; LINCOLN, Y. Competing paradigms in qualitative research, 1994. In: DENZIN, N.; LINCOLN, Y. **Handbook of Qualitative Research**. Thousand Oaks, CA: SAGE Publications, p. 105-117, 1994.

5 Caracterização dos entrevistados

Quadro 3 - Características das famílias

Nome		Idade qdo. da entrevista	Grau de escolaridade	Ocupação	Idade quando iniciou a 1. ^a união	Duração da 1. ^a união	Filhos da 1. ^a união	Tempo entre as uniões	Idade quando iniciou a 2. ^a união	Duração da 2. ^a união	Filhos da 2. ^a união
Família 01	Júlia	39	Médio compl.	Dona de casa	18	5 anos	Laura	3 anos	26	13 anos	1 filha
	Camilo	49	Médio compl. (Técnico)	Projetista mecânico	21	8 anos	Davi e Leandra	7 anos	36	13 anos	1 filha
Família 02	Helenita	45	Superior compl.	Professora Ensino Fundamental	19	8 anos	Tadeu e Alan	2 anos	29	17 anos	Não tem
	Jefinho	42	Médio compl. (Técnico em mecânica)	Técnico em mecânica	17	6 anos	Marcos, Sueli e Sandra	3 anos	26	17 anos	Não tem
Família 03	Eduarda	46	Médio compl.	Func. Pública	21	5 anos	Lucas	Meses	26	20 anos	1 filho
	Paulo	52	Médio compl. (Técnico)	Assessor administrativo	19	13 anos	João Gil	Meses	32	20 anos	1 filho

Idade no período da entrevista (2008).

Descrição da Família 1 - (Camilo e Júlia)

Quadro 4 - Características dos filhos da família 01

Pais	Filhos	Idade	Escolaridade	Ocupação	Estado civil	Renda (salário mínimo)	Residência	Idade na separação	Idade na 2. ^a união
Júlia	Laura	19 anos	Superior incompleto	Atendente	solteira	1 a 5	mãe	2 anos	5 anos
Camilo	Davi	28 anos	Superior completo	Engenheiro	solteiro	Acima de 10	sozinho	8 anos	15 anos
	Leandra	27 anos	Superior completo	Compradora de autos peças	casada	1 a 5	marido	7 anos	14 anos

Filhos da segunda união: 1 filha

Idade no período da entrevista (2008)

A família 1 é composta pelo casal Camilo 49 anos e Júlia 39 anos, ambos possuem o ensino médio completo, ele é projetista mecânico e ela dona de casa. Ele casou pela primeira

vez com 21 anos de idade e ela com 18 anos. Do primeiro casamento de Camilo nasceram dois filhos, Davi e Leandra e do de Júlia nasceu Laura.

O casal Camilo e Júlia tem o seguinte histórico: Camilo, depois de oito anos de casamento, por motivo de relacionamento extraconjugal da esposa, se separou. Tentaram várias reconciliações, mas em vão; ele permaneceu com a tutela dos dois filhos. Júlia, após cinco anos de casada, separou-se do marido por ser este violento e agressivo, e permaneceu sem outro cônjuge por três anos, morando com a filha na casa dos pais.

Camilo, depois de sete anos de separação, período em que teve duas namoradas, casou-se com Júlia, com quem teve uma filha, e estão unidos há 13 anos. Júlia, com 26 anos, mais a filha de três anos de idade, foi morar com Camilo (36 anos) e os seus dois filhos (Davi com 15 anos e Leandra com 14 anos).

O início da segunda união foi marcado por um clima bom e de acolhimento, mas com o tempo iniciaram brigas e discussões entre a nova esposa do pai e a filha dele, bem como entre os filhos entre si, principalmente no que se refere à disparidade na educação recebida anteriormente. Contudo, depois de um tempo considerável, houve integração e adaptação entre os membros da família, que veem na prática religiosa do casal um fator que colaborou com atual convivência familiar.

Maior preocupação do casal na separação e segunda união conjugal eram os filhos. Os sentimentos de perdas e confusão nos filhos no que se refere a nova dinâmica familiar, seja na separação e segunda união dos pais permearam os relacionamentos. No período da entrevistas os filhos afirmaram que estavam adaptados a nova realidade familiar.

Os filhos descreveram que não houve comunicação clara dos pais sobre a separação e segunda união. Por sua vez, os pais expressaram que tentaram se comunicar com os filhos com mais idade.

Residem juntos nessa família Camilo e Júlia, Laura e a filha da segunda união, Leandra casou-se e mora em outra casa com o marido e Davi por motivos de trabalho e estudo mora em outra cidade.

No que se refere aos ex-cônjuges, somente os filhos de Camilo mantiveram contato com a mãe, muitas vezes, sentindo-se, muitas vezes, responsáveis por ela. Esta (ex-cônjuge de Camilo) se uniu por 15 anos a outro parceiro, que manteve com os filhos dela um bom relacionamento.

Foram entrevistados o casal e os filhos das uniões anteriores.

Descrição da Família 2 – (Jefinho e Helenita)

Quadro 5 - Características dos filhos da Família 02

Pais	Filhos	Idade	Escolaridade	Ocupação	Estado civil	Renda (salário mínimo)	Residência	Idade na separação	Idade na 2ª. união
Helenita	Tadeu	24 anos	Médio completo	Fiscal avalista	solteiro	1 a 5	mãe	5 anos	7 anos
	Alan	21 anos	Curso técnico	Estagiário de Eletricista	solteiro	1	mãe	2 anos	4 ano
Jefinho	Sueli	23 anos	Médio completo	Do lar	casada	xxx	Marido e filha	3 anos	6 anos
	Marcos	21 anos	Ginásio completo	Serviços avulsos	solteiro	2	Mãe	1 ano	4 anos
	Sandra	19 anos	Médio completo	Ajudante geral	solteira	1	Pai	Não nascida	2 anos

A família 02 é constituída pelo casal Jefinho 42 anos e Helenita 45 anos. Jefinho tem ensino médio completo e é técnico em mecânica; Helenita tem o nível superior completo, e é professora de ensino fundamental.

Com 17 anos de idade Jefinho casou-se pela primeira vez, e dessa união teve os três filhos (Sueli, 23 anos; Marcos, 21 anos e Sandra, 19 anos). Depois de 6 anos de casamento, por motivo de relacionamentos extraconjugais com outra mulher, se separou da esposa, por iniciativa dela. Já Helenita se casou com 19 anos, se separou do marido porque este mantinha relacionamentos extraconjugais com outra mulher.

Após a separação Jefinho ficou por três anos, morando com a sua mãe, e Helenita permaneceu por dois anos na mesma cidade em que residia quando casada, morando, com uma parente, e, depois desse tempo, retornou à família de origem, levando consigo os dois filhos (Tadeu, 23 anos e Alan, 22 anos). Helenita, com 28 anos, mais os dois filhos, foram morar com Jefinho (26 anos) que tinha seus filhos residindo com a mãe.

A maior preocupação de Jefinho e Helenita, antes e durante o processo de separação, era de como os filhos reagiriam às mudanças na realidade familiar, pois temiam que a situação das mudanças pudessem futuramente influenciar de forma negativa os seus relacionamentos, a vivência escolar, os seus valores e outros. Os filhos de Jefinho tomaram conhecimento do motivo da separação do pai da seguinte forma: a filha, por comunicação do próprio pai; os outros dois filhos, por informação de parentes próximos. Por sua vez, Helenita

comunicou ao seu filho mais velho e, posteriormente, ao mais novo, que relatou o desejo de saber a versão do pai.

No período da separação, os filhos estavam no período da infância e puberdade, com idades entre 1 e 10 anos (Marcos 1 ano, Alan 2 anos, Tadeu 5 anos e Sueli 10 anos), com exceção de Sandra que não tinha nascido.

Os avós tiveram presença marcante e atuante antes, durante e, principalmente, depois da separação, acolhendo os filhos separados e netos em suas casas.

Somente Sueli e Tadeu se lembram dos acontecimentos ocorridos durante e após o processo da separação. Sueli não desejava que os pais se separassem, e recordava que a mãe tinha algumas atitudes que expressavam ciúmes do seu relacionamento com o pai. Ela se recorda das mudanças de moradia; da responsabilidade que teve de assumir no cuidado dos irmãos mais novos; da insistência da mãe com a limpeza da casa e, principalmente, da crise financeira que tiveram que enfrentar. A ponto da mãe ser obrigada a trabalhar fora de casa e eles terem que frequentar uma creche.

O período antes e durante a separação de Jefinho é marcado por algumas desavenças e conflitos com a ex-cônjuge. No caso de Helenita, houve pouco contato com o ex-cônjuge, após a separação conjugal. Ambos, Jefinho e Helenita, tiveram vários momentos de reconciliação matrimonial, mas com o tempo distanciaram-se dos ex-cônjuges.

Para os filhos de Jefinho, a segunda união foi marcada por um clima de perda e rivalidade, agravado pelos ciúmes da atual esposa do pai, contudo, depois de um tempo de convivência com ela, os filhos conquistaram um relacionamento amigável; segundo Jefinho as desavenças foram também incentivadas pela ex-esposa.

Marcos e Sandra se referem ao segundo parceiro da mãe como uma figura muito boa e importante na vida deles e relataram que a mãe se separou dele pelo mesmo motivo do pai, relacionamento extraconjugal. Sueli recordou que o novo parceiro da mãe ajudou a família a ter uma melhor condição financeira, pois estavam passando por uma situação de privação, até mesmo, nas necessidades básicas como: alimentação e moradia, apesar do pagamento de pensão do pai.

Para os filhos de Helenita, o atual esposo frequentava a casa dos avós maternos, com quem eles moraram, e a convivência anterior, por morarem todos numa casa só, facilitou a aceitação e acolhimento do novo cônjuge da mãe. Tadeu queria ver a mãe feliz, só tinha preocupação nos momentos em que o atual marido de sua mãe ingeria bebidas alcoólicas, e relatou que não o assumiu como pai.

Foram entrevistados o casal e os filhos das uniões anteriores.

Descrição da Família 3 – Paulo e Eduarda

Quadro 6 - Características dos filhos da Família 03

Pais	Filhos	Idade	Escolaridade	Ocupação	Estado civil	Renda (salário mínimo)	Residência	Idade na separação	Idade na 2ª. União
Eduarda	Lucas	22 anos	Superior incompleto	Assistente. de investimento	solteiro	1 a 5	sozinho	2 anos	2 anos
Paulo	João	29 anos	Médio completo	Motorista	Solteiro	1 a 5	Mãe	9 anos	9 anos
	Gil	22 anos	Médio completo	Auxiliar de petição	casado	1 a 5	Com a esposa	2 anos	2 anos

Filhos da segunda união: 1 filho

A família 3 é formada pelo casal Paulo 52 anos e Eduarda 46 anos, ambos possuem o ensino médio completo, ele é diretor administrativo e ela funcionária pública. Paulo casou-se pela primeira vez com 21 anos de idade, dessa união teve dois filhos, João (29 anos) e Gil (22 anos).

Paulo, depois de 13 anos de casamento, mesmo depois de várias tentativas de reconciliação, se separou da primeira esposa por considerar que sua relação conjugal estava desgastada e, por consequência, ter se apaixonado por Eduarda.

De forma semelhante aconteceu com Eduarda, que tinha se casado com 21 anos de idade, desse relacionamento conjugal nasceu o filho Lucas. E, depois de cinco anos de casada, separou-se do marido, que era pouco presente e carinhoso na relação conjugal e familiar e tinha problemas de alcoolismo e de desemprego. Por várias vezes, Eduarda tentou reatar o vínculo com o ex-marido, entretanto, sentindo-se apaixonada por Paulo decidiu se separar do primeiro marido.

Ambos, Paulo e Eduarda, poucos meses após a separação conjugal, se casaram e, dessa segunda união geraram um filho (10 anos) e estão unidos há 21 anos.

Os filhos de Paulo permaneceram com a mãe, e Lucas foi com a mãe morar com os avós por alguns meses, e depois foram morar com Paulo.

No período da separação, os filhos estavam no período da infância, com a idade entre 7 meses e 8 anos (Gil 7 meses, Lucas 5 anos e João 8 anos).

Os filhos ocuparam o centro das preocupações do casal, em especial, antes e durante o processo de separação, pois demonstraram uma reação contrária à separação, reagindo contra as mudanças que normalmente ocorrem, como: divisão dos bens, sentimento de perda e abandono,

convívio diferente do anterior, dinâmica familiar estranha à habitual e sentimento de compaixão com a parte que demonstra fragilidade.

Os filhos de Paulo relataram uma infância em dois momentos bem definidos: antes da separação, boa, amorosa e alegre pela presença do pai (reino encantado); após a separação, solitária, financeiramente difícil, tristeza, abandono, rejeição, instabilidade, medo, discriminação dos colegas de escola, decepção com a figura paterna, responsabilidade com a mãe e com a casa, vontade de morrer e outros.

Com o tempo foram se adaptando à situação, entretanto, continuam desejando os pais unidos de novo.

Apenas Lucas experimentou o contato mais de perto e protegido com os avós paternos, com quem ficava grande parte do dia devido ao trabalho da mãe. Com o pai teve pouco contato, antes e depois da separação. Contudo disse que rezava pela mudança pessoal do pai e tinha medo de ficar longe dele. Na separação foi morar com a mãe com os pais dela.

O período antes e durante a separação é marcado por constantes conflitos e tensões dos ex-cônjuges. No caso de Paulo, essa tensão se estendeu para depois da segunda união e era participada pelos filhos. A ex-esposa, que chegou a namorar e se unir a outros parceiros, não aceitava a separação e procurou, sem sucesso, dificultar as visitas de Paulo aos filhos nos finais de semana.

O início da segunda união de Paulo e Eduarda foi marcado por um clima conflituoso entre os filhos e os novos cônjuges de seus pais. Para os filhos de Paulo, porque queriam o pai de volta, e para Lucas, por não se adaptar à educação exigida pelo novo cônjuge da mãe.

Contudo, Lucas se adaptou mais rapidamente a Paulo do que os filhos deste ao novo cônjuge do pai e situação em si.

Foram entrevistados o casal e os filhos das uniões anteriores.

6 Retrato dos casos

Abaixo serão apresentados os dados sobre as famílias pesquisadas, retratando cada um dos casos analisados.

Caso 1: A família de Camilo e Júlia

A visão de família que o casal e os filhos descreveram está muito relacionada ao modelo de família constituído de pai, mãe e filhos, com estrutura e dinâmica nucleares hierárquica de funcionamento, com sinais concretos de integração e ajuda mútua. Cabe aos

pais a tradicional responsabilidade em educar os filhos e deles receberem a devida obediência. Esta família considerou a unidade, o amor mútuo e a convivência familiar, fundamentais para constituir e perdurar a dinâmica familiar.

Família, eu vejo como tudo na minha vida, tenho a imagem de amor e união, lugar onde o marido e a mulher fazem crescer os filhos e se dão bem. Para mim não tem dinheiro que pague isso. Sabe, depois de tanta briga e tantas desavenças a gente parece que conseguiu ter uma família de novo (Júlia)

Então, família é o lugar que a gente se sente bem, que é bom estar, o pai e a mãe cuidando da gente. E, a gente precisa fazer aquilo que eles nos mandam (Ana)

O casal descreveu de forma muito semelhante os papéis de pai e mãe na convivência familiar, principalmente, quando atribuíram ao pai à função de provedor, à mãe, a de cuidadora e responsável pela ordem doméstica. Eles consideraram ter mantido, apesar das mudanças que passaram, a dinâmica e organização doméstica nuclear que viveram na família de origem.

Camilo e Júlia relataram que com os filhos, eles procuravam continuar a reproduzir de forma semelhante a mesma estrutura e dinâmica familiares que receberam de seus pais. O casal aponta que procuravam dar continuidade e manutenção ao modelo em que foram educados na família de origem.

Contudo, a reprodução do modelo familiar que o casal vivenciou na família de origem, foi acompanhada de descontinuidades ao modelo dos pais, motivadas, especialmente, pelas necessárias adaptações às exigências e expectativas mais próprias do tempo contemporâneo que viviam, principalmente, a uma maior abertura à participação dos filhos nas decisões familiares e uma acentuada queda do modelo do pai como provedor e da mãe como cuidadora doméstica.

Muita coisa que eu faço com meus filhos, foi o que eu aprendi de meus pais, com mais carinho, né, porque naquele tempo não tinha muito isso não. Então, família para mim é isso. Um lugar de amor e união entre o pai e mãe e fazendo tudo o que podem para verem os filhos indo bem na vida (Camilo)

A concepção de família de Camilo e de Júlia era muito próxima, entenderam que a família é um lugar de amor, harmonia, onde os filhos podem crescer e desenvolver. Consideraram o viver em família importante e essencial para a vida deles, sempre como um lugar de apoio, interação e ajuda mútua. Talvez, atribuem essa visão de família idealizada

pelo fato de almejarem e se empenharem em ter uma família diferente da anterior, onde experimentaram inúmeras brigas e discussões com os ex-cônjuges.

Os filhos disseram que apreciavam e queriam seguir a mesma direção dos pais no significado de família, indicando que essa visão de família que tinham foi construída e mantida a partir de alguns elementos do repertório dos pais.

Família para mim é como a que tenho hoje, sem briga e discussão, lugar onde eu me abro, divido minhas alegrias e ajudo naquilo que posso. Mesmo não dando muito certo meu pai e minha mãe, eu quero para mim, uma família com meu marido e com filhos, foi assim que vivi com meus pais e sabe poderia ser sempre assim (Leandra)

Os filhos apresentaram a manutenção da importância ensinada pelos pais da escolarização para um futuro mais estável. A escolarização pareceu representar um grande valor para as famílias, tanto no que se refere ao valor simbólico de “ter estudo” ou de “ter um filho estudado” quanto às possibilidades de ascensão social e de obter maiores níveis salariais.

Contudo, a continuidade do modelo de família e das expectativas dos pais não é seguido por completo, os filhos expressaram elementos que indicam movimentos de ruptura com o modelo tradicional vivido na família de origem. Notou-se nas entrevistas a valorização do sentimento de amor e união na vida familiar, que já era experimentada pelos pais em menor grau nas suas famílias de origem.

O elemento da segurança que não fazia parte da concepção de família dos pais esteve presente nas falas dos filhos, eles (filhos) identificaram a família como lugar de segurança; um sinal que eles desejavam mais estabilidade nas relações familiares.

Não queria que minha família passasse por tanta coisa, a gente fica parece nem sei. A gente fica sem chão, queria muito que todo mundo pudesse ter um lugar tranquilo e seguro e, que a gente não precisa ficar com medo do que vai acontecer (Davi)

Talvez, o fato de estarem na situação de filhos dependentes dos pais e participado dos conflitos parentais, que gerava instabilidade na convivência familiar, pode ter sido um dos motivos para que Davi e Laura apontassem a família como lugar de segurança, apoio, companheirismo e afeto.

Os membros das famílias expressaram o desejo e contínuo esforço de estarem unidos e de se fazerem presentes nos eventos e em lugares e tempos possíveis. Procurando estar mais unidos, principalmente, aos finais de semana.

[...]Jagora eu tenho uma família, pra mim é uma festa a gente estar juntos (Laura)

Embora o pai relatasse timidez no relacionamento familiar, por conversar pouco e sentir que tinha pouca presença na vida dos filhos, observou-se o sentimento de cuidado mútuo e a demonstração de afetos, por parte de todos os membros da família, através dos gestos expressos entre eles, estampados nos seus relatos, preponderantemente, o desejo de estarem unidos numa convivência de ajuda mútua,

Nos relatos dos membros dessa família, fica evidente a insistência em compararem a convivência familiar anterior, no período dos conflitos e tensões com o tipo de convivência familiar que estavam tendo no período das entrevistas.

Infelizmente, eu acho que as coisas que marcam a vida da gente, eu e meu irmão com meu pai e mãe, a gente brincava muito, a gente não tinha muito dinheiro para passear, era um só por mês, mas depois tudo começou, eles se separaram e a vida mudou muito. Sabe não foi legal, foi muito traumatizante, era tão bom e depois ah! (Leandra)

Os membros desta família demonstravam, que conseguiram concretizar o ideal de família que sempre desejaram, no tipo de relacionamento familiar que estavam vivendo, no período da entrevista, clima de diálogo, ajuda, afetividade e integração. O fato de terem passado por situações limites com brigas e discussões, parece ter influenciado no significado que eles deram para a convivência familiar.

Hoje eu mudei muito, daquele tempo, a Júlia também, Dani e Leandra cresceram e hoje são mais maduros e hoje posso dizer que temos uma família. Passei muito com eles, mas passou. O final de semana quando todos vêm aqui, a gente sente que estamos vivendo família. Até a Lau fica mais contente quando todos estão juntos, e Gi nem se fala (Camilo)

O casal apresenta a sua interação conjugal de forma satisfatória, revela-a gratificante e forte, possivelmente devido ao forte envolvimento do casal na situação de separação e com na preocupação e cuidado com os filhos, permanecendo sozinhos diante das demandas da etapa do ciclo vital que atravessavam os filhos.

Os filhos e o casal foram pontuais em narrar que a família é participante da Igreja Católica, mais ativamente o casal, e a consideram motivadora e possibilitadora da melhoria deles enquanto pessoas e pais. Contudo, Camilo e Julia disseram que não concordavam com

alguns posicionamentos e privações a que são submetidos pela Igreja, como: não comungar e serem considerados pecadores.

Numa reunião de Igreja para a quermesse, surgiu o assunto de pessoas que se casaram de novo, e começaram a meter o pau, aí perceberam que eu estava lá, eles esqueceram que era de segunda união. Fiquei muito chateado, pois na hora de trabalhar eu presto e nas outras não (Camilo)

A relação entre os filhos e os pais e seus cônjuges foi considerada por eles como amigável e até fraterna, diferentemente de outras épocas. Relataram que estavam felizes com a forma que se encontrava a família; a experiência de mudança e conquista familiar, sugere o caráter dinâmico da família e a sua capacidade de sujeito diante das situações estressantes e limites como a separação/divórcio.

A família e a separação

Os filhos foram sempre a preocupação antes, durante e após a separação e segunda união, os pais relataram que essa realidade seria mais fácil sem a presença dos filhos. Perceberam mudanças no comportamento depois da separação e segunda união, em especial dos filhos mais velhos (Davi e Leandra).

Camilo e Júlia descreveram que se sentiam culpados, por verem e perceberem que os filhos demonstravam sofrimentos e tristezas com a separação conjugal deles, principalmente, na privação da presença do outro genitor e por não conseguirem poupar os filhos de participar ou assistir as situações conflitivas existentes na separação conjugal. E ainda, o casal, em particular Júlia, relatou que se preocupava das consequências que essa situação de separação conjugal pudesse gerar nos no futuro dos filhos, como na escola, nos relacionamentos com os outros, ou mesmo, quando forem formarem a sua família.

A Lau ficou traumatizada com tudo isso, eu percebo, ela tem medo de tudo e nem no escuro consegue ficar sozinha, mas eu rezo e sei que Deus já fez muito e vai fazer mais (Júlia)

O casal referiu ao relacionamento com os ex-parceiros como conflituoso, agressivo e distante, contudo, com o tempo, disseram que superaram e buscaram alternativas possíveis de uma boa convivência.

No período da entrevista, Camilo descreveu que tinha um relacionamento amigável com a ex-esposa e, no caso de Júlia, o contato com o ex-cônjuge foi reduzido a quase nenhum, segundo ela, isso aconteceu, devido as experiências de violência e agressão que viveu com o ex-parceiro no tempo que era casada com ele.

Em ambos os núcleos familiares os conflitos e tensões indicaram ter evoluído da união a separação por diversos fatores como: desgaste no relacionamento conjugal, infidelidade, agressividade e outros, sendo que alguns conflitos permaneceram e se tornaram mais fortes depois de algum tempo após a separação e segunda união.

Os filhos de Camilo dividiram sua infância em antes e depois da separação, relataram que a infância tranquila, estável, feliz e de boas lembranças, cuja preocupação era apenas a de brincar e estudar, foi interrompida com a separação dos pais, gerando uma etapa confusa, dividida e triste, onde presenciavam brigas, conflitos e agressividade entre os pais.

Então teve uma vida antes e uma vida depois da separação, que a gente teve que crescer a gente ficou morando com o meu pai e era muito raro na época (Leandra)

Antes da separação eu me recordo muito de acordar cedo tomar café, a gente tomava café ouvindo música de viola, ir pra escola, a minha mãe era dona de casa. A minha rotina era cedo escola, de tarde brincar na chácara eu não me lembro de outros episódios, eu lembro de viagens por causa de fotos mais o que eu tenho claro assim é a rotina de escola e brincar na chácara (Davi)

Eu consigo visualizar as cenas, de muito grito, insultos, um falando mal do outro e a gente olhando (Davi)

Davi e Ana relataram tiveram uma experiência boa com os pais juntos na infância e consideraram que tê-los juntos era um sinal de tranquilidade, segurança e bem estar. Talvez relatassem essa posição de bem estar na infância antes da separação, por não terem tido percepção da tensão conjugal narrada pelos pais, ou por não estarem integrados ao mundo adulto, ou ainda, por serem poupados pelos pais da realidade conflitiva.

O que se observou nos relatos tanto de Davi como Ana, é que eles pareciam alheios aos conflitos antes da separação, fixaram-se no ato da separação e na mudança radical que esta trouxe para a vida deles. Identificaram no ato da separação uma situação que não percebiam ou não queriam perceber, e que foi o marco das mudanças na estrutura e dinâmica familiares que estavam acostumados.

Laura pelo fator da pouca idade nesse período, se recordava pouco da infância antes da separação, contudo relatou que sabe pela narrativa da avó que passou por situações extremas com o pai, como por exemplo, querer matá-la juntamente com a mãe e outras situações tensas e conflitivas. Segundo ela talvez seja um dos motivos que sustentam o medo dela de se encontrar com o pai e de ficar sozinha, sem a companhia de pessoas.

Eu me lembro muito pouco, porque eu era muito pequena, então fui morar com minha avó, minha mãe trabalhava, eu dificilmente via meu pai, porque ele não me procurava, não tinha nenhuma relação com ele (Laura)

O contexto conflitivo e tenso que Laura viveu com o pai biológico pode ter-lhe facilitado, mais rapidamente, a adaptação às novas situações da segunda união da mãe, onde recebeu de Camilo cuidado e segurança como um pai. Outro fator que pode tê-la ajudado na sua adaptação, foi a pouca convivência que teve com a situação anterior à segunda união da mãe e, conseqüentemente, poucas lembranças de outra dinâmica familiar.

Interessante notar como Davi e Leandra descrevem-se próximos dos pais, reconhecendo-os nos papéis de pai e mãe. Mesmo que apontassem alguns limites dos pais, não deixavam de evidenciar a qualidades e a importância dos pais em suas vidas. Um exemplo foi a defesa que Leandra e Davi fizeram da honra da mãe diante dos fatos humilhantes que passou, o reconhecimento do esforço do pai em lhes educar e o fascínio de Davi pelo pai, a ponto de organizar seu percurso profissional semelhante ao do seu pai Camilo.

A visão de Davi e Leandra sobre os pais pode indicar que nem brigas, discussões e separações distorceram ou tiraram dos dois filhos a imagem dos pais como referencial e cuidadores.

Meu pai foi sempre meu amigo, tenho um relacionamento superamigo com ele. A gente sempre se deu bem, peço sempre conselhos a pra ele, segui o mesmo ramo de profissão dele (Davi)

Quando os filhos de Camilo iniciaram a contar sobre a separação dos pais, ambos disseram que se lembravam-se pouco desse período, qualificando esse esquecimento como uma forma de bloqueio ou trauma vivido, embora como adultos entendam melhor o cenário vivido.

A separação parece ter sido um momento muito triste e marcante de sofrimento e angústia para Leandra e Davi, a ponto de ambos relatarem que as atitudes de brigas, acusações

e conflitos dos pais que eles presenciaram e viveram, na e após a separação dos pais, não deveriam acontecer perto de uma criança, referindo-se ao que passaram quando criança num olhar retrospectivo de adulto.

Tive que viver um período muito complicado triste, tinha saudades da minha mãe e foi chocante para mim e para meu irmão ver tudo aquilo, por todas as brigas, nem todos os pais tomam cuidado de não brigar perto de criança, então a gente viu muito coisa entre o pai e a mãe que não era para crianças (Ana)

Talvez a separação em si não tenha sido o ponto central do sofrimento e angústia de Davi e Ana, pois os relatos indicavam que esta foi sentida posteriormente, mas sim as brigas, as discussões e as acusações entre os pais, na qual participaram ora como espectadores, ora como mediadores sem uma compreensão do fato e com sentimentos de divisão.

Para os três filhos dessa família, não houve comunicação verbal clara e explícita sobre a separação, essa atitude dos pais causou-lhes angústia e insegurança, pelo fato de não entenderem o que estava acontecendo com eles e com os pais. Relataram que só sabem de algumas coisas que os parentes lhes contaram e se lembravam das mudanças de casa e o sentimento de ausência da figura parental não residente.

Os filhos de Camilo não se lembram de terem recebido uma comunicação sobre o motivo da separação dos seus pais. Recordam-se da mãe sendo colocada para fora, pela avó e tia, da casa onde moravam e eles sendo levados à casa da avó e, ainda, um sentimento ruim de terem deixado a mãe.

Na convivência com a família de Camilo, a avó e a tia paternas falaram para Leandra, que o motivo da separação dos pais foi a do relacionamento extraconjugal da mãe, essa foi a comunicação que teve sobre o motivo da separação. Davi e Leandra perceberam que o pai ficara com menos relacionamentos com eles, embora cuidasse da educação, da manutenção e da formação escolar deles.

Eu acho que tive um bloqueio muito sério, foi o motivo da separação que eu não soube do porque e até em decorrência dos outros problemas, que nos tivemos depois eu não questionei nunca o porquê, eu não queria saber o porquê, quem tinha feito o quê, a única coisa é que eu sempre fiquei com o meu pai, mais nunca deixei de ficar com a minha mãe, de forma alguma, ia lá de fim de semana (Davi)

Davi e Leandra relataram sentirem-se perdidos e confusos diante das brigas e acusações, não entendiam o que estava acontecendo e o porquê daquela situação. Interessante

observar que quando Camilo num momento de tensão quis falar do porque da separação acusando a mãe de um relacionamento extraconjugal, eles não quiseram ouvir e rejeitaram a fala do pai.

A comunicação por si mesma parece não diminuir o sofrimento e a tristeza de Davi e Leandra quando receberam dos pai e dos parentes paternos a comunicação sobre “o quê e por quê” da separação dos pais. Alguns fatores como: idade dos filhos, linguagem própria, momento propício, o respeito ao que os filhos estão preparados para escutar e outros, são necessários para uma comunicação adequada entre pais e filhos no que se refere aos assuntos gerais e, principalmente, sobre mudanças na família.

[...]foi horrível, era como se estivesse em uma guerra, eu lembro de tudo e a gente era pequena, eu lembro das gritarias, era horrível, eu acho que a gente nem tinha força de chorar, a gente ficava totalmente perdido, uma hora a gente tinha que sair correndo, alguém vinha buscar a gente (Leandra).

Laura disse não se lembrar se os pais comunicaram ou não com ela a separação conjugal, talvez devido a idade (2 anos), dizia não ter recordações dessa época e nem após a separação, mas relatou ter sido obrigada a estar com o pai por alguns momentos em visita e se recorda de que a avó lhe contou que o pai era agressivo e violento com ela e com a mãe, e que ele queria, como filhos, um menino e não uma menina. Sua mãe dizia que a sentia tristonha e medrosa por causa da ausência do pai.

Da separação dos meus pais eu não me lembro muito bem porque eu era muito pequena, então eu sei o que a minha vó me conta, mais eu não me lembro como é que foi, e nem se eu sofri, eu me lembro que fui morar com a minha avó, e que eu estudava. E quem ficava comigo a maior parte do tempo era a minha vó, porque a minha mãe trabalhava, eu dificilmente via o meu pai (Laura)

As falas dos filhos sugeriram que os sofrimentos dos filhos se tornaram mais graves, pela não comunicação clara dos pais sobre “o quê e porquê” da realidade de separação conjugal na família, principalmente, sobre as transformações na organização e dinâmica da família.

A realidade descrita pelos filhos indicou que a comunicação sobre a separação conjugal dos pais requerer um processo de seguimento à um percurso orientador de acordo com a realidade em que se encerra o relacionamento e as condições das pessoas da relação, e

que no momento de conflito e tensão a mensagem pode tomar um rumo contraditório e prejudicial.

Os pais confirmaram a fala dos filhos de que não houve uma comunicação adequada no entanto, expuseram que não houve comunicação aos filhos sobre a separação e as mudanças que poderiam vir dela, por considerarem que, devido a pouca idade deles, em especial Laura, não teriam condições de compreender o que estava se passando e, mesmo porque nem os pais sabiam por certo o que estava acontecendo, nem o que iria acontecer após a separação.

No conflito pós separação, Davi e Leandra descreveram que mantinham o desejo de que um dia os pais pudessem se reconciliar e a família voltar a ser o que era antes. Esses relatos indicam que a busca dessa reconciliação era uma expectativa constante em Davi e Ana, e que cada vez que os pais se encontravam e brigavam, ficavam mais distantes um do outro, com essa situação de maior distanciamento de encontro dos pais, Davi e Leandra disseram que começaram a organizar situações para evitar que os pais se encontrassem, no esforço de mantê-los menos distantes.

Durante o processo de separação os pais e os filhos relataram que enfrentaram, além da continuidade dos conflitos, a divisão de bens e o destino de moradia dos filhos, que no caso de Camilo ficaram com o pai e durante o dia na casa da avó e Laura com Júlia, morando na casa da avó.

Quando eles se separaram e gente foi morar com o meu pai, mais a Leandra variava seis meses com o meu pai e seis meses com a minha mãe, eu não já sempre fiquei com o meu pai, só no fim de semana eu ficava com a minha mãe (Davi).

Os avós foram presença positiva e necessária para os filhos durante e após a separação dos pais, acolhendo-os e dando-lhes suporte. Os três filhos após a separação dos pais, foram por um considerável tempo morar com os avós. É importante considerar que Davi e Ana, relataram que a avó e a tia paterna, influenciaram na decisão do pai de se separar e dificultaram que os pais se reconcilhassem, mas não comentaram nenhum sentimento ou oposição em relação a elas, somente se preocuparam em honrar a mãe, explicando que ela tinha pouca idade e maturidade para o casamento.

Com a separação, os filhos relataram que tinham sentimentos de perda, medo, divisão e fracasso, perceberam e experimentaram modificações na vida pessoal e social dos pais, bem como, na família, e passaram a querer, ou, serem impelidos, à ajudar os pais nos problemas

pessoais e nos afazeres domésticos, disseram que tiveram de assumir responsabilidades precocemente.

Era muita coisa que passava na cabeça, como que ia ser, porque tinha que ser assim, porque vai se separar, porque a minha vó ta fazendo isso com a gente, com quem eu vou ficar, como vai ser na escola... Eu não sabia que eu ia ter que crescer tão rápido assim, e ter as minhas responsabilidades tão cedo. (Leandra)

Davi e Leandra consideraram que as colaborações domésticas e pessoais eram de muita responsabilidade para eles, pois os pais começaram a requer deles atitudes não habituais para filhos e para a idade em que se encontravam, pois eles compreendiam que os pais é quem têm o papel de cuidar dos filhos e manter a ordem doméstica. Interessante, que quando falam sobre o novo cônjuge tanto do pai como da mãe, se referem alguém para cuidar do pai e dos afazeres da casa e, por consequência dos membros da família.

Observou-se nos relatos dos pais e filhos, que os pais na fragilidade da separação e com a frustração do primeiro casamento, tiveram atitudes e tendências de se apoiarem nos filhos, direcionando para eles o encargo de darem sentido e razão para suas vidas, indicando que assumiam papéis de vítimas e sofredores, reforçando a aliança com os filhos, que se sentem obrigados a cuidar deles.

A maior preocupação que Davi dizia ter era com a fragilidade da mãe e os seus constantes estados de alterações psíquicas e desequilíbrio financeiro.

Eu senti mais forte foi ser o filho homem, onde a minha mãe precisava de uma palavra, de uma pessoa mais forte para ser ajudada, não é mais velho, eu nunca tive essa tarja de filho mais velho, mais o filho homem (Davi).

Diante da fragilidade da mãe e, com menos intensidade, a do pai, Leandra e Davi sentiam-se divididos em morar com a mãe ou com o pai. E viam nos pais expressões de sofrimentos e, principalmente episódios de choro quando iam à casa da mãe. Expressaram que desejavam que ambos os pais estivessem juntos e que tivessem a segurança de que iam ver os pais novamente após as visitas.

Os filhos de Camilo descreveram que se sentiam diferentes dos colegas, por serem entre os amigos, os únicos com pais separados e morarem somente com o pai, principalmente, quando frequentavam a escola. Davi relatou ter tido problemas escolares e sentia-se

bloqueado nas lembranças desse período escolar. Relataram ainda que tinham “ciúmes” dos amigos que tinham os pais juntos.

Depois da infância que os meus pais se separaram, é muda tudo, a vida mudou completamente, e eram os únicos que tinham os pais separados na escola, era estranho tinha até uma certa diferença, e eu lembro que na minha, eu acho que eu era a única na época (Leandra)

Os grandes desejos e expectativas dos filhos de Camilo eram que os pais não brigassem mais e voltassem à vida conjugal, e consequentemente eles, Davi e Leandra, não tivessem que enfrentar brigas e essa diferença familiar com os colegas.

Outra expectativas de se observar em Davi e Leandra era que tinham a vontade de um dia não terem que escolher entre ficar com a mãe ou com o pai e voltarem a ser uma família “normal”, motivos principais de suas orações.

Eu vivi uma fase de comparação, muitas vezes, a gente achou que eles iam voltar, nunca aconteceu mais a gente fantasiava. Né?, A gente via a minha mãe sofrendo muito e era ruim, e a gente tinha muita saudade dela, a gente fazia milhares de cartas e levava onde ela estava. Era diferente das outras crianças, as crianças estavam preocupadas em brincar e a gente tava preocupada se ia poder ver a nossa mãe no final de semana, porque para uma criança é terrível. Você fica preocupada se vai ver a sua mãe ou não, eu lembro que eu fazia cartinhas e no final tinha assim será que eu vou te ver? (Leandra)

Na realidade da separação dos pais, intensificou entre Davi e Leandra um relacionamento simbiótico, talvez com a função de se protegerem e se ajudarem. Um processo de união fraternal iniciada antes da separação e concretizada durante e após a separação e segunda união dos pais.

O relacionamento de fratria construído por Davi e Ana, parece ter sido uma saída saudável para enfrentarem o ambiente conflitivo e tenso da família com os embates parentais. A vinculação forte que existia entre eles, pode ter possibilitado que a experiência de solidão e de abandono, comum nas crianças com pais separados, não fizesse parte do seu repertório. E talvez, fosse uma forma de garantirem segurança e apoio mútuo.

Talvez os fatores da idade e da necessidade de ajuda mútua diante da fragilidade da mãe e distanciamento do pai, possam indicar a intensidade desse relacionamento fraternal.

Eu e a Leandra passa por tudo juntos, todo problema com a minha mãe é eu e a Leandra, quando tem problemas aqui era eu e a

Leandra, hoje graças a Deus aqui não tem mais eu e a Leandra, mais eu e a Leandra é uma coisa muito forte (Davi)

A infância foi sempre muito pesada, muitas brigas, muito estresse, às vezes, eu acho que essa união minha e do meu irmão é por causa disso porque os momentos mais felizes era entre nos dois. É onde a gente se apegou muito. Né? (Leandra).

Interessante observar como Davi e Leandra relataram a posição e o relacionamento entre os membros da família, quando relatavam o funcionamento da família durante e após a separação, principalmente, a presença e preocupação com a mãe dentro da dinâmica familiar; por mais que a realidade demonstrasse concretamente a separação dos membros, os seus relatos deles indicavam que eles visualizavam e vivenciavam os membros interligados e interdependentes.

Depois da separação, a vida dos três filhos mudou muito, e todos eles relataram que sentiram as mudanças, sem muita compreensão e carregadas de sentimentos de medo e insegurança. Os pais continuaram os embates e a situação era tensa, e eles participavam de tudo o que estava acontecendo e muitas vezes, eram colocados como mediadores dos conflitos, tendo que ouvir os pais falando mal dum do outro.

Entretanto, os filhos de Camilo embora, muitas vezes, situados pelos pais como interlocutores nas discussões, principalmente quando se referia a questão financeira, com o tempo, tiveram uma situação menos participativa nos embates que persistiam. Relataram ter participação das tentativas de reaproximação dos pais e presenciaram o pai com outras namoradas.

Não foi legal a situação que aconteceu foi muito traumatizante, foi muito chocante pra mim pro meu irmão por tudo o que a gente viu, por todas as brigas, então a gente viu muita coisa eu não sei se o meu irmão lembra. Na época para uma criança, muitas vezes a gente ficava dividido porque, infelizmente, tava tudo muito a flor da pele, e mesmo que eles não quisessem, acabavam falando mal um do outro pra gente e a gente nunca tomou partido (Leandra).

A gente tinha muito medo das brigas, como que ia ser depois que se encontrassem, eu acho que até a gente fazia uma força pra que eles não se encontrassem, pra não ter que visualizar discussões di novo (Davi)

Davi e Leandra apresentaram como ganho na separação dos pais, o fato de se perceberem mais maduros e experientes em lidar com situações de sofrimentos, podendo

assim enfrentar melhor os desafios da vida e, como adolescentes na época, maior liberdade quanto às restrições de horários.

Davi considera que teve como ganho da situação conflituosa e tensa da separação dos pais, a conquista de ser um homem mais forte e experiente para enfrentar os problemas atuais.

Eu seria mais fraco do que sou hoje eu me sinto muito forte no meu relacionamento, no meu trabalho, problemas que para algumas pessoas são muito forte pra mim não é nada, hoje eu e a Leandra enfrenta alguns problemas muito tranquilos (Davi)

A família e a segunda união

A segunda união conjugal foi vivida como um evento que modificou a vida dos pais e dos filhos.

Os pais descreveram a segunda união como uma nova chance de serem felizes, início a um novo relacionamento conjugal, um recomeçar a vida, formar uma nova família, apesar das dificuldades e sofrimento por que passaram no primeiro casamento e com a separação, disseram enfim, que foi uma superação do fracasso conjugal vivido.

As maiores mudanças que Camilo e Júlia notaram na segunda união estão relacionadas ao fato de estarem mais experientes e “maduros” para o relacionamento conjugal e familiar, sentiam que estavam mais capazes para o diálogo, o amor responsável, a ajuda mútua, o compromisso, o perdão e outros, porque consideraram que se casaram imaturos e inexperientes.

O casal considerou-se feliz e realizado na nova união, aponto de considerar o seu novo relacionamento conjugal como se fosse de primeira união. Relataram que as maiores dificuldades que tiveram foram com a adaptação dos filhos a nova realidade e com as privações que as normas eclesiais católica lhes impunham, como o fato de não comungarem e não se casarem na Igreja.

Contudo, mesmo preocupados e com medo de como os filhos iriam reagir e conviver com a realidade da segunda união deles e conhecendo as restrições impostas pela Igreja Católica e, percebendo algumas posições de crítica por alguns dos amigos de Igreja, resolveram iniciar uma segunda união.

Nem todo mundo tem a maturidade pra encarar um casamento, como eu a minha ex-mulher me traiu com outro cara e eu falo hoje eu tenho

uma culpa de 50%, eu era muito jovem, adorava praticar esporte, eu casei muito novo (Camilo)

É uma experiência muito boa, porque a primeira união a gente sofreu bastante, teve tudo aqueles problemas, agora já na segunda união a gente vive tranquilamente, graças a Deus, no começo foi difícil mais hoje eu me vejo como um casal de primeira união, a gente sente só por causa da comunhão, né? (Júlia)

Sobre a segunda união dos pais, Davi e Leandra explicaram que pelo fato de quererem ver o pai e a mãe felizes e percebendo que os pais estavam precisando de alguém como companhia, acolheram a segunda união deles como solução para suas preocupações e desejos deles serem felizes

Davi se referiu a segunda união dos pais como algo bom em sua vida, pois as discussões entre os pais diminuíram e foi neste mesmo período que ele iniciou o namoro e obteve algumas oportunidades de emprego e estudo, que exigiram a sua saída do ambiente familiar para trabalhar, namorar e estudar fora da cidade.

Já Laura tinha na segunda união da mãe uma boa experiência de acolhimento no convívio com o esposo da mãe, que a assumiu de fato como filha, apesar dela ter que se adaptar a nova disciplina doméstica imposta por Camilo. Laura relaciona a sua boa adaptação a realidade da segunda união da mãe pela ausência do pai biológico na sua vida, não tinha recordações de se relacionar com o pai biológico, disse que ele era demasiadamente distante e que conviveu pouco tempo com ele quando era muito criança, e com a separação a distância se tornou maior ainda.

Observou-se nos relatos dos filhos, um sentimento de que estavam confortáveis e acolhedores da nova realidade de segunda união dos pais, pelo menos no início. Davi e Leandra por terem alguém para cuidar da mãe, do pai e da casa e Laura por ter alguém cuidando dela como pai, embora no começo se sentisse confusa com a presença de Camilo como pai.

Os relatos parecem delimitar três fases de adaptação a realidade da segunda união. Os membros dessa família quando descreveram sobre a adaptabilidade ao novo contexto da segunda união, demonstraram que esta foi paulatina, acontecendo por fase, primeiramente, uma novidade com a chegada do novo cônjuge.

No caso de Davi e Ana, Júlia foi amiga e simpática, tratava-os muito bem, a ponto de ajudar Leandra com a menarca. Já Laura experimentou a presença de um pai que cuidou e assumiu-a como filha, superando a confusão inicial.

Os filhos visualizaram o início da segunda união dos pais como algo bom e que resolveu muitos dos problemas familiares, embora Leandra relatasse que aceitou o novo cônjuge, pois não via outra solução e não queria criar problemas.

Mas com o passar do tempo e com a convivência cotidiana, os problemas e conflitos tornaram-se presentes na dinâmica dessa família. Tiveram início os conflitos e tensões, principalmente, dos filhos com o novo cônjuge no que se referia à dinâmica e organização dos afazeres domésticos.

No começo a gente mostrou alegria por ela estar lá porque a gente nunca quis criar problemas com o meu pai, pra gente era se tem que ser assim, vai ser, lógico que a gente não pensava dessa maneira, mais agia espontaneamente porque o meu pai tava trabalhando, a gente sempre teve muita admiração por ele (Leandra).

Quanto a Júlia, não entrou só a Júlia entrou a Laura também, a Júlia era complicada era muito difícil de lidar com ela o meu pai sempre contornou a situação de estresse entre nós, porque a filha dela era bem mais nova (Davi)

Quando eu fui morar com eles era um pouco estranho, e eu falava que ele não era o meu pai e como eu podia chamá-lo de pai, então era meio confuso tanto pra mim chamar ele de pai (Laura).

Nesse segundo momento, Davi e Leandra identificam o novo cônjuge do pai como à motivadora dos problemas e complicadora da adaptabilidade de todos, em especial deles, à nova realidade. Categorizaram a convivência familiar como uma guerra de território.

Com o tempo de convivência, Júlia a partir do seu repertório cultural sobre educar os filhos e organizar a casa, começou a querer assumir um papel de educadora e dona da casa com os filhos de Camilo, e começou a impor certas condutas aos filhos de Camilo, que eles disseram que não estavam habituados.

No começo era normal porque a Jú trabalhava na época, a gente ia pra escola... eu só me lembro da época em que os problemas começaram a aparecer, eu lembro que ela enchia muito o saco do meu irmão porque ele não arrumava o quarto, ela tinha uma mania de arrumação que era insuportável. Foi uma fase que foi única dela eu não sei o que aconteceu mais ela implicava muito com a gente. (Leandra)

Como decorrência da tensão iniciou-se um processo de rejeição e contraposição entre os filhos de Camilo e Júlia. Afinal Júlia não era mãe deles e queria atuar como se fosse e Davi

e Leandra não se sentiam filhos dela, pois tinham a mãe com quem se relacionavam consideravelmente.

A situação piorou quando Davi e Leandra começaram a perceber que Júlia tinha um cuidado especial com a filha biológica, reforçando o sentimento que de fato ela não era mãe deles e nem eles filhos dela.

Júlia descreveu que queria organizar as coisas e que a filha, por ter passado situações traumatizantes com a separação, mereceria mais cuidado. A consanguinidade foi um fator muito presente nessa família e condicionou os relacionamentos entre eles.

A Laura devia ter 5 ou 6 anos quando veio morar com a gente e ela era muito mimada então a gente não aceitava as coisas que ela fazia, então a gente tinha brigas feias, porque a gente não aceitava as coisas que ela fazia e a Júlia defendia ela por medo que a gente batesse na menina, então foi feia as brigas eu acho que por isso por a gente querer que a menina tivesse a mesma linha da gente e ela por ter essa proteção da mãe, ela deitava e rolava, ela fazia o que queria e não era advertida (Davi)

Eles falam que eu era uma chata quando pequena, eu me lembro que pra mim era estranho este monte de gente, porque na casa da minha avó era só eu então eu sou mimada até hoje, eu acho que pra eles também era difícil, porque era uma estranha que estava na casa deles, e mais nova que eles, mas o meu irmão era quem sempre estava do meu lado, (Laura)

Somente depois de passarem por muita tensão e sofrimentos, e por iniciativa do pai de terem algumas conversas delimitando os papéis familiares e expondo na medida do possível a situação dos conflitos, é que se iniciou uma nova fase de interação e convivência familiar mais tranquila e amigável.

Os relatos indicaram que entre Júlia e Leandra os conflitos eram maiores, talvez como Leandra mesmo dissesse: “uma disputa de território entre mulheres”; pois com Davi e Laura os conflitos eram menores, mas nunca deixaram de existir. Talvez algo que em parte seja próprio de toda relação entre genitor e um filho adolescente, e não uma situação exclusiva das famílias em segunda união.

Ficou mais evidente essa problemática quando nos relatos as brigas entre Leandra e Júlia estavam mais centradas nos afazeres domésticos, e onde Júlia queria exercer o seu poder de mando e Ana, dentro da síndrome “normal” da adolescência, não queria obedecer. Um fator agravante nessa relação tensa poderia ser o temperamento imaturo de Júlia, que com a

sua participação na vida da Igreja melhorou muito e de adolescente sem justa causa de Ana, que com o tempo e com o seu casamento tornou-se mais afável e compreensiva.

Os conflitos eram considerados como uma guerra animal, talvez pudessem ter como pano de fundo o instinto animal de competição das fêmeas pelo território e pela figura masculina de Camilo, que pelo caráter fechado e, talvez, por ser o objeto a ser conquistado, permanecia imparcial diante dos conflitos, atuando somente nas situações extremas.

Laura se lembrava daquilo que os irmãos diziam dela, não tem fortes recordações desse tempo, embora relatou que era estranho morar com tanta gente. No entanto, Laura dizia que se relacionava melhor com Davi do que com Leandra.

O conflito nessa família foi tão intenso que Ana, primeiramente e, depois Davi, sentiram impulsionados a saírem da casa paterna e morarem sozinhos, na procura um lugar de tranquilidade e paz.

A mudança de casa foi mais uma necessidade de Leandra que já tinha tentado morar com a mãe e o seu novo cônjuge, mas que também não se adaptou, do que para Davi, visto que ele só vinha para a convivência familiar aos finais de semana.

Ambos, Davi e Leandra, relataram que só conseguiram morar sozinhos e obter autonomia e independência dos pais porque conseguiram, com o seus trabalhos e com um dinheiro recebido de uma partilha de bens, comprar uma casa e terem condições de morarem nela.

Observou-se nos relatos que quanto mais novos são os filhos em idade, menos dificuldades parecem ter para adaptarem-se, talvez por terem menos memória do antes e estarem iniciando a construção relacional, um exemplo foi Laura, que diante de todo esse cenário, na segunda união da mãe, acolheu e adaptou-se consideravelmente bem a Camilo, que a assumiu como filha, se relacionando com ele como seu pai, embora relatasse que não o chamava de pai.

Com a saída dos filhos da casa paterna, os conflitos entre Júlia e Leandra diminuíram, mas sentiram que com isso, ficaram distante uns dos outros.

Mesmo com as conversas que o pai estimulava e com a saída de Leandra e Davi da casa paterna, a proximidade entre Leandra e Júlia, se concretizou somente, quando Leandra precisou fazer uma cirurgia e não tinha com quem e nem onde ficar, sentiu forte a necessidade da família. Foi quando Júlia acolheu-a e cuidou dela, coisa que a mãe biológica não fez.

Desse momento em diante, foi percebido e narrado pelos membros entrevistados, que relacionamento entre elas começou a melhorar consideravelmente, modificando o convívio familiar. Considerando que houve após o fato do hospital muita conversas de ajustamento e

conhecimento dos motivos de brigas de uma e de outra. Parece que a adaptabilidade ficou confusa e tensa na família mais por parte de Júlia e Ana, do que pelos outros membros.

O relacionamento de fratria entre eles foi menos conflitivo. Laura com o tempo e depois do período de brigas que tiveram entre si, mais por pelo sentimento de defender a mãe, assumiu Davi e Leandra como irmãos, e tem por eles afinidade e gosto de estar juntos deles, e eles com ela, relatando que ela mudou muito de quando chegou na casa deles.

Conforme eu fui crescendo o meu irmão sempre me trazia na escola porque eu era muito grudada com ele, ele sempre me dizia que eu era mimada e eu acho que eu era mesmo, porque não era nada fácil um dia eu ter todas as atenções voltadas pra mim, e no outro dia eu já ter que dividir as atenções com mais crianças, mas depois que as brigas começaram a parar eu percebi que eu também melhorei (Laura)

Interessante notar que a irmã, por parte do pai, e o irmão, por parte da mãe, que nasceram da segunda união dos pais, foram recebidos como irmãos de fato, a ponto de serem considerados por Leandra como o fechamento da família feliz em que estavam vivendo.

A vida de fratria nessa família parece indicar que os conflitos maiores de adaptação se referem mais na relação dos pais com os filhos do que entre irmãos e “meio irmãos”.

Assim, a família construiu uma terceira fase, de vivência mais amorosa, tranquila e de ajuda mútua. Relataram que estavam vivendo o que eles consideravam família, que era bom estarem juntos.

No que se refere ao novo relacionamento conjugal da mãe, Davi e Leandra relataram que tiveram uma boa convivência com o parceiro da mãe, por mais de 15 anos; e faziam questão de dizer que acolheram fraternalmente o filho da segunda união da mãe.

Posteriormente, por motivos do novo cônjuge ter tido relacionamentos extraconjugais, a mãe de Davi e Leandra se separou dele, e Davi dizia ter sentido no dever de assumir a responsabilidade de filho mais velho no cuidado com a mãe.

Esse sentimento de Davi foi reforçado pelas solicitações e encargos que a mãe lhe conferia, verbalmente ou não, como atitudes de cuidado e suporte domésticos e pessoal próprios de um esposo.

Durante o relato os entrevistados procuravam relacionar a suas “falas” com o desenvolvimento positivo e saudável que foram conquistando na família. Expressaram que com o devido tempo de adaptação e desenvolvimento de vida de cada membro da família, os relacionamentos foram sendo mais amigáveis e familiares.

Caso 2: A família de Jefinho e Helenita

Os membros da família expressaram nas entrevistas que pensavam a família a partir do modelo nuclear, entretanto, Alan incluiu no modelo nuclear os avós e parentes maternos, talvez por ter ido muito novo morar na casa dos avós maternos quando os pais se separaram; e a Marcos e Sueli, como exceção ao modelo nuclear, descrevem a família como monoparental (mãe e filhos), se referindo à ausência do pai na sua família de origem, relatando que entendiam família quando os membros estavam unidos nas horas difíceis da vida, referindo-se a situação de privação que passaram quando os pais se separaram. Marcos acrescentou ainda que, para ele a família ideal era aquela que ele tinha antes dos pais se separarem.

Em comum a família 2 caracteriza “família” como lugar de amparo, segurança, unidade, ajuda mútua, amor; um lugar de viver-se bem, ambiente propício para as pessoas se amarem e estarem cada vez mais unidas em especial nos sofrimentos e necessidades da vida.

A dinâmica doméstica dessa família parece estar fundada no modelo tradicional nuclear onde os papéis dos membros da família são bem distintos, conferindo ao pai o papel de provedor e chefe da casa, a mãe o de educadora carinhosa e conselheira e os filhos àqueles que auxiliados pelos pais devem obedecer.

Todos os membros dessa família consideraram o viver em família importante e essencial para a vida deles, sempre como um lugar de apoio, interação e ajuda mútua. Interessante notar que os filhos pareceram seguir a mesma direção dos pais no significado de família, entretanto, contextualizando a visão de família dos pais dentro das necessidades que estavam vivendo e exigências do seu tempo.

Os membros da família parecem indicar uma boa convivência entre eles, quando relataram que experimentavam um sistema de ajuda mútua e confiabilidade entre eles, especialmente dos pais para com os filhos, somente Marcos considera-se distante desta dinâmica, talvez por manter-se leal à mãe que se mantinha distante da convivência da casa do seu pai Jefinho.

O casal se refere à vivência na Igreja como instrumento que colaborou para uma melhor convivência familiar, referindo-se a ela a capacidade que eles aprenderam de dialogar, se comunicar com os filhos e de superação dos problemas cotidianos da vida familiar. Helenita ressaltava a necessidade da dimensão religiosa na família quando se referia a presença de Deus como possibilitador para eles formarem uma família de verdade.

Os filhos relataram o desejo de se relacionar mais com o pai, sentiam que o pai estava muito ausente do cotidiano de suas vidas antes e depois da separação; no caso de Sueli e

Sandra, elas expressaram que com o tempo tiveram maior proximidade do pai, situação contrária aconteceu com Marcos, Tadeu e Alan, que depois da separação dos pais, experimentavam maior distanciamento do pai. Interessante observar que todos os filhos procuraram evidenciar a mãe como presença forte, querida e marcante em suas vidas.

A família e a separação

Jefinho e Helenita referiam-se a primeira união que tiveram, como um tempo em que não tinham maturidade para constituírem família, em virtude da pouca idade de ambos. E conforme o tempo foi passando perceberam que a relação conjugal foi sofrendo um desgaste emocional e relacional que culminou em relacionamentos extraconjugais por parte de Jefinho e do ex-esposo de Helenita, talvez o motivo principal da separação.

Jefinho e Helenita descreveram a separação conjugal que vivenciaram, de uma forma geral, como uma situação triste e difícil para os dois lados, mas que superaram e que a preocupação central que tinham eram os filhos.

Ah! A família era como te falei, eu tinha muito medo desse negócio, o pai e a mãe separados, os filhos vão dá problemas, entendeu? Eu tinha medo disso, isso persegue muito a gente, acho que toda mãe.
(Ana)

Durante e após a separação conjugal, Jefinho e Helenita descreveram que o seu relacionamento com os seus filhos do primeiro casamento, foi de muita sinceridade e diálogo; atitude que Jefinho tinha muito pouco com seus filhos antes de se separar.

Para Jefinho a situação mais difícil que teve de enfrentar em relação a separação e os filhos foi o fato de ser impedido de ver a filha que nasceu, ele tinha medo de nunca mais ver a criança. Interessante notar que no período da entrevista, Sandra, filha que nasceu após separação e que Jefinho foi impedido de ver, estava morando com ele na família em segunda união.

Somente os filhos mais velhos tiveram recordações antes da separação dos pais, caracterizando-a como boas e tranquilas, como um bom momento de vida, se recordavam das brincadeiras de crianças, da vida escolar e da presença dos pais biológicos juntos deles, mesmo presenciando algumas brigas e discussões entre os pais.

Entretanto, é importante considerar a fala de Marcos quando dizia que a vida antes dos pais se separarem era melhor, principalmente pela falta que o pai fez em sua vida. Talvez ele

reproduzisse a fala da mãe ou de algum familiar, pois tinha apenas um ano de idade, quando a separação dos pais aconteceu.

Como os filhos eram muito novos no período da separação, somente Sueli e Tadeu, que eram os mais velhos, recordam-se da infância antes da separação dos pais, caracterizando-a como boa e tranquila até a separação, e que depois desta, iniciou-se uma etapa triste e de medo, em especial pela diminuição do contato com o pai e por sentirem que deveriam manter o princípio de lealdade com a mãe.

A comunicação de Jefinho e Helenita com os filhos sobre a separação foi reduzida aos filhos mais velhos, pois, segundo eles, os outros filhos não teriam idade suficiente para compreender a situação.

Jefinho descreveu que a filha para a qual contou a notícia da separação ficou triste, chorou muito e não aceitou, diante desta situação Jefinho descreveu que precisou ser firme e convicto, senão ele não conseguiria se separar. Contudo, ele disse que, com o tempo, a filha acolheu a nova situação percebendo que era melhor para os pais e para eles que acontecesse a separação.

Quando descreveram a separação do pai, os filhos de Jefinho, disseram que o motivo central da separação foi o relacionamento extraconjugal que o pai teve com outra mulher. Interessante notar que Jefinho não relatou esse fato durante a entrevista, talvez para ele fosse constrangedor retomar o assunto na forma como aconteceu

Sueli disse que presenciou juntamente com a mãe grávida e o irmão Marcos, o relacionamento extraconjugal do pai, se lembrava desse momento e da mudança do pai para a casa da mãe dele, bem como das mudanças de casa que tiveram de fazer por falta de dinheiro, e, ainda, de ter sido obrigada a assumir a responsabilidade de cuidar dos irmãos mais novos e de algumas atividades domésticas, sentindo privada de brincar e ter uma vida normal como outras crianças da sua idade.

E ainda, Sueli, se lembra das discussões entre os pais, culpabilizando-se mutuamente, disse que, antes da separação dos pais, a mãe era preocupada em demasia com a limpeza da casa e demonstrava ter ciúmes dela, Sueli, com o pai, pois este era presença marcante e amorosa na vida dela.

Eu lembro até hoje que quando o meu pai e a minha mãe era casados, [...] eu era a filha mais velha, a minha mãe tava grávida da Sandra, o Marcos era pequeno, aí um belo de um dia, a minha mãe chamou a gente pra passear, aí a gente foi passear e a gente tava num lugar assim e a minha mãe viu o carro do meu pai lá, aí tava eu e o meu irmão no carrinho e a minha prima, aí a gente tava indo, quando era

o meu pai e o meu pai tava com uma mulher , ai ouve aquela discussão e ai eles separo e o meu pai continuou com essa mulher (Sueli)

Helenita citou que quando comunicou ao filho mais velho, Tadeu, que ia separar-se do pai dele, este pediu para não ficar longe do pai, e como ela com os filhos permaneceram na mesma cidade do ex-marido, foi possível para o filho o contato com o pai, mas depois que mudaram para a casa da avó materna em outra cidade o contato ficou muito reduzido.

Tadeu que se recordava da mãe lhe contando que ela e o pai iriam se separar, considerou seu pai ausente de sua vida; relatou que não sabe se conhece o pai de verdade, pois para ele o pai foi pai de final de semana e com o passar dos anos tinha menos frequência da sua companhia.

Comparou a ausência do pai com a presença concreta da mãe, como pai e mãe e ainda acrescentou a tia e avó como outras mães. Essas três mulheres o influenciaram na vida estudantil e religiosa, proporcionando e estimulando-o estudar e a participar ativamente da música na Igreja Católica.

A minha vida infância foi tranquila a não ser da separação dos meus pais que foi quando eu era muito novo, foi uma infância tranquila, nunca dei problemas na escola e sempre brinquei bastante. [...] que eu não me lembro muito, só do que a minha mãe me fala, do que aconteceu, como aconteceu e porque aconteceu, e eu era muito novo na época e não me lembro da época [...] porque ele era um pai meio que ausente, então eu não sei nem se eu posso dizer se eu conheço o meu pai de verdade como ele é, porque como a minha mãe fala é pai só de fim de semana, porque a minha mãe sempre foi pai e mãe meu, eu no caso tenho três mães, a minha mãe, a minha avó e a minha tia (Tadeu).

Os outros filhos (Sandra, Marcos e Alan) disseram saber dos acontecimentos mediante a fala da mãe ou de algum parente próximo. Sandra relatou que mesmo tendo escutado muitas vezes, sobre o relacionamento extraconjugal do pai e sentido que ela era a culpada da separação dos pais, embora considerava que tivera uma infância feliz.

[...] eu fui guardando muita mágoa, e achava que ele não gostava de mim, que o motivo deles se separarem era eu, porque quando a minha mãe me teve ele não estava com ela, e quando a minha mãe estava grávida de mim. Ela não queria que ele fosse lá na maternidade pra mi ver, eu nunca perguntei quem estava errado eu só ficava prestando atenção quando eles estavam falando, só a minha tia que falava comigo sobre isso, ela me dizia que não era bem assim que acontecia

a coisas, eu já tinha uns 7 anos e eu entendia melhor porque antes se me explicasse eu não ia entender nada (Sandra).

Helenita e Jefinho, após a separação, foram morar com outros parentes, Helenita, foi morar com uma parenta na própria cidade em que morava com o ex-marido, o que facilitou o contato dos filhos com o pai, mas depois ela e os dois filhos foram morar na casa dos pais dela, onde permaneceram até a segunda união de Helenita. Alan relatou que com a separação da mãe recebeu mais atenção e carinho de todos os parentes, inclusive da mãe, e queria que o pai estivesse com eles na casa dos avós, manifestando que sentia, apesar da idade, a falta do pai.

Após a separação eu perdi totalmente a responsabilidade, porque eu sou o mais novo as pessoas começavam a me cercar mais, não tinha tanta vontade, expectativa dos meus pais voltarem ou dele vim morar perto da gente na época, principalmente quando a gente se mudou pra cá, aí eu queria que ele viesse morar perto da gente (Alan).

Jefinho foi morar com a sua mãe, e os filhos ficaram morando com a mãe deles, que, por necessidade financeira precisou trabalhar e colocá-los numa creche, para sustentá-los, pois a pensão não era suficiente. Disseram que passaram por muitas privações até mesmo de comida e, se referem ao pai como causador desta situação; e sentiram-se rejeitados e abandonados pelo pai, pelo fato dele tê-los deixado-os com a mãe numa situação de necessidades.

Quando a minha mãe separou dele, a minha mãe mudou pro subúrbio e a minha mãe tava grávida, então não tinha como, não é que nos passamos fome os outros ajudava, foi foda (Marcos).

Tinha um tempo que eu não entendia, era normal, era como se eu fosse passear, mais aí quando eu fui crescendo pra mim já não era mais, eu sentia tristeza, chegava de sexta era horrível porque eu chegava da escola e começava a arrumar as coisas pra mim ir pra casa do meu pai, aí depois que eu fui entendendo que passou. [...] A minha tristeza era de medo, eu me preocupava muito deles se desfazerem de mim, de me maltratar, e eu não gostava que falava da minha mãe e eu fui criada junto com ela e eu não gostava, então chegava de noite eu chorava, e ninguém via, por isso. E a minha mãe me dizia que eu tinha que ir na casa dele sim, porque independente do que tinha acontecido ele era o meu pai (Sandra).

Buscando novos recursos a ex-esposa de Jefinho mudou-se com os filhos para outra cidade. Depois de um relacionamento anterior, se uniu a um homem, com quem teve uma

filha e depois 10 anos se separaram. Esse companheiro da mãe, tratado por pai pelos filhos dela, possibilitou que a família se estabilizasse financeira e emocionalmente.

A segunda separação da minha mãe eu fiquei meio sentido, porque ele era muito gente boa era meio que um pai mesmo (Marcos).

Os filhos de Jefinho após a separação e segunda união do pai, relataram que tiveram reações de rebeldia e revolta, experimentando situações de risco como: agressividade, utilização de entorpecentes, fuga de casa, desorientação social e outras.

Marcos descreveu que com cinco anos, ficou revoltado quando via que na casa do pai tinha bens materiais e eles passando por tantas dificuldades. Relatou que deu muitas preocupações para seus pais, principalmente na adolescência quando ficava algumas noites fora de casa e quando teve que pedir ajuda aos pais para deixar o uso de drogas. Talvez como reação à ausência do pai, pois ele se lembrava de ser muito apegado ao pai, e segundo a mãe lhe disse, ele ficou doente com a separação, embora aos finais de semana se encontrasse com o pai, sentia a sua falta na vida pessoal e escolar.

Eu dei muito trabalho tive dois acidente um atrás do outro, nossa eu dei muito trabalho. Depois eu comecei a mexer com drogas, foi meio de relance, quando vê, eu já pedi ajuda pro meu pai e para a minha mãe, foi uma revolta, sei lá (Marcos).

Sueli, e Marcos admitiram que foram filhos que deram trabalho aos pais, no que se refere a frequência na escola e no relacionamento com os namorados, e, ainda, que se sentiam estranhos. Relataram que também se sentiam constrangidos e diferentes dos amigos quando tinham que enfrentar questionamentos na escola sobre a situação dos pais estarem separados e com quem moravam, mas disseram que, com o tempo, foram se adaptando a esses questionamentos.

Sueli relatou que tinha vergonha do pai e a sentia que ele não se interessava pelas suas necessidades.

Sandra pela pouca idade entendia as visitas ao pai como um passeio, conforme ela foi crescendo começou achar que o pai não gostava dela. Ela se refere a esse sentimento, ao fato daquilo que escutava sobre como foi a separação dos pais.

Contudo, Sandra descreveu que com o tempo compreendeu melhor a realidade da separação através de uma tia que lhe explicava o valor do pai e da proibição que o pai teve em

vê-la no hospital quando nasceu, essa compreensão a ajudou a reduzir as mágoas que tinha em relação ao pai e conviver melhor com ele.

Sueli mesmo com a responsabilidade no cuidado dos irmãos mais novos, como adolescente, dizia se sentir-se mais “livre” diante das restrições em namorar, frequentar escola e sair com os amigos, causando preocupações para os pais.

Talvez, algumas atitudes de enfrentamento dos filhos de Jefinho para com os pais, fossem uma forma de permanecer sem limites diante de uma situação em que ambos os pais não se davam limites no relacionamento ou mesmo, de converter a situação ao seu favor, uma vez que os pais estavam ausentes.

Eu pensava assim que a minha mãe e o meu pai nunca vão saber, o meu pai sempre foi presente desde que separou, presente que eu falo é assim o fim de semana era dele o resto da semana num sabe, então eu pensava assim o meu pai não vai nem saber não vai ligar, minha mãe não vai saber, então eu fazia as coisas escondido (Sueli).

A minha adolescência foi muito trabalho, dei bastante trabalho eu pegava saía não avisava a minha mãe e nem o meu pai... tinha umas amizades meio erradas, o meu pai não gostava. Saía, não tinha hora pra voltar (Marcos).

Os filhos de Jefinho e Helenita disseram que também experimentaram situações boas no período após a da separação dos pais. Sueli lembrava-se de que quando tinha por volta de 10 anos de idade e a avó faleceu, o pai lhe comprou um relógio. Lembrava-se também dos passeios que fazia com o pai. Marcos recordava dos momentos bons que viveu com os amigos e destaca a alegria de ter sido pai aos 17 anos. Sandra narrou que sempre foi muito paparicada pela mãe e pelos familiares maternos, talvez por ter sido a caçula.

Sueli e Sandra procuravam deixar claro nos relatos que o relacionamento com o pai melhorou com o tempo, podendo ao tempo da entrevista contar mais com a sua ajuda e presença, bem como ter mais atitudes de carinho e se expressar com mais facilidade com ele, pois, anteriormente, o tinham-no muito distante de sua vida e realidade, normalmente se referindo às situações de privações e necessidades que tiveram de passar pela separação conjugal dos pais.

Tadeu compreendeu a separação dos pais como algo bom, por conhecer os dois lados da realidade, o lado do pai e o da mãe. Relatou que se sentiu após a separação dos pais “o homem da família”. E que se estivesse com o pai, não teria a base familiar que adquiriu na casa dos avós maternos. Entretanto durante a separação conjugal dos pais, tinha desejo de que

os pais ficassem juntos, principalmente, porque se questionava de como seria a vida para o pai e para a mãe e, conseqüentemente, para eles, após a separação.

Interessante observar que quando Tadeu foi questionado sobre o que pensava sobre separação conjugal, respondeu que essas palavras não existem para ele e que não quer isso para sua futura família, embora visse a separação dos pais como um bem para si mesmo, algo que teve que acontecer, mas que não queria para si.

Após a separação os filhos de Jefinho e Helenita, tiveram grande presença da família materna em suas vidas, primeiro porque foram morar com os avós maternos e depois porque receberam assistência e cuidados deles, principalmente, Tadeu e Alan que ficaram morando com os avós maternos por alguns anos e depois que a mãe se casou novamente mudaram para uma casa vizinha dos avós.

Os filhos dessa família manifestaram que a presença dos seus avós foi intensa e com muita frequência na vida deles, sobretudo no que se refere à ajuda nas necessidades básicas como: dinheiro, moradia e apoio nas dificuldades pessoais e sociais.

Para os membros dessa família, quando se falava de separação, com exceção de Tadeu, entenderam a separação como uma situação triste e difícil de se viver, no entanto uma solução para quando os problemas não são solucionados e a convivência do casal se torna insuportável.

A família durante e após a segunda união

Todos os membros dessa família, viam a segunda união como nova oportunidade, nova chance, um recomeçar. Helenita e Jefinho consideraram muito boa a realidade de segunda união que estavam vivendo, entendiam como uma nova chance de fazer diferente a vida, uma oportunidade de ser feliz.

Os filhos de Jefinho e Helena, com exceção de Alan e Sandra, mesmo entendendo a segunda união como normal e aceitável, deixavam claro que ainda esperavam que os pais se reconcilhassem e voltassem à vida conjugal, Marcos ainda cultivava essa esperança, mas as duas filhas diziam que isso já não era possível. Sandra acrescentou que a segunda união do pai modificou pouca a rotina da sua vida, pelo fato de conviver pouco com ele e porque cresceu vendo-o namorar a atual esposa.

Tanto Helenita quanto Tadeu frisaram que nunca queriam uma terceira ou quarta união, pois cada vez mais as pessoas vão se machucando e aumentando uma ferida.

No início da segunda união o casal disse que enfrentou algumas dificuldades com os filhos do primeiro casamento, entretanto depois de conversas explicativas, considerou que os filhos se adaptaram bem a nova realidade. Jefinho acreditava que a mãe dos seus filhos incutia neles a ideia de que a atual esposa estaria roubando o pai deles, e, por isso, os filhos nem queriam visitá-lo mais.

Para Jefinho a maior preocupação quando se separou e uniu-se novamente, era se os filhos iam ficar com ele ou com a mãe e, posteriormente quando ficaram com a mãe, de como seria o futuro dos filhos, pois seu contato com eles se reduziu em levar o dinheiro da pensão. Entretanto, com o tempo, Jefinho descreveu que os filhos passaram a entender o porquê da separação e da nova união, aí notou que os seus filhos se aproximaram mais dele.

Os filhos de Jefinho reafirmaram o relato do pai, porém acrescentaram que consideram tranquilo o fato do pai ter uma namorada, mas quando ele foi morar com a atual cônjuge, depois da morte da avó paterna, eles descreveram que tiveram diversos sentimentos e reações como: perdas, raiva, medo, rejeição e outros.

Sueli, Marcos e Sandra, sentiam que o novo cônjuge do pai de início os tratava, de início, muito bem, passeava e cuidava deles, mas depois que se concretizou o casamento do pai com ela, a situação modificou. Sentiram que não eram bem-vindos por Helenita na casa do pai, sentiam que ela não gostava da presença deles, mas que depois de um tempo considerável, com exceção de Marcos, perceberam que Helenita começou acolhê-los melhor.

Para os filhos de Jefinho, a segunda união do pai foi mais conflituosa e tensa do que a separação, pois sentiram excluídos do convívio com o pai, pensavam, talvez com estímulos da mãe, que Helenita estava roubando o pai deles. Perceberam concretamente com o novo casamento do pai que de fato o pai não voltaria mais com a mãe, e não teriam mais a mesma dinâmica e estrutura familiar.

Sueli, Marcos e Sandra referiam-se a atual esposa do pai como aquela que, no início, não gostava deles, devido ao fato de não terem recebido um acolhimento por parte dela, que demonstrava ciúmes do relacionamento de Jefinho com os seus filhos e que nos seus relatos ela confirma essa posição.

O relato dos filhos de Jefinho sobre Helenita, foi confirmado por ela mesma, ao afirmar que no início do seu relacionamento com Jefinho tinha ciúmes dos filhos dele, principalmente, quando ele dava mais atenção às filhas do que a ela, contudo ressaltou que hoje a situação é mais amigável, a ponto de acolher a filha caçula do novo cônjuge para morar em sua própria casa e tratá-la como uma filha.

Quando a gente foi morar junto elas eram todas pequenas, tanto que eu ajudei a criar elas, então eu acho que eles são importantes na minha vida, mais é aquele negócio os meus filhos e os dele, eu amo os filhos dele, mais pelos meus eu dou a minha vida, agora eu amo os deles mais é claro que são diferentes (Helenita).

Quando ele foi casar com a Helenita eu senti raiva, porque eu achava que eles tinham que voltar, eu achava que o meu pai ia voltar com a minha mãe, no começo ela (Helenita) agradava muito a gente, ela não sabia o que fazia...mas quando ela via que o meu pai não ia deixar a gente e eu acho que ela foi desgostando, aí ela começou a emburrar a gente, quando ia lá ela tava de cara fechada (Sueli).

Eu não me dava bem com ela, não, até hoje eu não vou com a cara dela. Conversa por conversar, esses dias pra trás eu fui morar lá “vixe” nois brigava, “vixe”. Converso oi, tá bom. Eu achei normal a união do meu pai mais podia ser a minha mãe (Marcos).

Sandra, diferentemente dos mais irmãos mais velhos, relatou conflitos ter sentido menos que os irmãos os conflitos com a nova mulher do pai, entretanto, disse que pelo fato de ter os pais separados se sentia diferente no meio social em que vivia.

Esse relato de Sandra pode indicar que, quanto mais novos vivenciam a segunda união dos pais, os filhos se adaptam melhor a essa realidade, mas, ainda assim, enfrentam os condicionamentos discriminatórios do meio social em que vivem.

A segunda união do meu pai foi normal, não mudou nada pra mim, e quando ele começou a namorar eu era muito pequena, então quando eu fui crescendo eles já namoravam há muito tempo, então pra mim foi normal, só era estranho o fato que todas as minhas amigas tinham pais e mães morando com eles e só eu tinha a minha mãe e o meu pai separados e morando em casas diferentes, e toda vez que alguém me perguntava se os meus pais moravam juntos e eu falava que não eles perguntavam porque, mais depois eu fui me acostumando (Sandra).

Os filhos de Jefinho relataram que à medida que iam crescendo o relacionamento melhorava mais com a nova realidade de segunda união do pai, e, assim, foram se adaptando à situação da nova união. Consideraram que foi melhor os pais se separarem devido às constantes brigas e discussões, e afirmam que a segunda união, mesmo que os filhos, com exceção de Sandra, tivessem a esperança de ver os pais juntos novamente, foi uma forma que eles encontraram para serem felizes. Apenas Marcos ainda acha que o pai deve voltar para a mãe.

Pra mim foi tudo melhor assim, porque hoje que eu sou mais velha eu percebo que foi o melhor para os dois, porque agora eu conheço toda a história e sei de tudo o que eles passaram, eu acho que foi melhor assim, cada um seguindo a sua vida, porque eu vejo que ele está muito bem com a tia Helenita e que a minha mãe também está muito bem. Eu não tenho sonho em ver os dois juntos de novo, o meu sonho agora é só ir lá e conversar com ela, mais os dois juntos novamente não (Sandra).

Helenita, embora não tenha tido problemas com seus filhos em aceitarem e respeitarem o novo cônjuge, percebeu que Tadeu, o filho com 10 anos, o mais velho, demonstrava atitudes de ciúmes do novo cônjuge, colocando-se como defensor da mãe e da ordem familiar, principalmente, quando Jefinho chegava alcoolizado.

Tadeu se recordava que a avó não era muito à favor desse relacionamento, mas depois de um tempo de namoro a sua mãe com os filhos foram morar com Jefinho.

Os filhos de Helenita relataram que não tiveram problemas com a segunda união da mãe, até porque Jefinho já a namorava e convivia com eles quando foram comunicados sobre o novo casamento da mãe e que iriam morar juntos com ele, sendo também de se registrar que não viram grandes mudanças pelo fato de os avós morarem perto deles. Desejaram que a mãe fosse feliz, independentemente das decisões que tomava.

Tadeu disse que quando a mãe lhe comunicou que iria se casar de novo, ele pensava como seria possível e queria entender a situação que era diferente do habitual. Por mais que diziam ser normal, ele não entendia como poderia ser o casamento, porque aquele não era o pai dele, mas acolheu o novo cônjuge da mãe, pois gostava de Jefinho.

Alan disse que não foi estranho para ele porque convivia com uma tia que tinha um namorado depois da separação, embora no começo ele achasse que sua mãe e Jefinho eram somente amigos.

[...] a relação nossa com o Jefinho, ele era aquela pessoa sossegado, e que nunca influenciou na criação da gente, ele pode até ter dito alguma coisa par minha mãe, mais ele assumir como um pai eu não me lembro não, no começo foi bem difícil, porque de final de semana jogar bola, beber uma cerveja e chegava em casa a minha mãe estava sozinha com a gente [...] Quando ela disse que ia se casar de novo eu pensava como seria, porque por mais que todo mundo dizia é uma família mais não é, diferente. Né? Eu vejo isso como diferente, não é pai porque é diferente, mais quando eu recebi esta notícia da minha mãe eu achei legal, porque o Jefinho é legal, ao contrario do que eu comecei a aprender com o meu pai. O meu pai eu posso dizer que nunca ajudou, o Jefinho não, ele sempre ajudava os filhos dele, e eu vi um lado legal nisso, a convivência foi boa (Tadeu).

[...] pra mim é como se ele fosse um amigo, aí ele começou a vim sempre e ficou. Pra mim, foi normal porque a gente brincava juntos (Alan).

Para Tadeu o novo cônjuge da mãe era considerado como um pai, principalmente, por que sabia respeitar o estilo de vida que ele e o irmão estavam habituados. Quando se referiu a Jefinho, Tadeu compara ao seu pai, porque Jefinho sempre ajudou os filhos dele e também porque tinham uma boa convivência, e se refira a Jefinho como seu padrasto.

Contudo, como o tempo de convivência Tadeu relatou que passaram a ter muitas dificuldades com o novo cônjuge da mãe, por causa de bebidas alcoólicas e jogo de bola, que foi se superando aos poucos. Interessante notar que Helenita considerou essa preocupação e talvez atitude de Tadeu como ciúmes próprio da idade.

Para Alan o novo cônjuge da mãe não substituiu o pai, mas era uma pessoa boa e gosta de tê-lo por perto. Refere-se a Jefinho como seu padrasto.

Para Helenita a aceitação dos filhos com a nova realidade de segunda união poderia estar relacionada ao fato de que ambos os pais já estavam separados quando resolveram se unir. E ressaltou que os filhos dela chamam o novo cônjuge pelo nome e os dele a chamam de “tia” e até pedem bênção, com exceção de Marcos que a chama de Helenita. Ela ressaltou que ajudou a “criar” os filhos de Jefinho e que os ama, mas que pelos dela dá a vida.

Quando foi perguntado a Jefinho sobre o relacionamento dele com os filhos do atual cônjuge, ele os nomeou como filhos, principalmente, na convivência social e disse que os filhos de Helenita se referem a Jefinho como o pai deles, essa afirmação de Jefinho não foi confirmada pelos filhos em seus relatos.

Com o novo cônjuge da mãe, que também teve uma segunda união, os filhos de Jefinho, disseram que o novo cônjuge da mãe possibilitou que eles melhorassem suas condições financeiras e familiares.

O novo cônjuge da mãe possibilitou a Sueli e aos dois irmãos uma nova e melhor condição de vida, a ponto de poderem estudar; ela se referiu a esse novo relacionamento da mãe como uma “bênção” para eles e para a família, a ponta de Sandra, a mais nova, o chamar de pai, mesmo sem a aprovação do próprio pai, pois Sandra considerava que esse novo parceiro da mãe os ajudou muito, e tinha medo da mãe largar o novo cônjuge quando os presenciava estes brigando.

Sueli, refere a esse tempo como um tempo estável, a ponto de poderem até mesmo acolher o pai, quando este precisou de um lugar para ficar por uns tempos, por ter brigado

com o novo cônjuge dele, por causa de bebida; prática que não tinha quando morava com eles.

Entretanto depois de 10 anos o relacionamento da mãe com o novo cônjuge começou a não dar certo, pois ele começou a ter relações extrasconjugais e a tratar mal os membros da família. Nesse período sua mãe engravidou-se dele e ele a abandonou indo morar com outra mulher.

Sueli Marcos e Sandra disseram que essa segunda separação da mãe gerou nelas um desgosto por gostarem dele e, talvez medo, por vivenciar novamente a história que tiveram que passar com o pai. Depois de alguns anos

No relacionamento fraterno na realidade da segunda união conjugal, tanto os filhos de Jefinho como os de Helenita relataram que entre eles a convivência era boa, consideram que esse tipo de fratria é fruto da convivência que tiveram desde pequenos.

Caso 3: A família de Paulo e Eduarda

A família 3 descreveu o que entendia ser uma família a partir de características do tipo nuclear idealizada, centrada na relação pais e filhos.

Os membros entrevistados desta família evidenciaram que a família é uma instituição criada por Deus, que deveria ser lugar de unidade e comunhão, amor, acolhimento, harmonia, fidelidade; constituída do dever paterno de proteção com liberdade e provisão e materno de educação e apoio, baseado no sentimento de amor e liberdade, tendo como núcleo central os filhos, que devem seguir o exemplo dos pais pela obediência.

Os entrevistados dessa família identificaram a sua convivência doméstica com pouca comunicação entre eles, mas enfatizaram que naquele período das entrevistas eles estavam vivendo no relacionamento familiar o que de fato entendiam por família: diálogo, ajuda mútua, compreensão, amor e outros. Talvez por terem superado ou amenizados os conflitos e tensões com a separação e segunda união.

Paulo fez ainda uma explicação da família no sentido de uma instituição em que o casal promove a sua existência e supre suas necessidades físicas e sentimentais pelo amor e, no sentido religioso, como uma missão de amor a ser cumprida. Para ele a família é o lugar onde o casal constrói uma “casa”, um lar juntamente com os filhos. Disse, ainda, que os pais precisam estar atentos aos cuidados e educação dos filhos com uma paternidade e maternidade responsável diante da tecnologia e conforto que a sociedade e os amigos propõem para os filhos.

Família no lógico seria uma entidade onde um casal promove a sua existência e tudo mais, mas também num sentido de desejarem e ansiarem em viver juntos e formarem um outro mundo com os filhos, construindo um lar de amor, união e ajuda mútua[...]com os filhos devemos, eu e a Eduarda dar proteção e liberdade aos filhos que devem sempre escutar os pais (Paulo)

Eduarda, disse que os filhos são uma “bênção de Deus” para a vida familiar, pois eles possibilitam com que os pais aprendam com eles a serem mais humanos.

A família foi considerada por Lucas como um lugar de harmonia em que cada um dos membros desempenha o seu papel: marido o sustento, esposa a educação dos filhos, em especial da filha mulher e, os filhos, o dever de interligar/obedecer e aumentar a família. Lucas, ainda identificou a família como um elo que não se deve quebrar.

Gil entendia a família como um tudo, o alicerce para a sua vida, onde os pais estão juntos com os filhos.

Na dinâmica doméstica desta família, o pai exercia uma autoridade única e forte em todo o sistema doméstico, a ponto de Gil, que era casado, relatar que procurava construir o seu relacionamento doméstico na sua nova família de forma semelhante à do pai.

A presença dos avós, foi narrada, muitas vezes, durante as entrevistas, pelos filhos e pais, como fundamental na criação dos netos e na interferência necessárias nos momentos de decisão, embora não os determinassem. Mas foram descritos pelos filhos e pais, como verdadeiros suportes de apoio e incentivo.

Paulo e Eduarda afirmaram que a convivência conjugal era muito boa e saudável, por sentirem que tinham um bom e aberto relacionamento entre eles. E procuravam ensinar o mesmo tipo de convivência para e com os filhos. Todos os membros descreveram que a família atual se relaciona bem e feliz, mas nunca deixam de mencionar que antes não era assim.

O casal e os filhos entrevistados referiram à Igreja Católica como um grande instrumento de influência na sua formação humana e espiritual, e os filhos disseram que esse entendimento lhes foi transmitido ora pelo pai (Paulo), ora pela mãe, e ainda pelos avós.

A família e a separação

Para Paulo e Eduarda a separação conjugal foi vivida com dificuldade, principalmente por terem preocupações de como os filhos vivenciariam a nova união e o relacionamento

entre eles. Paulo ainda relatou que não poderia viver de tolerância e Eduarda disse que se separou porque sentia-se ameaçada com atitudes violentas do marido alcoólatra.

Eduarda focalizou em seu relato de família, os seus pais como o exemplo a ser seguido e sentiu que essa realidade dos seus pais não foi possível se concretizar na sua vida familiar.

Os filhos entrevistados, mesmo àqueles que tinha pouca idade, descreveram que durante e após a separação experienciaram momentos difíceis, em que se sentiam confusos e desorientados diante das mudanças que tiveram que passar.

Devido a pouca idade os filhos entrevistados da família 3 se recordavam pouco da infância, embora se lembrassem da vida escolar, da casa em que moravam, das brincadeiras. Com exceção de Gil que tinha dois anos quando os pais se separaram.

Lucas fala que tinha uma família normal, lembrou-se do pai chegando do trabalho e deu destaque a presença participativa dos avós paternos em sua vida, com quem tinha muito apego, pois a mãe quando se separou mudou com ele para a casa dos pais dela.

[...] eu tinha muito amor pela família, pelos pais, pelos meus avós paternos, também que eu tinha uma ligação muito forte com eles
(Lucas)

Dos filhos de Paulo, João, foi o que mais se recordou de sua vida antes da separação dos pais, o outro era muito novo.

João considerou que até aos oito anos teve uma infância muito boa, era mimado e tudo o que queria tinha dos pais, se considerava feliz. Tinha tudo o que uma criança gostava: amor dos pais, presença e participação integral do pai na sua vida, um nível de vida e atividades de uma criança de classe alta. E ainda, por causa da diferença de idade, ele com 9 anos e o irmão 2, se considerou quase como um filho único.

Com a separação dos pais, João relatou que experimentou uma mudança brusca tanto no fator econômico, quanto a ausência do pai e revolta da mãe. Sentiu que o “reino encantado” acabou e teve que enfrentar muitas privações, modificando seu estilo e qualidade de vida e, principalmente, a ausência do pai, bem como a indignação e não aceitação por parte da mãe com a separação que estava enfrentando, fatores que desencadearam nele um processo de revolta e tristeza.

Para os filhos de Paulo a separação dos pais trouxe-lhes como consequência o sentimento de perda do pai, porque só podiam encontrá-lo aos finais de semana e também a experiência de privação financeira, que modificou o estilo de vida que estavam acostumados, tendo que se adaptar a uma realidade mais “pobre”.

Depois da separação mudou tudo o interior nosso porque é um mundo que você tá acostumado como se você tivesse proteção, então você perdi essa proteção (João)

Foi uma infância bem difícil, porque o meu pai se separou da minha mãe eu tinha 7 meses e foi bem complicado, é difícil não ter um pai muito presente, às vezes eu via ele sempre de sábado, então não é um pai muito presente, mais fazer o que, né? É a vida, né? A minha mãe sempre me apoiou muito sempre tava perto na escola. Mais sente falta do pai (Gil)

Para João falar de separação conjugal era fazê-lo recordar da frase dita pelo pai, “to indo embora” e reviver o pai indo embora com as malas, dizendo que era um tempo para estar sozinho. Mas que com o tempo ele percebeu que na realidade não era nem tempo e nem para ficar sozinho, mas ir morar com a secretária, concretizando as suspeitas que tinha do relacionamento dela com seu pai, quando presenciou um gesto de carinho do pai com a atual esposa.

Foi uma decepção para João, escutar o pai dizer que estava indo embora e ir morar com outra família, principalmente, quando o seu contato com o pai ficou reduzido aos finais de semana. João disse que tinha vontade de morrer; contou que até colocou um faca na barriga e queria-se matar, mas a mãe o impediu. Disse que chorava muito e que a separação dos pais foi uma tempestade turbulenta na sua cabeça. Contudo, ele relatou que ao assumir novas responsabilidades e desafios obteve novos aprendizados.

Eu lembro de muita tristeza , quando fala em separação, né? Quando fala em separação a primeira coisa que vem é a frase “to indo embora” e vejo ele descendo com as malas na mão pra ir embora... pra ficar sozinho, que precisava de um tempo, então a gente criança acreditou nisso. Então eu o segui e então vi que não era pra ficar sozinho que ele já estava com a Eduarda e com o Lucas, então já foi outro baque então já teve o segundo baque logo após essa visão. [...] tive vontade de morrer tanto é que eu cheguei a colocar uma faca na minha barriga porque eu queria me matar, minha mãe na hora que viu isso já pensô caiu aos prantos e tirô essa faca e foi pro lixo, em casa não tem mais faca só faquinha de serra de você comer, faca lisa não entra mais em casa, então é isso (João)

João, tinha o pai como um herói, se lembrava, no momento da entrevista, mais do relacionamento com o pai do que com a mãe. E relata que sentiu tristeza quando os se separaram e só poder estar com o pai aos finais de semana. Tentou ir morara com o pai por

várias vezes, mas com o tempo percebeu que não conseguia ficar mais perto do pai, ele disse que não dava certo.

João sentiu-se diferente dos colegas da escola, por ter os pais separados, descreveu que a adaptação à nova realidade lhe trouxe muita tristeza e angústia. Disse que lhe pareceu estar desprotegido e que, trazia consigo até os dias da entrevista esses sentimentos, relatando que teve que se preparar emocionalmente para a entrevista, pois não gostava e se sentia frágil em falar sobre a separação e segunda união dos pais.

[...] não é do jeito que eu queria, mais é uma família. Eu queria que fosse como antes, o meu pai e a minha mãe juntos e o Gil, eu acho que seria ótimo (João)

Pela pouca idade, Gil disse se recordar da separação dos pais, tão somente de algumas mudanças financeiras, brigas e confusões entre o pai e a mãe e, de como e porquê o pai foi embora. Talvez mais por ter escutado dos membros da família do que propriamente se lembrar de como foi a vida familiar nesse período.

Ele, Gil, disse que era uma criança alegre, com suas brincadeiras e namoros, mas com os 12 anos teve depressão e não queria ir mais a escola e fugia das aulas para ir à casa da tia, pois a mãe estava trabalhando. Gil, descreveu que após a separação dos pais, as brigas e discussões entre os pais se prolongaram por um bom tempo, porém depois de alguns anos, pôde sentir-se feliz ao ter a oportunidade de presenciar os pais juntos conversando e fazendo almoços em família.

No período de sua adolescência, Gil expôs algumas situações de acidente e doenças que teve e as relacionava ao cuidado e presença marcante do pai nesses momentos. Dois acidentes graves com moto, sendo que um deles quase ficou cego e pôde contar nesses episódios com a ajuda do pai. E outro acontecimento em que levou uma pedrada nos olhos e quase ficou cego, em que recebeu do pai assistência e cuidado no tratamento; nesse tempo se recordou de estar numa festa de Natal e receber um presente, ouvindo o pai dizer que daria aquele presente, um carrinho de controle remoto, para uma pessoa que amava muito. Esse episódio de natal o fez sentir muito importante e querido pelo pai.

Outra vez eu tava em baixo num campinho de futebol, aí o zelador tava cortando a grama, aí a máquina espirrou uma ferpa no meu olho, 11 anos mais ou menos, quase fiquei cego, meu pai que me levou pra Campinas umas 5 ou 6 vezes pra fazer o tratamento, tudo arte, né? (Gil)

Gil, revelou que tinha o sonho de ser aviador e fazer escola de aviação, mas infelizmente, isso não lhe foi possível realizar. E que se recordava das namoradas e o término de um namoro por ciúmes e relacionado à preocupação de que a menina com quem namorava tivesse tendo com um relacionamento amoroso com outro menino.

João e Gil relataram que mantiveram lealdade à mãe, permanecendo morando com ela e defendendo-a nas discussões e quando ouvia acusações contra ela, talvez por senti-la mais fragilizada. No caso de João, ela disse que não aceitou a separação e assumiu a responsabilidade de ser o homem da casa.

E eu acabo tomando as dores da minha mãe, porque eu vi que eu podia ter ficado com ele mais eu vi que o lado mais fraco era ela eu vi que ela precisava de mim porque só tinha eu e ele (irmão) com 8 meses de idade e eu escolhi ficar com ela eu tive toda a liberdade pra escolher com quem eu ia quere ficar [...] mudou a responsabilidade porque você passa a ser o homem da casa, então você começa a ter preocupações porque a minha mãe não fazia nem compra, lógico ela trabalhava, mais ela não sabia ir ao supermercado ,não sabia ir em um açougue [...] e eu pegava ela chorando e um abraçava o outro e chorávamos juntos , então foi uma coisa difícil para superar, então você tendo que amadurecer aos 8 anos de idade não é fácil (João)

Conforme Lucas, a separação é uma situação problemática quando os filhos são maiores, mesmo não sendo o seu caso. Interessante que ele relatou possíveis problemas com os filhos adolescentes na fase da separação, por estarem se formando e precisarem de mais estabilidade familiar, fato este que ele experimentou em outros momentos da entrevista quando se referia à segunda união da mãe e quando presenciou a situação dos filhos de Paulo.

[...] em si eu acho que na maioria das vezes é muito, é muito impactante ainda, principalmente pros filhos, no meu caso não foi porque como eu disse é aconteceu é muito cedo, mas eu acho que torna-se mais é problemático quando essa separação ocorre é na adolescência por exemplo, onde o filho já está acostumado com a imagem do pai, com a imagem da mãe, de repente entra um estranho que ele nunca viu na sua casa é dando ordens e tentando fazer parte da sua vida, né? Então acho que quando a separação ocorre quando os filhos já estão mais velhos é ocorre um problema emocional assim maior envolvido na questão (Lucas)

Após a separação dos pais, Lucas declarou que tinha medo de ficar longe dos avôs paternos com quem permanecia enquanto a mãe trabalhava e, que tinha o desejo de que o pai, com quem convivia aos finais de semana, deixasse o alcoolismo e mudasse de vida.

Eu sempre tentei ajudar o meu pai de alguma forma tanto que tudo é que eu pedi pra Deus, né? Que o meu pai parecesse de beber, meu pai parecesse de fumar e que ele conseguisse um emprego Deus me atendeu então nessa ordem, ele parou de beber depois ele parou de fumar e agora hoje ele tá trabalhando, e eu me lembro de rezar assim todas as minhas preces é desde muito pequeno eu sempre pedia isso pra Deus nessa ordem e hoje é foi atendido então eu vejo isso como uma graça aí alcançada (Lucas)

A presença dos avós na vida dos netos foi marcante. Gil conviveu muito com os avós maternos, ficando com eles grande parte do dia para que a mãe pudesse trabalhar e narrou muitas lembranças boas do tempo que convivia eles.

A família e a segunda união

A segunda união de Paulo e Eduarda aconteceu logo após a separação deles com seus primeiros cônjuges, e Eduarda e o filho foram morar com Paulo.

Paulo e Eduarda antes da separação já mantinham um relacionamento próximo, isso poderia explicar o pouco tempo, questão de meses, que se uniram após a separação.

Para Eduarda a segunda união era como uma oportunidade de recomeçar e ser valorizada, embora não quisesse se separar do primeiro marido, mas relatou que estava impossível a convivência com ele alcoólatra e violento. Ela acrescentou que o segundo relacionamento é também complicado, mas o seu primeiro relacionamento estava impossível de se manter e se sentia com mais condições de viver família no novo relacionamento.

Paulo quando foi questionado a sua concepção sobre segunda união, iniciou um discurso sobre a aceitação e abertura, ou não, por parte da comunidade religiosa e, começou a fazer comparações entre os casais em segunda união que estão bem relacionados e os casais de primeira união que vivem mal o relacionamento conjugal. Talvez essa atitude esteja relacionada ao fato do pesquisador ser padre, encontrando na entrevista um espaço para expor os seus pensamentos e angústias.

Paulo, disse que a situação de segunda união conjugal está mais comum e aceitável do que quando ele se uniu com Eduarda. Ele relatou que os noivos devem-se preparar melhor e insistir em manter o primeiro casamento, mas se realmente não foi possível de mantê-lo, aí devem partir para um novo momento na vida conjugal. Ele se sentia feliz na sua segunda união, principalmente porque os filhos da primeira união estavam mais perto dele, frequentavam a sua casa e se relacionavam bem com sua atual esposa. Sentia que estava

vivendo família, e acrescentou que amou a sua ex-esposa com quem teve os seus filhos, mas que naquele momento amava a atual cônjuge.

Paulo descreveu que quando se separou da esposa, o filho João, que era mais velho, recebeu a notícia da separação como um impacto violento, Paulo considerou aquilo que ele mesmo chamou: “revolta”, uma reação de quem perdeu o estilo de vida que tinha e, também o pai, que era muito presente no cotidiano dele com brincadeiras, lição de casa, passeios, conversas e outros.

Por volta de três anos Paulo, disse ter percebido que João começou a entender que não tinha perdido o pai e percebeu uma maior aproximação entre ele e o filho, embora tenha convivido com algumas manifestações de revolta de João, que solicitava ao pai voltasse para a sua mãe, quando esta se separou pela segunda vez.

Para Paulo a ex-esposa foi um fator agravante na aceitação e adaptação dos filhos a nova realidade familiar, pois ela proibia a visita dele aos filhos e incitava-os contra o pai. Paulo chegou a entrar na justiça pedindo a tutela dos filhos, fato que não aconteceu, mas que possibilitou a sua visita aos filhos nos finais de semana e pôde contar com o novo cônjuge nos cuidados com os filhos.

Os filhos de Paulo, por motivo de trabalho da mãe, ficavam a maior parte do dia com os avós maternos, segundo Paulo, essa condição o preocupava por perceber que os filhos assumiam atitudes e hábitos considerados por ele como prejudiciais a vida futura dos filhos.

Paulo descreveu que quando se viu distante do cotidiano dos filhos, procurou dar tudo o que os filhos queriam de bens materiais, percebeu que tinha dentro de si a necessidade de compensar com coisas a sua ausência, porém Paulo relatou que com o tempo percebeu que esse não era uma boa estratégia para conviver com os filhos, e diminuiu as ofertas de presentes.

Por fim, Paulo disse que João veio morar com ele e Eduarda, mas o filho não se adaptou à nova dinâmica familiar. E finalizou a fala dizendo que no momento estava muito feliz por ter um relacionamento mais perto e contínuo com os filhos, mas evidenciou que o caminho foi árduo tanto para ele como para os filhos.

Eduarda, disse que comunicou ao filho de dois anos sobre a separação e que iriam morar em outra casa com Paulo. Essa conversa aconteceu depois de várias tentativas e ensaios em falar com o filho sobre a separação, depois que falou percebeu que o mesmo compreendeu muito pouco da realidade que estava tentando explicar. Interessante que Eduarda ainda antes de falar com o filho sobre a separação, ela disse que já sentia e percebia nas atitudes do filho algo diferente do habitual.

Com a separação dos pais, Lucas e a mãe mudaram-se para a casa dos avós maternos e depois de meses para uma casa, com Paulo. Lucas descreveu que ficou confuso, porque não estava entendendo o que estava acontecendo, mesmo com a comunicação da mãe sobre a realidade da separação e segunda união, e o que era e, quem eram, os novos membros na família.

Por ser muito criança não tinha entendido muito bem o que foi que aconteceu, né? Eu me recordo assim, uma lembrança que eu tenho na mente, sempre quando, nos primeiros momentos assim foi que eu estava, no primeiro dia que a gente mudou nessa casa no Bela Vista eu estava na varanda da casa ai chegou o... é o filho mais velho do Paulo que é o João no portão, chamando pelo pai dele eu não conhecia aquele menino, né? Eu falei: Seu pai? Mas seu pai é marido da minha mãe? Não entendi nada o que aconteceu (Lucas)

Com a nova dinâmica doméstica, Lucas dizia que apenas estranhou a presença de Paulo e, como este o educava, porque exigia muito dele, mas com o tempo foi se adaptando e tendo Paulo como modelo de homem. A mãe de Lucas disse na sua entrevista que a adaptabilidade do filho com Paulo foi muito difícil e dura, pois o filho não estava acostumado com tantas regras na convivência familiar, as com o tempo e a ausência cada vez maior do pai, Lucas foi se adaptando.

Eduarda, disse que o filho, já com 8/9 anos, se adaptou tanto que começou a imitar Paulo na forma de se vestir, falar e de se comportar.

As recordações sobre o início da segunda união da mãe se restringiram ao momento em que ele, Lucas foi surpreendido pela presença na porta de João, filho mais velho de Paulo, chamando pelo pai dele. Lucas disse que ficou confuso com aquela situação, pois não entendia como o marido da mãe era pai de um outro menino que ele não conhecia.

Lucas confirma o relato da mãe sobre sua adaptabilidade na convivência com Paulo. Lucas disse que aprendeu muito com Paulo, mas sofreu muito também, pois teve de assumir responsabilidades que antes não estava acostumado, foi obrigado a assumir uma postura mais responsável nos estudos e na vida.

Contudo, Lucas disse que tem grande consideração por Paulo e o trata como se fosse seu pai, embora não tenha deixado de falar que amava e se preocupava muito com o pai biológico que era alcoólatra, fumava e não tinha dificuldades nos empregos que arrumava.

Lucas relatou que sempre desejou de ajudar o pai e a preocupação em estar perto dele, e que rezava para que o pai pudesse melhorar de vida, e disse que achava que tinha sido

atendido, pois naquele período da entrevista o pai tinha parado de beber e fumar e até tinha arrumado um emprego.

Já os filhos de Paulo foram claros nas declarações em dizer que foi traumatizante ver o pai com outra família, sentiram-se com medo de abandono, rejeitados, divididos, excluídos e presenciaram brigas e discussões dos pais, também sobre pensão. Mesmo nesse contexto conflitivo desejavam ver os pais unidos de novo, embora se adaptassem a nova realidade. Interessante notar que eles aceitaram com mais tranquilidade a segunda união da mãe que lhes trouxe conflitos e tensões na família.

Paulo, ele [...] tento pensar assim: o meu pai, ele era mais, é liberal assim é não era tão... não sei qual é a palavra para explicar, eu sei que ele era mais rígido assim, sabe por querer, não pelo mal mas ele queria que eu andasse na linha, né? Que eu não fizesse nada de errado então, eu lembro assim de certa rigidez dos estudos então a gente sentava, via a lição que eu fiz, tinha essa preocupação de ver a lição que eu fiz durante a noite, né? Era bem presente ali, acompanhava o meu desenvolvimento, né? E se tivesse alguma coisa errada ele me chamava a atenção, não hesitava em chamar a atenção (Lucas)

Eu via a segunda união dele como algo horrível, eu não aceitava e não podia falar isso, hoje eu aceito mais, eu jamais que fazia algo pra prejudicá-los, isso nunca já que eles quiseram assim que sejam assim que sejam assim [...] A segunda união da minha mãe pra mim foi mais comum porque aí teve uma aceitação minha porque eu tava vendo que ela tava carente e ela era uma mulher nova e não podia ficar sozinha não é certo, né? E já que ele tava feliz, ela também tinha que buscar a felicidade dela, então com ela eu já tive que dar o apoio, mas causou muito problema para nós, o cara bebia [...] Bom pros pais, eu não vou dizer que é ruim pros filhos porque com o tempo você vai se adaptando você começa não gostando e depois vai quebrando aquela barreira de gelo que vai derretendo ,derretendo até que você tem um contato normal (João)

Depois que ele casou que foi difícil, né? Porque ninguém deseja isso ter o pai e a mãe separados, então no começo foi sofrido sabe, a minha mãe tinha que trabalhar muito pra sustentar a gente. A gente chegou a passar dificuldades, a minha mãe acho que pirou na época, fica entalado, começou a fumar, a beber, sabe, aí o meu pai ameaçou tirar a guarda, e tal , coisa assim é que eu lembro (Gil)

João descreveu a segunda união do pai como um evento horrível, realidade que ele nunca aceitou e nem podia falar disso. Ele disse que foi bom para o pai e ruim para ele e o irmão, embora tenha se adaptado e tido que aceitar.

João achava que se os pais fizeram um juramento diante de Deus e não cumpriram. E, disse que quando presenciava e participava das brigas e discussões entre os pais, ele sempre ficava do lado da mãe, que além de não aceitar que o ex-esposo se casasse de novo, era a parte mais frágil e indefesa entre os dois; disse, ainda, que nem ao supermercado sua mãe sabia ir, era totalmente dependente do seu pai.

Contudo, João descreveu que com o tempo foi entendendo a segunda união do pai com Eduarda, embora tivesse muitas “recaídas”, ele explicou que não adiantava dar “murros em ponta de faca”, por considerar que quando o pai quis se separar e casar-se de novo ele o fez e pronto.

Com a segunda união do pai, Gil sentiu o pai mais distante ainda, parecia que estava perdendo por completo o pai, e também não se conformava quando ia à casa do pai e via que as condições econômicas eram melhores que a deles com a mãe, que precisou trabalhar para sustentá-los, ele e o irmão.

Gil, disse que ficava imaginando que não precisariam estar passando por tantas dificuldades financeiras nos compromissos domésticos se o pai não tivesse se separado da mãe.

A mãe dos filhos de Paulo, casou-se com um homem que era alcoólatra e agredia verbalmente. Para João uma pessoa estranha o novo cônjuge da mãe.

Com a segunda união do pai, Gil disse que a mãe começou a beber e a fumar e, ficou financeiramente instável e frágil, evento este levou o pai dele a solicitar na justiça a guarda dos filhos, que foram morar com o pai, mas rapidamente voltaram para a casa materna.

Descreveu, Gil, que não gostava de ver a mãe com um outro homem; aprovava que o homem tivesse um segundo relacionamento conjugal, mas a mulher não. No entanto, evidenciava o crescimento humano, independência financeira/profissional e habilidade social, que essa situação de separação e segunda união conjugal proporcionou a sua mãe.

A separação e a segunda união do pai geraram em Gil sentimentos de rejeição, por se preocupar com quem ele deveria ficar e, tristeza quando presenciava os embates dos pais escutando um falando mal do outro, destruindo qualquer esperança que ele pudesse ter de que um dia os dois iriam voltarem a ficar juntos.

*Ai uma época eu cheguei a morar com o eu pai, xi, complicado, né?
Foi uma situação bem complicada, e eu era uma pessoa triste, né?
Com tudo isso acontecendo a gente acaba se achando excluído,
rejeitado (Gil)*

Porém, com o tempo, Gil disse que os pais se aproximaram um do outro como amigos e a situação para eles, os pais, e consequentemente, para os filhos, melhorou. Considerou boa a convivência que estavam tendo naquele período da entrevista.

7 Lições apreendidas

7.1 Visões de família

As famílias desse estudo apresentaram nos relatos situações (processo migratório, adaptação ao universo urbano, mudanças dos papéis na família e outras), próprias das relações domésticas constituídas a partir de 1970. Momento histórico em que a sociedade brasileira vinha passando por transformações econômicas e sociais que acarretaram a concentração da renda, a pauperização de grande parte da população e o aumento da força de trabalho infanto-juvenil e feminina. Paralelamente a esse processo, ocorreram mudanças nas formas de sociabilidade, caracterizadas pela emergência de novos modos de relacionamento familiar, interpessoal, afetivo e sexual e também pelo aparecimento de modelos culturais ordenados dessas relações (ROMANELLI, 1998).

Os membros das famílias entrevistadas estavam diante de um quadro social de mudanças que afetavam a família e a ordenação da vida doméstica. Um conjunto de transformações sociais e culturais que contribui para alterações nas condições de mulheres e de homens com seus filhos na família e na sociedade.

O ritmo cada vez mais acelerado das mudanças profundas, tanto no que se refere à sua composição interna quanto no que diz respeito às formas de sociabilidade que vigoram em seu interior e fora das relações familiares que caracterizam a sociedade contemporânea, o que mais condicionou os relacionamentos familiares desse estudo, foi a valorização do individualismo e da competição.

Além das mudanças próprias da modernização cultural e social, os membros das famílias entrevistados também vivenciaram mudanças na organização doméstica com a realidade de separação e segunda união conjugal. Uma tensão entre interesses individuais e coletivos, ampliada pela lealdade que os integrantes da unidade doméstica vivenciavam no cotidiano. Em particular a tensão que os filhos enfrentaram entre os deveres para com a família, constituída por pais e irmãos e onde foram socializados, e para com a nova família formada pela segunda união dos seus pais.

Os filhos ficaram divididos, à medida que gostavam do parceiro de um dos pais, suscitando sensações de estar traindo o outro. Esse conflito de lealdade é um fator que sempre pode estar presente nessas relações, impossibilitando, em muitas ocasiões, bons relacionamentos familiares (WAGNER; SARRIERA, 1999).

Os casais entrevistados constituíram suas famílias alicerçados no repertório cultural aprendido e experienciado em suas famílias de origem. Os cônjuges das famílias entrevistadas são originários de famílias que residiam no campo e migraram quando adolescentes com seus pais para a cidade. Eles descreveram essa mobilidade geográfica à procura de superação das condições insatisfatórias em que viviam.

No processo de adaptação à nova realidade urbana, as famílias convivem com os diversos tipos de dificuldades, problemas sociais políticos e econômicos, características culturais diversas, qualificação profissional, marginalização, redução das relações com a vizinhança e parentela e outros, gerados diretamente pela industrialização. E ainda, não encontraram trabalho nos setores mais produtivos da economia e que auferindo uma renda muito baixa, refletindo uma mudança cultural que condicionou a sociabilidade da família, alterando-se a sua organização interna que acarretou intensos sofrimentos moral e físico nos casais da pesquisa (DURHAM, 1986).

Os casais entrevistados enfrentaram a situação conflitiva da adaptação na cidade, principalmente, em utilizar a força de trabalho em busca por melhores condições de vida, conciliando com a motivação dos seus pais para que eles pudessem ter mais acesso a escola.

Como o fenômeno da migração para as cidades se deu, na maioria das vezes, à procura de superação das condições insatisfatórias em que viviam, e, como a família é também unidade de cooperação econômica (DURHAM, 1980) o rendimento dos seus membros passa a ser necessário para suprir as necessidades familiares (ROMANELLI, 1986).

Dessa forma, a família foi obrigada a aumentar o número de seus integrantes no mercado de trabalho, incluindo a esposa e filhos, como meio de ampliar a renda familiar e assegurar a manutenção do nível de consumo doméstico (ROMANELLI, 1995c).

Os casais desse estudo fazem parte de uma população que vinha sofrendo há bastante tempo um processo de transformação, em especial a adaptação ao modo de vida urbana, que solapou as bases do modo de vida de cada um deles e desagregou o equipamento cultural tradicional a que estavam acostumados (DURHAM; CARDOSO, 1977).

Entretanto, os casais relataram que mesmo com tudo que passaram, puderam aprender e conquistar condições financeiras, pessoais e familiares que, talvez, não teriam acesso se não

passassem por estes desafios nas atividades profissionais. No plano da representação o trabalho foi descrito como meio de crescer e se desenvolver como pessoa e ser social,

Em relação à família de origem, os casais da pesquisa conquistaram melhores condições econômicas, como carro, bens domésticos, casa própria, que na maioria dos casos foi facilitada pelos programas de habitação do governo, mais tempo de estudo e, maior renda familiar.

Os três casais com os filhos conseguiram no seu primeiro casamento manter uma situação financeira modesta, que supria suas necessidades básicas da família. A renda familiar dos casais da pesquisa foi distribuída entre aproximadamente três e seis salários.

A situação dessas famílias, diante da realidade nacional, pode-se dizer que revela um rendimento privilegiado diante dos índices de pessoas considerados em pobreza absoluta ou relativa²⁴, e entre os rendimentos mensais familiares de mais 400 até 3000, segundo quadro do IBGE, Pesquisa de Orçamentos Familiares (2003)²⁵.

Quadro 3 - Rendimento médio mensal familiar total e número de famílias por classes de rendimento monetário e não-monetário mensal familiar e sexo da pessoa de referência da Família.

Brasil - Variável = Número de Famílias (Unidade) - Ano = 2003		
Classes de rendimento monetário e não monetário mensal familiar	Sexo da pessoa de referência da Família	
Total	Masculino	35.770.480
	Feminino	12.764.158
Até 400	Masculino	5.404.123
	Feminino	2.545.227
Mais de 400 a 1000	Masculino	12.192.789
	Feminino	4.736.116
Mais de 1000 a 2000	Masculino	9.009.527
	Feminino	2.955.097
Mais de 2000 a 3000	Masculino	3.602.516
	Feminino	968.893
Mais de 3000	Masculino	5.561.524
	Feminino	1.558.824

Segundo o IPEA (2004) o rendimento médio de toda a população permanece praticamente o mesmo em 2001 e 2002, cai em 2003, recupera-se parcialmente em 2004 e cresce 6,2% em 2005. No período 2001-2004, esse rendimento médio diminui 2,5%, mas cresce 3,5% entre 2001 e 2005. Em virtude da redução da desigualdade, o comportamento da

²⁴ O IBGE, o IPEA e o UNICEF consideram que o rendimento familiar per capita até $\frac{1}{4}$ do salário mínimo indica situação de pobreza absoluta, ou miséria. De $\frac{1}{4}$ e $\frac{1}{2}$, configura-se como de carência, ou pobreza relativa.

²⁵ O termo Família está sendo utilizado para indicar a unidade de investigação da pesquisa "Unidade de Consumo". A categoria até 400 inclui as Famílias sem rendimento.

renda mediana é mais favorável do que o da renda média: aquela aumenta de R\$ 219,6 em 2001 para R\$ 229,8 em 2004 (crescimento de 4,6%) e para R\$ 245,8 em 2005 (crescimento de 11,9% em relação a 2001).

Por mais que se expresse que a desigualdade social diminuiu no Brasil, fica bem visível a má distribuição da renda. O que cabe aos 50% mais pobres da população, é equivalente ao que 1% mais rico usufrui. A diferença de renda dos 80% mais pobres e dos 5% mais ricos também não é muito grande, o que revela o grave quadro de desigualdades sociais no país.

Quadro 4 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência

Total	100,0	Homem	Mulher
Até 1 salário mínimo	30,9	27,0	36,1
Mais de 1 a 2 salários mínimos	29,6	31,1	27,5
Mais de 2 a 3 salários mínimos	10,6	12,7	7,7
Mais de 3 a 5 salários mínimos	7,4	8,7	5,7
Mais de 5 a 10 salários mínimos	6,3	7,5	4,8
Mais de 10 a 20 salários mínimos	2,2	2,8	1,4
Mais de 20 salários mínimos	0,8	1,1	0,4
Sem rendimento	10,8	7,6	15,2

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004.

No plano das representações, os casais entrevistados acreditaram que a mulher devia trabalhar fora de casa. Consideram necessário o trabalho fora de casa, para que a mulher tenha mais independência, satisfação pessoal, liberdade. Eduarda foi a única mulher que não trabalhava fora de casa, mas considera isso importante pelo fato de ser bom para a mulher ter o próprio dinheiro e ser mais independente. A ideia do trabalho como necessário à realização pessoal está relacionada diretamente à construção da identidade e ao fortalecimento da autoestima (DINIZ, 1996).

Curioso notar que dentre os casais, os homens, consideraram que a esposa deveria exercer atividades profissionais caso haja necessidade financeira, em casos nos quais os rendimentos do marido são considerados suficientes para o sustento integral da casa, ele acreditavam ser preferível que as mulheres dedicassem exclusivamente aos cuidados da casa e dos filhos, talvez pelo fato da dupla jornada de trabalho da mulher representar um risco de declínio nos cuidados com a alimentação, com as condições de higiene e com os cuidados prestados aos filhos. Essa avaliação pode ser uma tentativa de conservar, mesmo que simbolicamente, a posição do homem como provedor do sustento familiar (FAUSTO NETO, 1982).

O apoio da balança das famílias da pesquisa baseava-se sobre as rendas provenientes do trabalho de seus membros, conseqüentemente se ressentia da precariedade tanto do trabalho, por sua insegurança e desemprego, como da respectiva remuneração inelástica em relação à dimensão da família.

A situação trabalhista dos casais da pesquisa decorreu diretamente do processo de desenvolvimento industrial, que não tem nada em comum com a vida tradicional própria da antiga sociedade rural em que viviam e da qual foram expulsos pelo sistema de modernização capitalista.

Com a oferta de empregos industriais os casais entrevistados, de acordo com as suas qualificações, procuraram adaptar-se à situação urbana através do setor terciário, proporcionando melhores condições econômicas do que tiveram na família de origem.

Um dos fatores que pôde ter auxiliado os casais à conquistarem melhores condições econômicas que seus pais foi a obtenção de níveis mais elevados de ensino que os qualificou para o mercado de trabalho.

Os casais receberam dos pais empenho, estímulo e condições para que estudassem, visto que a maior perspectiva que os pais tinham para o futuro deles era a de estudar e trabalhar, embora os pais tivessem cursado até o antigo primário.

A aspiração que os pais tinham para os casais entrevistados sobre o estudo, concretizou-se, pois completaram o ensino médio, com um maior avanço na escolaridade obtido por Helenita que conclui o ensino superior.

Nota-se com a conquista de conclusão do ensino superior de Helenita e do ensino média das outras duas mulheres uma correspondência aos dados relativos ao ano de 2001 levantados pelo Ministério da Educação e o INEP, que apontaram uma tendência constante de aumento na participação feminina nos níveis de ensino.

Segundo Fausto Neto (1982) a escolarização representa um grande valor para as famílias de baixa renda, tanto no que se refere ao valor simbólico de “ter estudo” ou de “ter um filho estudado” quanto às possibilidades de ascensão social e de obter maiores níveis salariais.

Tanto Helenita como Eduarda narraram que desde da fase de adolescentes perceberam a necessidade econômica e pessoal/familiar de não pararem de trabalhar fora de casa e obterem níveis cada vez mais elevados de ensino.

Entre as mulheres trabalhadoras na sociedade brasileira, 51,3% possuíam 11 anos ou mais de estudo em janeiro de 2003, contra 59,9% em janeiro de 2008. Entre os homens, esses mesmos níveis de escolaridade eram de 41,9% e 51,9%, respectivamente, nos meses de janeiro de 2003 e de 2008.

FONTE: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Mensal de Emprego.

Gráfico 2 - Distribuição das mulheres ocupadas segundo os anos de estudo em janeiro de 2003 e de 2008 (%)

Com o trabalho fora de casa e a conquista de níveis mais elevados de ensino, a mulher conquista mais independência financeira que redefine sua posição social feminina na família e no espaço público, que alterou-se, os padrões de relacionamento entre gêneros, o que acarretou questionamentos, por parte das mulheres, dos modelos hegemônicos ordenadores da família e da sexualidade. Nesse processo de transformação, além da difusão de ideias feministas, questionando o lugar social da mulher e seus direitos, a grande novidade foi a pílula anticoncepcional, que separou radicalmente a sexualidade da reprodução, deslocando o controle da reprodução biológica do homem para a mulher (ROMANELLI, 1986).

O surgimento da sexualidade plástica (GIDDENS, 1993), desvinculada da reprodução, permite à mulher a reivindicação do prazer sexual. Constrói-se, desse modo, a representação

positiva da liberdade e da autonomia do indivíduo, em contraposição a uma representação negativa da família enquanto instituição repressora. Tanto no plano da sociabilidade quanto no plano normativo, surgiu à outra face das mudanças sociais: a modernidade cultural, com os movimentos de contracultura, em reação aos modelos tradicionais de orientação social, questionando o sistema simbólico vigente e defendendo a liberdade individual e sexual de cada um (ROMANELLI, 1986).

Um outro fator que os cônjuges entrevistados vivenciaram foi os padrões de conduta pessoais e familiares submetidos a reavaliações de caráter distinto com a expansão dos princípios e conceitos da psicologia e psicanálise, muitas vezes vulgarizados e distorcidos através do psicologismo que assumia um caráter pseudocientífico desses padrões.

Os casais entrevistados buscavam cada vez mais dentro de si mesmo soluções individuais para as mudanças. O campo pessoal tornou-se, portanto, órbita que também passava por um processo de democratização, entendido, sobretudo, como movimento que conduz à ampliação da autonomia - a crescente independência em relação ao passado para a autoconstrução pessoal no presente e no futuro. (GIDDENS, 1993)

As mudanças das representações sobre as identidades de gênero, bem como as consequentes transformações na forma como alguns casais lidavam com a questão da subjetividade e vivenciam a intimidade, passam a exigir uma reorganização da dinâmica do relacionamento conjugal, em que estão presentes as representações modernizantes que envolvem a realização de aspirações associadas à vida conjugal, à reprodução biológica e ao futuro dos filhos. A estabilidade familiar passa a depender do mútuo consentimento dos esposos, com tudo o que ela comporta: compatibilidade de gênio, adaptação sexual, harmonia conjugal, amor.

As famílias da pesquisa deparavam-se com alterações significativas influenciadas por processos de mudanças sociais, tanto geradas na sociedade quanto no interior à vida doméstica.

A compreensão de família que os entrevistados descreveram, considerando as mudanças culturais e societárias nas estruturas e dinâmicas em suas famílias e a dimensão afetiva e amorosa como fundamental no relacionamento conjugal, para além de toda institucionalização, mantêm-se profundamente enraizadas na visão de família relacionada às características nucleares idealizadas, constituído de pai, mãe e filhos.

Os membros das famílias entrevistados descreveram o papel da mulher vinculado a cuidar da casa, dos filhos, do marido, com a imagem da mulher que deve ser forte, a mãe,

companheira. O papel do homem foi ser o chefe da família, valorizar a mulher, o trabalhador, o provedor; destacam, ainda, a ajuda na educação dos filhos, da casa, esposo carinhoso.

Os membros das famílias estudadas caracterizaram-se pelo modo específico de viver a diferença de gênero, não de forma neutra, que, nesse âmbito, implicou, via de regra, a sexualidade e a procriação e, portanto, as relações entre gerações e o parentesco. A família é entendida por eles como relação que nasce especificamente na base do casal homem/mulher, com papéis distintos, sem interpretações subjetivas (PETRINI, 2005).

No entanto é importante considerar que as famílias da pesquisa quando descreveram a dimensão amorosa, dialogal, de mútua ajuda e de igualdade como integrante da constituição de família, entrelaçaram natureza e cultura e evidenciam as mudanças das representações sobre as identidades de gênero, bem como as consequentes transformações na forma como alguns casais lidam com a questão da subjetividade e vivenciam a intimidade.

Segundo Louro (1997) a constituição do gênero varia de uma época para outra, pelas condições sociais e culturais. Os gêneros só existem na relação, é nela que as identidades vão sendo construídas. Não tem rigidez do papel social, todas as pessoas vão mudando; a identidade que as pessoas têm muda de acordo com a experiência que vivem como grupos diferentes. Resulta, assim, numa transformação da subjetividade e da intimidade do casal.

No que se refere ao papéis dos filhos, os membros das famílias se limitaram a atribuir-lhes a função de obedecer seus pais e serem por eles educados, bem como, colaborar com os pais na vida doméstica e procurarem seguir seus bons exemplos.

As noções de respeito e autoridade, caracterizaram a assimetria da relação adulto – criança, baseado na imposição da autoridade, conforme relatos dos entrevistados, entretanto notou-se nesses relatos a expectativa e o empenho na valorização de um relacionamento aberto, pautado na possibilidade de diálogo (LISBOA, 1987).

Observa-se nos relatos, elementos contraditórios nas práticas paternas e no relacionamento filhos e pais, e ainda, que existia poucas regras para disciplinar o cotidiano dos filhos, resultando em práticas educacionais inconsistentes que influenciaram no desenvolvimento dos filhos.

Segundo Caldana (1998) esses aspectos estão relacionados a duas vertentes: a falta de um padrão de educação que integre práticas coerentes e uniformes tanto entre famílias quanto dentro de uma mesma família e, as rápidas alterações no âmbito das relações familiares frente à passagem de um modelo tradicional para um modelo considerado moderno, oriundo de um processo de transformação sócioeconômica que contribuiu – e ainda contribui – para a mudança do sistema de valores dos indivíduos.

A maior perspectiva e empenho que tinham os cônjuges para o futuro dos filhos, seguindo a mesma direção de seus pais para com eles, era a de trabalhar e estudar .

Os casais entrevistados constituíram suas famílias alicerçados no repertório cultural aprendido e experienciado em suas famílias de origem. Os casais deram continuidade socializatória adquirida dos seus pais no que se refere a busca de elevados níveis de ensino e ao valor do trabalho, e procuraram integrar no sistema simbólico dos filhos a mesma expectativa .

Conforme Ariés (1981) a preocupação dos pais com a educação dos filhos marcou o início dos tempos modernos, passando a admitir que a criança não estivesse madura para a vida; alguns cuidados começam a ser dispensados às crianças que por si passaram a inspirar sentimentos novos, uma afetividade nova: sentimento moderno da família

A família com características nucleares, não sem contradições, é extremamente valorizada pelos entrevistados, mesmo convivendo numa segunda união, formada por dois núcleos, os relatos indicaram que permaneceram no imaginário dos membros das famílias estudadas e convivem, ou mesmo permanecem presentes, nas bases e ideais, as características nucleares idealizadas, como referência básica e idealizadora de lugar de harmonia, de amor, de dedicação e de segurança. Um possível lugar de amparo e segurança, que garante o mínimo de proteção, mesmo não sendo totais as condições de amparo e segurança; contudo uma forma ideal que possibilita um vínculo conjugal, parental e fraternal.

Diante do quadro de rupturas, contradições e manutenção das características nucleares idealizadas nos entrevistados, destacou-se a visão que Alan, Marcos e Sueli, tinham de família, eles expuseram que compreendiam a família a partir de indicativos de família ampliada com a participação dos avós e monoparental por residirem somente com a mãe e sentirem a ausência do pai.

Quando Alan apresentou sua compreensão de família com características do tipo ampliada, constituída de outros membros, além de pais e irmão, que compartilhavam moradias, talvez estivesse relacionado essa visão de família a baixa renda da mãe, ou a falta de opção após a separação dos pais (WELTI, 2002), ou ainda, pela pouca idade que tinha quando os pais se separaram e ter sido levado para morar com os avós maternos, convivendo e se desenvolvendo grande parte da sua vida com uma família com características do modelo de família ampliada.

No caso de Marcos e Sueli, quando compreenderam a família, a partir do modelo monoparental (mãe e filhos), estavam se referindo a união dos membros nas horas difíceis e sofridas da vida, influenciados pela situação sofrida de privação das necessidades básicas que

tiveram que passar quando os pais se separaram e, nessa ocasião o pai estava ausente, e ainda, pelos conflitos parentais que tiveram que presenciar.

Os filhos participantes desse estudo destacaram os cuidados e o aspecto afetivo na visão sobre família, concordando com a pesquisa de Moreira; Rabinovich; Silva, (2009), quando descreveram uma tendência à existência de relações mais democráticas/afetivas e menos hierarquizadas na família baiana contemporânea.

Interessante notar que Marcos, mesmo dizendo que entendia família: mãe e filhos, relatou que família para ele era aquela que tinham antes da separação dos pais. Esse posicionamento de Marcos indicava que mesmo sendo de pouca idade e convivendo pouco com o pai antes da separação dos pais, permanece nele o desejo do modelo nuclear, talvez como fruto da sua socialização com outras pessoas que acreditavam e desejavam, e até se organizavam a partir das características da família idealizada nuclear.

Sueli no período da entrevista era casada, e a sua concepção de família se dirige a família de origem, talvez pelo objetivos da entrevista. Mas quando relata a sua família atual, ela identifica com as características nucleares: ela o marido e a filha.

Essas visões de família são, já se aplica na sua integralidade; mesmo que permanece o modelo idealizado de família nuclear.

Há movimentos de ruptura na visão dos filhos com o modelo tradicional, o que não se dá por completo ou sem contradição, pois novos conteúdos não são assimilados integralmente pelo indivíduo. Em seus relatos os filhos apresentaram indícios de que nas novas configurações, a concepção nuclear, no sentido mais convencional não se aplica na sua integralidade em suas realidades. (FIGUEIRA, 1987; NICOLACI-DA-COSTA, 1985).

Os sistemas simbólicos internalizados em diferentes momentos passam a coexistir na mesma pessoa, caracterizando o chamado “desmapeamento”, e podem ocasionar conflitos e crises quando o sujeito se vê obrigado a ter de optar por apenas um único referencial. O sujeito perde sua orientação social convivendo com dois modelos simbólicos diferentes: o tradicional, que ainda não deixou de existir completamente, e o alternativo, que ainda não foi internalizado de maneira completa (NICOLACI-DA-COSTA, 1985; FIGUEIRA, 1987).

As famílias se encontravam submetidas diante do processo de modernização social, entretanto a situação de “desmapeamento” pode contribuir para a busca de alternativas para a vida familiar, diante das inúmeras perdas e conflitos vividos anteriormente.

Sem dúvida alguma, a busca idealizadora do modelo nuclear pelos membros das famílias em segunda união estudadas foi desafiante e exigente, com uma árdua tarefa de conquistas e derrotas, pois procuram estabelecer o modelo nuclear na organização doméstica,

que, muitas vezes, não será possível conquistar por trazerem na sua realidade a convivência com dois núcleos, o do matrimônio anterior e o da união atual.

O casar novamente conduz os membros da família à reorganização da sua vida afetiva, social, profissional e sexual. Não é uma repetição da relação anterior, mas uma construção de uma forma relacional nova, que agora se dá em dois núcleos parentais, com a tentativa de reconstruir as relações rompidas, devido a fatores relativos às experiências prévias de vida matrimonial dos cônjuges, e, principalmente, à necessidade de harmonizar visões educacionais de filhos já existentes e à interferência dos ex-cônjuges sobre os respectivos filhos, (WAGNER; FALCKE; MEZA, 1997; MALDONADO, 1995; COSTA; PENSO; FÉRES-CARNEIRO, 1992)

Os pais e filhos desse estudo, mesmo diante do modelo tradicional de família com as rupturas e contradições, e com a impossibilidade de repetição do modelo nuclear anterior de família, procuravam e se empenhavam em estabelecer, na medida do que lhes era possível, pela própria condição em que se encontravam, o ideal de uma família formada de um pai, uma mãe e seus filhos. E que muitas vezes foi motivo de conflitos e tensões nos relacionamentos familiares, principalmente entre o novo cônjuge dos pais e os filhos.

Talvez essa insistência da permanência idealizadora de família nos filhos e casais das famílias em segunda união, possa estar relacionada à vivência na família anterior, antes da separação e segunda união conjugal, bem como, o amparo recebido pelos avós que tinham estruturado suas famílias nos moldes nucleares.

E ainda, a importância da família nuclear reside também no fato de ela ser o arranjo doméstico revestida pelo significado simbólico de ser o modelo hegemônico, isto é, um referencial e um ideal de ordenação da vida doméstica para a grande maioria da população brasileira (ROMANELLI, 1995a).

Nos relatos, houve um destaque na concepção de família como lugar de segurança que possibilite aos seus membros desempenharem suas atividades e suprirem suas necessidades. Talvez esse destaque surgiu pelo fato de experimentarem as instabilidades geradas pelos conflitos familiares vividos. No caso dos filhos, fica mais evidente pela dependência que estes têm dos seus pais, e/ou, pelo desejo manifestado de mais estabilidade nas relações familiares.

Os princípios e orientações da Igreja Católica tiveram grande importância na constituição das famílias, mesmo quando estas, como é o caso das famílias dos entrevistados, estavam privados de algumas práticas religiosas.

Se o catolicismo continua a ser a religião predominante no Brasil, a proporção de pessoas que se declaram católicas, que era de 83% em 1991 caiu para 73,8% em 2000 (IBGE,

2000). Apesar desse decréscimo, a Igreja continua a exercer uma influência relevante na organização e vida doméstica de muitas famílias católicas.

Os casais consideram muito importante para sua vida pessoal e familiar fazerem parte da Igreja e elencaram inúmeros os motivos para participarem dela. Ressaltam a possibilidade de trocarem experiências com outros casais, o fato de poderem conviver com casais, o esclarecimento e conhecimento que adquirem com as atividades e eventos eclesiais. Essa convivência confere a eles condições para uma vivência mais próxima de Deus.

Como integrantes da Igreja, esses casais tornaram-se novos agentes divulgadores de princípios e diretrizes da Igreja no que se refere à ordenação da vida familiar e passam a desempenhar uma importante ação pedagógica, cuja atuação vai além da difusão de normas católicas acerca da família, pois as orientações recebidas dizem respeito também à "vida social".

Os casais ressaltaram também a família como lugar sagrado e religioso, instituição formada e mantida pela "graça" de Deus. A dimensão religiosa esteve presente nos relatos dos casais, pois os mesmos tinham vivências e práticas religiosas, junto as Paróquias que frequentavam

Os filhos e os casais ressaltaram que a Igreja favoreceu o companheirismo dos pais, a valorização da vida, o conhecimento dos direitos e deveres religiosos, proporcionando mais oração e maior compreensão no relacionamento com os outros. Além disso, dinamizou a convivência com outros casais, possibilitou uma aproximação física e afetiva do clero e de outras pastorais, permitindo que se situem num espaço próprio no ambiente eclesial. E ainda são motivados pelo apoio e incentivo dos familiares a continuarem a participar da Igreja.

Esses dados se assemelham a pesquisa de Barbosa (1999) com grupos religiosos quando ela descreve que há uma associação entre envolvimento religioso e redução de comportamento de risco para o casamento. Os casais com dimensão religiosa têm expectativas positivas com relação à família, ajustamento e satisfação conjugais, minimização de conflitos e aumento da tolerância.

Os filhos mesmo seguindo a mesma direção dos pais quando relatavam como compreendiam a família e a prática religiosa de seus pais, e ainda, mesmo considerando a Igreja como um valioso instrumento que colaborou para melhorar a qualidade das relações na convivência familiar, não relacionaram a sua visão de família na dimensão religiosa e declaram que não eram participantes como os pais.

Conforme Jablonski (1998), o processo de secularização próprio da sociedade contemporânea evidencia uma redução da influência das instituições religiosas sobre setores

da sociedade, o que leva os indivíduos a analisarem o mundo e a decidirem sobre seu dia-a-dia sem o auxílio da religião e sem a necessidade de uma participação mais assídua.

O fato dos filhos não fazerem meramente uma reprodução familiar, pode revelar que mesmo com a predominância do repertório dos pais e a socialização primária dos filhos constituírem um fator basilar e fundamental na formação e permanência dos conceitos e valores nos relatos dos filhos, a vivência familiar não é uma reposição de formas de condutas ou de modelos já estabelecidos, mas formada de descontinuidades do modelo familiar advindo da socialização primária, talvez, provocado pela socialização secundária e/ou outros fatores culturais e sociais.

No momento da entrevista os participantes desse estudo consideraram que estavam felizes com a forma que se encontravam na família. Eles compararam a convivência amigável e familiar que estavam vivendo com a situação familiar anterior com os conflitos parentais e conjugais que experienciaram e, declararam, que agora podem dizer que têm uma família. Demonstraram nos relatos que conseguiram concretizar o ideal de família que desejavam, no tipo de relacionamento familiar que estavam tendo.

O que se pode observar é que, diante das transformações históricas e sociais, a família dos entrevistados da pesquisa existe e sempre mais emerge como realidade fundamental para o delineamento da identidade humana e social, empenhando-se em reorganizar aspectos de sua realidade que o ambiente sócio cultural vai alterando, reagindo aos condicionamentos externos e, ao mesmo tempo, adaptando-se a eles, a família encontra novas formas de estruturação que, de alguma maneira, a reconstituem. “A família não é o objeto passivo das mutações sociais, mas um ator que contribui a definir as modalidades e as direções da mudança, das quais não está desconectada” (CICCHELLI-PUGEAULT; CICCHELLI, 1998, p. 98).

A situação de família que os membros das famílias vivenciaram e estavam convivendo, no período da entrevista, parece que condicionou o significado que eles atribuíam a família; essa realidade apresentada pelos membros das famílias sugere o caráter dinâmico da família e a sua capacidade de sujeito diante das situações estressantes e limites como falta de dinheiro, conflitos, separação/divórcio.

A família foi considerada nesse estudo um lugar apropriado para que homens e mulheres desempenhem seus papéis e funções de cônjuges e pais, sempre dentro de uma dimensão amorosa/ afetiva. onde deve prevalecer alguns valores idealizados e almejados como: amor, harmonia, amparo, unidade, ajuda mútua, principalmente, nos momentos de sofrimento e necessidade. E, um lugar propício para o desenvolvimento e educação dos filhos.

Para todos os entrevistados o viver família foi considerado muito importante, um espaço propício para as pessoas se amarem e serem amadas, e principalmente, ambiente adequado para que os filhos pudessem crescer e desenvolver.

O processo de socialização dos filhos esteve intimamente associado a forma de organização familiar, que exerceu a transmissão de valores, normas e modelos de conduta e orientando-os no sentido de possibilitarem com que se tornem sujeitos de direitos e deveres no universo doméstico e no domínio público (ROMANELLI, 1995 a).

As falas dos membros das famílias entrevistados ainda demonstraram que a vida familiar constitui um espaço privilegiado de recursos duráveis para a pessoa humana, nos mais diversos aspectos de sua existência, por proporcionar experiências no nível biológico, psicológico, social, bem como orientações éticas e culturais. E ainda, encontraram nela os elementos fundamentais da identidade do ser humano, que ultrapassaram os condicionamentos espaciais e temporais, que independem da vontade das pessoas envolvidas, tais como: paternidade, maternidade, filiação, confiança, cooperação e outros.

Para o processo de humanização, os relatos evidenciaram que a família foi um requisito fundamental por enraizar a pessoa na realidade vivencial, através das relações familiares que exigem um significado, um sentido, que ultrapassa os condicionamentos das circunstâncias cotidianas.

7.2 A família antes da separação conjugal

A primeira união dos casais aconteceu quando os homens tinham entre 17 e 21 anos e as mulheres mais novas que os homens tinham entre 18 e 19 anos, as idades são inferiores aos indicadores censitários do IBGE 2006 para o país como um todo, a média de idade na data do primeiro casamento foi, para homens, de 28,1 anos e, para as mulheres, 25,2 anos, talvez essa inferioridade na idade se deu pelo período em que foram realizados os casamentos e o período do Censo. Esse dados coincidem com os relatos dos casais que apontavam a pouca idade com que casaram como um dos motivos que contribui para que acontecesse a separação conjugal. No entanto os dados do IBGE indicam que com o passar dos anos as pessoas estão casando-se com mais idade, fato este que aconteceu com as filhas Sueli (22 anos) e Leandra (23 anos) que se casaram com mais idade que seus pais.

No início do casamento, os casais consideraram que tiveram uma convivência pacífica e boa, desgastando-se gradualmente, principalmente pelos conflitos de relacionamento,

surgindo brigas, relacionamentos extraconjugais, mágoas, muitas vezes decorrentes do alcoolismo por parte do esposo, como no caso de Júlia.

O tempo de duração da primeira união dos casais entrevistados, oscilou entre 5 e 13 anos, com uma média de 7,5 anos. Essa média de duração do casamento dos sujeitos da pesquisa era inferior à média nacional apresentada nos dados registrados pelo IBGE (2003) que mostraram que, no Brasil, a duração média dos casamentos até a data da separação judicial é de 10,5 anos.

O número de filhos advindos das uniões conjugais variou entre um e três e a média foi de dois filhos por casal. A quantidade de filhos dos casais desse estudo coincide com os dados que indicam declínio das taxas de fecundidade total no Brasil, ao longo dos últimos 40 anos, período em que apresentaram reduções de mais de 60%. Em duas décadas de estabilidade, de 1940 a 1950, a fecundidade total manteve-se em 6,2 filhos por mulher. A taxa elevou-se ligeiramente, em 1960, para 6,3. Desde então, esses valores apresentaram reduções significativas: 5,8 em 1970, 4,4 em 1980, 2,9 em 1991 e 2,4 em 2000. A taxa consolidada pelo Censo Demográfico 2000 atingiu 2,38 filhos por mulher (IBGE, 2000).

A projeção para 2004 é de 2,31 e, em 2023 a média é de 2,01 filhos por mulher – ou seja, a mera reposição das gerações. A população continuará crescendo, embora a taxas cada vez menores: dos 3% ao ano entre 1950 e 1960, a taxa caiu para 1,44% ao ano em 2004, cairá para 0,24% em 2050 e, finalmente, para zero em 2062, quando a população brasileira começará a se reduzir (IBGE, 2004).

Embora o número de filhos esteja sendo reduzido a cada ano, os casais da pesquisa consideram os filhos como o aspecto mais importante no casamento, talvez em função da recente trajetória ascensional da família; eles serão, assim, responsáveis pela consolidação, continuidade e complementação do *status* alcançado pelos pais (BILAC, 1991).

Os casais desse estudo, descreveram que se relacionavam bem com os filhos no primeiro casamento, embora, Helenita e Eduarda tenham relatado a angústia que tinham por terem dado pouca atenção e participarem elementarmente da vida dos filhos, justificando esse procedimento pela falta de tempo e pelo trabalho.

No exercício de um trabalho remunerado as mães com filhos pequenos apresentam maiores dificuldades em articular e conciliar a prática profissional com a vida familiar (WALL; AMÂNCIO, 2007).

Tanto o estudo como o trabalho parecem que constituíram os eixos centrais para que os filhos entrevistados pudessem desenvolver um relato da história de vida. A narrativa da história de vida de cada um deles, mesmo reduzida quantitativamente, estava relacionada, de

início, aos acontecimentos da vida escolar e, conforme se desenvolviam suas vidas e relações, o trabalho passa a tomar a direção dos acontecimentos mais marcantes nas lembranças dos entrevistados.

O PNDA (2008) constatou um avanço na escolaridade dos filhos em relação aos pais, eles obtiveram níveis mais elevados. Quatro filhos concluíram o curso superior, seis o ensino médio e apenas Marcos somente o ginásio. Esses dados coincidem com os indicadores gerais que mostram o aumento entre 1996 e 2006 da taxa de frequência à escola, nos jovens brasileiros entre 18 a 24 anos de idade, que passou de 28,4% para 31,7% .

Contudo, o estudo ainda foi para os filhos menos importante que o trabalho, observa-se que um dos fatores predominantes para os entrevistados pararem os estudos foi a necessidade de trabalhar; somente Davi e Lucas conseguiram relacionar o que estudaram com a profissão que exercem. Segundo o PNAD (2008), no grupo de 20 a 24 anos de idade 64,4% trabalhavam, sendo que 49,7% tinham como atividade exclusiva o trabalho e 14,7% associavam o trabalho ao estudo.

As relações de trabalho dos entrevistados estavam vinculadas à oferta de emprego e à falta de qualificações especiais; procuram se adaptar por meio da inserção no setor terciário, com exceção de Sueli, que é dona de casa. A renda dos filhos entrevistados foi distribuída entre aproximadamente um a cinco salários mínimos.

Quando foi solicitado para os filhos com mais idade descreverem a infância antes da separação dos pais, eles estabeleceram um marco divisório entre a infância antes e após a separação dos pais, recordando fatos e situações vividas antes da separação e comparando-os com a realidade vivida após a separação dos pais. O tempo presente dos filhos entrevistados remeteu-se e evocou a um olhar no passado, que serviu de parâmetro para entender e qualificar o presente da convivência familiar.

Os filhos com mais idade (Davi, Leandra, Sueli, Tadeu, João) que tinham entre 3 e 7 anos de idade na época da separação, narraram que tiveram antes da separação dos pais, uma vida feliz, segura e estável, por terem os pais juntos e perto deles, por estarem financeiramente estáveis e poderem usufruir das realidades próprias da infância. Eles expressaram que até o momento da separação tiveram um relacionamento bom e amigável com os pais, um período saudável e feliz, sentiam saudades desse tempo e, até mesmo, recordavam das lembranças, com certa satisfação. Recordavam de situações próprias da fase da infância como: das brincadeiras de criança, dos amigos de infância, da vida escolar.

Davi e Leandra recordaram o período da infância antes da separação como um tempo bom da vida, principalmente, das brincadeiras com os parentes, da vida escolar e da presença dos pais juntos.

Os filhos de Camilo descreveram que tiveram uma vida tranquila, segura e de bem estar quando estavam vivendo com os pais juntos, não se recordaram de tensões e conflitos. Não percebiam ou não queriam perceber os conflitos conjugais antes da separação narrados pelo seu pai, parecem que estavam alheios ao mundo adulto ou eram poupados pelos pais da realidade conflitiva existente, ou ainda, de fato no ato da separação que evidenciou na família uma situação latente.

Nos relatos de Davi e Leandra, percebeu-se que eles fixaram os conflitos no ato e após a separação dos pais e na mudança que essa situação trouxe para a vida a que estavam acostumados.

Situação semelhante aconteceu com João que disse ter tido uma condição de vida familiar estável e que teve conhecimento dos conflitos conjugais de seus pais, no momento da separação. Ele ainda relatou que a sua vida antes da separação dos pais era boa e feliz, principalmente porque tinha o pai presente na maioria das suas atividades e não passavam dificuldades financeiras, ao contrário tinha tudo o que queria, se considerou uma criança mimada, e tudo o que queria obtinha dos pais.

Davi, Leandra, Gil, Sueli e Tadeu recordaram de alguns conflitos conjugais entre os pais antes da separação, mas disseram que essas “briguinhas e discussões” não atrapalhavam a dinâmica familiar, que foi considerada por eles como boa.

A divisão da infância entre o período antes e depois da separação pode estar relacionada à pouca compreensão e envolvimento dos filhos no processo de desgaste que vinha acontecendo com o casamento de seus pais, ou mesmo por estarem inseridos em contextos sociais, principalmente escolar, que consideravam pais separados como uma forma inadequada e problemática de relação familiar, ou, ainda, ao desejo que os filhos tinham de retornar a conviver com os pais juntos, que nas representações deles superaria os conflitos e tensões, e, por fim, as dificuldades financeiras que tiveram que suportar após a separação dos pais e aos novos papéis e responsabilidades que tiveram que aderir e conviver com a separação e segunda união dos pais; tiveram que enfrentar e assumir situações e responsabilidades que, no modelo anterior, não existiam.

O poder dos pais frente aos filhos, e, principalmente, o vínculo de dependência que possuem em relação à figura parental, pelo menos nas crianças e adolescentes, se estenderam

até a juventude, como ficou claro nos relatos dos filhos mais velhos quando relacionaram a vida atual com o tempo da infância e adolescência.

Nas falas dos filhos mais novos, pela pouca idade, destacaram-se apenas aspectos relativos à incorporação da observação e da experiência de outrem, somente se lembravam daquilo que os pais ou os avós lhes contaram sobre as vivências familiares; parece não lembrarem, ou não terem condições de lembrar-se dos acontecimentos.

Os filhos mais novos deste estudo, tinham entre 1 e 2 anos de idade no período da separação dos pais, narraram somente aquilo que lhes foi transmitido pelos pais e parentes ou episódios isolados que lembravam. Já Alan, Sandra e Gil não recordavam de nada da vida familiar antes da separação dos pais.

Laura, expôs que, pelo fato de ter pouca idade, se recordava pouco, mas relatou que sabe pela narrativa da avó que passou por situações extremas com o pai, como por exemplo, querer matá-la juntamente com a mãe. Talvez sejam um dos motivos que sustentam o medo tem do pai e de ficar sozinha.

Também Lucas, considerou que mesmo com sua pouca idade, se lembrava do pai chegando do trabalho e dos avós paternos com quem tinha muito apego, pois a mãe quando se separou mudou com ele para a casa dos pais dela.

E, por fim Marcos que disse ter tido uma vida feliz antes da separação dos pais, porque tinha o pai junto dele; talvez essa sua fala, seja uma incorporação da fala da mãe ou de algum familiar, pois ele tinha somente um ano de idade, quando a separação dos pais aconteceu.

Segundo Hack; Ramires (2010) crianças com menos idade são menos capazes de compreender os eventos familiares, mais propensas a se culpar e a se sentir abandonadas e têm menos acesso a possíveis apoios e influências por meio de relacionamentos dentro e fora da família. Já o adolescente tem mais condições de perceber o divórcio de seus pais de uma forma mais objetiva. No entanto, a compreensão mais realista da situação não impede o surgimento de ressentimentos e, conseqüentemente, sentimentos de solidão, isolamento ou incapacidade de buscar fontes de apoio.

7.3 Os filhos e a separação²⁶ conjugal dos pais

As principais situações que estimularam os pais entrevistados a se decidirem pela separação foram: a infidelidade conjugal, conflitos no relacionamento conjugal e o alcoolismo

²⁶ Preferi utilizar neste capítulo somente o termo “separação” e não “divórcio”, porque a palavra separação traz uma conotação mais ampla de separação física e afetiva do casal que afeta os filhos, já que a palavra “divórcio” se refere um termo mais direcionado aos procedimentos jurídicos.

do marido, fatos estes que estavam associados aos conflitos, a discussões e a brigas que começaram a fazer parte do cotidiano da família.

A diversidade de motivos e significados apontados pelos casais entrevistados para a separação conjugal sugeriu que ela não ocorreu a partir de um único motivo, mas estava associada ao desgaste na relação, que resultava de diferentes fatores.

Assim, tanto os conflitos, cuja motivação é diversificada, quanto a infidelidade do cônjuge ou o alcoolismo poderiam estar associados a desgastes no relacionamento conjugal, que não foram percebidos, ou não foram enfrentados e discutidos pelos casais entrevistados. A procura de uma motivação tende a constituir um argumento que o próprio sujeito utiliza para racionalizar e tornar compreensível o fracasso do casamento, como já foi constatado em outras pesquisas (JORGE, 2003, MURAKAMI, 2000).

A separação conjugal dos casais entrevistados se concretizou a partir de um processo complexo, pluridimensional e de forma diferenciada nas famílias estudadas e nos seus membros. A situação da separação conjugal teve maior ou menor impacto nas pessoas entrevistadas dependendo dos fatores econômicos, sociais, culturais, religiosos e do ciclo vital de cada membro e no período que ela aconteceu, e, ainda, das redes de apoio que se estabelecem, ou não, nas diferentes realidades em que estava inserida cada membro das famílias deste estudo. Disso decorreram os diferentes graus de complicações e adaptação, que envolveram os membros entrevistados (CANO e outros, 2009; FÉRES-CARNEIRO, 2003; SCHABBEL, 2005).

A decisão dos casais desta pesquisa em se separarem teve seu desfecho quando os entrevistados enfrentaram uma situação conflitante que lhes dava mais coragem para tomar essa atitude. A dor e as dificuldades de manterem ou de romperem os laços conjugais, procurando não ferir o parceiro, e sobretudo os filhos, na maioria das vezes retardou, mas não evitou a ruptura definitiva do matrimônio.

Todos os membros das famílias entrevistados descreveram que vivenciaram, de uma forma geral, a separação conjugal como um momento tenso, triste e difícil, associada a muitos sofrimentos, angústias e conflitos parentais. Todos os entrevistados, em especial descreveram a separação conjugal como uma situação de muitas perdas.

Com a separação conjugal dos pais, os filhos nem sempre se sentem aliviados com a decisão da separação conjugal dos pais, pois, para eles, isto significa o fim da estrutura que proporcionava apoio e proteção e, tendem a se sentirem abandonados, pois o que mais os

preocupa é a estabilidade e a continuidade dos relacionamentos interpessoais íntimos entre eles e seus pais. Os filhos (TEYBER, 1995; WALLESTEIN, 1985; URRIBARRI & URRIBARRI, 1986).

Para os pais deste estudo as maiores perdas e preocupações, durante e após o processo de separação conjugal, estão relacionadas às dificuldades de convivência e de relacionamento com os filhos. Os pais relataram que se sentiram culpados de não conseguirem poupar os filhos frente à situação da separação conjugal e dos conflitos, e ainda, de serem responsáveis pelo sofrimento dos filhos e pelas possíveis consequências que essa situação de separação poderia trazer no futuro para os filhos.

Interessante observar que Jefinho e Paulo fizeram uma avaliação negativa de seu papel parental após a separação de uma forma mais intensa que os outros pais, e mostraram-se mais preocupados e desejosos em melhorar a qualidade parental, talvez porque fossem os únicos pais que não tinham a guarda dos filhos (WAGNER, 2000).

Para Jefinho a maior preocupação quando se separou era se os filhos ficariam morando com ele ou com a ex-esposa; ele disse ainda, que teve sentimento de culpa associado ao medo de não ver mais os filhos. Principalmente, quando teve que enfrentar uma situação difícil, após a separação, com a ex-esposa, esta o impediu de ver a filha que tinha nascido, pois quando se separaram a ex-esposa estava grávida. Curioso notar que no período na entrevista, a filha que nasceu após a separação estava morando com o ele (Jefinho).

Paulo também demonstrou compreensão aos sofrimentos dos filhos principalmente, no que se refere ao tempo e a qualidade parental que dispensa aos filhos. No seu relato, ele disse que quando se separou, Gil era muito novo, não entendia a situação, mas o filho João que era mais velho (12 anos), recebeu a notícia da separação como um impacto violento; Paulo considerou a reação do filho um gesto de quem perdeu o estilo de vida e também o pai, que era muito presente no cotidiano dele (brincadeiras, lição de casa, passeios, conversas e outros). Contudo, Paulo disse que com o tempo o filho percebeu que não perdeu o pai (aproximadamente uns três anos), pois nunca deixou de amá-lo, embora tivesse uma “recaída”, uma crise de revolta e conflito aos 18, 19 anos, quando a mãe se separou do seu cônjuge e João achava que o pai deveria voltar com a mãe.

Após a separação os filhos desse estudo permaneceram residindo com a mãe, talvez porque seja esperado e consensual do feminino esse envolvimento, até mesmo porque em termos factuais é à mãe que cabe a guarda das crianças. Esse dado coincide com os dados do

IBGE (2007), em que na maioria dos casos de divórcio, os filhos ficam sob a custódia da mãe (89,5%). Entretanto, neste estudo os filhos de Camilo, foram uma exceção.

Os filhos de Camilo ficaram sob a sua tutela do pai e, o consideravam um “grande” pai, uma pessoa muito próxima e amiga, principalmente, pelo esforço que ele tinha em educá-los. Davi tinha fascínio e admiração pelo pai, a ponto de organizar seu percurso profissional semelhante ao o do pai.

A visão de Davi e Leandra sobre os pais pode indicar que nem brigas, discussões e separações são capazes de distorcer ou tirarem por completo dos dois filhos a imagem dos pais como referencial e cuidadores. referiram a mãe com especial cuidado e descreveram que sempre foram muito próximos e cuidadosos com ela. Um exemplo foi que sentiam sempre que deveriam defender a honra da mãe diante dos fatos humilhantes que passou com a família do pai.

O fato de Davi e Leandra ficarem morando com o pai e o descreverem que o sentiam próximo deles na convivência diária, indicou que Camilo, talvez estivesse vivendo uma situação diferente daquela da maioria da população brasileira, quando, os relacionamentos entre pais e filhos eram marcados pelo distanciamento e por uma postura autoritária dos pais (GOLDENBERG, 2000).

O relacionamento de Camilo com seus filhos permite constatar a introdução de uma importante mudança nas relações familiares, permitindo, ainda que de modo incipiente, um novo modo de vivenciar a paternidade.

O modelo tradicional de pai distante, provedor e autoritário vai dando lugar a alguém participativo, envolvido nas questões de sua prole, como um novo ideal de participação do homem como genitor, o que Salem (1987) chama de “casal grávido”.

O exercício das atividades de paternidade (cuidados corporais e afetivas para com os filhos) pode ser um caminho para a construção de um novo modelo de homem mais afetuoso e terno (BRASILEIRO, JABLONSKI ; FÉRES-CARNEIRO, 2002; COWAN; COWAN, 2000; LEWIS; DESSEN, 1999; WALZER, 1998; BOECHAT, 1997; SANCHEZ; THOMPSON, 1997).

A parentalidade após a separação conjugal parece ter diferenças significativas daquela exercida em conjunto na mesma casa, já que existe uma série de reformulações quanto aos hábitos, à rotina e ao padrão econômico da família. Além dessas mudanças que começam a acontecer, os membros do sistema familiar precisam adaptar-se a um aumento da complexidade no desempenho das tarefas desenvolvimentais (GRZYBOWSKI; WAGNER, 2010).

Com a separação conjugal todos os membros das famílias tiveram que passar por mudanças e reorganizações familiares e pessoais. E uma situação que causava maior sofrimento em todos os membros das famílias, em especial nos filhos. era que, após a separação os pais continuaram os embates e conflitos conjugais, ora menos tensos, ora mais agressivo, gerando em todos os membros da família uma situação de mal estar.

A realidade da separação conjugal dos cônjuges entrevistados teve um significado mais conflitivo e tenso, para não dizer violento, pois o momento da decisão dos pais de se separarem, foi acompanhado de brigas e discussões, acusações e agressões verbais.

Para os pais entrevistados uma grande dificuldade que enfrentaram diante da separação conjugal, foi a de separar conjugalidade e parentalidade. Os casais tiveram dificuldade em redefinir o envolvimento emocional deles com os ex-cônjuges e os papéis e regras parentais que precisaram (re)definir na nova realidade familiar (GRZYBOWSKI; WAGNER, 2010).

Alguns conflitos entre os pais desse estudo com seus ex-cônjuges, durante o processo de separação, prosseguiram por um longo tempo, se tornaram conflituosos e tensos; uma fase de tristeza, angústia e medos. Os casais quando se separaram não conseguiram manter um relacionamento cordial com os ex-cônjuges, ao contrário alimentavam um relacionamento conjugal agressivo e conflitivo que agravava ainda mais o sofrimento dos filhos.

Conflitos e discórdias entre pais são eventos comuns no cotidiano familiar, fazem parte do relacionamento doméstico, entretanto o alto nível de conflito marital, com constância, alta intensidade e baixo nível de resolução pode interferir de maneira significativa na prole. O nível e o padrão de resolução dos conflitos entre os pais é um dos maiores indicadores da adaptação dos filhos, mais do que a própria separação conjugal com sua perdas (BAUSERMAN, 2002; HETHERINGTON; KELLY, 2003).

Os conflitos e tensões entre os pais que predominavam após o momento estressante da separação conjugal, potencializaram a confusão, a tristeza e o sofrimento dos filhos já existentes pela própria situação estressante da separação dos pais, fato este que coincidiu com os resultados das pesquisas de Tolo (2006), com filhos com pais divorciados, quando a investigadora apresenta que encontrou nas falas dos filhos uma referencia intensa de confusão e vulnerabilidade dos filhos após o divórcio dos pais, por não conseguirem identificar claramente as discórdias da diáde parental e a função reguladora da figura paterna em termos da estabilidade/desestabilidade diante de sua presença/ausência no domínio doméstico.

Quando os pais denigrem um ao outro antes, durante e depois do divórcio, os filhos apresentam um elevado grau de ansiedade, depressão e insegurança; eles se sentem divididos

entre as figuras parentais e são motivados a assumir o papel estressante de suporte sócio-emocional para satisfazer as necessidades dos pais, em especial para a figura parental mais fragilizada com a nova realidade (AFIFI; AFIFI.; COHO, 2009; ALANANDER, 2003; AFIFI e outros, 2000; JURKOVIC, THIRKIELD; MORRELL, 2001; FINE; KURDEK, 1995; HETHERINGTON; HENDERSON; ANDREISS, 1999)

Os pais entrevistados após a separação, com intensidade e perspectivas diferentes, mas com discussões e conflitos com os ex-cônjuges em comum, sentiram-se preocupados e culpados principalmente pela diminuição da qualidade parental e procuravam soluções, nem sempre com sucesso, para amenizar ou evitar essa realidade tensa dos filhos.

O vínculo conjugal e afetivo dos pais, e a forma como se deu a separação: conflituosa ou não consensual, são fatores que colaboram para um afastamento parental ou um exercício coparental problemático. A conjugalidade está intimamente associada na parentalidade, são indissociáveis, mesmo após o fim do casamento. Duas questões parecem marcar a relação de pais e filhos após a separação conjugal: a conjugalidade e os vínculos emocionais pais-filhos (GRZYBOWSKI; WAGNER, 2010; HACKNER; WAGNER; GRZYBOWSKI, 2003).

A situação dos filhos agravou-se, ainda mais, quando os pais transferiram a responsabilidade e/ou suas brigas, desencadeadas pela separação conjugal, para eles, que ficaram em meio aos embates, assumindo um papel de mediação para resolver questões familiares práticas (pensão, visitas, escola e outras) e, muitas vezes, de ordem vingativa.

Muitas vezes, os filhos entrevistados, principalmente os com mais idade, tiveram que presenciar seus pais se agredirem verbalmente, assumindo, forçosamente, o “papel de juiz” da situação parental, que em conjunto e sem um controle do ex-casal, ou pelo menos uma combinação entre eles, acarretou sérias dificuldades para os filhos e toda rede familiar.

Para Davi e Leandra, a separação dos pais foi lembrada e descrita primeiramente como um período que se lembravam pouco, qualificando este esquecimento como uma forma de bloqueio ou como disse Leandra, um trauma vivido, que talvez não gostariam de lembrar. No entanto, disseram que se recordaram que no momento da separação conjugal presenciaram as brigas e discussões entre os pais e, viram a mãe sendo acusada de infidelidade conjugal e colocada fora de casa pela avó e pela tia paternas.

Referindo-se ao que passaram quando criança num olhar retrospectivo de adultos, Davi e Leandra, descreveram que como adultos entendem melhor o cenário vivido, mas como crianças tudo era muito confuso e estranho, e que esse tipo de atitude não deveria ser feito na frente de crianças.

No que se referiu ao relacionamento de fratria, o relacionamento construído por Davi e Ana, parece ter sido uma saída saudável para enfrentarem o ambiente conflitivo e tenso da família com os embates parentais. A vinculação forte que existia entre eles, pode ter possibilitado que a experiência de solidão e de abandono, comum nas crianças com pais separados, não fizesse parte do seu repertório. E talvez, fosse uma forma de garantirem segurança e apoio mútuo.

Interessante observar como Davi e Leandra relataram a posição e o relacionamento entre os membros dessa família; por mais que a realidade demonstrasse concretamente a separação dos membros, os relatos indicavam que eles visualizavam e vivenciavam os membros interligados e interdependentes.

Sueli narrou que o ato da separação dos pais aconteceu quando ela e os irmãos foram com a mãe grávida de Sandra presenciar, numa praça pública, o pai tendo um encontro extraconjugal com outra mulher. Sueli recordava da cena da mãe surpreendendo o pai e retornando para casa com ela e seus irmãos dizendo que tinha acabado o casamento; o que causou em Sueli tristeza e medo de como seria a vida deles daquele momento em diante.

Após a separação, Sueli se lembrou da mudança do pai para a casa da mãe dele. Bem como das mudanças de casa que tiveram que passar por falta de dinheiro, e ainda, de ter sido obrigada a assumir a responsabilidade de cuidar dos irmãos mais novos e algumas atividades domésticas, sentindo privada de brincar e ter uma vida normal como outras crianças da mesma idade.

Quando os pais começaram a delegar funções que não são próprias de filhos, criou-se um vínculo de lealdade e ligação dos filhos com os encargos impostos a serem cumpridos, que não conciliaram ao universo próprio da infância e adolescência. Essa situação impulsionou aos filhos terem uma vivência cotidiana sobrecarregada ligada a um campo circunscrito das necessidades dos pais e condicionados a uma obrigação de serem responsáveis por minimizar o sofrimento parental.

Entretanto, isso não significa que a atuação dos pais em impor algumas atividades aos filhos exista apenas em situações de separação conjugal, pois ela está presente sempre que os pais, mesmo casados, negociam seus papéis, responsabilidades e contribuições para com seus filhos. A diferença é que, quando separados, os pais têm menos momentos e espaços em comum para efetivarem uma cooperação na educação dos filhos (MARGOLIN; GORDIS; JOHN, 2001).

O filho mais velho de Helenita, Tadeu, se lembrava que a mãe veio falar-lhe que estava se separando do pai e que iam morar na casa de um parente, mas que ele poderia ver o

quanto quisesse o pai. Mesmo com essa garantia da mãe, Tadeu relatou que ficou com muito medo de não mais ver o pai, pois percebia a tensão e os conflitos entre os pais.

Para João falar de separação conjugal é fazê-lo recordar a frase dita pelo pai, “to indo embora” e reviver o pai indo embora com as malas, dizendo que era um tempo para estar sozinho. Mas que com o tempo ele percebeu que na realidade não era nem tempo e nem para ficar sozinho, mas com a secretária que há tempo ele percebia um tipo de relacionamento mais íntimo entre eles. Ele ainda relatou, que trazia consigo até o dia da entrevista, os sentimentos de sofrimentos e angústia, relatando que teve que se preparar emocionalmente para a entrevista, pois não gostava e se sentia frágil em falar sobre a separação e segunda união dos pais.

Os filhos com menos idade (Laura, Alan, Sandra, Marcos, Lucas, Gil) se lembravam da separação dos pais a partir do que ouviram dos pais e parentes que vivenciaram mais de perto a situação. Eles disseram que escutaram de algum membro da família que os pais brigaram muito e que tinham intensas discussões, como também a forma com que o pai foi-se embora de casa e, ainda, as consequências para o restante da família com saída do pai do ambiente doméstico.

Curioso notar que mesmo sem terem lembrado do que aconteceu com a separação dos pais por si mesmos, narraram nos relatos diversas cenas do período da separação como se estivessem participado ativamente do processo durante e após a separação dos pais.

Somente Marcos, Sandra e Gil se recordavam na entrevista de fatos da sua vida somente quando estavam com mais idade, no período entre pré-adolescente.

Marcos relatou que disseram que ele deu muitas preocupações para seus pais, principalmente na adolescência quando ficava algumas noites fora de casa e quando teve que pedir ajuda aos pais para deixar o uso de drogas. Contudo, ele fixou seu relato nas dificuldades financeiras que passou com a mãe e as irmãs associado a ausência do pai, talvez fosse um dos motivos que o levou a consumir drogas.

Sandra relatou que pela pouca idade entendia as visitas ao pai como um passeio, conforme ela foi crescendo começou achar que o pai não gostava dela, ela se refere a esse sentimento, ao fato daquilo que escutava sobre como foi a separação dos pais. Descreveu que com o tempo compreendeu melhor a realidade da separação através de uma tia que lhe explicava o valor do pai e da proibição que o pai teve em vê-la no hospital quando nasceu, essa compreensão a ajudou a reduzir as mágoas que tinha em relação ao pai e conviver melhor com ele.

Gil recordava como um garoto alegre, brincalhão e de seus namoros. Disse que com os 12 anos teve depressão e não queria ir mais a escola e fugia das aulas para ir à casa da tia, pois a mãe estava trabalhando para manter a casa. E ainda expôs, que no período de adolescente, teve dois acidentes graves, sendo que um deles quase ficou cego e pode contar com a ajuda do pai e, no outro episódio, em que levou uma pedrada nos olhos e quase ficou cego, recebeu do pai assistência e cuidado no tratamento; nesse tempo se recordou de estar numa festa de natal, e receber um presente, em que o pai dizia que daria aquele presente, um carrinho de controle remoto, para uma pessoa que amava muito. Esse episódio o fez sentir muito importante e querido pelo pai.

Depois da separação, a vida dos filhos mudou muito, e todos relataram que sentiram as mudanças, sem muita compreensão e carregadas de sentimentos de medo e insegurança. Os pais continuaram os embates e a situação era tensa, e eles participavam de tudo o que estava acontecendo e muitas vezes, eram colocados como mediadores dos conflitos, tendo que ouvir os pais, falando mal um do outro.

Os filhos entrevistados, por sua vez, com exceção dos com menos idade, participaram ativamente na realidade da separação conjugal dos pais, ora como espectadores, ora como mediadores sem muita compreensão do fato da separação conjugal dos pais e com sentimentos de divisão e perdas, também apontaram como motivo de maior sentimento de perda e, conseqüentemente, sofrimento, a diminuição da qualidade parental, ou até mesmo, a ausência por completa do convívio do cônjuge do ambiente doméstico.

Para a compreensão de como os filhos perceberam e responderam ao divórcio dos seus pais, precisa-se levar em consideração idade, sexo, nível de conflito parental, arranjo de cuidados alternativos, padrão de apego e competência individual, rede de apoio disponível e seu nível de desenvolvimento psíquico (SCHWARTZ, 1992).

Nos depoimentos dos filhos o que mais se evidenciaram na separação dos pais foram o conflito parental e o medo da perda ou distanciamento parental. O distanciamento de um dos pais foi demasiadamente sofrido pelos filhos entrevistados, talvez por se sentirem abandonados e inseguros diante da nova realidade. Amato (1993) relaciona a frequência de contato com os pais não-residentes como fator de bem-estar das crianças, o ajustamento psicológico e autoestima e, ainda, competência social das crianças.

Os filhos que moraram com a mãe, tinham o sentimento da perda ou distância do pai e, dos que estavam sob a tutela do pai, a ausência cotidiana da mãe.

Somente Davi e Leandra narraram que tinham contato e convivência com a mãe, mesmo morando com o pai, entretanto relatam que sentiam a falta da mãe no cotidiano da família e na organização da casa.

O fato de não residirem juntos com os pais, gerou nos filhos menos contato e menos convivência, com foi o caso de Laura e Lucas. O que aconteceu de fato, aos filhos de Jefinho e de Paulo, pelo menos no início da separação conjugal. Já para Alan e Tadeu uma ausência do convívio com o pai foi total, talvez pela distância que estavam do pai ou mesmo por estarem morando com os avós.

Sueli disse que mesmo tendo uma proximidade com o pai, ela tinha vergonha dele e sentia que ele não se interessava pelas suas necessidades, talvez pela sua timidez, ou pela interferência da mãe, que, segundo Sueli, demonstrava ciúmes do relacionamento dela com o pai e não aceitava o relacionamento extraconjugal que o pai teve antes da separação conjugal deles.

Tadeu considerou seu pai ausente de sua vida, após a separação dos pais e que acentuou essa ausência quando mudaram para outra cidade diferente a do pai; relatou que não sabe se conhece o pai de verdade, pois para ele o pai foi pai de final de semana e com o passar dos anos tinha menos frequência da sua companhia. Comparou a ausência do pai com a presença concreta da mãe, como pai e mãe e ainda acrescentou a tia e avó como outras mães. Essas três mulheres o influenciaram na vida estudantil e religiosa, proporcionando e estimulando-o estudar e a participar ativamente da música na Igreja Católica.

João, disse que sofreu muito com a separação dos pais, principalmente com a saída do pai do convívio familiar. Ele, considerava o pai como um herói, se lembrava de seu relacionamento com ele mais do que com a mãe, até que eles se separaram e só poder estar com o pai aos finais de semana, que com o tempo percebeu que não conseguia ficar mais perto do pai; tentou morar com o pai por várias vezes, mas disse que não dava certo.

Na pesquisa de Souza (2000), avaliando as percepções de adolescentes entre 14 e 18 anos sobre divórcio, coincide com os relatos desta pesquisa quando se refere que as maiores dificuldades e fontes de sofrimento estão relacionadas à ausência e ao medo de perder o contato de uma das figuras parentais, e à falta de previsibilidade de eventos da vida cotidiana.

Tanto os filhos com mais idade, bem como os de menos idade, descrevem que os conflitos parentais e a ausência de uma das figuras parentais foram os motivadores para seus medos e sofrimentos diante da separação conjugal dos pais.

A sensação de abandono e desamparo, associado aos conflitos e tensão entre os pais indica desenvolver e instalar uma situação de vulnerabilidade nos filhos, propiciando o

aparecimento ou a potencialização de sofrimentos e sentimentos de perda. Porém é preciso acrescentar que em muitos casos a fragilidade nos relacionamentos entre pais e filhos já é constatada muito antes da separação dos pais (HACK; RAMIRES, 2010).

No que se refere a comunicação dos pais para com os filhos sobre a separação conjugal, eles disseram que tentaram conversar com os filhos com mais idade sobre a separação conjugal. E, que somente com o tempo e com muitas conversas, os filhos foram entendendo o fato da separação, uns aceitando e outros não.

Os filhos de Camilo não compreendiam o que estava acontecendo no momento da separação dos pais, pois segundo eles não foram obtiveram uma comunicação clara dos pais do que estava acontecendo. Descreveram sentir perdidos, confusos, angustiados e inseguros diante do que estava acontecendo.

Camilo num momento de tensão quis explicar o porquê da separação, acusando o infidelidade da esposa, mas afirmou que os filhos não quiseram ouvir; Jefinho tentou explicar para Sueli, e percebeu que esta ficou triste e chorou muito e não aceitou que os pais se separassem; Helenita disse que teve uma boa comunicação com Tadeu, explicando que o casamento dos pais não tinha mais como prosseguir, e garantiu para o filho que ele poderia ver o pai sempre que quisesse.

A reação de não querer ouvir a explicação do pai sobre o porquê da separação dos pais indicou que a comunicação por si só, não é eficiente e nem suficiente para auxiliar os filhos diante da realidade da separação dos pais. Mas é necessário um percurso orientador de acordo com a realidade em que se encerra o relacionamento e as condições das pessoas da relação, e também, que no momento do conflito e tensão a mensagem pode se transformar contraditória e prejudicial para os filhos.

Os pais argumentaram que não houve comunicação aos filhos mais novos sobre a separação deles e nem sobre às mudanças que poderiam vir dela, pois consideraram que devido a pouca idade deles, não teriam condições de compreender o que se estava passando e, mesmo porque, nem os próprios pais sabiam certo o que estava sucedendo e nem o que iria acontecer.

Segundo Souza (2000), as famílias com filhos pequenos têm dificuldade na comunicação sobre a decisão de separação do casal, o que pode gerar confusão para os filhos sobre o que está acontecendo. Frequentemente, a falta de comunicação intrafamiliar ocorre pela ideia de que falar pode prejudicar a criança, de modo que os filhos mantêm o silêncio, que é compreendido pelos pais como ausência de dificuldades.

Sobre os ex-esposo Eduarda e Júlia enfrentaram situações limites (violência, alcoolismo, agressividade, ameaças) com os seus ex-cônjuges, distanciando-se deles por completo. Eduarda disse que foi obrigada a se afastar dele porque ele a ameaçou de morte e Júlia porque teve que enfrentar o ex-marido que queria a guarda dos filhos. Somente Helenita não relatou dificuldades com o marido após a separação.

No caso dos pais/homens, deste estudo, relataram que as ex-esposas se revoltaram e não conseguiram se adaptar adequadamente a nova realidade familiar e que, muitas vezes, interferiam diretamente no comportamento dos filhos em relação os pais, gerando situações constrangedoras. Os filhos também descreveram a mesma situação enfrentada pelos pais, pelo que viram e presenciaram, como também, por aquilo que ouviram de parentes próximos.

As críticas dos pais à ex-esposa podem ser motivadas por questões conjugais mal resolvidas, avaliação de fraco desempenho parental ou sentimento de exclusão da parentalidade por elas (FEINBERG, 2002).

Os relatos identificaram como fontes de sofrimento além dos conflitos parentais prosseguidos após a separação, das perdas associadas ao distanciamento dos pais e do número de mudanças no cotidiano e nas redes de apoio (casa, bairro, cidade, escola, amigos e outros), a redução da qualidade de vida financeira que tinham, principalmente quando alguns tiveram que assumir tarefas domésticas (Sueli) e papéis diferentes, como o caso de Davi, João, Tadeu e Leandra. Conforme Cohen (2002), com a separação conjugal dos pais os filhos podem desenvolver uma autonomia prematura.

Uma realidade vivenciada que gerou conflitos e tensões nos filhos de Jefinho e Paulo que permaneceram residindo com a mãe, foi a crise financeira que tiveram que passar. A redução financeira familiar foi descrita por esses filhos de forma muito palpável e angustiante, disseram que passaram por muitas necessidades básicas, até mesmo com alimentação, mesmo com a pensão paga pelo pai. e tiveram ainda, no caso dos filhos de Jefinho, que irem para numa creche infantil a fim de que a mãe pudesse trabalhar e, no caso dos filhos de Paulo, por terem ficado grande parte do dia com os avós.

Os filhos que permaneceram residentes com a mãe presenciaram as dificuldades que ela enfrentou para poder manter a casa, dificuldades geradas pela falta de experiência no mercado de trabalho e pelo baixo salário em relação aos homens.

Marcos, descreveu que com cinco anos, ficou revoltado quando via que na casa do pai tinha bens materiais e eles passando por tantas dificuldades.

Com a separação houve uma redução financeira e, conseqüentemente, uma redução de estilo de vida, que marcou profundamente os filhos entrevistados. A divisão dos bens

empobreceu a família, o pai, muitas vezes, foi culpabilizado pelos filhos por reduzir os recursos financeiros para com a primeira família, agravando com o não pagamento mínimo da pensão. Os filhos presenciaram discussões dos pais sobre a pensão, situação em que, normalmente, a mãe reclama do pouco recurso oferecido pelo pai.

A dificuldade econômica não é só originada pelo baixo pagamento efetuado pelo ex-marido, mas também pelo fato de se viver numa sociedade baseada numa estrutura de renda diferenciada, a partir da perspectiva machista, patriarcal, o que faz com que a mulher continue a ganhar menos que o homem, ainda que acumule mais anos de estudo.

O dinheiro, visto da perspectiva dos filhos entrevistados, pode se tornar uma moeda de amor e cuidado e, portanto, a falta de dinheiro pode simbolizar a falta de amor e carinho (HAUGEN, 2005).

Os filhos de Paulo também narraram que mudou o padrão de vida que tinham, ficaram mais privados de bens e situações que tinham antes da separação. João sentiu que parecia que o “reino encantado” acabou e teve que enfrentar muitas privações, modificando seu estilo e qualidade de vida, ele disse que essa situação desencadeou nele um processo de revolta contra a vida.

Conforme Grzybowski; Wagner (2010), as questões como acordos financeiros, regulação de visitas, práticas educativas, são influenciadas pela coabitação, conjugalidade, vínculos pais-filhos, bem como pelo gênero e poder financeiro do progenitor e pela personalidade e gênero da criança, revelando a interdependência de tais fatores e do contexto no qual se inserem.

Com a fragilidade financeira e emocional da mãe, os filhos mais velhos deste estudo tomaram a iniciativa ou foram motivados a assumir novos papéis na família (homem da casa, responsável pelos irmãos e outros), como no caso dos filhos de Helenita e de Jefinho, e também de Paulo.

Mesmo os filhos de Camilo, que permaneceram com ele, participaram das dificuldades financeiras enfrentadas pela mãe a ponto de mais tarde quererem morar com ela, talvez também por causa da pensão que a ajudaria financeiramente.

A parte mais fragilizada na separação consegue, normalmente, atrair a atenção e o cuidado dos filhos, e, ainda, é preciso considerar que existe uma diferença entre a figura parental que detém a guarda dos filhos e a outra que apenas se relaciona com eles na visita, normalmente aos finais de semana.

Nesta pesquisa sete filhos entrevistados (Davi, Leandra, João, Gil, Sueli, Sandra e Marcos) relataram que suas mães tiveram episódios de depressão logo após a separação, o que complicou a situação dos filhos.

Os filhos ficaram procurando entendimento e soluções para proteger e auxiliar a mãe mediante a supressão de qualquer informação que possa perturbá-la, assumiram o comando das atividades domésticas e ficaram sem suporte para suas necessidades de filhos .

Os filhos têm uma tendência em cuidar dos pais mais fragilizados após separação/divórcio e segunda união. Os filhos mais velhos, por exemplo, quando eram autorizados a decidir com quem queriam morar após o divórcio, muitas vezes optaram por ficar com os pais que mais pena lhes causavam, ou com aquele que achavam que tinha sofrido mais (HAUGEN, 2005).

O cuidado dos filhos com os pais fragilizados após a separação/divórcio e segunda união contraria a visão tradicional²⁷ de filhos como dependentes dos pais, por estarem em um estado incompleto, vistos como verdadeiros receptores de cuidado, (FRASER; GORDON, 1994).

Os filhos entrevistados experimentaram desafiantes fatores sócio-emocionais como: a busca de reconciliação dos pais na expectativa de mantê-los juntos, o sentimento de terem sido os responsáveis pelo divórcio e serem culpados pela separação (em especial, Sandra), a pouca ritualização no processo de separação, como no caso de Davi e Leandra, e questões econômicas na renda familiar, muito evidente nos filhos de Jefinho e Paulo (KELLY; EMERY, 2003; STORKEN e outros, 2005).

A quantidade e a vivência de arbitrariedade das mudanças, bem como a estabilidade e a continuidade dos relacionamentos interpessoais íntimos entre os filhos e seus pais (TEYBER, 1995), produziram uma sensação de imprevisibilidade ambiental e de insegurança que dificultava as possibilidades de adaptação à nova realidade doméstica. Para alguns dos filhos, esses sentimentos refletiram diretamente na vida escolar e num possível declínio do rendimento escolar.

A escola foi um dos ambientes apresentados por Davi, Leandra, Sueli, Marcos e João, como lugar que tiveram que enfrentar discriminação e vivenciar situações constrangedoras quando no ambiente escolar quando eram questionados pelos colegas da escola sobre a situação familiar que moravam e com quem moraram e tinham que se referir aos pais como

²⁷ Esta é uma maneira de considerar a grande variedade de condições e consequências relacionadas ao fenômeno multiplicidade de cuidados que se refere a “uma rede complexa de condições inter-relacionadas, a ação / interação e consequências que pertence a um determinado fenômeno” (STRAUSS; CORBIN, 1990, p. 161)

separados; nas comparações com os amigos se sentiam diferentes e, muitas vezes, inferiorizados por terem os pais separados. Eles acrescentaram que a adaptação a nova realidade trouxe-lhes muita tristeza e angústia, eles disseram que parecia que ficaram desprotegidos no ambiente fora de casa.

Os pesquisadores Wolchik e outros (2002); Amato (2001); Wallerstein; Kelly (1998), constataram ser comum os filhos com pais divorciados sentirem-se mais deprimidos e irritados, podendo apresentar tensões na vida escolar, problemas de ajustamento e de relacionamento interpessoal após a separação conjugal dos pais.

Os filhos com mais idade relataram mais sofrimentos e angústias na adaptação a nova realidade, do que os filhos com menos idade que se adaptaram conforme iam se desenvolvendo.

Observou-se nos relatos dos pais e filhos, que os pais na fragilidade da separação e com a frustração do primeiro casamento, tiveram atitudes e tendências em se apoiarem nos filhos, direcionados para eles o encargo de darem sentido e razão para suas vidas. Indicando que assumiam papéis de vítimas e sofredores, reforçando a aliança com os filhos, que se sentem obrigados a cuidar deles, principalmente, na narrativa de Davi sobre a mãe biológica.

Davi e Leandra descreveram que após a separação dos pais, houve várias tentativas dos pais em se reconciliarem e que eles mantinham o desejo de que um dia os pais pudessem se reconciliar e a família voltar a ser o que era.

Os relatos de Davi e Ana, indicaram que ambos tinham expectativas e organizam meios para a busca da reconciliação dos pais, pois segundo eles, tentavam evitar que os pais se encontrassem em algumas ocasiões, para poderem proporcionar encontros de reconciliação, pois percebiam que cada vez, que os pais se encontravam para um possível reconciliação, eles brigavam e ficavam mais distantes um do outro.

Os filhos de modo geral descreveram que, muitas vezes, eram impelidos a terem que ajudar os pais nos problemas pessoais e afazeres domésticos, tinham que assumir tarefas e responsabilidades que eles consideraram impróprias para a idade que tinham.

O nível de conflito parental é um fator importantíssimo para a adaptação dos filhos a vida familiar pós separação conjugal dos pais (SOUZA, 2000). Separações litigiosas, falta de diálogo e constantes e intensas brigas e discussões envolvendo os filhos, dificultam o processo de adaptação dos filhos. Schabbel (2005) considera que o período pós-divórcio com nível alto de conflito parental gera a diminuição da qualidade da parentalidade e constitui um dos fatores mais crítico na adaptação dos filhos a nova realidade.

No processo de adaptação a nova realidade pós separação dos pais, os filhos fizeram notar nos relatos a presença positiva e necessária de acolhimento e suporte dos avós para os filhos durante e após a separação dos pais.

Após a separação, com intensidade e tempos diferentes, os filhos entrevistados, descreveram a grande presença da família materna em suas vidas, primeiro porque foram morar com os avós maternos e depois porque receberam, em especial dos avós, assistência e cuidados, principalmente, Tadeu e Alan que ficaram morando com os avós maternos por alguns anos e, depois que a mãe se casou novamente, mudaram para uma casa vizinha dos avós.

A presença e o apoio dos avós na vida familiar dos filhos entrevistados é uma constante, talvez por serem os parentes mais próximos e os que mais tendem a sofrer as consequências desfavoráveis desse rompimento, uma vez que se verifica, normalmente, seu envolvimento neste momento delicado que seu filho ou filha está passando (JASKOWSKI; DELLASEGA, 1993).

Faz-se necessário considerar que Davi e Ana relataram que a avó e a tia paterna influenciaram a decisão do pai em se separar e dificultaram que os pais se reconcilhassem, mas não comentaram nenhum sentimento ou oposição em relação a elas, somente se preocupavam através das suas falas e com os parentes honrarem a mãe, explicando que ela tinha pouca idade e maturidade para o casamento.

A maior intensidade na relação avós e netos pode estar relacionada à contribuição de diversos fatores que, segundo Dias; Silva (1999), favoreceu essa realidade, como: maior expectativa de vida do ser humano na sociedade atual, que, por sua vez, leva as pessoas a viverem, por mais tempo, o papel de avós e até o de bisavós; o incremento de outras organizações familiares (como as famílias monoparentais, destacando-se aí as famílias divorciadas/separadas e as famílias em segunda união) e, principalmente, pela crescente participação da mulher no mercado de trabalho que obrigou muitos avós a ficarem responsáveis pelos netos enquanto os pais trabalham, e, ainda, a influência que assume esta figura, especialmente, no que concerne à gravidez na adolescência, nos casos de excepcionalidade da criança, uso de drogas ou morte dos pais (DIAS; SILVA, 1999).

Algumas pesquisas (ARAÚJO; DIAS, 2002; CREASEY, 1993; JOHNSON, 1988) constata que a vinculação materna ou paterna na mediação da relação entre avós e netos é outro fator que favorece a continuidade, ou não, da assistência aos filhos e netos através do suporte emocional, como: dar conselhos, transmitir informações sobre a família e telefonar.

Quando os filhos detêm a custódia das crianças, os avós fornecem, com mais intensidade e quantidade, conselhos e informações familiares para seus netos, após a separação/divórcio dos filhos. Quando são os ex-genros/noras que detêm a custódia, há um aumento significativo na atividade de telefonar e uma diminuição nas visitas.

Nesta investigação, as mães ficaram com a custódia das crianças após a separação, com exceção dos filhos de Camilo. Possivelmente, permanecer com a mãe facilita mais o contato de seus filhos com os pais delas. Em consequência disso, os avós maternos podem dar mais conselhos aos seus netos quando vão à casa de suas filhas ou quando eles (filhas e netos) vão às suas casas, ou mesmo moram com eles. Por outro lado, os avós paternos, provavelmente, tendo mais dificuldade ao acesso de seus netos, podem ter menos contato pessoal e providenciarem menos apoio social e emocional a seus netos que as avós maternas.

A presença e influências maiores dos avós na vida dos netos se deram durante e após a separação dos filhos, pois logo que os filhos iniciaram o processo de adaptabilidade à nova forma de família, os avós apresentaram uma considerável diminuição na presença e atuação na vida dos netos, concretizando-se essa diminuição, ainda mais quando se estabeleceu a segunda união dos filhos. Isso demonstra o caráter de suporte emocional, material e familiar que os avós exercem na separação e segunda união dos filhos, como um suporte emocional e financeiro transitório.

Essa investigação chegou à mesma observação de uma pesquisa (ATTAR-SCHWARTZ e outros, 2009) com 1.515 alunos do ensino secundário (entre os 11-16 anos) da Inglaterra e País de Gales, quando demonstrou um maior envolvimento dos avós no processo de separação e segunda união dos seus filhos. A participação positiva dos avós foi fortemente associada aos problemas emocionais e comportamentos sociais, procurando reduzir dificuldades de adaptação dos adolescentes monoparentais e os pertencentes às famílias em segunda união; mostrou ainda que as relações estreitas com os avós, após a separação parental, foram associadas com menos problemas de adaptação entre os jovens.

Diante da separação e segunda união conjugal, os avós são para os netos, principalmente para aqueles em família em transição, um recurso potencial para moderar a influência negativa da separação dos pais e as mudanças familiares múltiplas; figuras importantes na vida de seus netos, que possibilitam um relacionamento de apoio, suporte e afeto, independentemente de mudanças na estrutura familiar (CHERLIN; CHASE-LANSDALE; MCRAE, 1998; HETHERINGTON; BRIDGES; INSABELLA, 1998; LUSSIER e outros, 2002; RUIZ; SILVERSTEIN, 2007).

É possível que os avós, cujos filhos detiveram a custódia das crianças, como foi o caso de Júlia, Camilo, Helenita, Eduarda, tiveram mais oportunidade de estar com seus netos e, assim, oferecerem mais conselhos e informações sobre a família. Por outro lado, para os avós, cujos ex-genros/noras detêm a custódia dos netos, as relações com os netos são mais distantes e difíceis.

Mesmo com o suporte dos avós, os filhos mais velhos das três famílias relataram que a separação/divórcio, mais que a segunda união dos pais, foi um momento difícil e confuso, e o maior sentimento era o de tristeza pela redução, perda e abandono por parte do pai que deixava de morar com eles, e, no caso de Davi e Leandra, o maior sentimento era o de deixarem a mãe.

Os membros das famílias são unânimes em relatar que os sofrimentos e angústias gerados pela tristeza e perdas na separação conjugal, foram diminuindo de intensidade conforme o tempo, com as novas situações e, principalmente, conforme o relacionamento amigável dos pais foi se concretizando. Somente Marcos e João encontravam no período da entrevista com algumas dificuldades em se adaptarem as novas realidades familiares.

Para os pais entrevistados, depois da separação conjugal, o relacionamento com os filhos melhorou, pois procuraram estar próximos deles, além dos filhos estarem mais maduros e responsáveis, os pais disseram que tiveram mais atenção e presença na vida dos filhos e alegaram mais flexibilidade e menos rigidez, passando a conversar mais com eles; atitudes que não tinham com frequência antes da separação.

A situação conflitiva entre os pais diminuiu e, conforme o tempo, passou.; colaborando para que os membros das famílias se adaptassem com mais segurança e tranquilidade na nova realidade pós separação. No entanto o que mais colaborou para o desenvolvimento no processo de readaptação dos filhos à nova situação familiar, foi à constatação de que a separação que se efetivou é conjugal e não parental, (HACK; RAMIRES, 2010).

Os filhos entrevistados disseram que após a separação dos pais, tiveram uma proximidade maior dos pais, relacionamento este que não acontecia no cotidiano familiar antes da separação, com exceção de Marcos, Tadeu e Alan que no momento da entrevista relataram que experimentaram maior distanciamento do pai.

Davi e Leandra apresentaram como ganho na separação dos pais, o fato de se perceberem mais maduros e experientes em lidar com situações de sofrimentos, podendo assim enfrentar melhor os desafios da vida e, como adolescentes na época, maior liberdade quanto às restrições de horários.

Os filhos de Jefinho e Helenita disseram que também experimentaram situações boas no período posterior à separação dos pais. Sueli lembrava-se de que quando tinha por volta de 10 anos de idade e a avó faleceu, o pai lhe comprou um relógio e recordou também dos passeios que fazia com o pai. Marcos recordava dos momentos bons que viveu com os amigos e destaca a alegria de ter sido pai aos 17 anos. Sandra narrou que sempre foi muito paparicada pela mãe e pelos familiares maternos, talvez por ter sido a caçula e Sueli, e Marcos admitiram que foram filhos que deram trabalho aos pais, no que se refere a frequência na escola e com os namorados e que se sentiam estranhos.

Nos relatos, Sueli e Sandra procuravam deixar claro que o relacionamento com o pai melhorou com o tempo, podendo no tempo da entrevista contar mais com a sua ajuda e presença, bem como ter mais atitudes de carinho e se expressar com mais facilidade com ele, pois, anteriormente, o tinha muito distante de sua vida e realidade, normalmente se referindo as situações de privações e necessidades que tiveram de passar pela separação conjugal dos pais.

Tadeu compreendeu a separação dos pais como algo bom, por conhecer os dois lados da realidade, o lado do pai e o da mãe e relatou que se sentiu após a separação dos pais “o homem da família”. E que se estivesse com o pai, não teria a base familiar que adquiriu na casa dos avós maternos. Entretanto durante a separação conjugal dos pais, tinha desejo de que os pais ficassem juntos, principalmente, porque se questionava de como seria a vida futura para o pai e para a mãe e, conseqüentemente, para eles após a separação conjugal dos pais.

Interessante observar que quando Tadeu foi questionado sobre o que pensava sobre separação conjugal de forma genérica, respondeu que essas palavras não existem para ele e, que não quer isso para sua futura família, embora visse a separação dos pais como um bem para si mesmo, algo que teve que acontecer, mas que não queria para si.

Tantos os pais, como os filhos, consideraram através dos relatos que a separação é uma etapa difícil e dolorosa, contudo, é considerada transitória e não é significativa para que as pessoas não se casem novamente. As decepções vividas são consideradas referentes a relacionamentos e a parceiros específicos e não ao casamento em geral, a ponto de se casarem de novo e apoiarem outros a se casarem e de acolherem o novo cônjuge dos seus pais.

A vida familiar é repleta de tensões, muitos conflitos parentais são próprios da relação cotidiana familiar. No entanto, quando se prologam com frequência e intensidade, sem resolução, são geradores de sofrimento e estresses para todos os membros da família. Contudo a separação dos pais levam a situações mais complexas e desafiadoras, modificam a vida familiar na sua estrutura e dinâmica e impulsionam os filhos a um percurso adaptativo à nova

realidade, que depende de vários fatores para chegarem a uma razoável adaptação, incluindo a própria resolução amigável da separação pais, o nível de dificuldades sócio-econômicas, a idade das crianças e o seu grau de desenvolvimento, o número de eventos estressores adicionais que incidiram sobre a vida familiar e, principalmente, do ajustamento psicológico da figura parental que detém a guarda e de sua capacidade de cuidado, da quantidade e qualidade de contato com a figura que não detém a guarda, do nível de conflito entre os pais após a separação conjugal.

Em outras palavras, o nível de conflito parental, a saída de um dos pais da residência, o possível declínio econômica, a mudança de casa e da escola e o afastamento do habitual convívio social são fatores significativos para a adaptação dos filhos e para o relacionamento pais-filhos. Separações litigiosas, falta de diálogo e o não-cumprimento das combinações que envolvem os filhos dificultam a adaptação dos membros das famílias a nova realidade doméstica (HACK; RAMIRES 2010; SOUZA, 2000).

7.4 Segunda união dos pais

O período entre a separação e a segunda união dos casais entrevistados foi variável, durou de um mês a três anos para as mulheres, enquanto para os homens o tempo foi de alguns meses até sete anos. Essa imprecisão quanto ao período entre as duas uniões, resulta do fato de que Paulo e Eduarda não se lembram exatamente do tempo em que ficaram sozinhos, mas recordam-se que foi de alguns meses, isto é, menos de um ano.

A segunda união dos casais das famílias estudadas se deu depois de outras experiências de namoro com outras pessoas, com exceção de Paulo e Eduarda que já mantinham um relacionamento afetivo antes da separação conjugal.

Os casais entrevistados manifestaram na entrevista que apesar das dificuldades e sofrimentos que passaram no primeiro casamento e com a separação, mantiveram o desejo de dar início a uma nova união, de recomeçar, de formar uma nova família, de ter alguém para manter um relacionamento estável. De fato, preferiam viver juntos a viver sozinhos. No entanto, acrescentaram que não poderiam aceitar uma terceira ou quarta união conjugal, pois consideraram que seria repetir e aumentar os sofrimentos vividos na primeira separação.

A decisão de casarem de novo e morarem juntos, para os casais entrevistados se deu pela decorrência do bom relacionamento, da afinidade e do estreitamento no vínculo afetivo entre eles e os novos cônjuges.

Camilo comenta seu sentimento de desespero em cuidar sozinho dos filhos e a necessidade de dividir essa tarefa com outra mulher. Júlia, expressou que tinha receio de se envolver em uma relação mais séria e comprometedora, mas que considerava que tinha que se dar uma chance de recomeçar uma nova vida familiar.

Helenita e Jefinho disseram que era uma chance de fazer a vida diferente e oportunidade de serem felizes. Além desses motivos, Jefinho ainda considera que se sentia sozinho, levando uma vida “desregrada”.

Paulo e Eduarda relataram que se amavam e que não poderiam viver na tolerância, ambos disseram que se conheciam, trabalhavam juntos antes da separação e que mantinham um relacionamento próximo; isso pode explicar o fato de se unirem em questão de meses após a separação.

A segunda união para Paul era motivo de felicidade completa, porque os filhos da primeira união estavam, no período da entrevista, mais perto dele, frequentavam a sua casa e se relacionavam bem com sua atual esposa. Sentia que agora sua família estava vivendo a “normalidade” (gesto de aspas do próprio entrevistado) do que é uma família. E disse por final que amou sua ex-esposa com quem teve seus filhos, mas que atualmente amava a atual cônjuge.

Para Eduarda a segunda união foi uma oportunidade para recomeçar, pois não queria se separar do primeiro marido, mas relatou que estava impossível a convivência com ele alcoólatra e violento. Ela acrescentou que o segundo relacionamento é complicado, porque todo ser humano tem suas qualidades e defeitos, mas sentia-se mais madura e que o casal deveria se ajudar e completar-se.

Todos os pais consideravam muito boa e feliz a realidade em que estavam vivendo, entretanto relataram que tinham preocupações e medo em recomeçar a vida familiar com uma outra pessoa, devido à experiência negativa que vivenciaram. Esse temor fez com que alguns deles retardassem o início de uma relação mais séria, com coabitação, mas não foi motivo suficiente para se unirem novamente.

Embora a nova união não esteja separada nem distante das experiências desagradáveis do primeiro casamento, os sujeitos criaram alternativas de convivência emocional e material no espaço doméstico, procurando não reproduzir as situações anteriormente vividas, prevenindo-se contra a experiência de sofrimento que já experimentaram. Esses relatos demonstraram um estado de alerta para não reproduzirem os padrões adotados no primeiro casamento. Se esse estado de preocupação os faz sofrer, procuravam agir com maturidade e tentam manter um diálogo sincero com o cônjuge sobre a problemática anteriormente vivida.

Os pais deste estudo relataram que a separação em si não lhes causou grandes preocupações em relação as normas da Igreja Católica. Entretanto sentiram que estavam contrariando as leis eclesiais por serem privados de algumas práticas religiosas, em particular a privação da comunhão eucarística nas missas, e ainda, sentiram no ambiente religioso e social que frequentavam uma certa reprovação ao estado que optaram para reiniciar a vida familiar. Curioso notar que os filhos não fizeram menção as normas da Igreja, visto que eles no período da infância/adolescência frequentavam o ambiente eclesial.

Paulo, talvez, por estar mais envolvido nas coordenações de algumas atividades pastorais e de ter se afastado da vida eclesial, por causa da segunda união, experimentasse mais a realidade da segunda união em confronto com as normas da Igreja Católica; pois quando é questionado sobre significado que atribuía a sua segunda união, iniciou um discurso sobre a aceitação e abertura, ou não, por parte da comunidade religiosa e, começou a fazer comparações entre os casais em segunda união que estão bem relacionados e os casais de primeira união que vivem mal o relacionamento conjugal.

Paulo considerou, ainda que, atualmente, a situação de segunda união conjugal está mais comum e aceitável, embora insista que se deve preparar melhor os noivos para o casamento e que os casais devem insistir e persistir no primeiro casamento, mas se realmente não for possível aí devem partir para um novo momento na vida conjugal.

Para Camilo e Júlia e Jefinho e Helenita, descreveram que puderam reiniciar sua vida religiosa, mesmo enfrentando críticas e reprovações da sua segunda união, através da pastoral familiar dos casais em segunda união e, acrescentaram que não se sentiam excluídos do convívio eclesial.

Uma das maiores preocupações dos casais deste estudo em relação a segunda união era se os filhos aceitariam ou não o novo relacionamento, e como seria o relacionamento destes com o novo cônjuge e seus filhos e, ainda, como se daria a convivência deles com os filhos do novo cônjuge.

Nas famílias dos casais em segunda união, os filhos são um elemento muito presente nas inquietações dos casais, pois são eles que definem a extensão e os limites da família em segunda união (UZIEL, 2000).

Nas famílias dessa investigação torna-se evidente que os filhos constituem o elemento central, a própria definição de família em segunda união inclui os adultos e os filhos de relações anteriores. Sem crianças não existem famílias em segunda união. Elas circulam nos vários grupos domésticos, ligando-os entre si e alargando a vida doméstica (LOBO, 2009).

Quando os casais entrevistados resolveram engajar-se em nova união seus filhos tiveram reações semelhantes àquelas de quando os pais se separaram, entre elas rejeição à nova situação. Alguns se revoltaram, afastando-se do convívio e do relacionamento com o genitor e outros aceitaram a nova união, mas nem sempre de forma calma e passiva.

Os relacionamentos dos casais entrevistados com os filhos do primeiro casamento são diferentes dos que vigoravam na primeira união. Para alguns, esse relacionamento melhorou, os pais se consideraram mais flexíveis na educação e mais afetivos na convivência com os filhos, como Camilo. Para Jefinho e Paulo piorou, gerando conflitos e sofrimentos, principalmente pelo distanciamento nas relações entre o genitor e seus filhos e acentuado pelos conflitos com o ex-cônjuge.

Os pais vivenciam na família em segunda união um relacionamento diferente daquele vivenciado na primeira união, porque a segunda união dos pais foi formada a partir de um casamento prévio seguido de separação e recasamento, dessa forma apresenta uma história conjugal de alianças, de filiação e de experiências sociais e afetivas anteriormente vivenciada na família anterior, que interfere em sua dinâmica atual e modifica as relações familiares (POITTEVIN, 2006; THÉRY, 1987).

Camilo narrou que não enfrentou grandes dificuldades com os seus filhos na realidade da segunda união conjugal. Essa versão dele deve ser interpretada com cautela. Talvez ele tenha procurado demonstrar ausência de conflitos, a fim de manter uma aparência de tranquilidade em relações potencialmente conflituosas próprias de realidades que sofrem mudanças.

A grande preocupação de Jefinho após sua segunda união era de como seria o futuro dos filhos, pois seu contato com eles se reduziu em levar o dinheiro da pensão. Entretanto, com o tempo, ele descreveu que os filhos passaram a entender o porquê da separação e da nova união, aí notou que os seus filhos se aproximaram mais dele.

Helenita, embora não tenha tido problemas com seus filhos em aceitarem e respeitarem o novo cônjuge, percebeu que o filho com 10 anos, o mais velho, tinha ciúmes do novo cônjuge, mas conforme o filhos foi crescendo e convivendo com o novo cônjuge dela foi se relacionamento melhor com ele.

Paulo disse estar feliz na sua segunda união, principalmente porque os filhos da primeira união estavam mais perto dele, frequentavam a sua casa e se relacionavam bem com sua atual esposa. Sentia que agora sua família estava vivendo a “normalidade” (gesto de aspas do próprio entrevistado) do que é uma família.

Nos relatos sobre a segunda união, parece que Paulo se concentrou mais na realidade do filho mais velho, talvez porque este requeria mais atenção e mais cuidados, ou mesmo, porque era um sinal de crítica e não aceitação da nova situação familiar.

Paulo percebeu que o filho, João quando se relacionava com os amigos cujo pais estavam em primeira união conjugal, sentia-se diferente deles, e acreditava que essa realidade aumentava os conflitos entre ele e o filho. Entretanto, ele relatou que com o tempo foi se superando e houve maior aproximação entre eles. Um fator, que descontentava Paulo, era que os filhos ficavam a maior parte do dia com os avós maternos, que iam assimilando o que ele descreveu como os maus hábitos dos avós.

Nos primeiros anos após sair do convívio cotidiano com os filhos, Paulo descreveu que quando convivia com os filhos aos finais de semana, procurava dar tudo o que eles queriam, uma forma de compensar a ausência, ou como disse Paulo – “comprar os filhos”. Entretanto, percebeu que com o tempo essa não era uma boa estratégia para conviver com os filhos.

Para finalizar a entrevista, Paulo descreveu que João por um tempo veio morar com ele e Eduarda, mas que não se adaptou e que naquele período estava se relacionando muito bem com os filhos, que foi um árduo caminho, mas que percebia no olhar deles o carinho e aproximação.

Eduarda, disse quando se separou, Lucas estava com cinco anos, e lhe comunicou que iriam morar na casa de Paulo, essa conversa aconteceu depois de várias tentativas em falar, pois o filho já dava sinais e expressões que não queria que ela e o pai dele se separassem. Mas que diante da situação limite que vivia com o marido resolveu ir para a casa de seus pais, dificultando para Lucas a convivência com o pai e com os avós paternos que eram muito presentes na vida de Lucas.

Algumas mudanças em Lucas foram percebidas por Eduarda, ela sentia que ele estava sofrendo com a separação do pai, com quem este convivia aos finais de semana na casa dos avós paternos e com a adaptação a nova realidade familiar na convivência com Paulo. Ela considerou que Paulo no início foi muito duro na educação de Lucas, impondo algumas regras de hábitos que ele não estava habituado. Contudo ela verificou que com o tempo os dois foram se entendendo, a ponto de que com a idade entre 8 e 10 anos, Lucas ter começado a imitar Paulo, na forma de vestir, falar, postura e outras.

No que se refere aos ex-cônjuges, Júlia, Helenita e Eduarda enfrentaram situações limites (violência, alcoolismo, agressividade, ameaças) com seus ex-cônjuges, distanciando-

se deles por completo. Elas, com exceção de Eduarda, ainda relataram que tiveram que enfrentar o ex-marido que requereu a guarda dos filhos.

Jefinho acreditava que a mãe dos seus filhos incutia neles a ideia de que a atual esposa estaria roubando o pai deles, e os filhos nem queriam visitá-lo mais.

Segundo Paulo, a ex-esposa, foi um fator agravante para a aceitação de João da separação e novo casamento do pai, pois ela proibia a visita dele aos filhos, ocasião em que Paulo entrou na justiça pedindo a tutela dos filhos, fato que não aconteceu, mas que possibilitou a sua visita nos finais de semana, e pôde contar com Eduarda nos cuidados com os filhos. E disse por final que amou sua ex-esposa com quem teve seus filhos, mas que atualmente amava a atual cônjuge.

Somente Camilo descreveu que no início houve um distanciamento sem relação amigável, mas com o tempo houve consideráveis aproximações. Essa postura com o ex-cônjuge pode expressar a busca de negar, ou ao menos apartar a família anterior da atual, pelo menos de início (DIAS, 1999).

O relacionamento dos casais deste estudo com os filhos do novo cônjuge, foi de início pacífico e tranquilo, depois com tensões e conflitos e posteriormente com considerável adaptação ao nova estrutura e dinâmica familiar. Somente o relacionamento de Eduarda com os filhos de Paulo seguiram esse percurso de conflito e adaptação, segundo ela não teve dificuldades na adaptação e na convivência com os filhos do novo cônjuge.

No que se refere a filha de Júlia, Camilo a assumiu como filha própria dele e procurou ter com ela as mesmas atitudes que tinha com seus filhos, situação essa que ajudou a integração a adaptação de Laura, mas que ao mesmo tempo, teve que enfrentar nova dinâmica familiar, diferente daquela que tinha anteriormente. Diante dessa dificuldade adaptativa, Júlia percebeu que sua filha biológica estava tendo dificuldades em se adaptar a nova dinâmica familiar e procurou compensar o seu sofrimento, dando-lhe mais atenção.

Quando foi perguntado a Jefinho sobre o relacionamento dele com os filhos do atual cônjuge, ele os nomeou como filhos, principalmente, na convivência social e disse que os filhos de Helenita se referem a ele como o pai deles.

Júlia e Helenita consideraram boa a recepção dos filhos dos novos cônjuges, porém com o tempo iniciaram conflitos e discussões, principalmente sobre a organização doméstica e relacionamentos familiares; mas aos poucos, essas situações foram modificando através de conversas e maior relacionamento entre os membros da família.

Helenita descreveu que no início do seu relacionamento com Jefinho tinha ciúmes dos filhos dele, principalmente, quando ele dava mais atenção as filhas do que a ela, contudo

ressaltou que no período da entrevista a situação era mais amigável, a ponto de acolher a filha caçula do novo cônjuge para morar em sua própria casa e tratá-la como uma filha. Helenita disse que os filhos de Jefinho a chamam de “tia” e até pedem bênção, com exceção de Marcos, com o qual tem pouco relacionamento, que a chama de Helenita. Ela ressaltou que ajudou a “criar” os filhos de Jefinho e que os ama, mas que dá a vida pelos dela.

Paulo descreveu que assumiu Lucas como seu filho e queria que ele assumisse uma postura diferente daquela que fora educado pelo pai e pelos avós, Paulo considerava que Lucas era uma criança mimada e sem determinação.

Com a segunda união dos pais, os filhos manifestaram medo de perder o pai ou a mãe para o novo cônjuge, como ocorreu com os filhos de Jefinho, Paulo, Helenita e Camilo.

Os filhos mais velhos ficaram sensíveis a inúmeras perdas que vivenciaram e não queriam enfrentar novas perdas, por isso eram relutantes em abdicar de qualquer parcela do afeto e da atenção dos pais, demonstrando sentimentos de ciúmes, competitividade e rejeição para com o novo cônjuge.

Os mais novos, pela pouca idade, trouxeram poucas recordações desse período de início de segunda união conjugal dos pais. Como por exemplo Laura que dizia lembrar-se que foi obrigada a ir à casa do pai; Lucas que recordou de achar estranha a presença de Paulo na convivência familiar, principalmente por ele ter outros filhos que não eram filhos de sua mãe; Alan que disse de ter mudado para a casa dos avós e querer que o pai fosse junto, e Marcos e Gil que relataram a saudade que sentiam do pai.

Em relação a separação dos pais, de forma similar os sentimentos de perda, de medo como quem ficariam e o sofrimento do distanciamento, ou mesmo, ausência do pai/mãe não residente, bem como, a participação nos conflitos parentais permaneceram na realidade dos filhos após a segunda união dos pais.

O que diferenciou das reações e sentimentos dos filhos em relação à separação e segunda união dos pais foi que esta última constituiu, para os filhos estudados, um fato concreto de impossibilidade da reconciliação parental e de terem que se adaptar a nova forma de família com outro elemento diferente, que portava certa autoridade na dinâmica familiar. Tiveram ainda mais sofrimentos quando sentiram a perda do pai ou da mãe não residente para outra família, com outros filhos.

Os filhos de Camilo, Júlia, Helenita, de Jefinho, com exceção de Marcos, e Eduarda relataram que aceitaram a segunda união dos pais, afirmaram que queriam que os seus pais fossem felizes e procuravam concordar, de forma totalmente passiva, até mesmo com os namoros que os seus pais tiveram. Eles consideravam o namoro de seus pais uma necessidade,

essa atitude indicava que eles compreenderam as necessidades afetivas próprias dos pais e admitiram que o (a) novo(a) parceiro(a) preencheria uma necessidade parental que eles não seriam capazes de oferecer.

Do ponto de vista da criança, é preciso levar em conta que a separação e segunda união são um projeto dos pais. Muitas crianças conseguem ser razoavelmente felizes e sentir-se bem cuidadas em famílias em que um ou ambos os cônjuges sentem-se infelizes.

Observou-se nos relatos que tanto Davi como de Leandra que ambos se sentiram confortáveis com a segunda união, pelo menos no início, também por terem alguém para cuidar da mãe, do pai e da casa e Laura por ter alguém cuidadoso como pai, a experiência de um convívio com um pai que assumiu-a de fato como filha, visto que o pai biológico era demasiadamente distante e com o qual conviveu pouco tempo.

Davi se referiu a segunda união dos pais como algo bom na sua vida, pois as discussões entre os pais diminuíram e foi neste mesmo período iniciou o namoro, que surgiram as oportunidades de emprego e estudo e, “teve” de sair do ambiente familiar para trabalhar, namorar e estudar fora da cidade.

Marcos disse que não aceitava que o pai pudesse formar uma outra família, era como se o pai os abandonasse por completo e manteve esta postura até o período da entrevista.

Os filhos de Helenita descreveram que de princípio queriam que a mãe estivesse feliz independentemente das decisões que ela tomava. Tadeu disse que quando a mãe notificou que iria se casar de novo, ele pensava como seria possível, porque por mais que diziam ser normal, ele não entendia, porque aquele não era o pai dele, mas acolheu-o, pois gostava de Jefinho, e Alan disse não foi estranho para ele porque convivia com uma tia que tinha um namorado depois da separação, embora no começo achasse que sua mãe e Jefinho fossem apenas amigos.

Tadeu se recordava, ainda, que a avó não era muito à favor desse relacionamento, mas depois de um tempo de namoro a sua mãe, ele e o irmão foram morar com Jefinho.

Tanto Sandra, Lucas e Gil se recordaram pouco de quando os pais se uniram novamente a outro cônjuge, talvez pela pouca idade que tinham no período da segunda união dos seus pais.

As recordações de Lucas sobre a segunda união da mãe, se restringiram ao momento em que presenciou a cena em que João, filho mais velho de Paulo, foi até a casa em que eles estavam morando com Paulo e começou a chamar pelo pai. Ele relatou que ficou confuso com aquela situação, pois não entendia como o marido da mãe era pai de um outro menino que ele não conhecia.

Uma grande preocupação que Lucas tinha estava relacionada ao distanciamento que começou a sentir da família do seu pai biológico e depois de como seria o seu futuro de estudar e trabalhar e ainda, formar uma família, além do bem da família que convivia.

Além de Marcos, João descreveu a segunda união do seu pai como algo horrível, realidade que ele não aceitava, nem podia falar nisso. Ele conceituou a segunda união como uma realidade boa para os pais e ruim para os filhos, embora os filhos se adaptem, como uma barreira de gelo que vai se derretendo.

Talvez, influenciado pela mãe que em conflito com o ex-esposo e não aceitação da segunda união deste, João achava que os seus pais fizeram um juramento diante de Deus e que não cumpriram e tomava as dores dela ficando nos embates dela com o seu pai, do lado dela, pois considerava-a mais fraca, segundo ele, nem ao supermercado ela sabia ir, era totalmente dependente do antigo esposo e presenciou a mãe chorando sozinha por muitas vezes.

Com o tempo, João foi entendendo e aceitando a segunda união do pai com Eduarda, embora relatasse que tem recaídas. Explicou que os filhos devem apoiar os pais na segunda união, porque não adianta quere dar “murros em ponta de faca”, quando eles querem eles se separaram e os filhos nunca ganhariam nesse desejo.

Com a separação e segunda união dos pais, a grande preocupação que Gil tinha era com quem ele ia ficar. Imaginava que se um deles morresse, o que seria dele. Ressaltava na sua fala, que se sentia triste, pois queria que os seus pais estivessem juntos, contudo a decisão de separação dos pais e a segunda união do pai foi melhor para a família, pois brigavam muito

Interessante notar que mesmo com aceitação parcial ou total ou, mesmo com a não aceitação da segunda união dos pais, os filhos, descreveram que tinham a expectativa de uma reconciliação dos pais, tinha esperanças de que os pais voltassem a morar juntos, com exceção de Laura e Lucas que talvez por terem menos idade consideraram mais adaptados a nova realidade familiar e também por encontrarem nos novos cônjuges de seus pais maiores elementos que concretizasse o cuidado parental que necessitavam.

A expectativa do retorno do pai ou mãe ausente esteve presente em quase todos os relatos dos filhos quando descreviam seus sentimentos sobre uma possível reconciliação dos pais; havia sempre o desejo de serem de novo a família como era antes, com exceção dos filhos mais novos. Gil, sentiu o pai mais distante e lembrou que sofria em pensar que os pais não voltariam a estar juntos

A chegada de um novo cônjuge na família é sentida como um impacto, até mesmo por aqueles filhos que achavam que o pai deveria ter uma nova parceira. Essa realidade pode ser

entendida pelos filhos como um ponto final para as desejadas esperanças de uma possível e diferente reconciliação dos pais e recomeço da dinâmica familiar anterior.

Com a entrada de uma nova pessoa na dinâmica familiar os filhos tiveram que se adaptar à nova situação doméstica e obedecer o novo cônjuge do pai/mãe que assumiu autoridade parental no relacionamento com eles.

Notou-se nos relatos dos filhos entrevistados que a entrada de um novo membro na família tornou as relações familiares mais complexas e provocou mudanças nas relações interpessoais e internas do funcionamento familiar, fazendo com que os núcleos passassem a ter dinâmicas de funcionamento diferentes daqueles anteriores, principalmente porque as pessoas adicionadas na vida doméstica trouxeram consigo os padrões de comportamento que cultivaram na primeira união, o que gerou uma tendência que estruturasse as relações a partir do modelo de relação conjugal e parental que vivenciaram anteriormente.

Este estudo indicou que os filhos mais novos se adaptaram melhor à nova realidade do que os mais velhos talvez porque os cônjuges tenderam a acolher melhor os filhos mais novos dos seus atuais parceiros.

Quanto menor a idade do (a) filho (a) do cônjuge maior probabilidade terá o novo (a) parceiro (a) para se aproximar da criança, já que a relação também se constrói vinculada às recordações de infância, principalmente do relacionamento conjugal dos pais biológicos, esse facilitador favorece a construção e abertura à novos relacionamentos.

Os relatos dos membros das famílias indicaram que os filhos mais novos em idade estão inclinados a ter menos dificuldades para se adaptar a nova realidade familiar, por terem menos memória do antes e estarem iniciando a construção relacional, um exemplo foi Laura e Lucas, diante de todo esse cenário, na segunda união da mãe, se adaptaram consideravelmente bem aos novos cônjuges da mãe que os assumiu como filhos e estes aceitaram os novos cônjuges da mãe como pai, embora relatassem que não os chamava de pai.

Esses dados coincidem com a investigação de Watari (2010) quando ele descreveu que a relação que o padrasto tem com a mãe dos enteados e o convívio cotidiano com eles tende a fazer com que, em alguns casos, ele seja visto "como um pai", especialmente quando participou da socialização dos sujeitos durante sua infância.

Lucas manifestou que sua família é uma família normal como qualquer outra, que tem o pai vivo, e que trata Paulo como se fosse seu pai, disse ter dois pais.

Entretanto a adaptação de tanto Laura e Lucas foi acompanhada de confusão de não entenderem as mudanças que estavam acontecendo, bem como da entrada dos novos

cônjuges das mães na dinâmica familiar, que para eles era estranha, e ainda exerciam orientações e autoridade parentais.

Nas famílias deste estudo, os relatos parecem delimitar três distintas fases de adaptação a realidade da segunda união: a acolhida, depois rejeição e, por fim, adaptação. Os membros dessa família quando descreveram sobre a adaptabilidade ao novo contexto da segunda união, demonstraram que esta foi paulatina, acontecendo por fase.

Primeiramente, os filhos descrevem que foi uma novidade à chegada do novo cônjuge. No caso de Davi e Ana, Júlia foi amiga e simpática, tratava-os muito bem, a ponto de ajudar com a menarca. Já Laura e Lucas experimentou a presença de um pai que cuidou e assumiu-os como filhos.

Os filhos de Camilo visualizaram o início da segunda união dos pais como algo bom e que resolveu muitos dos problemas familiares, embora Leandra relatasse que aceitou o novo cônjuge, pois não via outra solução e não queria criar problemas, mas com o passar do tempo e com a convivência cotidiana, os problemas e conflitos tornaram-se presente na dinâmica dessa família.

Os filhos de Jefinho reafirmaram o relato do pai sobre a distância que este estava entre eles e Jefinho, e acrescentaram que sentiam que o novo cônjuge do pai no início do relacionamento com eles, os tratava muito bem, passeava e cuidava deles, mas depois que se concretizou o casamento do pai com ela, a situação modificou.

Num segundo momento, iniciaram os conflitos e tensões, principalmente, dos filhos com o novo cônjuge no que se referia à dinâmica e organização dos afazeres domésticos. Neste segundo momento, Davi e Leandra identificam o novo cônjuge do pai como à motivadora dos problemas e complicadora da adaptabilidade de todos, em especial deles, à nova realidade. Categorizaram a convivência familiar como uma guerra de território.

Com o tempo de convivência, Júlia a partir do seu repertório cultural sobre educar os filhos e organizar uma casa, começou a querer assumir um papel de educadora e dona da casa com os filhos de Camilo, e começou a impor certas condutas aos filhos de Camilo, que eles disseram que não estavam habituados.

O mesmo aconteceu com Lucas que na sua convivência com Paulo, que era muito rígido, relatou que aprendeu muito, mas que sofreu muito também, pois teve que assumir responsabilidades que antes não estava habituado e assumir uma postura mais responsável nos estudos e na vida, como por exemplo cuidar das suas coisas (tarefas escolares, roupa, cachorro, quarto).

O novo cônjuge traz consigo uma experiência familiar e educacional da família anterior e, normalmente, procura implantar aquilo que vivenciou como certo e aceitável a partir das suas representações de como educar um filho, tendo dificuldade de contextualizar ao novo ambiente seus valores e representações.

Como decorrência da tensão iniciou um processo de rejeição e contraposição entre eles, afinal ela não era mãe deles e queria atuar como se fosse e eles não se sentiam filhos dela, pois tinha a mãe com quem se relacionavam consideravelmente.

A situação conflitiva se agravou quando Davi e Leandra começaram a perceber que Júlia tinha um cuidado especial com a filha biológica, reforçando o sentimento que de fato ela não era mãe deles e nem eles filhos dela. Júlia descreveu que queria organizar as coisas e que a filha por ter passado situações traumatizantes com a separação deveria ter mais cuidado; a consanguinidade foi um fator muito presente nessa família e condicionou os relacionamentos entre eles.

Júlia e Leandra iniciaram um movimento de competição e ciúmes. Os relatos de Júlia e Leandra descreveram que entre elas os conflitos eram maiores, talvez como Leandra mesmo dissesse: “uma disputa de território entre mulheres”; pois com Davi e Laura os conflitos eram menores, mas nunca deixaram de existir. Talvez algo que em parte seja próprio de toda relação entre genitor e um filho adolescente, e não uma situação exclusiva das famílias em segunda união.

Ficou mais evidente essa problemática quando nos relatos as brigas entre Leandra e Júlia estavam mais centradas nos afazeres domésticos, e onde Júlia com um temperamento imaturo, segundo ela, queria exercer o seu poder de mando e Ana, dentro da síndrome normal da adolescência, não queria obedecer.

Davi relatou que os conflitos eram considerados como uma guerra animal. Talvez pudessem ter como pano de fundo o instinto animal de competição das fêmeas pelo território e pela figura masculina de Camilo, que pelo caráter fechado e, talvez, por ser o objeto a ser conquistado, permanecia imparcial diante dos conflitos, atuando somente nas situações extremas.

O conflito nessa família foi tão intenso que impulsionou Ana, primeiramente e, depois Davi, saírem da casa paterna e morarem sozinhos, na procura um lugar de tranquilidade e paz. A mudança de casa foi mais uma necessidade de Leandra que já tinha tentado morar com a mãe e o seu novo cônjuge, mas que também não se adaptou, do que para Davi, visto que ele só vinha para a convivência familiar aos finais de semana.

Com a saída dos filhos da casa paterna, os conflitos entre Júlia e Leandra diminuíram, mas sentiram que com isso, ficaram distante uns dos outros.

Mesmo com as conversas que o pai estimulava e com a saída de Leandra e Davi da casa paterna, a proximidade entre Leandra e Júlia, se concretizou, quando Leandra precisou fazer uma cirurgia e não tinha com quem e nem onde ficar, sentiu forte a necessidade da família. Foi onde Júlia acolheu-a e cuidou dela, coisa que a mãe biológica não fez.

Do momento de enfermidade de Leandra em diante, foi percebido e narrado pelos membros entrevistados, que relacionamento entre elas começou a melhorar consideravelmente, modificando o convívio familiar. Considerando houve após o fato do hospital muita conversas de ajustamento e conhecimento dos motivos de brigas de uma e de outra. Parece que a adaptabilidade ficou confusa e tensa na família mais por parte de Júlia e Ana, do que pelos outros membros.

Os filhos de Jefinho disseram que sentiram que não eram bem-vindos por Helenita na casa do pai, sentiam que ela não gostava da presença deles. Percebiam na forma com Helenita os tratava que eles incomodavam e geravam conflitos entre ela e o pai. Com o tempo e os conflitos pararam de frequentar a casa do pai aos finais de semana.

Interessante notar que possa haver, por diferentes motivos, também uma ausência dos filhos em relação ao pai ou mãe ausente como no caso dos filhos de Jefinho que tinham uma convivência com o pai aos finais de semana, mas conforme iam crescendo e tendo que conviver com a nova cônjuge do pai que não lhe era simpática e nem acolhedora, descreveram que não queriam ir mais a casa do pai, porque preferiam ficar com os amigos e namorados, e as visitas foram diminuindo, mas com a insistência do pai acabavam retornando as visitas.

Na sua convivência com Paulo, que era muito rígido, Lucas relatou que aprendeu muito, mas sofreu muito também, pois teve que assumir responsabilidades que antes não estava habituado e assumir uma postura mais responsável nos estudos e na vida, como por exemplo cuidar das suas coisas (tarefas escolares, roupa, cachorro, quarto). Nessa fala anterior de Lucas esclarecer a sua conceituação de segunda união como um tempo de readaptação e recomeço, um tempo positivo para ele, mas também uma realidade complicada para os filhos, porque de repente entra um estranho dando ordens e tentando fazer parte da vida da família. Por fim, as famílias construíram uma terceira fase, de vivência mais amorosa, tranquila e de ajuda mútua.

Júlia e Leandra, somente depois de um bom tempo de convivência e passarem por muitas tensões e sofrimentos familiares, e por iniciativa do pai em proporcionar algumas conversas para delimitar os papéis familiares e expor, na medida do possível, a situação dos

conflitos, é que sentiram o início de uma nova fase de interação e convivência familiar mais tranquila e amigável.

Segundo os relatos dos filhos da família de Camilo e Júlia, acrescentaram que a participação de Júlia na vida da Igreja e o desenvolvimento de Leandra como mulher e o seu casamento, colaboraram para que o ambiente familiar melhorasse e tivessem uma convivência mais familiar.

Os filhos de Jefinho relataram que se sentiam acolhidos por Helenita e se sentiam bem na casa do pai, a ponto de Sandra no período da entrevista estar morando com o pai e Helenita. Descreveram ainda, que estavam vivendo o que eles consideravam família, que era bom estarem juntos, somente Marcos permanecia na não aceitação da separação e a segunda união conjugal do pai.

Tadeu disse que a segunda união da mãe estava tranquila no momento da entrevista tranquila, o começo foi mais difícil, depois tiveram alguns ajustes nos relacionamentos com o novo cônjuge da mãe, por causa de bebidas alcoólicas e jogo de bola, mas essa realidade foi sendo superada aos poucos, e logo a família se organizou .

Para Tadeu o novo cônjuge da mãe era considerado como um pai, principalmente, por que sabia respeitar o estilo de vida que ele e o irmão estavam habituados. Quando se referiu a Jefinho, Tadeu o compara ao seu pai, porque Jefinho sempre ajudou os filhos dele e também porque tinham uma boa convivência, e se referia a Jefinho como seu padrasto.

Mesmo sendo como um pai, ele não é o pai, isso revela que há um relacionamento próximo, até mais que com o próprio genitor, mas mantêm-se a figura do pai biológico (WATARI, 2010).

Para Alan o novo cônjuge da mãe não substituiu o pai, mas era uma pessoa boa e gosta de tê-lo por perto. Refere-se a Jefinho como seu padrasto.

Os filhos de Paulo seguiram uma sequência diferente nas fases de adaptação das outras famílias. No início da segunda união de Paulo, houve rejeição e revolta dos filhos, com menos intensidade em Gil, pela pouca idade, depois num segundo momento várias tentativas de convivência amigável com visitas e, depois uma adaptação de Gil, mas não de João.

João relatou que não aceitou a nova união do pai, apenas foi obrigado a conviver com essa realidade, principalmente quando recordava como a mãe trabalhava para sustentá-los, para que não passassem necessidades. Ficava revoltado quando iam, ele e o irmão, na casa do pai, aos finais de semana, e viam que as condições materiais e financeira da casa do pai, que eram melhores que a deles, e ficava imaginando que poderiam ter melhores condições de vida

daquela que estavam vivendo. Ele manifestou o desejo que de que sua família fosse o seu pai unido a sua mãe com ele e o irmão, todos morando juntos.

Já Gil relatou ter presenciado os embates dos pais e ter que escutar um falando mal do outro, mas que com o tempo os pais se aproximaram um do outro e as coisas melhoraram; considerava boa a forma como estavam vivendo os relacionamentos familiares

O processo de adaptação dos filhos com o novo cônjuge e sua forma de atuar na dinâmica familiar passou por diversas fases, nem sempre linear ou contínua, muitas vezes no início houve uma rejeição total e, depois, paulatinamente, uma adequação, e, por fim, uma adaptação, ou, às vezes, uma aceitação, e, com o tempo, atitudes agressivas de intolerância da presença do novo cônjuge na família.

O relacionamento de fratria entre os filhos entrevistados estabeleceu-se de forma positiva entre eles. Tanto os filhos de Jefinho como os de Helenita relataram que a convivência de fratria era boa, consideram que esse tipo de fraternidade é fruto da convivência que tiveram desde pequenos.

Mas não sem tensão, Laura e os filhos de Camilo, que tiveram por um longo tempo conflitos, talvez, mais por influência da mãe de Laura.

Laura disse que com o tempo e depois do período de brigas que tiveram entre si, mais por pelo sentimento de defender a mãe, assumiu Davi e Leandra como irmãos, e tem por eles afinidade e gosto de estar juntos deles, e eles com ela, relatando que ela mudou muito de quando chegou na casa deles.

A convivência entre irmãos, meio-irmãos e irmãos circunstanciais (vindos com o atual cônjuge dos pais), como no caso dos filhos de Camilo, Jefinho, Helenita e Paulo, oscilou entre dois comportamentos antagônicos: a rivalidade e a solidariedade, por vezes, a relação de fratria ficou deslocada para a relação entre marido e mulher ou entre filho e um dos progenitores (OSÓRIO, 2002).

Com a separação/divórcio e segunda união dos pais aumentou a intensidade das relações entre os irmãos, a sua interdependência, elevada a um nível máximo em situações de crise, como aconteceu, por exemplo, com Davi e Leandra, que tiveram uma relação muito próxima, possivelmente, como forma de proteção e solidariedade.

Oliveira (2006) enfatiza que a questão do apego entre irmãos, se evidencia quando um é para o outro o suprimento das necessidades de conforto e segurança. Acrescenta ainda que eles podem ser figuras de apego ao longo de todo o desenvolvimento humano.

Interessante observar que quando acontece a entrada de irmãos numa nova família (onde existem, ou não, outras crianças com as quais há que partilhar um novo espaço e a

atenção do novo casal), surgiram correntes de fragmentação familiar, as relações fraternais podem ser vistas, como diz Almodovar (1986, p.3), como uma “ilha de estabilidade” ou, até, de “permanência familiar”.

Curioso notar que a irmã que nasceu da segunda união dos pais foi recebida como irmã, a ponto de ser considerada por Leandra como o fechamento da família feliz que estavam vivendo. A vida de fratria nessa família parece indicar que os conflitos maiores de adaptação se referem mais na relação dos pais com os filhos do que entre irmãos e “meio irmãos”.

Em relação aos meio-irmãos nascidos da segunda união dos pais, já houve adesão e acolhida, talvez por terem diminuído as tensões ou por terem assumidos a posição de irmãos mais velhos, que para Otília e outros. (2007) são mais conscienciosos, isto é, mais obedientes ao dever e mais deliberados, mais altruístas e menos hostis do que os do meio.

No que se refere aos filhos de Paulo como os gerados na segunda união da sua mãe, Lucas, os considerava como irmãos de verdade. E ficava contente quando a ex-esposa de Paulo junto com os filhos vinham conviver com eles num almoço, numa festa.

Os filhos de famílias em segunda união tenderam a considerar seus meios-irmãos (filhos da união anterior) como irmãos, por diversos fatores, entre eles o fato da grande maioria ter coabitado e serem socializados juntos; e ainda, pela proximidade de idade que gerou condições para maior intimidade social e vínculos identitários, estabelecendo maior relacionamento entre eles. Outro fator a considerar, é que o laço fraternal é eletivo, diferentemente do parentesco ascendente (entre pais e filhos); dizer que alguém é seu irmão, não implica na destituição de uma outra pessoa do seu lugar na família. (POITTEVIN, 2006; MARTIAL, 1998)

Um fator que merece ser considerado e que interferiu na adaptação dos filhos a nova realidade familiar de segunda união dos pais foi a forma com que as ex-esposas de Camilo, Jefinho e Paulo reagiram com a segunda união dos maridos e como formaram uma nova forma de família, a partir de suas segundas uniões. E, para o nosso estudo, interessante observar a partir da compreensão dos filhos, como eles se relacionaram com essa situação e como conviveram com os novos cônjuges das mães.

Nos relatos de Davi, sua mãe, ex-esposa de Camilo, sugeria a ele que assumisse o papel que era do seu pai, solicitando, muitas vezes, verbalmente ou não, atitudes de cuidado e suporte que são próprios de esposo e cuidador, embora se deva considerar que nos relatos apresentados por Davi, ele próprio sentia-se impulsionado em assumir esse papel de cuidador da mãe. Quando a mãe resolveu assumir uma segunda união, de início pareciam que os problemas com a mãe foram resolvidos.

Tanto Davi como Leandra, gostavam do novo cônjuge da mãe, diziam que ele era um homem bom e que fazia a mãe deles felizes, ao ponto de nessa segunda união da mãe nascer um novo irmão. Entretanto, Davi e Leandra relataram que depois de 15 anos o novo cônjuge começou a ter um relacionamento extraconjugal, que desencadeou um processo de separação conjugal da mãe.

Os filhos de Jefinho expressaram que o novo cônjuge da mãe possibilitou com que eles melhorassem suas condições financeiras e familiares. Sentiam que tinham mais segurança e estabilidade familiar. O novo cônjuge da mãe possibilitou a Sueli e aos dois irmãos uma nova e melhor condição de vida, a ponto de poderem estudar; ela se referiu a esse novo relacionamento da mãe como uma “bênção” para eles e para a família, fazendo, inclusive que Sandra, a mais nova, o chamar de pai, mesmo sem a aprovação do próprio pai, pois Sandra considerava que esse novo parceiro da mãe os ajudou muito, e tinha medo da mãe largar o novo cônjuge quando os presenciava brigando.

Sueli, refere a esse tempo como um tempo estável, a ponto de poderem até mesmo acolher o pai, quando este precisou de um lugar para ficar por uns tempos, por ter brigado com a nova cônjuge dele, por causa de bebida; prática que não tinha quando morava com eles.

Entretanto depois de 10 anos o relacionamento da mãe com o novo cônjuge começou a não dar certo, pois ele começou a ter relações extraconjugais e a tratar mal os membros da família. Nesse período a mãe ficou grávida dele, contudo ele a abandonou indo morar com outra mulher.

Sueli Marcos e Sandra disseram que essa segunda separação da mãe gerou neles um desgosto porque gostavam dele e, talvez medo, por vivenciar novamente a história que tiveram que passar com o pai.

A segunda união da mãe de João, foi compreendida por ele com mais aceitação do que a do pai, primeiro porque considerava que se o pai casou-se de novo a mãe também teria o mesmo direito e porque sentia que precisava apoiar a mãe no que ela quisesse, pois percebia que ela estava fragilizada. Contudo, a mãe de João, casou-se com um homem que bebia e a agredia verbalmente, era uma pessoa estranha. Descreveu que a mãe começou a fumar e a beber e que o pai ameaçou de tirar a guarda dela, situação que o levou a morar com o pai.

Já Gil fez uma alusão de que não gostava de ver a mãe no relacionamento de segunda união, achava que para o homem era aprovado, mas para a mulher não. Contudo, evidenciava o crescimento, independência financeira/profissional e amadurecimento da mãe com essas situações que passaram, apesar de sentir a mãe fragilizada pela situação vivenciada com o novo cônjuge.

Com relação à mãe os filhos pareciam aceitar melhor a segunda união, talvez porque as mães deste estudo se demonstravam fragilizadas diante da situação e mais necessitadas de um companheiro, evitando que os filhos tivessem que assumir esse encargo, embora Davi e João fizessem esse papel, e, ainda porque, com exceção dos filhos de Camilo, os outros permaneceram residentes com suas mães.

Como consequência das experiências vividas com a falta do pai, os filhos entrevistados tendem a compreender no recasamento de suas mães uma perspectiva de colaboração e benefício para toda a família e a possibilidade de não vivenciarem novamente uma outra separação dos pais (KIER; LEWIS; HAY, 2000).

Os filhos procuravam manter um compromisso de lealdade com a outra figura parental que não morava com eles, em especial àquela que percebiam estar mais fragilizada. A triangulação é uma situação familiar comum, mas com crianças pequenas e/ou numa situação parental conflitiva as crianças e adolescentes são colocados como objetos de disputa parental, em que os filhos numa situação de dependência e tensão familiar configura um dos maiores sofrimentos para os filhos (FÉRES-CARNEIRO, 1998).

O conflito de lealdade dos filhos para com os pais não residentes esteve presente na nova relação familiar, impossibilitando, em muitas ocasiões, bons relacionamentos familiares. Eles foram particularmente intensos quando os pais biológicos não tinham um relacionamento amigável, pois os filhos precisavam resguardar e proteger aspectos de seu relacionamento com o seu genitor.

O amor por um dos progenitores, muitas vezes, pode gerar ciúmes no outro e, conseqüentemente, sentimentos de mágoas e verdadeiros embates, bem como o sentimento de afeição e amor pelo cônjuge dos pais pode suscitar um sentimento de deslealdade para com o pai ou a mãe (WAGNER e outros. 1999).

Os filhos têm medo de perder o pai ou mãe para o novo cônjuge. Os filhos já sofreram perdas e ficam mais sensíveis à perspectiva de novas perdas, por isso tentam manter seus pais só para si e são relutantes em abrir mão de qualquer parcela do afeto e da atenção dos pais, demonstrando sentimentos de ciúmes, competitividade e rejeição para com o novo cônjuge (CARTER; MC GOLDRICK, 1995; TEYBER, 1995; BARBER; LYONS, 1994; MALDONADO, 1987).

Os filhos, além de verem no novo cônjuge a divisão dos bens, a impossibilidade concreta de uma possível reconciliação dos pais, sentem o medo de ficar mais distantes dos pais e correndo o risco de perdê-lo.

No caso dos ex-esposos das mães deste estudo, houve um distanciamento na convivência da parte deles para com os filhos e, no caso de Tadeu e Alan uma ausência total. Os relatos indicavam que estes não tiveram grandes influências nas vidas dos filhos, mas se percebeu nas falas dos filhos um desejo de estarem mais perto deles e ajudá-los.

Laura mantinha o medo de se encontrar com o pai, embora procurasse saber sobre a vida dele.

Com o pai biológico, Lucas disse que mantinha contato semanal, mas não era um contato forte, mas que o amava muito, e que mesmo com os problemas de alcoolismo do pai sempre teve respeito e carinho por ele e queria sempre ajudá-lo e rezava a Deus para que o pai pudesse sair da situação de alcoolismo e do vício de fumar e arrumasse um emprego; Lucas acrescentou que foi atendido por Deus, pois o pai, parou de beber, de fumar e arrumou um emprego.

Com a separação e segunda união, a família enfrentou uma situação de construção e reconstrução da sua estrutura e dinâmica, nessa realidade os filhos, além do luto necessário para a aceitação da mudança familiar, passam também pelas necessidades de entenderem e ressignificarem, claramente, as características da nova família, principalmente os papéis e funções dos novos membros da família, a partir da definição do seu próprio lugar e papel no novo arranjo doméstico.

Daí a importância da comunicação clara dos pais com os filhos. Os filhos entrevistados relataram que não puderam obter esse recurso porque ficaram sabendo por outras pessoas como avós e parentes e, normalmente, muito posterior ao período dos acontecimentos. Os pais julgavam que os filhos não entendiam o que estava acontecendo, por isso tiveram precauções e, talvez, medo de lhes contar.

Camilo comunicou aos seus filhos que Júlia e sua filha Laura iriam morar com eles, e diz não ter sentido deles reações negativas com a comunicação da sua segunda união. Para ele os filhos até gostaram de uma pessoa que os ajudassem na vida doméstica.

Não houve uma comunicação clara com os filhos estudados sobre a separação dos seus pais, deixando-os confusos sobre os papéis parentais (Lucas), e quando presenciaram a formação de outra família, onde os bens eram divididos, realidade na qual eles não faziam parte e, quando a nova família formada pelo pai não residente com eles, tinha maiores condições financeiras, os filhos sofreram revoltas e indignação. Embora conforme se desenvolviam e entendiam melhor a nova realidade conseguiam organizar-se melhor e, paulatinamente, se adaptarem até chegarem, possivelmente, numa aceitação ou conformidade, ou mesmo, adaptabilidade.

No que se refere à segunda união dos pais, houve comunicação para os filhos sobre esse novo evento, os filhos puderam acompanhar as situações em que se encontravam os pais, mas quando de fato, concretizou que o pai ou a mãe iam se casar e que não teriam mais o retorno à antiga família, as reações foram diversas. No caso de Davi e Leandra, houve uma aceitação parcial, por obediência ao pai e por sentirem a necessidade do pai em ter uma companheira, bem como com a mãe que se encontrava muito fragilizada pela separação. Laura e Lucas apenas foram levados para nova família, e relataram que não sabiam o que estava acontecendo.

Essa situação confusa induziu os filhos a procurarem o porquê e quem foi o culpado, como no caso de Sandra, pelo fato da mãe estar grávida dela no período da separação, ela se considerou culpada da separação dos pais por muito tempo.

Os filhos mais velhos não obtiveram comunicação clara dos pais sobre a separação/divórcio e segunda união, embora Camilo dissesse que houve, mas os filhos relataram que não entendiam o que estava acontecendo, estabelecendo confusão e expectativa da volta daquele que sai da convivência deles. Como escreve Souza (2000), as crianças não perguntam e os pais concluem que está tudo bem.

A realidade da separação/divórcio e segunda união dos pais trouxeram mudanças intensas e profundas na estrutura e dinâmica familiar, gerando para os filhos dúvidas, confusões e incertezas. Mesmo os filhos de pouca idade que não eram capazes de compreender a totalidade das mudanças geradas pela separação conjugal e segunda união dos pais, compreenderam que algo mudou no cotidiano da família, como relataram Lucas, Marcos, Tadeu e Laura.

Uma das principais formas para reduzir as incertezas geradas nos filhos pelo divórcio dos pais é conceder-lhes informações necessárias sobre o que está acontecendo na família com o divórcio dos pais. As informações sobre o divórcio dos pais são necessárias para a saúde dos filhos, entretanto, a confusão dos pais diante de como e do que devem informar aos seus filhos pode gerar mais incertezas e sofrimentos aos seus filhos diante da nova realidade (AFIFI, 2003).

Contudo, é importante considerar que as informações carregadas de conflitos e agressividade podem ser prejudiciais para as relações familiares e para a saúde física e mental da criança. Comunicações constituídas de negativismo e emocionalmente depreciativa sobre o outro progenitor colocam os filhos numa posição desconfortável de mediadores e resultam para eles mais confusão e tensão.

Segundo Afifi; McManus (2010), além do conflito parental, outros tipos de comunicação podem gerar ou elevar o nível de estresses psicológicos para a criança, como questões financeiras, moradia, visitas e outras, questões essas que os filhos tiveram que enfrentar, muitas vezes, sem entenderem o que estava acontecendo. A questão da moradia que não se resolvia, a migração de casa em casa por causa das visitas, que geravam dificuldades de terem suas coisas divididas em casas diferentes, de não terem um espaço único seu e de terem que se adaptar a novos ambientes em curto espaço de tempo.

A comunicação do processo do divórcio parental é necessária para o bem-estar da criança e pode gerar nos filhos uma situação de segurança, podendo, ainda, fortalecer os laços relacionais entre pais e filhos, por estes encontrarem apoio e segurança nos pais. Os filhos precisam estar equipados com algumas informações sobre o divórcio para reduzir as suas incertezas. Westberg e outros. (2002) sugerem que os pais devem dizer aos seus filhos o máximo que puderem sobre o que vai acontecer durante o divórcio, com qualidade, de forma verdadeira e clara, para aliviar seus medos e inseguranças e reforçar as suas relações.

Contudo, é preciso respeitar a idade, as condições em que se encontra a criança e o momento adequado para ser comunicada, mesmo que isso seja necessário ser feito de forma paulatina. O excesso de informações “delicadas” sobre o divórcio pode ter consequências maléficas para as crianças, incluindo o aumento da aflição psicológica, diminuição do bem-estar e as relações pai-filho enfraquecida (KOERNER e outros, 2000; 2004).

Para Buchanan; Maccoby; Dornbusch (1996), a dinâmica familiar saudável requer que os pais sejam capazes de manter limites claros com seus filhos e de obter percepções e discernimentos na comunicação do processo de divórcio para os filhos, procurando respeitar os significados que as crianças atribuem às suas ações de comunicação.

A segunda união dos pais, como a separação conjugal, são eventos de mudanças, perdas e sofrimentos, no entanto os filhos foram capazes de reorganizar a sua vida afetiva, e se consideraram adaptados à nova realidade, pela maturidade que atingiram e pelo tempo de convivência com exceção de Marcos e João que se sentiam adaptados a segunda união dos pais e desejam e esperavam a reconciliação conjugal dos pais. Para a maioria, a vida ficou diferente daquilo que experimentaram e esperavam, mas foram recuperadas a confiança, a familiaridade e a convivência familiar.

A adaptação pode estar vinculada, muitas vezes, ao medo de terem que passar novamente pela mesma experiência da separação conjugal dos seus pais pela segunda ou terceira vez, por isso, talvez, procurassem viver de forma a sustentar a relação para que não houvesse novas rupturas.

Esse estudo está de acordo com o de Féres-Carneiro; Wagner (2000) no que se refere à centralidade e concentração da vida dos filhos nas figuras parentais, apontando a importância, a liderança atuais com os seus (futuros) filhos que não querem repetir os motivos, nem as histórias de separação e segunda união dos seus pais.

Nessa investigação os filhos descreveram que, mesmo em meio as perdas e sofrimentos, tiveram ganhos com a situação da segunda união dos pais, pois aprenderam a lidar melhor com a vida, sentindo-se mais fortes e experientes.

Os filhos que estavam na adolescência no período da segunda união dos pais se sentiram mais livres para fazer aquilo que queriam, pois a autoridade parental estava dividida, ou mesmo, por não terem tido limites, diante de pais que não se davam a limites.

Contudo, os filhos deste estudo demonstraram que precisaram de tempo, entendimento e segurança do afeto parental, esse conjunto de recursos colaboraria e facilitaria a elaboração, pelo menos parcial, das perdas e das tristezas geradas com a separação e segunda união dos pais.

Porém, o processo adaptativo dos filhos com os novos cônjuges deve ser entendido a médio e a longo prazo; é o que acontece de forma semelhante com os novos cônjuges e os filhos da pessoa a que se uniram.

É perceptível que os filhos precisaram da mãe e do pai; com a separação conjugal e o recasamento, muitas vezes, o relacionamento dos filhos com os pais se torna distante e de pouco contato, quando não se perde. E o medo do abandono, o conflito da lealdade, a tristeza e muitos outros fatores de risco para uma convivência familiar saudável e tranquila condicionaram a adaptação deles às mudanças nas novas estruturas e nos novos relacionamentos familiares. No entanto, quando as normas e valores são claramente expostos e sistematicamente aplicados, os filhos conseguem adaptar-se melhor à desafiante situação.

Para os filhos entrevistados, o melhor e mais saudável seria uma família intacta em que todos desempenhassem bem seus papéis e encargos, mas na falta desta, um ambiente divorciado harmônico seria mais saudável do que uma família intacta com prolongados e intensos conflitos.

A adaptação dos filhos a realidade familiar em segunda união é enfraquecida quando os pais subestimam os filhos falando negativamente do outro progenitor e, principalmente, quando as crianças são levadas para os litígios de seus pais (BUCHANAN e outros, 1991) e, ainda, quando têm acesso a informações que devem ser mantidas em sigilo entre os pais.

Nas entrevistas foram identificados vários tipos de relação parental e filial, antes, durante e depois da segunda união dos pais, que foram vistas na sua especificidade. Contudo,

este estudo indica que os eventos separação e segunda união dos pais foram representativos, marcantes e influenciadores em suas vidas. E que o conflito conjugal e a falta de comunicação clara dos pais para com os filhos sobre a separação/divórcio e segunda união foram um dos grandes estressores e intensificadores das situações de riscos na vida dos filhos, além dos sentimentos de perda e tristeza. Com isso, não há intenção de responsabilizar os pais pela felicidade dos filhos, mas de refletir sobre a relação parentalidade na formação da criança.

E, por fim, dependendo da estrutura e dinâmica familiar, no contexto em que está inserida, a separação/divórcio e segunda união são eventos adaptáveis, a médio e longo prazo, para os filhos, não determinando a vida dos membros da família.

As análises que aqui se procederam são análises possíveis, feitas a partir de um recorte, sem a pretensão de estabelecer conceitos definitivos e muito menos de ser única frente a essa temática: Filhos na segunda união dos seus pais. Outras organizações do material permitiriam, possivelmente, outras identificações e entendimentos, e outros percursos metodológicos permitiriam outras reflexões e ressignificação sobre o mesmo assunto. Esse estudo não esgota a temática defendida, por isso tornam-se necessárias pesquisas posteriores, a fim de aclarar questões antigas e novas, que se tornaram socialmente mais visíveis e preocupantes frente às relações familiares.

REFERÊNCIAS

ABERASTURY, A.; KNOBEL, M. **Adolescência Normal**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.

AFIFI, T. D. "Feeling caught" in stepfamilies: Managing boundaries turbulence through appropriate communication privacy rules. **Journal of Social and Personal Relationships**, v. 20, n. 6, p. 729-755, 2003. Disponível em: <http://spr.sagepub.com/cgi/content/abstract/20/6/729>. Acesso em: 21 Fev 2010.

AFIFI, T. D. ; AFIFI, W. A.; COHO, A. Adolescents' physiological reactions to their parents' negative disclosures about the other parent in divorced and non divorced families. **Journal of Divorce & Remarriage**, v. 50, n.8, p. 517-540, 2009. Disponível em: <http://www.allacademic.com/meta/p_mla_apa_research_citation/1/9/3/3/5/p193356_index.html>. Acesso em: 09 Dec 2009.

AFIFI, T. D. MCMANUS, T. Divorce Disclosures and Adolescents' Physical and Mental Health and Parental Relationship Quality. **Journal of Divorce & Remarriage**, London v. 51, n. 2, p.83 – 107, Feb 2010 .

AFIFI, T. D. e outros. Parental divorce disclosures, the factors that prompt them, and their impact on parents' and adolescents' well-being. **Communication Monographs**, v. 74 , p. 78-103, 2007. Disponível em: <<http://www.informaworld.com/smpp/content~db=all~content=a771560572>>. Acesso em: 10 Dec 2009.

ALANANDER, P. C. Parent-child role reversal: Development of a measure and test of an attachment theory model. **Journal of Systemic Therapies**, v. 22 , p. 31-43, 2003.

ALMODOVAR, J. Construction et économie des liens fraternels. **Le Groupe Familial**, Paris, v. 111, n.4, p., 2-8, 1986

ALMANAQUE ABRIL: História do Brasil, 1999. 1 CD-ROM.

ALVES-MAZZOTTI, A. J. Usos e abusos dos estudos de caso. **Cadernos de Pesquisa** , v.36, n.129. São Paulo, set./dez. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742006000300007&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>. Acessado em 02 Mar 2010.

AMATO, P. R. Life-span adjustment of children to their parents' divorce. **The Future of Children**, Lincoln City/ Oregon, v. 4, p.143-164, 1994. Disponível em: <http://www.futureofchildren.org/usr_doc/vol4no1ART9.pdf>. Acesso em: 06 fev.2006.

AMATO, P. R. . Reconciling Divergent Perspectives: Judith Wallerstein, Quantitative Family Research, and Children of Divorce. **Family Relations**, v. 52, n.3, p. 32-39, 2003.

_____.; Previti, D. People's reasons for divorcing: Gender, social class, the life course, and adjustment. **Journal of Family Issues**, v. 24, p. 602 – 626, 2003.

_____.The Consequences of Divorce for Adults and Children. **Journal of Marriage and the Family**, v. 62, n. 12, p. 69-87, 2000.

_____.Children's adjustment to divorce: theories, hypotheses and empirical support. **Journal of Marriage and Family**, Lincoln City/ Oregon, v. 55, p. 628-640, fev. 1995.

_____.Children's adjustment to divorce: Theories, hypotheses, and empirical support. **Journal of Marriage & Family**, 55, 23-38. (1993).

AMBERT, A. M. Divorce: Facts, causes, and consequences, 3rd ed. Vanier Institute of the Family. 2005. Disponível em: <www.vifamily.ca>. Acesso em: nov/2009.

ANDRÉ, M.E.D.A. **Etnografia da prática escolar**. São Paulo: Papirus, 1995.

ARAÚJO, M. R. G. L.;DIAS C. M. S. B.Papel dos avós: apoio oferecido aos netos antes e após situações de separação/divórcio dos pais. **Estud. psicol.**, v.7, n.1, Natal, Jan. 2002. Disponível em < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-294X2002000100010&script=sci_arttext&tlng=es>.Acesso em: 12 Mar 2010.

ARIÉS, P. História social da criança e da família. Trad. Dora Flaksman. 2.ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1981.

ARIÉS, P.; DUBBY, G. (Org.). **Do Império ao ano mil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. (História da vida privada no Brasil, v. 1).

ATTAR-SCHWARTZ el al. Grandparenting and Adolescent Adjustment in Two-Parent Biological, Lone-Parent, and Step-Families. **Journal of Family Psychology** v.. 23,n.1, p. 67–75, 2009.: Disponível em:<<http://psycnet.apa.org.w10002.dotlib.com.br/journals/fam/23/1/67.pdf>>. Acessado em: 12 Jan 2010.

BADINTER, E. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. 3ªed, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BARBER, B. L. ; LYONS, J. M. Family processes and adolescent adjustment in intact and remarriage families. **Journal of Youth and Adolescente**, New York, v.23, p.421-436, 1994.

BARBOSA, A.K.P. A Família da fé em tempos modernos. Uma interpretação sobre constituição familiar, relações de gênero e sexualidade entre presbiterianos. 1999. 207 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia [Rib.Preto]) - Universidade de São Paulo. Ribeirão Preto, 1999.

BARBOSA, R.H.S. **Mulheres, reprodução e aids**: as tramas da ideologia na assistência à saúde de gestantes HIV+.2001, 310f. Tese - Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública, São Paulo, 2001.

BAUMAN, Z. Amor líquido: **sobre a fragilidade dos laços humanos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

BAUMAN, Z. **Ética pós-moderna**. São Paulo: Paulus, 1997.

BAUSERMAN, R. Child adjustment in joint-custody versus sole-custody arrangements: a meta-analytic review. **Journal of Family Psychology**, v. 16, p. 91-102, 2002.

BERQUÓ, E. País não precisa de política de planejamento familiar. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 26 jan. 2004. Caderno A, p. 14.

_____. Arranjos familiares no Brasil: uma visão demográfica: In: SCHUVARAG, L.M.(Org.). **História da Vida Privada no Brasil**: contrastes da intimidade contemporânea, v.4. São Paulo: Companhia das Letras, p. 411-437, 1998.

BERGER, P. L. e BERGER, B. Socialização: como ser um membro da sociedade. In: FORACCHI, M.M. e MARTINS, J. de S. (Org.). **Sociologia e Sociedade**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1980.

BERGER, P.; KELLNER, H. **Marriage and the construction of reality**. In: **Recent Sociology**, North Carolina, v.2. p. 50-73, 1970.

BERNSTEIN, A. C. Recasamento: redesenhando o casamento. In: PAPP, P. (Orgs.), **Casais em perigo**: Novas diretrizes para terapeutas. Porto Alegre: Artmed, p. 295-322, 2002.

BERTHOUD, C. M. E.; BERGAMI, N. B. B. Família em fase de aquisição. In: C. M. de O. Cerveny; C. M. E. Berthoud (Orgs.), **Família e Ciclo Vital nossa realidade em pesquisa**, São Paulo: Casa do Psicólogo, p. 55-73, 1997.

BETTENCOURT, E. T. **Curso sobre os Sacramentos**. Rio de Janeiro: Lumem Christi, 2002.

BIANCHI, S.M. et al. Is anyone doing the housework? Trends in the gender division of household labor. **Social Forces**, v.79, p.191-228, 2000.

BIASOLI-ALVES, Z. M. M. A questão da disciplina na prática de educação da criança, no Brasil, ao longo do século XX. **Revista Veritati**, Salvador, ano 2, n. 2, p. 243 – 259, jul. 2002.

_____. **A Pesquisa em Psicologia**: análise de métodos e estratégias na construção de um conhecimento que se pretende científico. Diálogos Metodológicos sobre a prática da pesquisa. Ribeirão Preto, p. 135 – 157, 1999.

_____.; DIAS DA SILVA, M.G.F. Análise qualitativa de dados de entrevista Paidéia-**Cadernos de Psicologia e Educação**, v.2, p.61-69, 1992.

BIBLARZ, T. J.; GOTTAINER, G. Family structure and children's success: A comparison of widowed and divorced single-mother families. **Journal of Marriage and the Family**, v. 62 , n. 2, p. 533-548, May 2000. Disponível em: < http://www.eric.ed.gov/ERICWebPortal/custom/portlets/recordDetails/detailmini.jspnfpb=true&_&ERICExtSearch_SearchValue_0=EJ622661&ERICExtSearch_SearchType_0=no&accno=EJ622661>. Acesso em 03 Mar 2010

BILAC, E. D. Convergências e divergências nas estruturas familiares no Brasil. **Ciências Sociais Hoje**. São Paulo: Vértice, p.70-93, 1991.

BOECHAT, W. (org.) **O Masculino em questão**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

BOEHS, A. E.; MANFRINI, G. C. Cuidando de famílias rurais na perspectiva do desenvolvimento da família. **Ciência, Cuidado e Saúde**, v. 4, n. 3, 2005. Disponível em: < <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/CiencCuidSaude/article/view/5199>>. Acesso em: 5 Dez 2010.

BLOS, P. Adolescência: **Uma interpretação psicanalista**. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

BOGDAN, R.;BIKLEN, S. **Investigação Qualitativa em Educação**. Porto: Editora Porto, 1997.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição Federal, alterando e inserindo parágrafos. Lex-Coletânea de Legislação e Jurisprudência: legislação federal e marginalia, Brasília, Congresso, 2004. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/.htm> Acesso: jan/2011

BRASILEIRO, R. F., JABLONSKI, B.; FÉRES-CARNEIRO, T. Papéis de Gênero e a Transição para a Parentalidade. **PSICO**, v. 33, v. 2, p. 289-310, 2002.

BRAVO, M. P.C.; EISMAN, L. B. **Investigación Educativa**. 3ªEd. Sevilha: Ediciones Alfar, 1998.

BRAY, J. H.; BERGER, S. H. Nonresidential parent-child relationships following divorce and remarriage: a longitudinal perspective. In: DEPNER, C. E.; BRAY, J. H. (Ed.). **Nonresidential parenting**: new vistas in family living. California: Sage Publications,. p.13-36, 1993.

BRIOSCHI, L. R.; TRIGO, M. H. B. Relatos de vida em ciências sociais: considerações metodológicas. **Revista Ciência e Cultura** 39 (7), p.631-637, jul 1987.

BRITO, F. O deslocamento da população brasileira para as metrópoles. **Revista Estudos Avançados**, v. 20, n.57, p. 221-236, 2006.

BRITO, L. M. T. Família pós-divórcio: A visão dos filhos. **Psicologia: Ciência e Profissão**,v.27, n.1, p.32-45, 2007.

BROWN, F. H. A família pós-divórcio (M. A. V. Veronese, Trad.). In B. Carter e M. McGoldrick (Eds.), **As mudanças no ciclo de vida familiar**: Uma estrutura para a terapia familiar. Porto Alegre: Artmed, p. 321-343, 2001.

BROWN, J. D.; RODGERS, T. S. Case study research: developmental research. In: **Doing second language research**. Oxford: Oxford University Press, 2002.

_____.; Green,R. J.;Druckman, J.A comparison of stepfamilies with and without child-focused problems. **American Journal of Orthopsychiatry**, v. 60, p. 556-566, 1990.

BRUN,Gladys. **Pais e Filhos & Cia. Ilimitada**, Rio de Janeiro: Record, 1999.

BRYMAN, A. **Quantity and Quality in Social Research**. London: Unwin Hyman, 1988.

BUCHANAN, C.M.; HEIGES, K.L. When conflict continues after the marriage ends: Effects of post-divorce conflict on children. In: Grych J.H.; Fincham F.D. (Eds.), **Interparental conflict and child development** Cambridge, MA: Cambridge University Press, p. 337-362, 2001.

BUCHANAN, C. M.; MACCOBY, E. E. ; DORNBUSCH, S. M. Caught between parents: Adolescents' experience in divorced homes. **Child Development** , v.62 , p. 1008-1029, 1991.

BUCHANAN, C. M.; MACCOBY, E. E.; DORNBUSCH, S. M. **Adolescents after divorce**. Cambridge: Harvard University Press, 1996

CALDANA, R.H.L. **Ser criança no início do século: alguns retratos e suas lições**. 1998. 221f. Tese (Doutorado em Educação) - Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 1998.

CAMPOS, R.O. A experiência brasileira de planejamento. In: SIMONSEN, M.H.; CAMPOS, R.O. **A nova economia brasileira**. 3. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1979. p. 47-78

CANO, S.D. et al. As transições familiares do divórcio ao recasamento no contexto brasileiro. **Psicol. Reflex. Crit.**, vol.22, no.2, Porto Alegre, 2009. Disponível em: < <http://bases.bireme.br/cgi-bin/wxislind.exe/iah/online/IsisScript=iah/iah.xis&src=google&base=LILACS&lang=p&nextAction=lnk&exprSearch=527497&indexSearch=ID>>. Acesso em: 10 Fev 2010.

CARBONE, A.; COELHO, M. R. M. A família em fase madura. In: CERVENY C. M. de O.; BERTHOUD C. M. E. (Orgs.), **Família e ciclo vital nossa realidade em pesquisa** São Paulo: Casa do Psicólogo, p. 101-120, 1997.

CARTER, B. ; MC GOLDRICK, M. **As Mudanças no Ciclo de Vida Familiar**: uma estrutura para a Terapia Familiar. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1999.

CERVENY C. M. O. **Ciclo vital**. In: CERVENY C. M. O.; BERTHOUD C. M. E. (Orgs.), **Família e ciclo vital, nossa realidade em pesquisa**. São Paulo: Casa do Psicólogo. p. 21-30, 1997.

CERVENY, C. M. O.; BERTHOUD, C. M. **Visitando a família ao longo do ciclo vital**. São Paulo: Casa do Psicólogo, p. 29-57, 2002.

_____. **Família e ciclo vital**: nossa realidade em pesquisa. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997.

CESAR, A. M. R. V. **Método do Estudo de Caso ou Método do Caso?** Uma análise dos dois métodos no Ensino e Pesquisa em Administração, 2004.

CHERLIN, A. J. The deinstitutionalization of American marriage. **Journal of Marriage and Family**, v. 66, p. 848-861, 2004. Disponível em: http://www.vifamily.ca/library/cft/divorce_05.html. Acesso em: 21 Jan 2010.

CHERLIN, A. J. . Going to extremes: Family structure, children's well-being, and social science. **Demography**, v. 36, p. 421-428, 1999.

_____.; CHASE-LANSDALE, P.; MCRAE, C. Effects of parental divorce on mental health throughout the life course. **American Sociological Review**, v. 63, p. 637– 667, 1998.

CHIZZOTTI, A. Pesquisa qualitativa em Ciências Humanas e Sociais. Petrópolis: Vozes, 2006.

CICCHELLI-PUGEAULT, C.; CICCHELLI, V. **Les théories sociologiques de la famille**. Paris: La Découverte, 1998.

COLEMAN M.; GANONG L.; FINE M. Reinvestigating Remarriage: Another Decade of Progress. **Journal of Marriage and Family**, v.62, n. 4, p. 1288-1307, nov, 2000. Disponível em: < <http://www.jstor.org/stable/pdfplus/1566736.pdf>> Acesso em: 12 Mar 2010.

COHEN, L.e outros. The visual word form area: spatial and temporal characterization of an initial stage of reading in normal subjects and posterior split-brain patients. **Brain**, v. **123**, p. 291–307, 2000. Disponível em:< <http://brain.oxfordjournals.org/cgi/content/abstract/123/2/291>>. Acesso em: 22 Jan 2010.

COHEN, G. J. Helping children and families deal with divorce and separation. **Pediatrics**, 110, 1019-1023, 2002

CONNIDIS, I. A. Divorce and union dissolution: Reverberations over three generations. **Canadian Journal on Aging**, v.22,p. 353-368, 2003.

COPI, I. M. **Introduction to logic**. New York: Macmillan,1982.

CORNEAU, G. Paternidade e masculinidade. In: Nolasco, S. (org.), **A desconstrução do masculino**. Rio de Janeiro: Rocco, 1995, p. 43-52.

COWAN, P. A.; COWAN, C. P. **When partners become parents**: the big life change for couples. New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, 2000.

COSTA, A. M. Participação social na conquista das políticas de saúde para mulheres no Brasil.**Ciênc. saúde coletiva**, v..14, n.4, Rio de Janeiro, Jul/Ag. 2009. Disponível em:

COSTA, J. F. **Sem fraude, nem favor**: Estudos sobre o amor romântico. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

COSTA, G. **O amor e seus labirintos**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

COSTA, F. L. Brasil: 200 anos de Estado; 200 anos de administração pública; 200 anos de reformas. **Rev. Adm. Pública**, v.42, n.5, Rio de Janeiro, Sept./Oct. 2008. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S003476122008000500003&script=sci_arttext&tlng=en >. Acesso em: 23 Marc 2010.

COSTA, M. E. **Intervenções psicológicas em transições familiares**: Divórcio, monoparentalidade e recasamento. Porto: Asa, 1994.

COSTA, L. F.; PENSO, M. A.; FÉRES-CARNEIRO, T. Re-organizações familiares: as possibilidades de saúde a partir da separação conjugal. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**. Brasília, v. 8, Suplemento, p. 495-503, 1992.

COUTINHO, P.C.; CHAVES, J.H. O Estudo de Caso na Investigação em Tecnologia Educativa em Portugal. **Revista Portuguesa de Educação**, v.15, n.1- Universidade Minho, Braga, Portugal p. 221- 243, 2001.

CREASEY, G. The association between divorce and late adolescent grandchildren's relations with grandparents. **Journal of Youth and Adolescence**, v.22, n.5, p.513-529, 1993. Disponível em: < <http://www.springerlink.com/content/x0q2327622x21260/> >. Acesso em: 20 Abr 2010.

CRESSWELL, J. W. **Research design**: Qualitative and quantitative approaches (3rd ed.). Thousand Oaks, CA: Sage, 2003.

CUNHA, M. V. A Escola Renovada e a Família Desqualificada: do Discurso Histórico-Sociológico ao Psicologismo na Educação. **Revista Brasileira Est. Pedag.**, Brasília, v.77, n.186, p. 318-345, maio/ago, 1996.

_____. **A educação dos educadores**: da Escola Nova à escola atual. Campinas: Mercado de Letras, 1995.

DAHL A.S. et al. Life in remarriage families. **Social Work**, v. 34, n.1, p. 40-44, 1987.

DANTAS, C. R. **O Exercício da paternidade após a separação**. Dissertação de Mestrado. PUC-Rio, 2003. Disponível em: < http://www.maxwell.lambda.ele.puc-rio.br/Busca_etds.php?strSecao=resultado&nrSeq=4064@1 >. Acesso em: 20 Fev 2010.

DANTAS, C.; JABLONSKI, B.; FÉRES-CARNEIRO, T. Paternidade: considerações sobre a relação pais-filhos após a separação conjugal. **Paidéia** (Ribeirão Preto), v.14, n.29, 2004. Disponível em: < <http://sites.ffclrp.usp.br/paideia/artigos/29/09.pdf> >. Acesso em: 23 nov 2009.

DAVIDOVICH, F.. A questão urbana. In: IBGE. **Atlas nacional do Brasil**, 2000, p. 147. de Janeiro .Instituto de Psicologia 2009. 162f. .Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cp079533.pdf>>. Acesso em: 12 Jan 2010.

DEBUS, Mary. **Manual para excelência en la investigación mediante grupos focales**. Washington: Academy for Educational Development, 1997.

DEMO, Pedro. **Pesquisa e Informação Qualitativa**. 2. ed. Campinas: Papirus, 2004.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (org) **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

_____. **The qualitative inquiry reader**. Thousand Oaks, CA: Sage, 2002.

_____. Introduction. Entering the field of qualitative research. In:_____. **Handbook of qualitative research**. Thousand Oaks/London/New Delhi: Sage. Publications, 1994, p.1-17.

DIAS, M. L. **Divórcio e família**: a emergência da terapia familiar no Brasil. Tese de doutorado - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras /USP, São Paulo, 1999.

DIAS, C. M. S. B.; SILVA, D. V. Os avós: uma revisão da literatura nas três últimas décadas. In T. Féres-Carneiro (Org.), **Casal e família, entre a tradição e a transformação**. Rio de Janeiro: Nau, p. 118-149, 1999.

DINIZ, G. Dilemas de trabalho, papel de gênero e matrimônio em casais que trabalham fora em tempo integral. Em Féres-Carneiro, T. (Org.). Coletâneas da ANPEPP: **Relação amorosa, casamento, separação e terapia de casal**. Rio de Janeiro: Xenon Editora, p. 101-111, 1996.

DINIZ NETO, O.; Féres-Carneiro, T. Psicoterapia de casal na Pós-modernidade: rupturas e possibilidades. Estudos de Psicologia, v. 22, n. 2, 2005. Disponível em: <<http://pepsic.bvs-psi.org.br/pdf/epc/v22n2/v22n2a03.pdf>>. Acesso em: 10 Dez 2009.

DONATI, P. **Ri-conoscere la famiglia**: quale valore aggiunto per la persona e la società? Cinisello Balsamo: Edizioni San Paolo, 2007.

_____. P. **Manuale di sociologia della famiglia**. Roma-Bari: Laterza, 2005.

DUCIBELLA, J. S. Consideration of The Impact of How Children Are Informed of Their Parents' Divorce Decision: A Review of The Literature **Journal of Divorce ; Remarriage**. v. 24 n.3/4, p. 121-141, 1995.

DURHAM, E. R. As pesquisas antropológicas com populações urbanas: problemas e perspectivas. In: CARDOSO, R.C.L. (org.) **A Aventura Antropológica**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

_____. A família: descontinuidade e conflito entre sistemas simbólicos. Dados. **Revista de Ciências Sociais**, v.23, n.2, 1980, p. 201-213.

DURHAM, E. R. e CARDOSO, R.C.L. A Elaboração cultural e participação social nas populações de baixa renda. In: **Ciência e Cultura**, v.29, n.2, 1977, p. 171.177.

EISENHARDT, K. M. Building a theory of case study research. **Academy of management review**, v. 14, n. 4, p. 532-550, 1989. Disponível em: < <http://www.jstor.org/pss/258557>>. Acesso em: 3 Fev 2010.

EMERY, R.E. **Marriage, divorce and children's adjustment**. Thousand Oaks, CA: SAGE, 1999

FACHIN, O. **Fundamentos de metodologia**. São Paulo: Saraiva. (2003).

FALCETO, O. G. et al. Fatores associados ao envolvimento do pai nos cuidados do lactente. **Revista de Saúde Pública / Journal of Public Health** , v.42, p.1034 - 1040, 2008.

FAMILIARIS CONSORTIO, Exortação Apostólica. São Paulo: Paulinas, 1980.

FAUSTO NETO, A. Família operária: organização doméstica e ação da mulher. Em: _____. **A Família Operária e Reprodução da Força de Trabalho**. Petrópolis: Vozes, 1982.

FEIN, R.A. Research on fathering: Social policy and an emergent perspective. **Journal of Social Issues**, v. 34, n. 1, p. 122-138, 1978.

FEINBERG, M. E. Coparenting and the transition to parenthood: A framework for prevention. **Clinical Child and Family Psychology Review**, v. 5, p. 173-195, 2002).

FÉRES-CARNEIRO, T. Separação: O doloroso processo de dissolução da conjugalidade. **Estudos de Psicologia** (Natal), v. 8, n.3, p. 367-374, 2003. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413294X2003000300003&script=sci_arttext&tlng=in>. Acesso em: 12 Mar 2010.

FÉRES-CARNEIRO, T. Casamento contemporâneo: o difícil convívio da individualidade e com a conjugalidade. **Rev. Psicologia: Reflexão e Crítica**. Porto Alegre, v.11, n. 02, p. 379-

394, 1998. Disponível em < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79721998000200014> Acesso em: dez/2010.

FÉRES-CARNEIRO, T.; WAGNER, A. O recasamento e a representação gráfica da família. **Temas em Psicologia da SBP**, v. 8, n. 1, p. 11-19, 2000.

FERRAROTTI, F. **Historie et histories de vie**: La méthode biographie das les sciences sociales. Paris: Méridiens, 1983.

FERREIRA, A. B. **Dicionário Aurélio**, Curitiba: Positivo, 2008.

FERREIRA JR, A.; BITTAR, Marisa. Educação e ideologia tecnocrática na ditadura militar. **Cadernos CEDES**, Campinas, v. 28, n. 76, p. 333-355, set./dez. 2008.

FIGUEIRA, S. A. O “moderno” e o “aracaico” na nova família brasileira: notas sobre a dimensão invisível da mudança social. Em: FIGUEIRA, S. A. (org.). **Uma Nova Família**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1987.

FINE, M. A.; KURDEK, L. A. Relation between marital quality and (step) parent-child relationship quality for parents and stepparents in stepfamilies. **Journal of Family Psychology**, v. 9 p. 216-223, 1995. Disponível em : < <http://psycnet.apa.org/journals/fam/9/2/216.html>>. Acesso em: 16 Nov 2010.

FINNIE, R.. Women, men, and the economic consequences of divorce: Evidence from Canadianlongitudinal data. **Canadian Review of Sociology and Anthropology**, v. 30, p. 205-241, 1993.

FIRESTONE, W. A. Alternative arguments for generalizing from data as applied to qualitative research. **Educational Researcher**, .v.22, n.4, p.16-23, 1993.

FRAGA, L. B. **Infância, práticas educativas e de cuidado**: concepções de educadoras de abrigo à luz da história de vida, 2008, 198f. Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Ribeirão Preto / USP – Departamento de Psicologia e Educação, 2008.

FRASER, N.; GORDON, L. A Genealogy of Dependency: Tracing a Keyword of the U.S. Welfare State **Signs**, v. 19, n. 2, p. 309-336, 1994.

FREITAS et al. Paternidade: responsabilidade social do homem no papel de provedor. **Revista de Saúde Pública**, v.43, n.1, São Paulo, Feb/ 2009. Disponível em:< http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S003489102009000100011&script=sci_arttext>. Acesso em: 28 Nov 2009.

FURSTENBERG, F. F.; KIERNAN, K. E. Delayed Parental Divorce: How Much Do Children Benefit? **Journal of Marriage and Family**, v. 63, p. 446–457, 2001.

FLYVBJERG, B. Five Misunderstanding About Case-Study Research. **Qualitative Inquiry**, v.12, n.2, 2006.

GALARNEAU, D.; STURROCH, J.. Family income after separation. **Perspectives on Labour and Income**, v.9, p.18-28, 1997.

GARCIA, M. L. T. E TESSARA, E. T. O. Estratégias de enfrentamento do cotidiano conjugal. **Psicologia: reflexão e crítica**, v. 14, n.2, p. 635-642, 2001.

GIALDINO, I.V. **Metodos cualitativos**: los problemas teorícometodológicos. Buenos Aires: Centro Editor de America Latina, 1993.

GIDDENS, A. **A Transformação da Intimidade, Amor e Erotismo nas Sociedades Modernas**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.

GIL, A.C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GLASS JR., J. C.; HUNEYCUTT, T. L. Grandparents parenting grandchildren: extent of situation, issues involved, and educational implications. **Educational Gerontology**, v. 28, p. 139-161, 2002.

GLENN, N. D. Values, attitudes, and the state of American marriage. In: Popenoe, D.; Elshtain, J. B.; Blankenhorn, D. (Eds.), **Promises to keep**: Decline and renewal of marriage in America, p.15-34. Lanham, MD: Rowan and Littlefield, 1996.

GOMES, A. J. S. & RESENDE, V. R. O pai presente: O desvelar da paternidade em uma família contemporânea. **Psicologia, Teoria e Pesquisa**, v.20, n.2, p.119-125, 2004.

GOLDENBERG, M. Dois é par: uma referência fundamental nos estudos de gênero e conjugalidade nas camadas médias urbanas brasileiras. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro: v.15 n.2, 2005, p. 359-363.

_____. De Amélias a operárias: um ensaio sobre os conflitos femininos no mercado de trabalho e nas relações conjugais. In: **Os novos desejos**, org. por M. Goldenberg. p.105-124. Rio de Janeiro: Record, 2000.

GOODE W. J. ; HATT, P. K. **Métodos em pesquisa social**. 5a ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979.

GOODMAN, C.; SILVERSTEIN, M. Grandmothers raising grandchildren: family structure and well-being in culturally diverse families. **The Gerontologist**, v. 42, n. 5, p. 676-689, out. 2002.

GOUVEIA, V. V. e outros. Dimensões Normativas do Individualismo e Coletivismo: É Suficiente a Dicotomia Pessoal vs. Social? **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v.16, n. 2, p. 223-234, 2003.

GRINGS, D. **O Mistério do Matrimônio**. São João da Boa Vista, 1992.

GRISARD FILHO, W. Guarda compartilhada: uma nova dimensão na convivência familiar: O discurso do Judiciário. Em: R. C. Pereira (Org.). **Guarda Compartilhada: aspectos psicológicos e jurídicos**. Porto Alegre: Equilíbrio, p. 73-87, 2005.

GRZYBOWSKI, L. S. Famílias monoparentais: mulheres divorciadas chefes de família. In: WAGNER, A. (Org.). **Família em cena: tramas, dramas e transformações**. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

GRZYBOWSKI, L.S.; WAGNER, A. Casa do pai, casa da mãe: a coparentalidade após o divórcio. **Psic.: Teor. e Pesq.** v.26, n.1, jan./mar. 2010. Disponível em: www.revistaptp.unb.br/index.php/ptp/article/viewPDFInterstitial/317/34. Acesso em: fev/2011.

_____. Uma andorinha não faz verão? a mulher divorciada e a monoparentalidade familiar. **Psicologia Clínica**, v. 15, n. 2, p. 13-30, 2003.

GUEDES D.; ASSUNÇÃO L. **Revista mal-estar e subjetividade**. Fortaleza, v. 6, n. 2, p. 396 – 425, Set. 2006.

HACK, S. M. P. K. RAMIRES, V. R. R. Adolescência e divórcio parental: continuidades e rupturas dos relacionamentos. **Psicol. clin.** v.22, n.1, p. 85-97, Jun/2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-56652010000100006&lang=pt Acesso em fev/2011.

HACKNER, I.; WAGNER, A.; GRZYBOWSKI, L. S. A manutenção da parentalidade frente à ruptura da conjugalidade. **Pensando Famílias**, v.10, p. 73-86, 2006.

HADADD, G. **Reflexões sobre a manutenção do ideal de amor romântico na atualidade: um estudo sobre a fidelidade conjugal**. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade de São Marcos, São Paulo, 2006.

HAMEL, J. et al. **Case study methods**. Newbury Park, CA: Sage, 1993.

HEILBORN, M. L. **Dois é par:** gênero e identidade sexual em contexto igualitário. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

HELLER, A. Uma crise global da civilização: os desafios futuros. In: SANTOS, Theotônio. (org.). A crise dos paradigmas em ciências sociais e os desafios para século XXI. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.

HETHERINGTON, E.M ; BRIDGES, M.; INSABELLA, G. M. What matters? What does not? Five perspectives on the association between marital transitions and children's adjustment. **American Psychologist**. v. 53, n. 2, p.167-184, Feb 1998.

_____.; COX, M.; COX, R. Effects of divorce on parents and children In: M.E. Lamb. (Org.), **Nontraditional families:** Parenting and child development. Hillsdale: Lawrence Erlbaum, p. 233-287, 1982.

_____.; HENDERSON, S. H.; ANDREISS, D. Family functioning and the adjustment of adolescent siblings in diverse types of families. **Monographs of the Society for Research in Child Development**, v. 64 , n. 1, p. 1-25, 1999. Disponível em: <http://www3.interscience.wiley.com/journal/119069090/abstract>. Acesso em: 12 Jan 2010.

_____. ; KELLY, J. For better or for worse – divorce reconsidered. New York: W.W. Norton ; Company, 2003.

_____.; STANLEY-HAGAN, M. The adjustment of children with divorced parents: A risk and resiliency perspective. **Journal of Child Psychology and Psychiatry**, . v40, p. 129–140, 1999.

HOFFMANN et al. A teoria do desenvolvimento da família: buscando a convergência entre a teoria e a prática no cotidiano dos profissionais de saúde. **Fam. Saúde Desenv.**, Curitiba, v.7, n.1, p.75-88, jan./abr. 2005. Disponível em:< <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/refased/article/view/8056/5678>>. Acesso em: 2 Mar 2010.

_____.; LEONE, E. Participação da mulher no mercado de trabalho e desigualdade da renda domiciliar per capita no Brasil: 1981-2002. **Nova Economia**. Revista do Departamento de Ciências Econômicas da UFMG, Belo Horizonte, v. 14, n. 2, maio-agosto 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home>>. Acesso em: 2008 e 2011.

JABLONSKI, B. Atitudes frente à crise do casamento. In Féres-Carneiro, T. et al. **Casamento e família: do social à clínica**. Rio de Janeiro: Nau, 2001.

_____. **Até que a vida nos separe** – A crise do casamento contemporâneo. Rio de Janeiro: Agir, 1998.

_____. Papéis conjugais: conflitos e transição. In: CARNEIRO, T.F. (Org.). **Relação Amorosa, Casamento, Separação e Terapia de Casal**. Rio de Janeiro: ANPEPP, 1986.

JORGE, M.M. **Separação Conjugal em Famílias de Baixa Renda**. Dissertação de mestrado. FFCLRP – USP, 2003.

JASKOWSKI, S.; DELLASEGA, C. Effects of divorce on the grandparent-grandchild relationship. **Issues in Comprehensive Pediatric Nursing**, v.16, p.125-133, 1993. Disponível em: < http://bases.bireme.br/cgi-bin/wxislind.exe/iah/online/?IsisScript=iah/iah.xis&nextAction=lnk&base=MEDLINE_1966-1996&exprSearch=8119832&indexSearch=UI&lang=i>. Acesso em: 2 Mar 2010.

JOHNSON, C. Active and latent functions of grandparenting during the divorce process. **The Gerontologist**, v.28, p. 185-191, 1988. Disponível em: < <http://gerontologist.oxfordjournals.org/content/28/2/185.abstract>>. Acesso em: 24 Abr 2010.

LOURO, G. L. Nas redes do conceito de gênero. In: LOPES, M. J. D.; MEYER, D. E.; WALDOW, V. R, (orgs.). **Gênero e saúde**. Porto Alegre, RS: Artes Médicas, 1996.

_____. Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

JURKOVIC, G. J. ; THIRKIELD, A. ; MORRELL, R. Parentification of adult children of divorce: A multidimensional analysis. **Journal of Youth and Adolescence**, v. 30 , p. 245-258, 2001. Disponível em: http://www.eric.ed.gov/ERICWebPortal/custom/portlets/recordDetails/detailmini.jspnfpb=true&_ERICExtSearch_SearchValue_0=EJ631788&ERICExtSearch_SearchType_0=no&accno=EJ631788 Acesso em: 21 Fev 2010.

KELLY, J.B. Marital conflict, divorce and children's adjustment. **Child and Adolescent Psychiatric Clinics of North America**. New York, v.7, p. 259-271,1998.

_____.; AND EMERY, R. E. Children's adjustment following divorce: Risk and resilience perspectives. **Family Relations**, v. 52, p. 352-362, 2003.

KENNEDY, M. M. Generalizing from single case studies. **Evaluation Quarterly**, v.3, n. 4,p. 661-678, 1979.

KIER, C.; LEWIS, C.; HAY, D. Maternal accounts of the costs and benefits of life experiences after parental separation. In: **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 16, n. 3, p. 191-202, set./dez. 2000.

KLEIN D. D.; WHITE J. M. **Family theories**: an introduction. Thousands Oaks: Sage Publications, 1996.

KNOBEL, M. A Síndrome da adolescência normal em A. ABERASTURY; M. KNOBEL **Adolescência Normal**. p.24-62. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989

KOERNER, S. S. et al. When mothers turn to their adolescent daughters: Predicting daughters' vulnerability to negative adjustment outcomes. **Family Relations**, v. 49 , p. 301-309, 2000. Disponível em: <<http://www3.interscience.wiley.com/journal/119041292/abstract>>. Acesso em: 23 Jan 2010.

KOERNER, S. S. et al. Sensitive mother-to-adolescent disclosures after divorce: Is the experience of sons different from that of daughters?. **Journal of Family Psychology**, v. 18 , n. 1 p. 46-57, Marc 2004. Disponível em: <<http://psycnet.apa.org/journals/fam/18/1/46/>>. Acesso em: 21 Fev 2010.

LAMB, M.E., STERNBERG, K.J. ; THOMPSON, R.A. The effects of divorce and custody arrangements on children's behaviour, development and adjustment. **Family and Conciliation Court Review**, v. 35, p. 393-404, 1997.

LAUMANN-BILLINGS, L., AND EMERY, R. E. Distress among young adults from divorced families. **Journal of Family Psychology**, v. 14, p. 671-687, 2000.

LAZZARINI, Sérgio. G. Estudos de caso para fins de pesquisa: aplicabilidade e aplicações do método. In: FARINA Elizabeth M. M. Q. (Coord). **Estudo de Caso em Agribusiness**. São Paulo: Pioneira, 1997.

LE BLANC, M. et al. Types de familles, conditions de vie, fonctionnement du système familial et inadaptação sociale au cours de la latence et de l'adolescencedans les milieux défavorisés. **Santé Mentale au Québec**, v. 16, p.45-75, 1995.

LEONE, T.; HINDE, A. Fertility and union dissolution in Brazil: na example of multi-process modelling using the demographic and health survey calendar data. **Demographic Research, Germany**, v.17, n.7, p.157-180, 2007. Disponível em: <<http://demographic-research.org>>. Acesso em: 2 Abr 2010.

LESSARD-HÉBERT, M. ;GOYETTE, G.;BOTIN, G. **Investigação Qualitativa : Fundamentos e Práticas**. Lisboa : Instituto Piaget, 1994.

LEWIS, C.; DESSEN, M. A. O pai no contexto familiar. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 15, p.9-16, 1999. Disponível em: < <http://bases.bireme.br/cgi-bin/wxislind.exe/iah/online/?IsisScript=iah/iah.xis&nextAction=lnk&base=LILACS&exprSearch=258791&indexSearch=ID&lang=i>>. Acesso em: 4 dez 2010.

LINCOLN, Y. S.; GUBA, E. G. **Naturalistic inquiry**. Newbury Park, CA: Sage, 1985.

LISBOA, M. R. A. **A sagrada família**: a questão do gênero em famílias católicas. Dissertação de Mestrado Não- Publicada. Programa de pós-graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1987.

LOBO, C. Parentalidade Social, Fratrias e Relações Intergeracionais nas Recomposições Familiares. **SOCIOLOGIA, PROBLEMAS E PRÁTICAS**, n. 59, p. 45-74, 2009. Disponível em: < <http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/spp/n59/n59a04.pdf>>. Acesso: Jan/2011.

LUMEN GENTIUM, Constituição Dogmática. São Paulo: Paulinas, 2010.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M.A.D.A. **Pesquisa Qualitativa em educação** : abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

LUSSIER, G. e outros. Support across two generations: Children's closeness to grandparents following parental divorce and remarriage. **Journal of Family Psychology**, v. 16, p. 363-376, 2002.

MACHADO, M. D. C. **Carismáticos e Pentecostais**: adesão religiosa na esfera familiar. Campinas, SP: Autores Associados; São Paulo, SP: ANPOCS, 1996

MALDONADO, M. T. **Casamento**: Término e Reconstrução. 6^a ed. rev. e ampl. São Paulo: Perspectiva, 1995.

_____. **Comunicação entre pais e filhos**: A linguagem do Sentir. Petrópolis: Vozes, 1987.

MARCONDES, G. S. **Refazendo famílias : trajetórias familiares de homens recasados**. 2008. Tese de doutorado, Universidade de Campinas, Campinas, 2008. Disponível em: <http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000437668>. Acesso em: 23 Jan 2010.

_____. **Eternos aprendizes**: o vínculo paterno em homens separados e recasados de camadas médias. Campinas, 2002. 184f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

MARGOLIN, G.; GORDIS, E.; JOHN, R. COPARENTING: A link between marital conflict and parenting in two-parent families. **Journal of Family Psychology**, v.15, p.3-21, 2001.

MARTIAL, A. Partages et fraternité dans les familles recomposées. In: FINE, A. (Org.) **Adoptions: ethnologie des parentés choisies**. Paris: Éditions de la maison des sciences de l'homme, p. 205-244, 1998.

MARRE, J. L. História de vida e método biográfico. **Cadernos de Sociologia**, Porto Alegre, v. 3, p.55-88, jan./jun.1991.

MARTINS, G.A. Estudo de Caso: uma reflexão sobre a aplicabilidade em pesquisas no brasil. **Revista de contabilidade e organizações – fearp/usp**, v. 2, n. 2, p. 8 - 18 jan./abr. 2008. Disponível em: < <http://www.revistasusp.sibi.usp.br/pdf/rco/v2n2/02.pdf>>. Acesso em: 5 Mar 2010.

MAZUR, E. Developmental Differences in Children's Understanding of Marriage, Divorce and Remarriage. **Journal of Applied Developmental Psychology**, v.14, p.191-212, 1993.

MC CONNEL, R.A. ; SIM, A.J. Adjustment to parental divorce: An examination of differences between counselled and non-counselled children. **British Journal of Guidance and Counselling**, v.27, p. 245-257, 1999.

MCDONOUGH, J. ; McDONOUGH, S. **Research methods for English language teachers**. Arnoul, 1997.

MENDES, M. A. Mulheres chefes de família: a complexidade e ambiguidade da questão. In: **Pré-evento mulheres chefes de família: crescimento, diversidade e políticas**. Ouro Preto: CNPD, FNUAP e ABEP, 2002, 13p. Disponível em: <www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2002/GT_Gen_ST38_Mendes_texto.pdf>. Acesso em: 16 Fev 2010.

MILES, M.B.; HUBERMAN, A. M. **Qualitative data analysis: an expanded sourcebook** California: Sage, 1994.

MINAYO, M.C. de S. et al. Métodos, técnicas e relações em triangulação. In: _____.; ASSIS, S.G.; SOUZA, E.R. **Avaliação por triangulação de métodos**. Abordagem de Programas Sociais. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, p.71-107, 2005.

_____. Introdução à metodologia de pesquisa social. In: MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 8. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

MINKLER, M.; FULLER-THOMPSON, E. The health of grandparents raising grand children: Results of a national study. **American Journal of Public Health**, v. 89, p. 1384-1389, 1999.

MIRANDA-RIBEIRO, P. **Começar de novo**: um estudo comparativo do descasamento e recasamento. Belo Horizonte, 1993. 150f. Dissertação (Mestrado em Demografia) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais.

MITCHELL, J. C. Case and situational analysis. **The Sociological Review**, v.31, n.2, p.187-211, 1983.

MORÉ, C. L. O. O.; QUEIROZ, A. H. Migração, movimento e transformação: Irrupção do novo nas relações familiares. In: C. M. O. Cerveny (Org), **Família e movimento**. São Paulo: Casa do Psicólogo, p. 54-68, 2007.

MOREIRA, L. V. C. Educação de filhos: desafios hodiernos. **Revista Veritati**, v.2, n.2. p. 195 – 206, jul. 2002.

MOREIRA, L. V. C., RABINOVICH, E. P., e SILVA, C. N. Olhares: crianças baianas e família. **Revista Paideia**, v. 19, n. 42, p. 77-85, jan.-abr. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/paideia/v19n42/10.pdf>>. Acesso em: 14 de fev 2011.

MORGAN, D. H. J. Risk and family practices: accounting for change and fluidity in family life. In: SILVA, E. B.; SMART, C.(Ed.). **The new family?** Londres: Sage Publications, p.13-30, 2000.

MURAKAMI, M. F. **Separação Conjugal em Famílias de Classes Populares e Camadas Médias**, monografia processo 107221/99-3, ago. 2000.

NETTO, D. O impulso brasileiro à exportação. In: SANTADEU, A.A. et al. **Brasil potência**. São Paulo: Unidas, p. 423-432, 1972.

NICOLACI-DA-COSTA, A. M. Mal-estar na família: descontinuidade e conflito entre sistemas simbólicos . In: FIGUEIRA, S. A. (Org.). **Cultura da Psicanálise**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

Nogueira, C. Feminismo e discurso do gênero na psicologia social. **Psicologia & Sociedade**, v.13, n.1, p.107-128, 2001.

OLIVEIRA, A. L. Família e irmãos. Em C. M. O. CERVENY (Org.), **Família e narrativas, gênero, parentalidade, irmãos, filhos nos divórcios, genealogia, história, estrutura, violência, intervenção sistêmica, rede social**. São Paulo: Casa do Psicólogo, p. 63-81, 2006.

OLIVEIRA, M. C. A família brasileira no limiar do ano 2000. **Estudos Feministas**, v.4, n.1, p.55-63, 1996.

_____. **Condição feminina e alternativas de organização doméstica.** In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 8., 1992, Caxambu. Anais... Belo Horizonte: ABEP, 1992.

OSÓRIO, L. C. **Psicologia grupal:** uma nova disciplina para o advento de uma era. Porto Alegre: Artmed; 2003.

_____. **Casais e famílias:** Uma visão contemporânea. Porto Alegre: Artes Médicas, 2002.

_____. **Adolescente Hoje.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.

OTÍLIA ET AL. Posição na fratria e personalidade. **Estud. psicol.**, v.24, n.3, Campinas, July/Sept. 2007. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-166X2007000300001&script=sci_arttext&tlng=en >. Acesso em: 23 Jan 2010.

PALERMO, C. E. C. **O Cônjuge e o Convivente no Direito das Sucessões.** São Paulo: Editora Juarez de Oliveira, 2007.

PATTON, M. Q. **Qualitative research & evaluation methods** (3a. ed.). Thousand Oaks, CA: Sage, 2002.

PECK, J. S.; MANOCHERIAN, J. R. O divórcio nas mudanças do ciclo de vida familiar. IN: CARTER, B.; MCGOLDRICK, M. **As mudanças no ciclo familiar:** uma estrutura para a terapia familiar. São Paulo: ArtMed, 2ªed., 2001.

PÊCHEUX, M. **O Discurso:** Estrutura ou Acontecimento. Campinas: Pontes, 1990.

PEGORARO, R. F. **Receber e prover cuidados:** a trajetória de uma mulher em sofrimento psíquico. 2007, 272 f. Tese, apresentada à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto / USP, Ribeirão Preto, 2007.

PETRINI, J. C. Mudanças sociais e mudanças familiares. In: _____. e CAVALCANTI, V. R. S. **Família, Sociedade e Subjetividades:** uma perspectiva multidisciplinar. Petrópolis: Vozes, p. 29 – 53, 2005.

PINELLI, A. Gênero e família nos países desenvolvidos, 2002. In: _____. (Org.). **Gênero nos estudos de população.** Campinas: ABEP, p.55-98, 2004.

POCHMANN, M. Reestruturação produtiva; persepctivas do desenvolvimento local com inclusão social. Petrópolis: Vozes, 2004.

POITTEVIN, A. **Enfants de familles recomposées**: Sociologie des nouveaux liens fraternels. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2006.

PORRECA, W. **Famílias Recompuestas**: casais católicos em segunda união. 2004. 132 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Faculdade de Filosofia Ciência e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2004.

PRANDI, R. **Um Sopro do Espírito**: a renovação conservadora do catolicismo carismático. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: FAPESP, 1997 .

QUEIRÓS, M.I.P. **O pesquisador, o problema da pesquisa, a escolha de técnicas: algumas reflexões**. Coleção Textos, 2. Série, n.3, 1992.

QUINTEIRO, M. C. **Casados não casados: uniões consensuais nas camadas médias e populares**. Textos Nepo 19, Campinas, Nepo/Unicamp, 1990.

RESCHER, N. **Los límites de la ciencia**. Madrid: Tecnos, 1984

RAMIRES, V.R.R. As transições familiares: a perspectiva de crianças e pré-adolescentes. **Psicologia em Estudo**, v.9, n.2, p. 183-193, 2004. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S141373722004000200005&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 20 Dez 2009.

RIBEIRO, I. **Sobre a infidelidade dos fiéis**: Família, subjetividade e imaginário entre agentes da pastoral católica. 1997. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997. 2 v.

RIBEIRO, R. M. F. **Adoção emocional em famílias de recasamento: um estudo sobre a construção das relações afetivas entre padrastos/madrastas e seus enteados**. 2005. 111f. Dissertação (Mestrado em Psicossociologia). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: < http://www.psicologia.ufrrj.br/pos_eicos/pos_eicos/arq_anexos/arqteses/rosamariaferreiraribeiro.pdf>. Acesso em: 23 Jan 2010.

ROMANELLI, G. **Famílias de camadas médias**: a trajetória da modernidade. Tese (Doutorado em Psicologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1986.

_____. **Mudança e Transição em Famílias de Camadas Médias**. Travessia, v. 9, n.4, p. 32-34, jan./abr. 1991,

_____. Autoridade e poder na família. In: CARVALHO, M. do C. B. (Org.). **A Família Contemporânea em Debate**. São Paulo: EDUC/Cortez, 1995a.

_____. O significado da Educação superior para duas gerações de famílias de camadas médias. **Revista Brasileira**. Est. Pedag. Brasília, v. 76, n. 184: p. 445-476, set/dez. 1995b.

_____. **Papéis Familiares e Paternidade em Famílias de Camadas Médias**. Trabalho apresentado na XIX Reunião Anual da ANPOCS, mimeo, 1995c.

_____. O relacionamento entre pais e filhos em famílias de camadas médias. **Paidéia** FFCLRP/USP, Rib. Preto, Fev. /Ago. 1998.

_____. A Entrevista Antropológica. Troca e Alteridade. In: ROMANELLI, G. e ALVES, Z.M.M.B. (Orgs.). **Diálogos Metodológicos sobre a Prática da Pesquisa**. Ribeirão Preto: Legis Summa, 1999

ROSALDO, M. O uso e o abuso da antropologia: reflexões sobre o feminismo e o entendimento intercultural. In: **Horizontes antropológicos**, Porto Alegre, v. 1, p. 11-36, 1995.

RUSSO, J. A difusão da Psicanálise nos anos 70: indicações para uma análise. In: RUTTER, M. Resilience in the face of adversity. In: **Medicine meets millennium- world congress on the medicine and health**, jul/2000, Hannover, Germany. **Anais...** Hannover, Germany, 2000.

RUIZ, S. A.; SILVERSTEIN, M. Relationships with grandparents and the emotional well-being of late adolescence and young adult grandchildren. **Journal of Social Issues**, v. 63, p. 793-808, 2007.

SALEM, T.O casal igualitário: princípios e impasses. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 3, n. 9, p. 24-37, fev. 1989.

SANCHES, S.; GEBRIM, V.L.M. O trabalho da mulher e as negociações coletivas. **Estudos Avançados**. v.17 n.49 São Paulo, Sept./Dec., 2003. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142003000300007> Acesso em: fev/2011.

SANTOS, S. M. A. **Idosos, família e cultura**: um estudo sobre a construção do papel do cuidador. Campinas: Alínea, 2003.

SANCHEZ, L.; THOMSON, L. Becoming mothers and fathers: parenthood, gender, and the division of labor. **Gender & Society**, v.11, p.747-772, 1997.

SCHABEL, C. Relações familiares na separação conjugal: contribuições da mediação. **Psicol. teor. prat.**, v.7, n.1, São Paulo, Jun. 2005. Disponível em:< <http://scielo.bvs->

psi.org.br/scielo.php?pid=S1516-36872005000100002&script=sci_arttext&tlng=pt>. Acesso em: 22 Abr 2010.

SCHWARTZ, L. L. Children's Perceptions of Divorce. **The American Journal of Family Therapy**, v. 20, n. 4, p. 324-332, 1992.

SCOLA, A. O mistério nupcial. Bauru: EDUSC, 2003.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: **Educação e realidade**. Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 5-22, 1990.

SEALE, C. **The quality of qualitative research**. London: Sage, 1999.

SILVA, J. L.; ALVES, L. F.; COELHO, M. R. M. Família em fase última. In: CERVENY C. M. de O.; BERTHOUD C. M. E. (Orgs.), **Família e ciclo vital nossa realidade em pesquisa**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 123-147, 1997.

SILVA, R.C. A falsa dicotomia qualitativo—quantitativo: Paradigmas que informam nossas práticas de pesquisa. In: **Diálogos metodológicos sobre prática de pesquisa**. Ribeirão Preto, p. 159-165, 1999.

SILVA, E. B.; SMART, C. The "new" practices and politics on family life. In: _____. (Ed.). **The new family?** Londres: Sage Publications, p.1-12, 2000.

SIMONS, R. Do diagnóstico à psicoterapia breve. **Jornal Brasileiro de Psiquiatria**, v. 45, n. 7, p. 403-408, 1996.

SIMONSEN, M.H. O modelo brasileiro de desenvolvimento. In: SIMONSEN, M.H.; CAMPOS, R.O. **A nova economia brasileira**. 3. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, p. 1-22, 1979.

SILVERMAN, D. **Doing qualitative research: a practical handbook**. London: Sage, 2000.

SMALING, A. The Argumentative Quality of the Qualitative Research Report. . **International Journal of Qualitative Methods**, v. 1, n. 3, Canada, 2002. Disponível em:< http://www.ualberta.ca/~iiqm/backissues/1_3Final/html/smaling.html>. Acesso em: 24 Marc 2010.

SMOCK, P. J.; MANNING, W. D. Cohabiting partners economic circumstances and marriage. **Demography**, Chicago, v.34, n. 3, p.331-342, 1997.

SOARES, L. C. E. C. “**No fogo cruzado**”: desafios e vivências de pais e mães recasados, Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio, 2009. Disponível em: <
http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=129074>. Acesso em: 11 Abril 2010.

SOUZA, R. M.; RAMIRES, V. R. **Amor, casamento, família, divórcio,...e depois, segundo as crianças**. São Paulo: Summus, 2006.

_____. Introduzindo Técnicas de Comunicação e Solução de Conflitos na Família e na Comunidade. **Revista de psicologia de la Universidad de Chile**, Chile, v. especí, n. 18, p. 33-45, 2002.

SOUZA, R. M. Depois que papai e mamãe se separaram: um relato dos filhos. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 16, n. 3, p. 203-211, set./dez. 2000.

_____. A criança na família em transformação: um pouco de reflexão, um convite à investigação. **Psicologia Revista**, São Paulo, v. 5, p.33-52,1998.

SPINK, M. J. P. Org. **O conhecimento no cotidiano**: as representações na perspectiva da psicologia social. São Paulo, Brasiliense. p. 85-108, 1993.

SPINK, M.J.; FREZZA, R.M. Práticas Discursivas e produção de sentidos: a perspectiva da Psicologia Social. In: _____. (Org.). **Práticas Discursivas e Produção de Sentidos no Cotidiano**: aproximações teóricas e metodológicas. São Paulo: Ed. Cortez, 1999.

STAKE, R.E. Case studies. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (ed.) **Handbook of qualitative research**. London: Sage, 2000. p. 435-454.

_____. **The art of case study research**. Thousand Oaks: SAGE Publications, 1995.

STEPHENS, W. La família em uma perspectiva transcultural. In: NIETO, J. A. **Antropología de la sexualidad y diversidad cultural**. Madrid: Talasa, p. 93-117, 2003.

STEWART, S. D. The effect of stepchildren on childbearing intentions and births. **Demography, Baltimore**, v.39, n.1, p.181-197, feb./2002.

STRAUBE, K. M.; GONÇALVES, M. de P.; CENTA, M. de L. Percepção dos filhos sobre o divórcio dos pais. **Família, Saúde e Desenvolvimento**. set./dez., v. 5, n. 3, p.173-184, 2003.

STRAUSS, A.; CORBIN, J. M. **Basics of qualitative research**: Grounded theory procedures and techniques. Thousand Oaks, CA, US: Sage Publications, 1990.

SUN, Y.; LI, Y. Children's well-being during parents' marital disruption process: A pooled time-series analysis. **Journal of Marriage and Family**, v.64, p.472-488, 2002.

SUTIL, C.R. La entrevista psicológica. In. DELGADO, J. M ; GUTIÉRREZ, J. **Métodos y técnicas cualitativas de Investigación en Ciencias sociales**. Madri: Síntesis Psicológica, 1995.

SWEENEY, M. M. Remarriage and the nature of divorce: Does it matter which spouse chooses to leave? **Journal of Family Issues**, v. 23, p. 410-440, 2002.

TEYBER, E. **Ajudando as Crianças a Conviver com o Divórcio** – Livraria Nobel S/A – São Paulo, 1995.

THERBORN, G.. **Sexo e poder: a família no mundo, 1900-2000**. São Paulo: Editora Contexto, 2006.

THÉRY, I. Remarriage et familles composées: des évidences aux incertitudes. In: **L'Aneé Sociologique**, Paris, v. 37, p. 119-152, 1987.

_____. **Le démariage**. Justice et vie privée. Paris: Odile Jacob, 2001.

THOMSON, E.; LI, J. A. **Her, his and their children**: childbearing intentions and births in stepfamilies. NSFH Working Paper, Madison, n.89, 2002.

TOULEMON, L. **Men's fertility and family size as compared women's**. In: IUSSP GENERAL POPULATION CONFERENCE, 21., 2001, Salvador. Anais... Liège: IUSSP, p.1-22, 2001.

_____. The place of children in the history of couples. **Population**, New York, v.7, p.163-186, 1995.

TRAVIS, S. **Construções familiares**: um estudo sobre a clínica do recasamento. Rio de Janeiro, 2003. 175f. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica) – Faculdade de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2003.

TRIVINÕS, A.N. S. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais**: A pesquisa qualitativa em Educação. São Paulo: Ed. Atlas, 1992.

THORNTON, A.; AXINN, W. G.; HILL, D. H. Reciprocal effects of religiosity, cohabitation, and marriage. **American Journal of Sociology**, v. 98, n. 3, p. 628-651, 1992.

TURKENICZ, A. **A Aventura do casal**. Porto Alegre: Artes Médica, 1995.

URRIBARRI, A. C. ; URRIBARRI, R. Consideraciones sobre el divorcio y la nueva familia del divorciado. In: USANDIVARAS, C. M. **Divórcio y nuevas organizaciones familiares**. Buenos Aires: Edigraf S.A., 1986.

UZIEL, A. P. “**Tal Pai, Tal Filho**” **Em Tempos de Pluriparentalidade**. Expressão fora de lugar? Trabalho apresentado no XXIV Encontro Nacional da ANPOCS – GT família e sociedade. Petrópolis, 2000.

VALLES, M. S. **Técnicas cualitativas de investigacion social: Reflexion metodológica y práctica profesional**. Madri: Ed. Sintesis Sociología, 1997.

VAZ, W.M.C. Dissoluções e Formação de novas uniões: uma análise demográfica das tendências recentes no Uruguai. Texto Nepo 56. Campinas, set/2008, p. 238.

VELHO, G. Observando o Familiar: In: VELHO, G. **Individualismo e Cultura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

VILLA, M. B.; DEL PRETTE, Z.A.P.; DEL PRETTE, A. Habilidades Sociais Conjugais E Filiação Religiosa: Um Estudo Descritivo. *Psicologia Em Estudo*, Maringá, v. 12, n. 1, p. 23-32, Jan./Abr. 2007

WADSBY, M. ; SVEDIN, C. G. Parental divorce: From the children's viewpoint. **Nord J Psyquiatry**. Oslo. v.48, p. 107-116, 1994. Disponível em: < <http://www.informaworld.com/smpp/content~content=a786708670&db=all>>. Acesso em: 2 Abr 2010.

WAGNER, A. Despertando o Interesse pela Pesquisa Científica em Psicologia. **Psico**, Porto Alegre, v. 31, n. 1, p. 123-131, 2000.

_____. e outros. Configuração Familiar e Gênero: um estudo com adolescentes sobre família, casamento, separação e projetos vitais. **Revista da Pós-Graduação da PUC/RJ**, Rio de Janeiro, v. 10, p. 99-112, 1999.

_____.; FALCKE, D. Mothers and stepmothers: Social myths and self-concept. **Estudos de Psicologia**, v.5, n.2, p.421-441, 2000.

_____.; FALCKE, D.; MEZA, E. B. D. Crenças e valores dos adolescentes acerca de família, casamento, separação e projetos de vida. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v.10, n.1, p. 155-167, 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79721997000100011&lng=en>. Acesso em: 12 Mar 2010.

_____.; FÉRES-CARNEIRO, T. . O Recasamento e a Representação Gráfica da Família. **Temas em Psicologia da SBP**, Ribeirão Preto, v. 8, n. 1, p. 11-19, 2000.

_____.; GRZYBOWSKI, L. S. . Uma Andorinha Sozinha Não Fáz Verão? A mulher divorciada e a monoparentalidade familiar. **Psicologia Clínica** (PUCRJ. Impresso), Rio de Janeiro - RJ, v. 15, n. 2, p. 13-30, 2003.

_____.; SARRIERA, J. C. Características do Relacionamento dos Adolescentes em Famílias Originais e Reconstituídas. In: FÉRES-CARNEIRO, Terezinha (org.). **Casal e família. Entre a Tradição e a Transformação**. Rio de Janeiro: Nau, p. 15-30, 1999.

WAITE, L. J., et al. **Does divorce make people happy?** Institute for American Values, 2002. Disponível em: <www.americanvalues.org/html/r-unhappy_ii>. Acesso em: 02 Fev 2010.

WALL, K; AMÂNCIO, L. Família e Gênero em Portugal e na Europa. Atitudes Sociais Portuguesas no. 07. Imprensa de Ciências Sociais, Lisboa, 2007.

WALLESTEIN, J. Children of Divorce: Emerging Trends. **Psychiatric Clinics of North America**, v. 4, p. 837-855, 1985.

WALLERSTEIN, J.; KELLY, J. **Sobrevivendo à Separação: como Pais e Filhos Lidam com o Divórcio**. Porto Alegre : Artmed, 1998.

_____.; LEWIS, J. e BLAKESLEE, S. **Filhos do Divórcio**. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

WALSH, F. **Normal Family Processes**. New York: Guilford Press, 1993.

WALTON, D. **Informal Logic**. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.

WALZER, S. **Thinking about the baby**; Gender and transition into parenthood. Philadelphia: Temple University Press, 1998.

WATARAI, F. **Filhos, pais, padrastos: relações domésticas em famílias recompostas das camadas populares**. 2010. 147 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto-SP, 2010.

WEAVER, A. J.; KOENIG, H. G. ; LARSON, D. B. Marriage and family therapists and clergy: A need for clinical collaboration, training, and research. **Journal of Marital and Family Therapy**, v. 23, p.13-25, 1997.

WEINRAUB, M. ; GRINGLAS, M. The More Things Change...Single Parenting. **Journal of Family**, v.16, n. 1, p. 29-52, 1995.

WELTI, C. Adolescents in Latin America: Facing the future with skepticism. In. BROWN B. B, LARSON, R. W. e. SARASWATHI T. S (Eds.), **The world's youth: Adolescents in eight regions of the globe** (pp. 276-306). Cambridge, Cambridge University Press, 2002.

WESTBERG, H. et al. Disclosure of divorce plans to children: What the children have to say. **Contemporary Family Therapy**, v. 24 , p. 525-542, 2002. Disponível em: <http://www.springerlink.com/content/h716v22204lt7266/>. Acesso em: 21 Fev 2010.

WOLCHIK S. A. e cols. Programs for Promoting Parenting of Residential Parents: Moving from Efficacy to Effectiveness. **Family Court Review**. v. 45, January, 2005

YIN, R. K. **Applications of case study research**. 2. ed. Thousand Oaks: Sage Publications, 2003.

YIN, R. K. **Estudo de Caso: Planejamento e Métodos**. Tradução: Daniel Grassi – 2a. ed- Porto Alegre: Bookman, 2001

APÊNDICES**APÊNDICE A****TERMOS DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

(participante)

Eu, _____, fui informada(o) que o projeto de pesquisa “Filhos no recasamento: estudo de caso com Famílias em Segunda União” desenvolvido por Wladimir Porreca sob orientação da Prof^a. Dr^a. Regina Helena Lima Caldana, junto ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto – USP, deverá se constituir em uma Tese de Doutorado, que deseja ajudar a conhecer melhor a situação dos filhos nas famílias em segunda união. Sei que eu e outras pessoas que possam ajudar a compreender essa situação e minha família seremos entrevistados. Sei também que nesta entrevista falarei sobre a história de minha vida e de minha vida, antes e depois da segunda união.

Fui informado ainda que, desde que as pessoas concordem, suas entrevistas serão gravadas e passadas para o papel, tal como foram gravadas. Sei que o que falarei será estudado juntamente com o que as outras pessoas contarem, e que quando a pesquisa for divulgada não haverá nossa identificação pessoal.

Tenho consciência de que posso interromper minha participação em qualquer fase da pesquisa, inclusive retirando a autorização para a utilização das informações que oferecerei. Sei também que não terei riscos, custos ou benefícios diretos.

Concordo com essas condições.

Assinatura do participante:

Data e local:

Assinatura do pesquisador:

Assinatura do responsável:

Esse acordo será feito em duas vias assinadas e qualquer dúvida entrar em contato: Av: Bandeirantes, 3900, Ribeirão Preto – SP, CEP: 14040-901, fone: (xx) 16. 3602-3730

APÊNDICE B

ENTREVISTA COM OS FILHOS

1. Dados de caracterização:

- Nome:
- Data de nascimento:
- Nível de escolaridade:
- Ocupação:
- Quem mora com você atualmente?
- Renda individual
 - a. de 1 a 5 salários
 - b. de 5 a 10 salários
 - c. mais de 10 salários

2. O relato de vida livre

3. Roteiro de tópicos :

3.1 Descrição do cotidiano familiar (principalmente relacionamento pais - filhos)

- a. antes, durante e após a separação
- b. durante e após a segunda união

3.2 Descrição do processo de:

- a. separação
- b. recasamento

3.3 Concepções e mudanças acerca de:

- a. família
- b. papéis dos pais
- c. papel dos filhos
- d. relacionamento pais e filhos
- e. separação conjugal e segunda união

3.4 Vontades, preocupações, desejos, expectativas, dúvidas, responsabilidades assumidas e impostas:

- a. antes, durante, após a separação
- d. durante e na segunda união

APÊNDICE C

ENTREVISTA COM OS PAIS

1. Dados de caracterização e o relato da pesquisa anterior²⁸
2. Roteiro de tópicos:
 - 2.1 Concepções atuais e mudanças acerca de:
 - a. família
 - b. papéis dos pais
 - c. papel dos filhos
 - d. relacionamento pais e filhos
 - e. processo da separação conjugal e segunda união
 - 2.2 Descrição do processo da separação e recasamento no que se refere:
 - a. Comunicação, explicação e compreensão dos filhos
 - b. Modificações iniciais, ou não, e adaptabilidade da situação no cotidiano dos filhos
 - c. Preocupações e a guarda do filho
 - d. Divisão dos bens
 - e. Conquistas e situações difíceis com os filhos na segunda união
 - f. Novo cônjuge e o filho (nova família)

²⁸ Esses dados constam na dissertação de mestrado (PORRECA, 2004), cujo roteiro continha questões que visavam à identificação do entrevistado, através do registro de dados pessoais, como idade, profissão, escolaridade, entre outros. A seguir, através de questões abertas, foram abordados temas relativos à história de vida do sujeito, enfocando sua infância, juventude, seu relacionamento passado e atual com a família de origem, o tipo de educação recebida e suas percepções a respeito do relacionamento conjugal de seus pais. Em seguida, as perguntas referiram-se a assuntos relacionados ao primeiro casamento, à convivência conjugal, às expectativas e dificuldades, à importância dos filhos e à separação. Outras questões trataram da trajetória do sujeito após a separação, seu relacionamento com os filhos da primeira união, a reestruturação da vida após a segunda união e os planos em relação ao futuro. Por último, os sujeitos foram interrogados sobre as normas da Igreja, seu relacionamento com essa instituição e como lidavam com as privações de alguns sacramentos e como se dava a sua participação na Pastoral dos Casais em Segunda União.